

SOCIEDADE
MARTINS SARMENTO
~~~~~  
BIBLIOTECA

# Gil Vicente

---

---

PROPRIEDADE E EDIÇÃO DE  
MANUEL ALVES DE OLIVEIRA  
RUA DE EGAS MONIZ, 87 — GUIMARÃES

---

---

COMPOSTO E IMPRESSO NA  
TIPOGRAFIA MARQUES  
RUA DE CAMÕES, 75 — PORTO

---

---

SOCIEDADE  
MARTINS SARMENTO

BIBLIOTECA

# Gil Vicente

VIII VOLUME

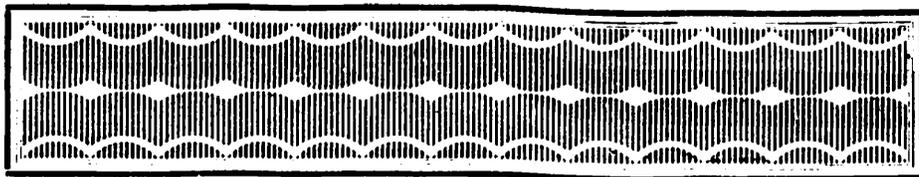
Directores:

D. José Ferrão  
Manuel Alves de Oliveira

GUIMARÃES

1932

*Não querais ser Genoeses,  
Senão muito Portugueses  
E morar em casas pardas!*



# O ESTADO E O DIREITO CORPORATIVO

por RUY DE LORDELO

**A** CRIAÇÃO de um Conselho Político Nacional (Decreto N.º 20.643, de 22 de Dezembro de 1931) presume uma atitude decidida de se efectuar a reforma política que se impõe para execução do programa do 28 de Maio.

Examinando apenas a parte relativa ao sistema corporativo do Estado, que deve ser integrado no estatuto político e cujas bases se encontram já no Decreto N.º 20.342, de 24 de Setembro de 1931 (Conselho Superior da Ecónomia Nacional) nota-se que na fase experimental da transformação mundial dos sistemas políticos que se está operando, ou em vias de o ser, convém distinguir:

- a) a representação política, definindo as prerogativas do Estado;
- b) a organização económica da Nação, pela integração dos seus elementos activos no interesse nacional, comandado racionalmente.

Não podem separar-se da noção política do Estado, que vier a ser adoptada, as normas que hão-de regular as actividades económicas. Mas se a organização económica depende da estrutura política do Estado, logo que esta se defina não é forçosamente necessário que aquela venha a constituir um factor de ordem política na esfera da representação nacional.

As definições verbais, sempre perigosas, obrigam a distinguir o que é

**REPRESENTAÇÃO DO ESTADO**

e

**REPRESENTAÇÃO NO ESTADO**

É preciso determinar-se primeiro a quem compete a factura das leis. O meu pensamento é de que isso é uma função do poder executivo, ainda que a sua aprovação dependa de uma assembleia nacional, cujas atribuições sejam limitadas às grandes linhas gerais do direito público, à fixação dos impostos e a uma função inspectiva e fiscal própria da sua natureza de *voz popular*.

A preparação das leis, especialmente as de character económico, depende mais da tecnica do que de uma manifestação de vontade política.

Tem-se defendido, praticando-se mesmo já na Italia, a constituição de uma Câmara legislativa composta em grande escala por representantes dos agrupamentos económicos.

É certo que os agentes da produção e do trabalho são a totalidade dos elementos activos do país, menos os que desempenham funções públicas.

Não é porém difficil de reconhecer os inconvenientes que resultam dessa atribuição política dada aos elementos do trabalho nacional.

A função política tem os seus naturais atributos nos agredados humanos, a família, a freguezia, o município, a província, a nação.

O cidadão-productor, como elemento da actividade económica, faz parte de uma complicada engrenagem em que a inter-dependência das funções ocupa o primeiro lugar. Fazê-lo intervir ou depender directamente dos órgãos da representação política equivale a desvia-lo da sua função, para o lançar na inquietação da especulação filosófica.

A ecónomia nacional não pode ser regulada apenas pelo movimento livre das necessidades humanas, nem pela ambição dos mais habéis ou dos mais audazes, movidos pelo seu egoísmo anti-social.

O progresso científico, que desenvolveu o industrialismo e encurtou as distâncias, criando uma consciência universal, transformou as noções económicas que os espíritos paralíticos persistem em querer impôr ou reconhecer como susceptíveis de satisfazerem as necessidades humanas da co-existencia nacional e inter-nacional.

O facto é que toda a Produção carece hoje, mais que nunca, de um sentido de orientação esclarecida, que não dispensa as virtudes de um comando, para que não continue a ser desordenada.

Cabendo ao Estado a função principal de coordenar as actividades nacionais, fazendo-as convergir para o fim unico de realizarem na ordem económica o maximo de prosperidade colectiva da Nação, e sendo aos seus órgãos administrativos, diplomáticos e potenciais que essas actividades vão buscar os seus meios de expansão e de defeza, não se pode deixar de reconhecer que é ao Estado que compete a direcção efectiva da ecónomia nacional, classificando-se o sistema na expressão já corrente de *ecónomia dirigida*.

Essa atribuição pertence, incontestavelmente, ao poder executivo.

Fóra, portanto, das formulas abstractas do direito político, que na matéria não tem senão que fixar a doutrina jurídica de que as actividades individuais se exercem para servirem os fins nacionais (o contrário é absurdo), mas sem esquecer que a essência do Estado Novo assegura as liberdades tradicionais, é necessário precaver certos críticos de que o preceito não se traduz no despotismo comunista, sem simile nos antigos sistemas absolutistas.

A opposição com as chamadas conquistas liberais consiste, apenas, em que não mais é licito agir contra o interêsse nacional, a coberto de uma pseudo manifestação de vontade colectiva extraída das urnas com artimanhas de prestidigitação.

Não se pode conceber esse comando económico, da parte da unica entidade que reúne todos os elementos inforinativos e meios de acção, — o Governo da Nação — sem que assente numa architectura orgânica, perfeitamente modelada, como não se concebe uma empresa qualquer, política, militar ou industrial, sem chefes, hierarquias e disciplinas.

Não possuindo a representação política capacidade para intervir no funcionamento das actividades económicas, em termos de assegurar a execução do plano nacional, essa circunstância não obsta a que, para o estudo e execução dos fins económicos, sejam chamados os elementos activos da Nação.

De *pleno direito* esses elementos, que constituem a quási totalidade da população, devem ter a sua representação no Estado, permitindo-lhes, qualquer que seja a sua categoria, fazer ouvir junto dêle a sua voz.

Essa representação não tem o character deliberativo das assembleias políticas, não existe para que um critério numérico ou algébrico faça prevalecer a sua vontade, mas para que, com intelligência, *coopere* na formação das directrizes económicas que satisfaçam o interêsse nacional e *execute* racionalmente os objectivos marcados.

A representação das actividades económicas no Estado não é, nem pode ser, de character individual. São *desiguais*, por natureza, os agentes económicos. Há nêles uma diferenciação fundamental de funções e interêsses, às vezes aparentemente opostos, quando se consideram no ponto de vista individual.

Algumas dessas diferenças serviram para a exploração da questão chamada *social* que no sistema liberal dividiu os povos em duas classes, no estado de *luta*, opondo aos elementos directivos do trabalho (capital e técnica) a massa extensa do operariado, arrogando-se o titulo exclusivo de *trabalho*.

De facto, em virtude do artificio do Estado liberal, reduzido a uma função policial, o poder passou a ser exercido pela oligarquia plutocrática, através do sufrágio daqueles que oprimia.

A um governo de classe contrapunha-se, evidentemente, outra classe, mistificada com o falso atributo da sua soberania.

Os inconvenientes do sistema estão patentes na intromissão da política na vida económica, primeiro, pela definição ideológica da liberdade de acção individual, caracteristicamente inorgânica, segundo, pela dissociação dos elementos da produção em mira do seu objectivo especializado.

A restituição ao Estado das suas funções coordenadoras e de comando da ecónomia nacional, destroi nas suas causas e efeitos a questão social que se desenvolveu no século passado e que tendia para a absorção pelo Estado de todas as actividades, segundo as fórmulas socialistas e comunistas.

A representação económica exercer-se-ha pelas suas unidades especificas que são os *grupos económicos*, definidos pelo objectivo da produção.

Cada grupo económico reunirá, portanto, todos os agentes que nêle colaboram, patronais, tecnicos e trabalhadores, que são os que têm interesses comuns directos, impondo-se uma classificação bem ordenada que abranja os ramos afins da nossa produção, em vez da latitude dada, clássica e inexpressiva, de Agricultura, Comércio e Industria.

A interdependencia dos fenómenos económicos, no ponto de vista nacional, e a repercussão dos seus efeitos na vida social, encontram o seu equilibrio no estudo objectivo, por todos os interessados, do direito substantivo que haja de vigorar, tanto no que se refere à ordem da produção como ao consumo, visto que os elementos activos do trabalho participam daquelas duas qualidades.

A suprema direcção do Estado, conjugando os seus elementos potenciais, internos e externos, fica assim armada para a determinação esclarecida das directrizes da vida económica nacional, através de uma verdadeira e legitima Câmara *consultiva* que é o C. S. E. N.

A representação é ali *universal*, quer dizer, não exclue o minimo agente do Trabalho — ao contrário dos actuais sistemas políticos-eleitorais — assegurando plenamente os direitos de reclamação e de iniciativa, sob a condição de se integrarem nas disciplinas juridicas do sistema.

Do mesmo modo as medidas legislativas de character económico deverão ser submetidas à consulta dêste organismo.

A estrutura da representação económica no Estado é formada pelo

regime *associativo* ou *corporativo*, constituindo o sistema arterial e sensorial das actividades nacionais.

A hierarquia que ascende à representação superior, sistematiza-se verticalmente em três formações, tendo sido dada a designação de *Corporação* ao conjunto dos elementos de cada profissão representada no Conselho Nacional do respectivo grupo económico e de *Secções corporativas* às formações distritais e municipais, estas ultimas que são as associações primárias profissionais.

Horizontalmente, existem três formações que constituem cada uma delas os elementos de conjugação dos grupos económicos hierarquisados, compostos por delegados das respectivas Secções corporativas e Corporações, denominando-se *Grémios* municipais e distritais e *Conselhos Nacionais*.

Estes Grémios e Conselhos Nacionais são considerados instituições públicas, como órgãos da representação económica, que, assim, fica com elementos de aproximação directa no próprio lugar onde se exercem as actividades, no distrito (seria preferível região ou província) onde se alarga a visão dos interesses comuns, e na capital, junto do Governo, onde abranje o interesse nacional.

A aproximação *obrigatória* local, distrital e nacional dos elementos profissionais, constituídos pelas secções corporativas e pelas corporações nos Grémios e Conselhos Nacionais, subordinada a uma magistratura especial do Trabalho que garanta a execução das decisões tomadas legalmente e reconhecidas pelos órgãos deliberativos do Estado, simplifica e resolve praticamente os conflictos sociais e económicos e traduz-se no ordenamento da produção por forma a satisfazer os objectivos nacionais.

Constituída a armadura da organização das actividades económicas com a latitude tradicional das nossas liberdades públicas, que só reprimem o que fôr anti-nacional, e mantendo os direitos de propriedade e iniciativa que são o móbil dos empreendimentos que promovem a prosperidade colectiva, dando-se-lhes uma representação *efectiva* que nunca gozaram durante um século de falsa liberdade, torna-se possível estabelecer as disciplinas das relações colectivas do Trabalho e da Produção, criando em cada cidadão a noção justa da sua função social.

Em muito difere o esquêma sucintamente exposto da tendência citada para a criação de uma Câmara deliberativa composta por elementos das actividades económicas.

A organização económica não deve imiscuir-se de funções políticas por o Estado carecer de se sobrepôr ao jôgo dos interesses particulares.

Não devemos nem precisamos imitar modelos estrangeiros para a elaboração das regras fundamentais do nosso direito público, bastando-nos

que satisfaça as condições do nosso caracter nacional e da nossa tradição cristã.

As regras já promulgadas do direito corporativo do Estado não presumem a instituição do Estado corporativo, quere dizer, da soberania deferida total ou parcialmente a uma representação das actividades económicas.

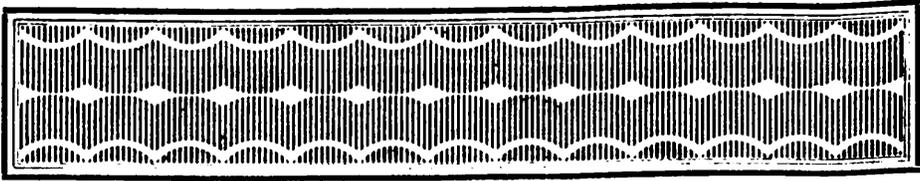
A representação destas no Estado é bastante para a sua intervenção na elaboração das leis, assim como serve simultâneamente a execução dos objectivos nacionais.

Ao estatuto político compete fixar os princípios que devem reger as atribuições consultivas e executivas da organização corporativa do Estado.

Resta agora que, complementarmente, se estabeleçam as disciplinas juridicas das colectividades económicas e das relações colectivas do Trabalho, animando-as do espirito de colaboração nacional que as deve informar e dando-lhes um centro nervoso de comando eficiente que as não deixe esterilisar nos embates da ignorância e das oposições próprias de uma radical transformação de costumes.

Dezembro de 1931.





# Os nossos mortos

por ALFREDO PIMENTA

**N**O dia 19 de Janeiro — já contei isto algures (in *A Revolução Monárchica*, opúsculo, depositária a livraria *Portugalia* de Lisboa), no dia 19 de Janeiro, pela 1 hora da tarde, no largo das Duas Igrejas, encontrei-me com Moreira de Almeida, bellissimo espirito de combatente que tantas e inapagáveis saudades deixou em quantos o conheceram e trataram, e discutimos a attitude a tomar no dia seguinte na Câmara dos Deputados de que ambos faziamos parte.

Ao regressar a casa, a meio da tarde, começaram a chegar-me boatos de que no Porto estava proclamada a Monarquia. Como de costume, atirei com os boatos fora — e pensei noutra coisa. Saí depois de jantar. Quando, por volta da meia noite, ia a tomar, no Rossio, um electrico que me levasse a casa, o então vice-presidente do Senado abeirou-se de mim, e disse-me que não andasse por ali, pelas proximidades da *Brasileira*, que fosse para casa, porque... estava proclamada a Monarquia, no Norte.

Depois... o leitor sabe. E não é para lhe contar o que foi êsse quási mês que vai de 19 de Janeiro a 13 de Fevereiro, que me resolvi a escrever êste artigo.

Durante êsse espaço de tempo, houve Monsanto, — loucura heroica, e houve a Monarquia, no Porto, o sonho efémero.

A Pátria ressuscitada ao calor das vidas que, no seu altar, em sacrificios de beleza, se lhe ofereciam, esperava ver erguer-se o sol da vitória, e, com êle, soar a hora, há tanto esperada, do resgate.

Foi um longo calvário de martírios injustos — êsse quási mês de esperanças e decepções, de lágrimas e sorrisos, de audácias e traições, de estímulos e derrotismos, em que a bandeira azul e branca, arrancada ao pó e à miséria, em que a cobardia de uns e a infâmia de outros a tinham sepultado, batia de novo, desfraldada e linda, as suas azas de águia imortal...

¿Porque se tentara restaurar a Monarquia no Norte?

Já não há hoje mistérios a desvendar, nem trevas a esclarecer. O governo de Tamagnini Barbosa, que herdara a situação do Sidónio Pais, estava na eminência de entregar o país aos bandos democráticos.

A parte do exército que não estava contaminada pelos compromissos da ordem maçónica e demagógica, — para evitar o regresso à situação que Sidónio Pais dominara e expulsara do Poder, entendeu que era preferível restaurar a Monarquia, a deixar que se restaurasse a Demagogia.

A outro Pensamento, a outra Intenção, não obedeceram os homens que à volta e às ordens de Paiva Couceiro, — essa figura lendária já, pela elegancia das suas atitudes, e pela inflexibilidade do seu espírito de sacrifício — proclamaram, no Porto, no dia 19 de Janeiro, a Monarquia.

Foram vencidos. ¿Porque não *souberam* vencer? ¿Porque não *puderam* vencer? ¿Porque não *quizeram* vencer? Só Deus o sabe...

Cercavam-nos hordas de barbaros, a que a massa neutra, sempre cobardel, dava alento e protecção, e de dia para dia, aqueles que personificavam a Pátria redimida, iam perdendo terreno.

Não era, não podia ser, da minha simpatia e do meu aplauso, a Monarquia restaurada no Porto: era a velha Monarquia de 1834 a 1910, com os mesmos vicios de origem, com os mesmos venênos institucionais, com os mesmos quadros corrompidos e corrompiveis, com os mesmos horisontes estreitos, com o mesmo rei tiranisado e amiaçado, com tudo enfim que fôra a razão de ser da sua queda sem brilho, sem lampejos de grandeza. Para *aquela* Monarquia, não valia a pena sacrificar nem um cabelo cortado já, nem um cartucho já queimado.

Mas — era um Acto, uma afirmação de coragem por parte dos elementos militares, e um sacrifício oferecido, desinteressadamente, à tentativa do resgate da Pátria.

E isto basta para que punhamos de parte todas as considerações de natureza doutrinária e de ordem constitucional, e celebremos neste dia a heroicidade dos nossos soldados, de todos os nossos combatentes, de todos quantos no combate rude das escaramuças bélicas, ou no combate rudissimo das pugnas jornalisticas, ofereceram o seu sangue ou a sua vida, ou o seu nome, para que sobre êles, se erguêsse, vitoriosa, a Pátria redimida.

Ai quantos ficaram já pelo caminho! Assassínados, miseravelmente, à traição, como Jorge Camacho, ou mortos nas trincheiras, como João Vila Franca, ou os irmãos Costa Alemão; ou dizimados pelas consumições da luta como Anibal Soares, alma gentilissima, ou Moreira d'Almeida —

para falar só em meia dúzia de nomes, no meio dum cento de bravos que à causa de Deus, da Pátria e do Rei, deram o melhor da sua vida generosa e das suas mais puras aspirações, — ai quantos ficaram, já, pelo caminho!

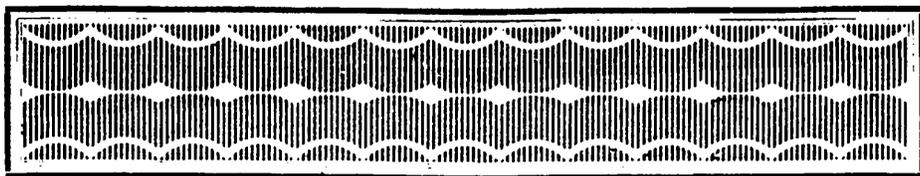
Do seu sangue de martires se alimenta a nossa esperança, no seu exemplo nobre se caldeia a nossa fé. De olhos postos no horizonte longínquo onde se preparam e se esboçam as linhas do Futuro, ouvindo o ritmo apressado das gerações moças que chegam cheias de entusiasmo e de ardor, nós, os que ainda não tombamos no campo que a metralha tem varrido, ou a desventura tem perturbado, ou a morte tem invadido — nós fieis à fé livre e ousadamente jurada, temos a certeza de que o cativeiro da Pátria terminará, porque no sangue que ensopa a terra, eternamente vivo para a nossa saudade, germinarão, lindas e poderosas, as flôres da vitória resgatadora.

A hora suprema da libertação definitiva ha-de chegar. Quando? Prescruta a gente a neblina, à procura dos sinais precursores. Quantas miragens que se desfizeram! Quantas miragens que hão-de esvaír-se! Não importa!

Os nossos mortos, aqueles que se foram de olhos cravados na Bandeira que é de todos nós, porque atravessou, nos tempos modernos, o sonho epopeico do nosso império africano, Bandeira em que se amortalharam os que nas terras ultramarinas fundiram em bronze o nome sem par de Portugal; os nossos mortos, aqueles que caíram sem deixarem cair das mãos ou a espada do comando, ou a pena de escritores, ou a arma de combatentes; os nossos mortos que formam já alicerce sobre que se ha-de erguer a fortaleza invencível — esses mandam-nos que persistamos na luta, para que possamos ser dignos do seu carinho e do seu auxilio sobrenatural.

Eles, de longe, como sombras, aguardam-nos, que a nossa hora é fatal. Esperam que todos nós, ao chegarmos junto dêles, possamos dizer, com legitimo orgulho: «cumprimos!» E será essa a grande, a verdadeira homenagem que êles aceitarão...





# Keyserling e Guido Battelli

— UM ALEMÃO QUE NOS ODEIA — UM ITALIANO QUE NOS AMA —

por MOREIRA DAS NEVES

**J**Á está traduzido em português o novo capítulo que Keyserling recentemente adicionou à sua obra de filosofia política intitulada *Análise espectral da Europa*, capítulo que nos diz respeito e que é das infâmias mais negras que, no século XX, a pena desumana de um pensador atirou, como uma bomba de gases asfixiantes, em direcção aos sectores culturais do mundo.

Keyserling veio, um dia, visitar-nos.

Porque vinha aureolado dos clarões de um profetismo novo, a sua voz foi escutada por muita gente que o aplaudiu, que o exaltou, numa apoteóse funambulesca, cheia de retórica e de esgares. Keyserling foi aclamado, foi vitoriado, foi lambido.

Ao fim de algum tempo, após o seu regresso à Alemanha, arremessou para o mercado do universo um livro caro e de difícil compreensão para medianas culturas, mas com o pior que se pode dizer de uma nacionalidade. Por mais violento que seja, o nosso protesto não conseguirá nunca, talvez, neutralizar a acção nefasta que as 12 páginas do livro de Keyserling ficarão para sempre a exercer contra nós.

Desta maneira, o banditismo crítico de Keyserling será perpétuo, como perpétuo ha-de ser, de certo, também, o remorso que lhe torturará a consciência, se é que a tem, ou a terá algum dia.

O profeta de Darmstadt falsificou a nossa História; falsificou a nossa psicologia; falsificou o nosso temperamento.

Palavras textuais de Keyserling: «... todos os grandes actos heroicos dos Portugueses devem ser julgados como fenómenos de explosão». E mais estas, citando Eugénio d'Ors: «Portugal é um balcão aberto sobre o infinito».

**O Conde de Keyserling !**

Ele não fez mais do que expandir o ódio indómito e monstruoso do velho pangermanismo desvairado, megalomaniaco, dominado até ao despotismo, bárbaro até à bestialidade, incarnado no génio subversivo de Átila.

A Alemanha, que deu Lutero ao mundo, não pode dar-se bem com Portugal, que nunca lhe aceitou dentro das portas a figura sinistra do mau filho rebelde.

Quem é pela Civilização, tem de ser por Portugal.

A Alemanha não é por nós porque a Civilização que o seu génio preconiza é a da Fôrça contra a Verdade, a da Violência contra a Justiça, a do instinto anárquico e demolidor contra a Razão liberta e iluminada.

Podem ser raios de sol os versos de Goethe e milagres de melodia celéste as partituras de Beethoven, que a metralha inexorável do Canhão 42 será sempre o simbolo trágico da alma da Alemanha, cheia de orgulho místico, satânico e sanguinário. Ninguém se admire, portanto, de o Conde de Keyserling atirar um livro para o mercado do mundo com um insulto de verrineiro desmiolado contra o coração de Portugal.

Mas, se há punhais que nos rasguem o coração, não há baforadas de lama que manchem a nossa Bandeira.

As Cinco Quinas do pendão Português têm ainda a mesma frescura de há oito séculos. Deus anda curvado sôbre o nossa terra.

E acima das hordas de Átila, dos convulsionamentos de Krupp e dos imperialismos de Bismarck, estarão sempre o Verbo de Camões, a espada de Nun' Álvares e a língua de Santo António de Lisboa.

Ah! não fôra a Caridade cristã, que havíamos de mandar, a Keyserling, num envelope sem sêlo, êstes versos formidáveis de um celebrado poeta nosso, que, apostrofando Bismarck, escreveu um dia :

*Lavas as mãos da infâmia e do sangue inocente,  
Monstro patibular?  
Eternamente, eternamente, eternamente,  
as poderás lavar,  
Ou na tréva da noite ou no azul esplendente,  
Ou no perdão de Deus ou nas águas do mar ;  
Que o mar ha-de ficar, súbito, purpurino,  
Vermelha a noite, em sangue o azul e o Criador,  
Sem que nunca as tuas mãos trágicas de assassino  
Jámais, jámais, jámais possam mudar de côr !*

Keyserling é um alemão que nos odeia.

Vejamos agora um italiano que nos ama.

É Guido Battelli.

Professor da Universidade de Florença, veio, há anos, para Portugal, para tomar parte no Curso de Férias anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Sem nunca esquecer a sua querida Itália gloriósa, é um verdadeiro apaixonado por Portugal.

O seu talento, a sua erudição, a sua arte, tudo tem posto ao serviço da nossa Pátria, exaltando-a magnificamente perante o mundo culto. A sua paixão pelo nosso património literário e artístico levou-o a passar horas esquecidas no ambiente silencioso das bibliotecas, sorvendo, resignadamente, o pó secular dos nossos arquivos. Por diversas vezes, fez conferências admiráveis em Lisboa, Pôrto e Coimbra.

A sua voz falou, com a mesma sinceridade, aos veteranos da Ciência e aos Novos de Portugal.

Fez uma tradução em italiano de vários poetas portugueses, que, desde o século XIX para cá, mais se distinguiram pelas suas tendências líricas.

Em jornais e revistas de Florença e Roma publicou artigos de crítica primorosa à trilogia social de Manuel Ribeiro e à obra literária de Nuno de Montemór.

Sobre Coimbra, a cidade encantada do Amor e da Saúde, escreveu um poemeto lírico, cheio de fulgores e de carinho, que Tito Bettencourt traduziu.

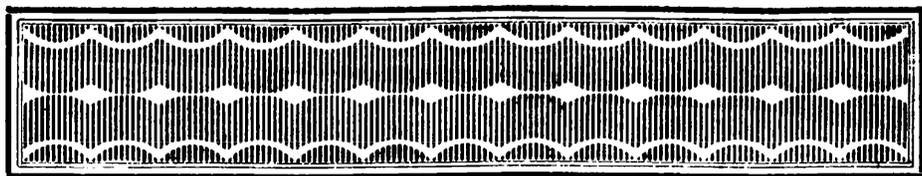
Publicou ainda uma colectânea de poesias formosíssimas sob o título *Terras de Portugal*. São versos às nossas cidades, hinos de glória às nossas coisas belas e eternas.

Quem estas linhas escreve teve a honra e o prazer de verter para a doce língua portuguesa várias dessas composições maravilhosas onde não falta a sobriedade estilística do Pensador que raciocina, nem a melodia interior do Poeta que canta.

Guido Battelli é um italiano que nos ama. Não foi recebido em Portugal como Keyserling, com ternos de clarins, foguetes, palmas, apoteoses.

Entrou quási em silêncio, com aquela modéstia que lhe caracteriza a fisionomia. Mas soube apegar-se de tal maneira às nossas coisas e à nossa alma, que a gente quási o considera português de lei.

Portugal que o não esqueça !



# O Gênio Dramático de Fernão Lopes

por ANTÔNIO ALVARO DÓRIA

**N**A madrugada da prosa portuguesa, ia-se dissipando a melodia dos *cantares de amigo* e de *mal-dizer*, desfazia-se lentamente a prosa titubeante dos velhos crônicas, já o gôsto pelos romances bretões desaparecia, surge-nos como figura de primacial grandesa «Fernão Lopes pai da prosa portuguesa e o primeiro talvez que na Europa escreveu a história dignamente (1)», figura que tem dado motivo para controvérsias, sem que daí tivesse resultado a ofuscação por um momento só do brilho que tão naturalmente dêle dimana, um brilho todo próprio que não precisa dos europeis falsos da retórica para fulgir com intensidade.

Fernão Lopes — devemos acentuá-lo, mórmente numa época em que é costume duvidar-se das suas qualidades de historiador e de artista — é o nosso primeiro prosador no tempo e um dos primeiros no espaço, para empregarmos uma terminologia matemática não de todo descabida neste lugar. Não obstante os rudes ataques por vezes sofridos, ainda continua a ser um grande artista da prosa (não por mercê que lhe hajam concedido, mas por direito próprio de conquista), um dos nomes que merecem ou melhor *devem* figurar numa antologia dos grandes escritores mundiais.

Escrevendo numa época em que a língua saía do balbuciar medieval, ainda o português mal diferia do galego, lutando com uma sintaxe semi-latina e bastante barbarizada, Fernão Lopes, contudo, conseguiu dar-nos uma narrativa límpida e na qual raríssimas vezes o seu

---

(1) Francisco Dias Gomes, *Obras poéticas*. Lx.<sup>a</sup>, 1799, pag. 290 — nota.

dizer emperra mas não deixando de ser compreensível nem para leitores de hoje, pouco familiarizados com o português do século XV.

A sua obra, porém, tem sido estudada pacientemente por diferentes escritores que dêle se ocuparam, desde Ferdinand Denis e Aragão Morato, até modernamente Braamcamp Freire e os snrs. Aubrey Bell e Hernâni Cidade, e outros que exaustivamente ou de passagem a êle se referiam. Não vimos, pois, mais uma vez encarar os multiplos aspectos sob que ela pode ser estudada, nem tam pouco é nosso intento fazer um estudo erudito sôbre êsse delicioso cronista; pretendemos muito sumariamente estudar o extraordinário génio dramático de Fernão Lopes, o seu poder descritivo no diálogo e na acção, e aquella mestria que só êle teve de fazer mover as multidões e viver os seus personagens com requintes de psicólogo, para espantar em tal época.

A obra conhecida do nosso cronista limita-se às duas crónicas — de D. Pedro I e D. Fernando, — e à sua obra-prima que é a *Crónica de Dom Joam*, servindo-nos estas duas últimas para apresentarmos breves exemplos para a tésse que temos em vista.

Nunca é de mais insistir sôbre o poder descritivo de Fernão Lopes; custa a crêr que numa época tão recuada, quando se obliterára quasi por completo o sentido estético dos gregos e dos romanos, quando ainda se não conheciam os poemas e vastas epopeias hindús onde resuma tanta beleza, custa a crêr, diziamos, que um obscuro cronista, um humilde *escrivam da puridade* dum infante português pudesse dispor dum verbalismo tão próprio e tão belo como aquele em que estão escritas as três crónicas conhecidas de Fernão Lopes. Através de oito séculos de literatura tivemos escritores profundamente artistas ou profundamente humanos, mas só três tivemos aliando a sua humanidade à simplicidade no dizer, sem retóricas escusadas e sem excrecências verbais inúteis em obras de arte — Fernão Lopes, Gil Vicente e Eça de Queiroz, — um poeta e dois prosadores, que também foram dois grandes poetas, todos três profundos prescrutadores da alma humana e que nos deixaram *tipos* verdadeiros e eternos, embora os dois últimos tivessem de recorrer à fantasia para nos darem essas figuras imortais da *Brizida Vaz*, da *Mofina Mendes* ou do *Juiz da Beira*, da *criada Juliana*, do *conselheiro Acácio* ou de *Gonçalo Mendes Ramires*, *tipos* que nós estamos a ver, que constantemente vemos à nossa volta, que são retratos vivos e fieis do natural e únicos na nossa literatura tão rica de nomes notáveis, tão pobre de criadores de *tipos* psicológicos, profundamente lírica como ela é. Porque não era um escritor de imaginação Fernão Lopes não teve necessidade de criar os seus «caracteres»: tinha-os ali junto de si; era o rei D. Pedro «grande caçador e monteiro...

grande creador de fidalgos de linhagem... em dar mui ledos»; era o formoso D. Fernando, «mancebo valente, ledos e namorado, amator de mulheres e achegador a elas... tão amavioso de todos os que com elle viviam, que não chorava menos por um seu escudeiro, quando morria, como se fôsse seu filho»; era essa extraordinária e incompreendida Leonor Teles, «loução e aposta, e de bom corpo»; era mais, próximo do seu tempo, o mestre de Avis, depois D. João I, de quem traçou o retrato não só na sua crónica própria, mas também na de D. Fernando; era o seu paladino, herói máximo da raça, Nun'Alvares, cujos elementos para o admirável retrato estão dispersos pelas crónicas de D. Fernando e de D. João; era a irmã de Leonor, D. Maria Teles, «sisuda e corda... formosa e aposta, e muito graciosa» era o marido desta, o violento infante D. João «bem composto em parecer e feições, e comprido de muito boas manhas; muito mesurado e pação... muito grado e prestador a qualquer que nele catasse cobro... o homem de toda a Hespanha que melhor e mais aposto desenvolvia um cavallo»; era Alvaro Pais, eram os da Ala dos Namorados, eram todos aqueles «apostolos, martyres e confesores» de que o Cronista fala ao enumerar a pleiade illustre de fidalgos que ajudaram com a sua espada o Mestre a conquistar o trôno; era enfim e sobretudo, o povo anónimo que nesses poemas dramáticos, que são as suas crónicas, se move com ademanos de côro de tragédia esquiliana, comentando a acção ou, as mais das vezes, misturando-se heroicamente a ela.

Quem ler as crónicas de Fernão Lopes não pode permanecer insensível diante das suas descrições das agonias do povo nos cercos e nas batalhas ou nas suas horas gloriosas depois das vitórias. A narração da morte do conde Andeiro é duma intensidade dramática de tal ordem que não resistimos à tentação de a extratar aqui quasi na íntegra:

«Em o outro dia, pela manhã, partiu o mestre d'aquella aldeia hu dormira, e começou d'andar seu caminho, sem trigança alguma desacostumada; e no caminho dizem que descobriu o Mestre d'Aviz esta cousa a alguns dos seus (o plano da morte do Andeiro)... e disse a um d'elles:

«— I-vos deante quanto poderdes, e dizei a Alvaro Paes que se faça prestes, ca eu vou pera fazer aquillo que elle sabe.

«E o escudeiro andou á pressa e deu-lhe o recado, e tornou-se para o Mestre onde vinha; e elle trazia uma cota vestida, e até vinte consigo, com cotas e braçaes, e espadas cintas, como homens caminheiros, e chegou ao paço a hora de terça ou pouco mais, sem deter porém em outra parte. E quando descavalgou e começaram de subir acima, disseram uns aos outros mui manso:

«— Sêde todos prestes, ca o Mestre quer matar ao conde João Fernandes.

«A rainha estava em sua camara, e donas algumas assentadas no estrado; e o conde de Barcellos seu irmão, e o conde D. Alvaro Peres, Fernando Affonso de Samora, e Vasco Peres e outros estavam em um banco; e o conde João Fernandes, que d'ante estava á cabeceira d'elles, estava entonce de gíolhos ante ella, e começava de lhe fallar passamente. E em lhe sendo assim falando, bateram á porta, e o porteiro como entrou o Mestre, quiz cerrar a porta, por não entrarem nenhum dos seus, e disse que o perguntaria á rainha, não por d'elles haver nenhuma suspeita, mas porque a rainha estava com dó, e em semelhante tempo a este, por respeito devida a sua pessoa e real estado, não era costume de nenhum entrar, salvo esses senhores, sem lhe primeiro fazer saber.

«E o Mestre respondeu ao porteiro :

« — Quê has tu assim de dizer ?

«E em esto entrou de guisa que entraram todos os seus com elle, e elle moveu passamente contra onde estava a rainha, e ella se levantou e todo os outros que eram presentes. E depois que o Mestre fez reverencia á rainha, e mesura a todos, e elles a elle recebimento, com toda a cortezia que pera com taes pessoas e em taes tempos se costumava de ordinario no paço, disse a rainha que se assentasse, e falou ao Mestre, dizendo :

« — E pois, irmão, que é isto ? A que tornastes de vosso caminho ?

« — Tornei, Senhora, disse elle, porque me pareceu que não ia desembargado como cumpria. Vós me ordenastes que tivesse cargo da comarca d'Antre Tejo e Odiana, se por ventura el-rei de Castella quizesse vir ao reino e quebrantar os tratos d'antre nós e elle; e porque aquella frontaria é grossa e de grandes senhores, assim como do mestre d'Alcantara e d'outros senhores fidalgos, e aquelles que vós assignastes pera a guardarem commigo me parecem pouco, porende tornei, pera me dardes mais vassallos pera vos eu bem poder servir, segundo cumpre a minha honra e a vosso serviço.

«A rainha disse que era mui bem, e mandou logo chamar João Gonçalves, seu escrivão da puridade, que visse o livro dos vassallos, e d'aquella comarca, e que lhe desse fé quantos e quais o Mestre quizesse e que fosse logo desembargado de todo. João Gonçalves foi logo chamado depressa, e foi-lhe assentar com seus escrivães a prover o livro pera desembargar o Mestre.

«E em esto começaram de o convidar os condes, cada um por si, e isso mesmo o conde João Fernandes se afficava mais que comesse com elle, que os outros. O Mestre não quiz tomar o convite de nenhum, escusando-se por suas palavras, dizendo que só tinha prestes de comer,

que mandara fazer ao seu veador; porém dizem que disse mui escusamente ao conde de Barcellos, que o não sentiu nenhum:

«— Conde, i-vos d'aqui, que logo quero matar o conde João Fernandes.

«E respondeu que se não iria, mas que se estaria ali com elle, pera o ajudar.

«— Não sejaes, disse o Mestre, mas rogo-vos todavia que vos vades d'aqui, e me aguardeis pera o jantar, ca eu, Deus querendo, tanto que isto fôr feito irei comer convosco...

«... E falando esto e em outras cousas, chegaram-se as horas de comer; espediu-se o conde de Barcellos e des-ahi os outros, ca aos mais d'elles dava a vontade aquello que se depois fez. Ficando assim, o conde João Fernandes agastava-se-lhe o coração, e tornou a dizer ao mestre:

«— Vós, senhor, todavia, comer-heis commigo.

«— Não comerei, disse o Mestre, ca tenho feito de comer.

«— Sim, comereis, disse elle, e emquanto vós falaes irei eu mandar fazer prestes.

«— Não vades, disse o Mestre; eu vos hei de falar uma cousa ante que me vá, e logo me quero ir, ca é já horas de comer.

«Entonce se espediu da rainha e tomou o conde pela mão, e sahiram ambos da camara a uma grande casa que era d'ante e os do Mestre todos com elle, e Ruy Pereira e Lourenço Martins mais acerca; e chegando-se o Mestre com o conde acerca de uma fresta, sentiram os seus que o Mestre lhe começava de falar passo, e estiveram todos quedos, e as palavras foram entre elles tão poucas, e tão baixo ditas, que nenhum por entonce entendeu quejandas eram, porém affirmam que fôra d'esta guiza:

«— Conde eu me maravilho muito de vós serdes homen que eu bem queria, e trabalhardes vós da minha deshonra e morte!

«— Eu, senhor?! disse elle. Quem vos tal coisa disse mentiu-vos mui grão mentira.

«O Mestre, que mais tinha em vontade de o matar que de estar com elle em razões, tirou logo um cutello comprido e enviou-lhe um golpe á cabeça; porém, não foi a ferida tamanha que d'ella morrera se mais não houvera. Os outros todos, que estavam d'arredor, quando esto viram, lançaram logo espadas fóra, para lhe dar, e elle, movendo para se acolher á camara da rainha, com aquella ferida, e Ruy Pereira, que era mais acerca, metteu entonce um estoque d'armas por elle, de que logo cahiu em terra morto. Os outros quizeram-lhe dar mais feridas, e o Mestre disse que estivessem quedos, e nenhum foi ousado de lhe mais dar».

Foi longa a transcrição, mas necessária para que pudessemos apanhar a intensidade dramática em todas as suas nuanças. Estamos a ver

o desenrolar do drama, e a progressão que êle vai seguindo: a entrada inesperada do Mestre, a surpresa da rainha, a desconfiança do Andeiro tentando escapar-se, a saída deles todos, e a cena final que, a avaliar pela brevidade da narrativa, deveria ter sido extraordinariamente rápida.

Um escritor realista, com todo o seu poder descritivo, os seus preconceitos de escola descendo até ao pormenor ínfimo, e os recursos que tinha à mão não poderia ter-nos dado em tão poucas palavras uma descrição tão vivida e de intensidade dramática tão forte como a daquele velho Fernão Lopes cuja arte foi decerto ingénita, sem preparação alguma anterior. E' certo que o seu cargo de «escrivão da puridade» o obrigaria a tomar conhecimento com a cultura do seu tempo e os processos literários de então; é factó também que por várias vezes cita autores, embora poucos, que leu; e é verdade que seguia na peugada de Pérez de Ayala, embora o excedesse muitíssimo; mas a nosso ver todos êsses elementos de nada lhe teriam servido se não possuísse aquele talento muito seu cujo fruto melhor foi a *Crónica de D. João I*.

Vejamos agora o seu dom de movimentar as multidões. Como Zola, o mestre naturalista, Fernão Lopes foi genial no modo de apresentar os grandes aglomerados humanos, quer os animasse uma intensa alegria, quer os movesse uma profunda cólera. Na sua crónica do rei de bôa memória só há dificuldade na escolha daqueles trechos que melhor possam ilustrar a nossa asserção. Limitaremos, porisso, a nossa transcrição àqueles passos onde com mais segurança se manifesta o poder animador do velho cronista.

O primeiro é o da cena canibalesca da morte do bispo de Lisbôa, D. Martinho, «grande lettrado e bom ecclesiastico», que «regia mui bem sua igreja», mas que sendo castelhano incorrera na ira do povo por não mandar repicar os sinos da Sé à morte do Andeiro, e os excessos que se lhe seguiram.

«Elles, quando viram que os não repicaram na Sé, e que o bispo d'aquella guisa estava na torre e as portas da igreja fortemente cerradas, que as não podiam tão azinha quebrar, houveram escadas e entraram por uma fresta, e foram mui á pressa abertas, e entraram entonce quantos quizeram, sendo muito poucos, em respeito dos que estavam fóra. E a comum voz de todos era que fôsem acima vêr quem estava na torre, e porque não repicara, como nas outras egrejas; e se fôsse o bispo que o deitassem a fundo.

«Silvestre Esteves, homem honrado, procurador da cidade e alcaide pequeno d'ella, e outros subiram por uma estreita escada que anda a de

redor, porque não ia mais que um ante outro, nem podia ninguém entrar a torre enquanto a de cima defender quizessem. O bispo, vendo como era castellão, e de nação a elles contraira, receava muito em tal união (e todo o sizudo deve recear) e não lhe dava logar que entrassem, porém, vendo-se sem culpa, des-ahi tal pessoa ecclesiastica, segurando-o a elles porém primeiro, e os que com elle estavam, houveram entrada acima; e perguntando-lhe porque não mandara dar á campana, pois aquellas gentes bradavam que repicasse, e elle se escusou por suas mansas e boas razões, de geito que todos foram contentes.

«A secca sanha, que em taes feitos nenhuma razão esguarda, começou tanto de dar nos entendimentos do povo que á porta principal da igreja estava, que começaram de bradar, altas vozes, aos de cima, que estavam fazendo que não deitavam o bispo a fundo, dizendo: guardae-vos, não vamos nós lá, ca se nós imos todos vós haveis d'ir a fundo com elle.

«Os de cima, que vontade não tinham de lhe fazer mal nem nojo, era-lhes muito grave de fazer, a uma, por ser bispo, e mais seu prelado; des-ahi, por a segurança que lhes haviam feitos não sabiam que fizessem.

«A sanha trigava os corações, e com mencoria começaram de bradar, olhando para cima, dizendo:

« — Que tardada é essa que vós lá fazeis, que não deitaes êsse trêdor a fundo? Já vos tornastes castellãos com elle? De mais se vos peitou que o não deitasseis, e sois já todos um accordo?

«Entonces começaram todos de jurar que se o não deitassem iam acima, que todos viessem a fundo com elle.

«E porquanto todo o temor é justo, por que homem pode vir á morte ou acerca d'ello, houveram d'esto tão grão receio, que logo o bispo foi morto com feridas, e lançado á pressa a fundo, onde lhes foram dadas outras muitas, como se ganhassem perdoança, que sua carne já pouco sentia. Ali e desornaram de toda a vestidura, dando-lhe pedradas, com muitos e feios doestos, até que se enfadaram d'elles os homens e os cachopos, e foi roubado de quanto havia.

«Semilhantemente, foi lançado a fundo aquelle priol de Guimarães, seu convidado, por um escudeiro que lhe mal queria: subindo acima com os do concelho, e viu tempo azado pera o matar, e, buscando-o pela torre, achou-o escondido e matou-o, e não tendo ninguém sentido da morte d'elle, porque estavam com o bispo. Nem o vendo como levar d'alli, deitaram da torre a fundo. O coitado do tabellião, que tão pouca culpa havia, com os outros: começaram de o trazer a fundo e de o loestar e empuxar, dizendo que, com o bispo estava, bem sabia parte d'aquella treição; e tantas lhe

deram de punhadas até que lhe começaram de dar feridas, e mataram-n'o; e assim mataram todos três, e outros fugiram.

«E jouveram ali aquelle dia á noite o priol e o tabellião, e em esse dia algumas pessoas refeces lançaram ao bispo, onde jazia nu, um aração nas pernas, e, chamando muitos cachopos que o arratassem, e ia um rustico bradando deante:

«— Justiça que manda fazer Nosso Senhor o papa Urbano VI a este trédor scismatico, castellão, porque não tinha com a Sancta Madre Egreja.

«E assim o arrastaram pela cidade, com as vergonhosas partes descobertas, e o levaram ao Rocio, onde o começaram de comer os cães. que o não ousavam nenhum soterrar; e sendo já d'elle muito comesto o soterraram em outro dia, ali no Rocio. E os outros dois foram depois soterrados, por tirarem fedor d'ante sua vista».

Seguimos perfeitamente neste trecho transcrito, a ira popular extravasando numa época em que campeava a anarquia, em que os futuros chefes não estavam ainda unidos e em que cada um, temendo o incerto futuro, tratava apenas de salvar-se, época revôlta em que nem os laços de parentesco eram motivo para trégua entre os homens. E' o próprio Fernão Lopes quem no-lo diz, sem esconder a sua mágua: «Quanta descordança pensaes que era, de paes com filhos e de irmãos com irmãos, e de mulheres com os maridos?» O povo via um inimigo em todo o castelhano e só encontrava inocência em todo aquêlle que fôsse português.

*(Conclui no próximo fasciculo).*

# VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1831

GUIMARÃIS HÁ 100 ANOS

## Abril

**Dia 8** — Morreu de 80 e tantos anos o Padre Manuel Vicente (de Carvalho, beneficiado), morador na rua das Molianas e irmão do falecido Francisco Pinto do Guardal. Foi sepultado no dia seguinte na igreja de S. Pedro. (P. L.)

**Dia 15** — Por decreto desta data, publicado na ordem do dia, n.º 23, do quartel general do Paço de Queluz, foi demitido do serviço o alferes do regimento de milicias de Guimarães, Francisco Martins de Abreu, a requerimento seu, por motivos atendíveis.

\*

Morreu, na cidade do Porto, D. Maria de Sousa Peixoto de Carvalho, natural desta vila e moradora no terreiro de S.ª Clara da mesma. No dia seguinte, 16, veio o seu corpo, em umas andas, da cidade do Porto para esta vila para ser dado à sepultura em um jazigo que ela tinha no claustro de S. Francisco. O seu acompanhamento era feito por alguns padres a cavalo com tochas acesas, seis lacaios com archotes de cera, e uma guarda de cavalaria. Na igreja de S. Francisco estava a maior parte da nobresa da terra, assim como imenso povo que se apinhava, tanto na igreja como no seu adro. (P. L.)

\*

Decreto, em harmonia com o de 9 de Julho de 1829, dando ao batalhão de caça-

dores n.º 7 quartel permanente em Guimarães, ficando a denominar-se Regimento de Caçadores do Minho.

**Dia 22** — Exéquias funebres, com toda a grandesa, na igreja de S. Francisco, por D. Maria Leonor. (P. L.)

**Dia 30** — Deram entrada na Cadeia da correição os presos seguintes, todos por casos políticos, a saber: Henrique José Coelho, ourives, da rua Sapateira, de 42 anos, viuvo, preso em 30 de Novembro de 1828 pelos voluntários realistas à ordem do juiz de fóra; foi em leva para a Beira Alta a 19 de Janeiro de 1832. Jerónimo de Freitas Brandão, do Tournal, S. Sebastião, solteiro, de 32 anos, preso pelos voluntários e milicias em 17 de Dezembro de 1828, à ordem do Juiz de fóra; foi para a Relação do Porto a 1 de Maio de 1832 por ordem do corregedor. Manuel António Moreira, da Cruz da Pedra, Creixomil, casado, de 29 anos, por ordem do Juiz de fóra; também foi para a Relação do Porto a 7 de Maio de 1832 por ordem do corregedor.

## Maio

Neste mês é eleito o penultimo guardião dos Capuchos, frei Bernardo (do Beato Lourenço ou de Braga) (P. L. e F.).

**Dia 1** — Saiu para Lamego uma leva de 30 presos políticos, acompanhada por um contingente do 22, que veio de Braga, e por alguns voluntários realistas. (P. L.)

**Dia 2** — Por ser encontrado das 12 horas da noite de ontem para a 1 hora da madrugada de hoje o *padre* José de Freitas Sampaio e Castro, de ordens menores, de 21 anos, de Golães, foi entregue na cadeia da correição pelo meirinho geral, por ordem do corregedor. Solto a 5 dêste mês.

**Dia 5** — Decreto nomiando capitão da 7.<sup>a</sup> companhia do regimento de caçadores do Minho o capitão do regimento de infantaria de Leiria, Joaquim Felix de Azambuja Prouença.

**Dia 9** — Neste dia e no seguinte não saiem as procissões das ladainhas por chover muitíssimo já há mais de um mês, continuamente, pelo que o Cabido fez preces nos dias 13, 14 e 15 dêste mês para pedir sol, pois que todas as terras estavam por lavrar. (P. L.)

**Dia 15** — Chegou a esta vila a nomiação dos 2 camaristas que faltavam, por os outros não haverem aceitado, e assim ficou a Câmara completa, sendo vereadores o Major do Arco; Antonio do Couto Ribeiro — e o Brandão, — procurador Antonio José Mendes d'Oliveira. (P. L.)

**Dia 16** — Em sessão extraordinaria da Câmara foi apresentado o alvará régio de 9 dêste mês escusando os 2 vereadores e o procurador (vidé 5 de Março) e nomiando em lugar dos mesmos a José Mendes da Silva Bragança, Francisco José Mendes Brandão, vereadores; Antonio José Mendes d'Oliveira, procurador, que estando presentes juraram e houveram a posse.

**Dia 22** — Dia do Espirito Santo — Terceiro dia de Preces na Igreja da Misericórdia, por chover há mais de 2 mêses. De tarde sermão pelo guardião da Falperra, que para isto fôra convidado, e no fim procissão do Senhor da Cana Verde. (P. L.)

**Dia 25** — Em vereação : foi aberto um officio do dr. desembargador corregedor, contendo as pautas para a Governança do triênio 1832-34, para se proceder a elas no dia 28, pelas 9 e meia horas da manhã, fazendo-se ciente á Governança desta vila. A requerimento dos misteres da mesa foi taxado o quartilho de azeite a 95 reis, por o almude se vender a 4\$000 reis.

**Dia 29** — Sai para Cepães um forte destacamento de voluntarios, milicianos e alguns officiais de justiça para prenderem alguns constitucionais que para essas partes andavam armados. Ha algum fogo, morre um lavrador e ficam feridos alguns dos soldados que daqui foram, concorrendo muito para isto o persuadirem-se os povos daquelas freguezias que os soldados do destacamento eram ladrões que os iam roubar. O destacamento chega aqui no dia seguinte, trazendo presos três homens e duas mulheres. Eram de Fafe, da familia dos Lobos (P. L.). — No registo da cadeia, dia 30, vê-se : João Luis Pereira e Antonio de Castro, ambos de S. Clemente de Silvas e casados, aquele de 24 anos, e êste de 36 e lavrador; foram para a Relação do Porto em 22 de Fevereiro de 1832, o 2.<sup>o</sup> tornou a entrar aqui em 11 de Novembro de 1833 pelo mesmo crime, seguindo para a Relação de Lamego, a 1 de Dezembro de 1833, por ordem do corregedor.

Os fregueses de Creixomil vão pela Senhora da Luz e levam-na em procissão para a sua igreja onde Lhe fazem 3 dias de Preces pedindo-Lhe sol, pois ainda estavam muitas terras por lavrar. (P.L.).

## Junho

**Dia 1** — Principiam preces na igreja de N. Sr.<sup>a</sup> da Consolação e Santos Passos, para pedir sol. (P. L.)

**Dia 2** — *Corpus Christi* — Na forma do costume saiu a procissão. Foi o 1.º dia de sol e calor depois de 3 meses de chuvas. (P. L.)

**Dia 3** — Ultimo dia de preces na igreja de N. Sr.ª da Consolação. De tarde sai pelas ruas da vila, em procissão, a imagem do Senhor dos Passos; estavam as portas e janelas fechadas. (P. L.)

**Dia 6** — Sai para Braga o destacamento do regimento n.º 22 que aqui estava. Ficam a fazer a guarnição algumas milicias desta vila. Á noite foram dadas algumas cacetadas pelos realistas. (P. L.)

**Dia 10** — Nasce o 2.º visconde e 2.º conde de Vila Pouca, Rodrigo de Sousa Teixeira da Silva Alcoforado, na cidade do Porto.

**Dia 15** — A Misericórdia faz exéquias ao seu bemfeitor Luiz Martins da Costa, de Aldão, que lhe havia deixado 9 contos de reis, só com a obrigação de dar diariamente 10 tigelas de caldo e 10 vintens de pão aos presos das cadeias de esta vila. Houve oração recitada por um frade beneditino do mosteiro de Santo Tirso cujo nome ignoramos. (Era padre mestre pregador geral, e recebeu 24\$000 reis (P. L.)

**Dia 17** — A Misericórdia faz exéquias (em tudo iguais às do dia 15 deste mês, só com diferenças que n'estas foi orador o leitor de S. Domingos desta vila) pelo Manuel José do Covelo, negociante do Porto e natural de Amarante, que lhe deixára 20 mil cruzados. (P. L.)

**Dia 18** — Faleceu, na cidade do Porto, o illustre vimaranense dr. Joaquim Navarro de Andrade, do conselho de S. Mag.ª, fidalgo cavaleiro da sua real casa, comendador da Ordem de Cristo, fisico-mór honorário do reino, lente de prima jubilado na Universidade de Coimbra e director literário da Academia Real da Marinha e

Comercio da cidade do Porto. Ha tempos que padecia da molestia da gôta; o cada-ver foi sepultado a 19, depois do officio de honras, na igreja das religiosas carmelitas.

**Dia 21** — Deu a alma ao creador o P.º José Narciso Monteiro, presbitero secular e morador na praça do Toural. Foi sepultado no dia seguinte na capela dos 3.ºs Dominicanos. Morreu de 30 e tantos anos de idade, estando comprometido por opiniões politicas (P. L.)

\*

Por decreto, e a seu requerimento, alegando motivos atendiveis, é demittido o alferes do regimento de milicias de Guimarães, António José de Sousa Maranhas.

**Dia 22** — Em vereação: os juises e homens de falas, das freguesias do termo, elegeram os recebedores da décima, nas suas freguesias.

\*

O vimaranense João de Melo Pereira Sampaio, tomou posse do cargo de Corregedor de Valença, para que fôra nomiado por uma carta de 2 de Dezembro de 1830.

**Dia 28** — Em vereação: compareceram os juises e homens de falas das freguesias de Caldelas, 4 Sandes, Balazar, Longos e Barco, e foi-lhes ordenado avisassem os lavradores jornalheiros das suas respectivas freguesias, para refazerem a estrada, desde a Senhora da Lapa até ao alto da Falperra, deste distrito, e para principiarem com ella no dia de 2.ª feira, 4 do futuro mês.

**Dia 30** — Por sêr o aniversário em que S. M. o sr. D. Miguel 1.º assumiu os direitos da coroa de Portugal, houve de manhã e ao meio dia repiques em todas as torres; à noite luminárias, repiques e vivas pelas ruas. (P. L.)

JOÃO LOPES DE FARIA.

# PENSAMENTOS, PALAVRAS & OBRAS

## DA VIDA : DOS FACTOS : DAS LETRAS

*«Não surgimos, pois, de improviso, desbaratando os ídolos com a intrepidez da nossa convicção. Para trás, ao longo das Caminhadas ásperas de Portugal, bastantes espíritos nos anunciaram, numa áncia dolorida de perscrutarem as incertezas do futuro».*

ANTÓNIO SARDINHA.

### «Gil Vicente»

**A** GORA, que vamos entrar no 8.º ano de publicação como revista, parece-nos oportuno fazer a história de «Gil Vicente», nas suas diferentes fases, até se tornar um baluarte dos princípios nacionalistas. Assim, à medida que vamos recordando tempos já distantes, queremos, também, prestar a nossa homenagem mais sincera ao grupo de rapazes bairristas que, com o seu esforço generoso, lançou à publicidade o semanário «Gil Vicente».

A 20 de Outubro de 1918, sob a direcção inteligente de Artur Fernandes de Freitas, tendo como administrador A. Faria e como secretário de redacção Eduardo de Sousa, foi publicado o 1.º número de «Gil Vicente» — «semanário defensor dos interesses locais».

Publicava-se aos domingos, tinha a redacção e administração no Largo Dr. Sidónio Pais (hoje Prior do Crato), n.º 99 e 100 e era composto e impresso na *Tipografia Minerva Vimaranense*.

No artigo de fundo «Apresentação» fixava-se a orientação do novo jornal, nos seguintes termos: — Ao lançar à luz da publicidade o primeiro número do «Gil Vicente» — assim denominado em homenagem sincera ao grande Plauto portuguez e introductor do theatro nacional, que alem de ser um poeta de estro brilhantissimo, era um vimaranense illustre — não ignoramos as innumeradas difficuldades que a imprensa atravessa n'este momento; mas, se por um lado esse facto nos podia suster no caminho que nos impuzemos, por outro lado o grande amor, a profunda dedicação que temos por Guimarães poz ponto ás nossas hesitações.

«Semanário independente, elle não se intrometterá em politica, e pol-la ha, portanto, absolutamente de parte».

Os nossos soldados não fôram esquecidos nêsse artigo, pois nêle se afirmava: — «Seja-nos licito ainda, ao terminar êste artigo, saudar d'aqui, d'esta tribuna d'honra, os nossos bravos soldados, os nossos destemidos *serranos*, que na França civilisada e na Africa inculta, dignificam d'uma maneira eloquente, o nome, a tradição e o brio de Portugal!»

Mas, em Dezembro dêsse ano, é assassinado traiçoeiramente na estação do Rocio, o dr. Sidonio Pais. «Gil Vicente» não pode calar a sua indignação e o seu protesto, e, no seu n.º 10, de 22 de Dezembro, dedica a sua 1.ª página à memória do Heroi.

A seguir, em 19 de Janeiro de 1919, fez-se a restauração da Monarquia, no Porto. «Gil Vicente», no seu número 16, de 26 dêsse mês, e em artigo de fundo, sob a epigrafe «Os acontecimentos...», afirma com desassombro: — «Difícil será, para o melhor dos historiadores, apreciar a vida politica do povo portuguez, nestes oito anos de regime republicano. Depois que D. Carlos e seu filho foram assassinados como feras no Terreiro do Paço, Portugal entrou num periodo apressado de agonía.

«O reinado de D. Manuel II, foi um entre-acto para a republica. A monarquia, durante esse reinado efemero, não viveu, vegetou. Os monarquicos, compreenderam tam mal os seus deveres, que após o regicidio, dizendo-se realistas, auxiliaram por todas as formas e feitios, o advento da republica. E no ultimo momento, quando as forças republicanas vibraram os ultimos golpes, na monarquia, quasi ninguem se bateu por ela. Só Couceiro e alguns dos seus companheiros, se bateram com galhardia. O ultimo governo realista, nem meios facultou, a alguns dos seus dedicados, para salvarem a honra própria. Frederico Chagas, essa figura esbelta de marinheiro, poz termo á vida, porque viu o seu ideal perdido, e ninguem o acompanharia naquele dia de Vale de Zebro...»

Ficava assim marcada uma nova orientação e os principios do liberalismo monárquico, que se tinham restaurado no Porto, principiavam a ser combatidos nas colunas do novo semanário.

Fracassada a tentativa de restauração Monarquica, afirmava-se no artigo «Ultima ilusão...», publicado no n.º 19, de 16 de Fevereiro: — «Em Portugal, abundam os politiquetes, mas faltam os políticos. Cá não se é politico, porque se esteja convencido da veracidade da opinião que se segue, mas porque, nuns impera o sentimentalismo, noutros a barriga e a ambição de mando. Não ha correntes de opinião, ha grupos que se reúnem á volta dum homem. Não ha elevação de ideais, ha instintos, que se cultivam, nem sempre para o bem». A seguir, nos artigos *Que nojo!...*, *A*

*Mulher, A mulher e o divórcio*, etc. vai-se fazendo a sementeira dos princípios contra-revolucionários. «Gil Vicente» — parece-nos que não há exagero em afirmá-lo — pôde sêr considerado o primeiro semanário nacionalista que se publicou em Portugal.

Em 25 de Maio de 1919, no artigo *Eleições*, combate-se a burla eleitoral, afirmando-se: — «Ha muito já, nós temos pelo chamado sufrágio popular a consideração que ele merece. Sempre o consideramos uma burla, uma mentira. Mas sendo uma ficção, em si, maior o é ainda, pelo modo como entre nós as populações usam dêle e os caciques o exploram, quantas vezes!, em proveito próprio. É uma mentira o sufrágio popular, porque a maior parte do povo portuguez vota por êste ou por aquêle, sem saber o que êste ou aquêle fará; nem, também, os caciques se dam ao trabalho de lho dizer. Não é uma politica de princípios, a que se faz, mas sim uma exploração de favores, uns feitos, outros que eternamente ficarão no mundo dos possíveis».

Em 5 de Outubro dêsse ano, coincidindo com o 1.º aniversário do jornal, Eduardo de Souza deixa o seu lugar de secretário da redacção, que é occupado por Simão Pinheiro R. Guimarães, entrando, também, João Luiz Caldas — que se revelou um jornalista e polemista brilhante — como redactor principal e editor. O jornal marca mais nitidamente uma orientação nacionalista. O artigo *Foi para isto...*, publicado no numero 65, de 11 de Janeiro de 1920, fechava com esta profecia que hoje vêmos quasi realizada: — «A obra da democracia tem sido negativa. Tem sido destructiva. E nós precisamos de construir. A democracia tomou conta de um jardim e deixou um deserto. Tomou conta de dinheiro e deixou os cofres vasios. Começou a governar um povo que não sabia o que eram as bombas e deixou um país de bombistas e anarquistas. Ninguêem conhecia o assassinato político e a democracia em pouco tempo conseguiu fazer um martirólógio. Deixe a democracia de mandar e tudo mudará. As finanças publicas ham-de melhorar. A economia nacional será outra coisa. A fome fugirá para longe. A ordem voltará à nossa terra. O respeito por tudo e por todos será um facto. As classes sociais serão mais uma vez o que noutros tempos já foram e nunca deviam deixar de sêr. O exército será uma força. A Igreja respeitada. Os crentes não serão perseguidos. As prisões serão unicamente para os criminosos».

A 25 de Janeiro dêsse ano, Artur Fernandes de Freitas, A. Faria e Simão Pinheiro R. Guimarães deixam os seus lugares de Director, Administrador e Secretário da Redacção, ficando Simão Pinheiro como Administrador. Agora «Gil Vicente» defende os princípios monárquicos e o seu artigo de fundo, *Um ano depois*, comemora a jornada de Mon-

santo: — «No alto de Monsanto estiveram herois de Africa. De lá combateu a república essa nobre figura de militar que é Solano de Almeida. Costa Pinto, o simbolo dos que não aderem, mais uma vez se afirmou um carácter. Moreira de Almeida combatia para mais tarde pagar no degredo o usar o nome dum dos maiores jornalistas de todas as edades. Ayres de Ornelas, debaixo do fogo, ainda teve coragem de levantar o pendão que tantas vezes immortalizara em combates rudes, no continente negro. Alberto de Monsaraz e Pequito Rebelo, amaldiçoam a república, que combatem com ardor. Os rapazes da Escola de Guerra resgatam com o seu sangue as culpas de muitos que, como êles, uzavam uma farda.»

Em 22 de Fevereiro e por ter de retirar para Coimbra, afim de continuar os seus estudos na Faculdade de Direito, deixa de ser redactor principal o Padre João Caldas. Simão Pinheiro abandona, também, o lugar de Administrador, aparecendo como Director e Editor, a partir do n.º 71, J. M. Fernandes, que, no n.º 79, vai ocupar o lugar de administrador, ficando como Director e Editor o Padre João L. Caldas.

No n.º 85, com data de 20 de Junho de 1920, publica «Gil Vicente» a seguinte notícia: — «Abandonou a direcção do nosso jornal êste nosso amigo (Padre Caldas) a quem os seus muitos afazeres escolares impedem de continuar a prestar-nos o seu concurso. Por isso assume a direcção do «Gil Vicente» o nosso correligionário Snr. Domingos Ribeiro».

No n.º 89, de 25 de Julho dêsse mesmo ano, publicava «Gil Vicente» o seguinte protesto: — «O «Gil Vicente», conscio dos seus direitos civis e políticos, garantidos dentro da Constituição, protesta veemente contra o vil atentado à liberdade de Pensamento cometido em nome do regime, fazendo-se julgar iniquamente num Tribunal Militar o distinto escritor e vigoroso jornalista, sr. dr. Hipólito Raposo, gloria ilustre da Raça e um dos mais valorosos soldados do Integralismo Lusitano, para quem vai, neste momento, tôda a nossa solidariedade acompanhando-o na sua grande vitória moral, bradando com tôda a nossa alma de monárquico e de patriota: Viva a Nação!»

Domingos Ribeiro, operário tipógrafo, combativo e entusiasta, dirigiu o jornal, com muito brilho, até ao n.º 97. A partir do n.º 98 (19 de Dezembro de 1920) «Gil Vicente» passou a ser o órgão da Junta Municipal Integralista de Guimarães, sob a direcção do saudoso Pedro de Freitas. O artigo do fundo dêsse número intitula-se o «Integralismo em Guimarães» e é assinado pelo sr. D. José Ferrão de Tavares e Tavora, hoje nosso querido Director. Dêsse artigo extratámos os seguintes períodos: — «As leis imutaveis que tudo regem na historia dos povos hão-de cumprir-se. É Deus que as promulga. Com a ajuda d'Elle e com a solidariedade dos

homens de bem que trabalham dia a dia, sol a sol, não só para o seu sustento e dos seus, mas para o engrandecimento da pobre patria arrazada por erros que de longe veem, a Junta Municipal Integralista de Guimarães vai tentar restabelecer os organismos d'esta velha cidade para que os seus interesses sejam convenientemente salvaguardados pelas instituições politicas mais convenientes».

Em 9 de Janeiro de 1921 publicava «Gil Vicente» o meu primeiro artigo «Pola lei e Pola Grei» e, a partir do n.º 107 de 24 de Abril, por determinação da Junta Municipal, fiquei a sêr o Secretário da Redacção. A Redacção e Administração passou para a Avenida do Comércio, n.º 104. Em 14 de Agosto, por motivos vários, «Gil Vicente» suspendia a sua publicação.

Mas, em 21 de Janeiro de 1923, sob a Direcção de D. José Ferrão, com Domingos F. Guimarães, como Administrador e Editor, continuando eu no cargo de Secretário da Redacção, reaparece de novo «Gil Vicente», comemorando a Jornada de Monsanto. Esse n.º é todo impresso a azul. Na 1.ª página uma gravura do momento solene do içar da Bandeira Azul e Branca, em Monsanto, no dia 23 de Janeiro. Na 2.ª página gravuras de Felix Correia e Augusto da Costa, combatentes de Monsanto. Na 3.ª página um aspecto da restauração monárquica, no Porto. Colaboração de António Carneiro, José Pequito Rebelo, Felix Correia, Jorge Domingues do Rego Fonseca, Augusto da Costa, Domingos Ribeiro, José Carlos Abelha, Cesar A. de Oliveira e Frederico de Barros Lima. A composição e impressão era feita na Tip. Tirsense, de S.º Tirso. A partir do n.º 17, ficou a sêr feita na Minerva Ribeiro, de Guimarães, e, depois, do n.º 51 em diante, na Tip. Luzitânia. Em 31 de Agosto de 1924 foi publicado o último número (201 da 1.ª série e 76 da 2.ª) do semanário «Gil Vicente». Em Janeiro de 1925 publicava-se o 1.º fasciculo da revista.

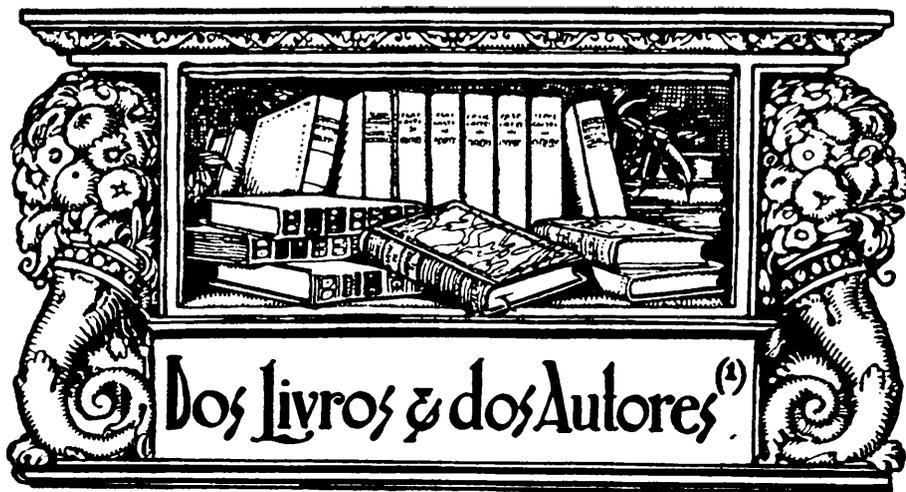
Eis aqui resumida a história e a acção jornalística de «Gil Vicente». E agora... continuemos!

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.

### Dr. Alfredo Pimenta

Inicia hoje a sua colaboração na nossa revista êste nosso querido amigo, distinto escritor e publicista—que é ao mesmo tempo um ilustre e estremecido filho de Guimarães.

Escusado será encarecer tão valioso auxilio, vindo de quem se tem revelado um talento e um artista de incontestavel valor. Limitamo-nos, por isso, a manifestar-lhe a nossa admiração e o nosso reconhecimento por tão grande honra.



A VIRGEM — Romance — por *Nuno de Montemór*, Lisboa, 1931.

Prosseguindo na sua magnífica ascensão, para o levantamento e glória da literatura católica, Nuno de Montemór acaba de nos dar mais uma formosa joia de Arte e de Fé: «*A Virgem*», — o seu último romance.

«Nul ne peut se flatter, dans un tel travail, d'avoir approché la perfection» . . . porque «as tintas da terra não podem dar as côres do céu». E isto tão bem o sentiu o poeta místico do «*Amor de Deus e da Terra*», que logo ao abrir do livro, num geito de oração, desta guisa se dirige à Mãe de Jesus: «A Vossa glória é tão alta, que nestas linhas o meu espírito parece o verme luzente que, das ervas onde rasteja, pretendesse em pleno dia iluminar o sol, e assim em vez do louvor que Vos procurei, resta apenas um escuro maço de papel, que é a minha pública humilhação.

«Seja ao menos êste livro a treva negra onde um raio da Vossa luz por um instante refulja e se recorte».

E êsse raio de luz humilde e pequenina para glória tão alta, raio de luz nimbandando de graça divina a figura espiritual da Virgem Maria, é o próprio livro de Nuno de Montemór, — cantico litúrgico à virgindade sublime da Eleita imaculada, eternamente *bendita entre as mulheres*, como na hora augusta da Anunciação . . .

Assunto delicado, melindroso e difícil é êste, sem dúvida, que Nuno de Montemór escolheu para a realização da sua obra, mas tão belo e fascinante, que desde há muito convida e tenta, em tôdas as modalidades da Arte, a intelligencia e o génio dos maiores artistas da cristandade!

---

(1) Só daremos nota bibliográfica dos livros que nos sejam enviados em *duplicado*, a não sêr que se trate de livros de preço elevado ou notáveis pelo seu valor intrínseco.

Não pôde também, o realizador admirável de «*Maria, a pecadora*», fugir à fascinação de tão formoso motivo e fez de «*A Virgem*» um dos mais belos romances católicos que se teem escrito em Portugal. Moldado em linguagem simples, harmoniosa, colorida e poética, o livro vai-nos mostrando os passos de Maria sobre a terra, desde o seu nascimento em Nazaré, nessa noite distante de Setembro, em que «*rumorejava pela abóbada infinita um côro esparso de assombro*» e «*na escuridão celeste as estrelas cruzavam fios de luz*», até à sua entrada no Templo e à tragédia formidável do Calvário, quando a Virgem, ferida pela mais cruel das dôres «*apertava ao seio a cruz tremente, como se fôra o corpo arquejante do Redentor*».

Humedecida em tintas de devoção e religiosidade, a pena de Montemór deus-nos de Nossa Senhora uma imagem tão bela, tão celeste, que bem pôde dizer-se com Monsenhor Mendes do Carmo, «*que parece ter descido de uma tela de Murilo ou Fra-Angelico, ou então um mimoso retrato que do Céu Ela nos enviasse à Terra!*»

AMOR DE DEUS E DA PATRIA, por *Francisco Martins da Costa* — Guimarães, 1931.

Constitue esta pequenina brochura um discurso pronunciado pelo A., no salão nobre do Azilo de Santa Estefânia, em Guimarães, na noite de 13 de Agosto de 1931, na comemoração do V centenário da morte do Santo Condestável.

E' uma leve peça oratória, escrita em linguagem limpa e corrente, vibrante de patriotismo e de fé cristã. Nela se revela já Francisco Martins da Costa uma inteligência bem formada, esclarecida pela luz dos mais altos ideais, que fizeram de Portugal, no passado, uma nação gloriosa e forte.

De alguns passos do seu discurso, ressaltam bocadinhos, como êstes, que tenho o gôsto de transcrever: «*As crianças devem ser educadas em pensamentos profundamente nacionalistas e cristãos. Devem rever-se orgulhosamente no espelho brilhante da História*».

«*O ideal da Mocidade deve ser a Pátria e Deus*».

«*Glorifique-se a religião, porque ela exalta a ideia de Pátria, que quasi todos os ideais contrários renegam*».

Saudando no moço escritor, que ora desponta, uma formosa esperança do futuro, aqui deixo formulado o meu desejo de o ver caminhar sempre, pela vida fóra, ascendendo no caminho das grandes verdades, que hoje no seu trabalho preconisa.

SOI. NA ALTURA — *Rapsódias da vida de S. Francisco* — por *Dias Palmeira*. Coimbra, 1931.

O formoso livro de versos, que Dias Palmeira dedica a todos os amigos do *Pobrezinho de Assis*, é mais

«... um canto de amor entretecido,  
Dum puro amor, ardente e alevantado»

onde, através da religiosa sensibilidade duma verdadeira alma de Poeta e de Artista despretençioso, se evocam alguns passos da vida de S. Francisco.

O mais belo Santo da cristandade encontrou em Dias Palmeira o seu cantor, — um místico interprete, da linhagem poética de Frei Agostinho da Cruz, êsse inspirado asceta, abrazado de amor divino, que o opulento século XVI nos legou. Como êle, também o autor do *Sol na Altura* foi colher, ao inesgotável campo da matéria religiosa, os temas dos seus versos, que, ora em forma de oração, ora em geito de panegírico, nos dão, em expressivas tintas, a vera effigie daquele que foi *irmão* dos lóbos e das rôlas...

«O' S. Francisco, meu glorioso Santo,  
Sol verdadeiro no Alto colocado ! »

E aos muitos céticos, que por êste mundo arrastam a aridez das suas almas descrentes, eu aconselho, como doce refrigério, a leitura do livro de Dias Palmeira, em cujas páginas se prova que é ainda a Fé matéria sobeja de emoção estética !

HORACIO DE CASTRO GUIMARÃES.

FERNÃO LOPES, por *Aubrey F. G. Bell*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931.

Deve-se êste erudito estudo sôbre o nosso melhor cronista, ao grande escritor inglês Aubrey Bell. Primorosamente traduzido do inglês pelo nosso querido camarada António Alvaro Dória e antecedido de um *Introito* que nos põe em contacto com a personalidade literária de Bell, vem projectar intensa luz sobre o nosso quási ignorado cronista, defendendo-o da acusação de plagiário que, por vezes, lhe tem sido feita, injustamente.

Trabalho biográfico de grande valor e essencialmente crítico, é, como diz o seu inteligente tradutor, «o mais sólido estudo que conhecemos sôbre Fernão Lopes».

O grande historiador do Rei D. João I tem sido ingratamente esquecido e até bastante maltratado pelos escritores portugueses que se lhe teem referido. O sr. Bell, a quem as nossas letras ficam devendo um valioso auxilio, mostra-nos que «Fernão Lopes não só indicou o caminho aos historiadores modernos, sérios e cuidadosos, mas também por si só foi um génio original de primeira ordem, pelo seu estilo literário».

Como o seu tradutor, também nós «esperamos contiadamente que êste livrinho agora na nossa língua, conseguirá chamar sôbre Fernão Lopes as atenções que êle merece do publico em geral e do Estado em particular», pois, como o afirma o escritor Aubrey Bell, «Fernão Lopes é o historiador nacional das palpitações do coração de um povo».

OS PELOURINHOS PORTUGUESES, por *Luis Chaves*.  
Edições Apolino, Gaia, 1930.

Sôbre a origem dos nossos *Pelourinhos*, destroçados pelo vandalismo da política liberal, dá-nos o sr. Luis Chaves, um dos mais distintos e competentes cultores do nosso folclore, um estudo curioso e sintético.

Esses belos padrões «da força vital dos concelhos», são, neste trabalho, arrancados à calunia em que foram envolvidos e restituídos à «sua beleza artistica, não manchada de ignominia».

Profusamente ilustrado com desenhos à pena, este II volume dos «Estudos Nacionais» deve ter larga divulgação para que se faça a reabilitação dos nossos *Pelourinhos*, alguns deles de tão «curiosas características etnográficas».

LES PIRATES, por *Alice Meunier*. Maison de la Bonne Presse.  
— 5, Rue Bayard, Paris 8.º

Alice Meunier, autora deste romance, tem já um outro trabalho que foi coroado pela Académie Française. Apaixonada pela vida no mar, é sobre assuntos essencialmente marítimos que tece os seus livros, tão cheios de vida e de colorido. *Les Pirates* é um livro interessante, de aventuras ocorridas em Java.

LES BLÉS COUCHÉS, por *Pierre Elo*. Maison de la Bonne Presse — 5, Rue Bayard, Paris 8.º

Livro de contos sádios, onde se canta e se exalta a vida sacerdotal. Na seara da Igreja vão sendo cortadas, impiedosamente, as vocações sacerdotais. Em face do deserto que se apresenta conflagrador, Pierre Elo escreve o seu belo livro, exultando as almas para a faina bendita da sementeira das verdades cristãs.

SOUS L'OEIL DE MINERVE, por *Marie Barrère* — *Afre*.  
Maison de la Bonne Presse — 5, Rue Bayard. — Paris.

Em pleno deserto e depois da sua fuga do campo de prisioneiros de Chleuhs, foi encontrado pela jovem Thisbé, que fazia parte de uma missão científica, o oficial francês Xavier Jaux. É à volta deste encontro que se desenrola um romance de amor, em que os designios da Providência se revelam na reconstituição de um lar que parecia em ruínas.

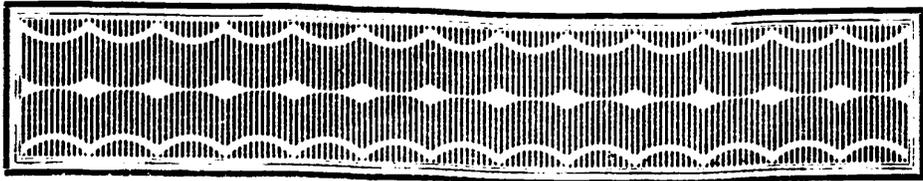
MATHURIN, por *Jacques Morian*. Maison de la Bonne Presse.  
— 5, Rue Bayard, Paris 8.º

Neste romance encantador descreve-se a vida simples de um pobre rapazinho. Desde as primeiras páginas que nos vamos sentindo cativados pela nobre simplicidade e elevação de pensamentos que se manifestam na juventude aventureira do simpático Mathurin.

LES PAPES A TRAVERS LES AGES, por *E. Lacoste*. Maison de la Bonne Presse, 5 rue Bayard, Paris (8.º).

Neste segundo tomo da história dos Papas, são abrangidos 110 anos da história de Roma, fazendo-se a biografia de onze pontífices (S. Pio I a S. Fabião). Belamente ilustrado com 120 gravuras, foi consagrado à memória de Bento XV, que ocupa na escala dos Papas o 265 lugar.

MANUEL ALVES D'OLIVEIRA.



# O Génio Dramático de Fernão Lopes

por ANTÓNIO ALVARO DÓRIA

(CONTINUAÇÃO DE PÁGS. 24 — CONCLUSÃO)

**P**ARA os queixosos da falta de historiadores do povo que não tem dinheiro para peitar cronistas das suas desgraças; para aqueles que acusam Fernão Lopes de só incensar os reis e os príncipes, daremos aqui um extracto da formidável cena, digna da «*Iliada*», única entre tantas que Fernão Lopes nos dá nas suas crónicas: — as tribulações do povo de Lisbôa durante o cêrco dos castelhanos. Neste passo atinge o velho cronista alturas que só mais tarde e raras vezes Barros havia de atingir.

«Estando assim a cidade cercada, da maneira que ouvistes, gastavam-se os mantimentos cada vez, pelas muitas gentes que em ella havia assim as que se acolheram dentro do termo de homens aldeões com mulheres e filhos, como das que vieram da frota do Porto, e alguns se metiam ás vezes em bateis, e passavam de noite escusadamente contra as partes de Ribatejo, que já se achavam prestes per recados que ante mandavam, e partiam de noite remando mui rijamente.

«Algumas galés, quando os sentiam vir remando, isso mesmo remavam á pressa sobre elles, e os bateis por lhe fugir, e ellas por os tomar, eram postos em grandes trabalhos.

«Os que esperavam por tal trigo, andavam por a ribeira da parte de Enxobregas aguardando quando viessem, e os que velavam, se viam as galés remar contra lá, repicavam logo por lhes accorrer.

«Os da cidade, como ouviam o repique leixavam o somno, e tomavam as armas, e saia muita gente, e defendian-nos ás bêstas, se cumpria, e ferindo-se ás vezes de uma parte e da outra, porém nunca foi vez que

tomassem algum, salvo um que certos bateis estavam em Ribatejo com trigo, e foram descobertos por um homem natural d'Almada, e tomados por os castellãos, e elle preso e arrastado e decepado e enforcado. E posto que tal trigo alguma ajuda fizesse, era tão pouco, e tão raramente, que houveram mister de multiplicar como fez Nosso Senhor Jesus Christo aos pães, com que fartou cinco mil homens.

«Em esto fartou assim a cidade apertadamente, que as publicas esmolas começaram de fallecer, e nenhuma geração de pobres achava quem lhe dar pão, de guisa que a perda commum vencendo-se de todo a piedade, e vendo a grande mingua dos mantimentos, estabeleceram deitar fora as gentes minguadas, e não pertencentes pera a defensão. E esto foi feito duas vezes, até lançar fora as mancebas mundanarias e judeus, e outros semelhantes, dizendo que, pois taes pessoas não eram pera pelejar, que não gastassem mantimentos aos defensores, mas isto não aproveitava cousa que muito prestasse.

«Os castellãos é primeira aprazia-lhes com elles, e davam-lhe de comer e acolhimentos, e depois vendo que esto era com fome por gastar mais a cidade, fez-se el-rei tal ordenança, que nenhum de dentro fosse recebido em seu arraial, mas que todos fossem lançados fora, e que se ir não quizessem, que os açoutassem, e fizessem tornar pera a cidade, e esto lhes era tão grave de fazer, tornarem por força pera tal lugar, onde chorando nom esperavam serem recebidos. E taes hi havia que de seu grado se iam da cidade, e se iam pera o arraial, querendo de todo ante ser captivos, que assim perecendo morrerem de fome...

«...Na cidade não havia trigo pera vender, e se o havia era mui pouco, e tão caro que as pobres gentes não podiam chegar a elle... e padeciam mui apertadamente, e dia havia ahi, que ainda que dessem por um pão uma dobra, o não achavam á venda; e começaram a comer pão de bagaço de azeitona, e dos quijos das malvas e raizes d'hervas, e outras desacostumadas coisas pouco amigas da natureza. E taes hi haviam, que se mantinham de alfeloas.

«No lugar onde costumavam a vender o trigo, andavam homens e moços esgravatando a terra, e se achavam algum grão de trigo, metiam-n'o na bôca, sem tendo outro mantimento.

«Os outros se fartavam d'hervas e bebiam tanta agua, que achavam homens e cachopos jazer mortos inchados nas praças, e em outros logares... e comiam carnes das bestas, e não sómente os pobres e minguados, mas grandes pessoas da cidade lazerando, não sabiam que fazer, e os gestos mudados com fome bem mostravam seus encobertos padecimentos.

«Andavam os moços de tres a quatro anos pedindo pão pela cidade,

por amor de Deus, como lhes mandavam suas madres, e muitos não tinham outras cousas que lhe dar senão lágrimas, que era triste cousa de ver, e se lhes davam tamanho pão como uma noz, haviam-n'o por grande bem, e desfaleciam-lhe leite a aquellas que tinham crianças a seus peitos, por mingua de mantimentos, e vendo lazerar seus filhos e filhas, que acorrer não podiam, chamavam sobre elles a miudo a morte, antes que a morte os privasse da vida.

«... Toda a cidade era dada a nojo, cheia de mesquinhas querelas, sem nenhum prazer que houvesse: uns com grande mingua do que padeciam outros havendo dó das tribuladas; e isto não sem razão, ca se é triste o coração cuidadoso nas cousas contrárias que lhe avir podem, vêde que fariam aqueles que as tão continuamente presente tinham.

«Pero com todo esto, quando repicavam, nenhum não mostrava que era faininto, mas farto, e rico contra seus inimigos, e esforçavam-se uns a consolar e dar remedio a seu grande nojo, mas não prestava conforto de palavras, nem podia tal dor ser amansada com nenhuma das doces razões.

«E assim como é natural cousa a mão ir a miude onde seja dôr, assim uns homens falando com os outros, não podiam em al departir, senão em a mingua, que cada um padecia. Oh! quantas vezes encommendavam em missas e pregações que rogassem a Deus devotamente por o estado da cidade, e ficando os gíolhos, beijando a terra, bradando a Deus acorresse, e suas preces não eram cumpridas. Uns choravam entre si, mal dizendo seus dias, queixando-se por quanto viviam, como se dissessem com o Propheta:

«— Ora viesse a morte antes do tempo, e a terra cobrisse nossas faces, por não vermos tantos males.

«Assim que rogavam à morte, que os levasse, dizendo que melhor foram morrer, que lhes serem cada dia renovados padecimentos. Outros se querelavam a seus amigos dizendo: que foram desaventurada gente, que se ante não deram a el-rei de Castella, que cada dia padeceram novas mesquindades, firmando-se de todo em as peores cousas, que fortuna em esto podia obrar...

«...Os padres e as madres viam estalar de fome os filhos que muito amavam, rompiam as faces e peitos sobre elles, não tendo com que lhes acorrer senão pranto espargimento de lágrimas, e sobre isto medo d'aquella vingança, que entendiam que el-rei de Castella d'elles havia de tomar.

«Assim que elles padeciam duas grandes guerras dos inimigos que os cercados tinham, e outra dos mantimentos que minguiavam, de guisa que eram postos em cuidado de se defender da morte por duas guisas.

«Pero que é dizer mais de taes padecimentos; foi tamanho o gasto das cousas que mister haviam, que souo um dia pela cidade que o Mestre mandava deitar fora a todos os que não tivessem pão que comer, e que somente os que tivessem ficassem em ella.

«Mas quem poderia ouvir, sem gemidos e sem choros tal ordenanda de mandados aquelles que o não tinham?

«Porém, sabendo que não era assim, foi-lhe já quanto de conforto.

«Onde sabeis que esta fome e padecimentos, que as gentes padeciam, não era pelo cerco ser prolongado, que não havia tanto tempo que Lisboa era cercada, mas era por azo das muitas gentes que se a ella acolheram de todo o termo. E isso mesmo da frota do Porto, quando veiu, e os mantimentos serém mui poucos.

«Ora esguardae, como se fosseis presentes, d'uma tal cidade assim desconfortada, e sem uma certa fiuza de seu livramento, como viveriam em desvairados cuidados, quem sofria ondas de tais afflicções! A geração que depois veiu, o povo bemaventurado que não soube parte de tantos males, nem foi quinhoeiro de tais padecimentos, os quaes a Deus aprougue de cedo abreviar d'outra guisa, como acerca ouvireis».

Esta cêna é talvês, entre as muitas que escreveu, a melhor que saiu da pêna de Fernão Lopes. Nunca subsequêntemente se viram retratados tanto ao vivo os sofrimentos duma cidade cercada como o fêz o vêlho cronista de rei D. João. O passo acima extratado é dum realismo tão pungente que ainda hoje, seis séculos volvidos, nos comove. Sentimos as dôres daquela multidão anónima que sofria as inclemências dos homens e os horrores da fome; sentimos os tormentos daquele pobre povo que a dentro dos muros da Lisbôa medieval vivia as cruciantes horas da incerteza, com a perspectiva dolorosa da súbita entrada dos castelhanos a dentro da cidade e dos concominantes horrores que sofreriam; temos diante da vista o povo faminto vagueando esquelético e amarelo do forçado jejum, olhando ansiosamente o arraial castelhano pronto a morrer se acaso o invasor assaltasse a cidade. Aquele pormenor das criancinhas de três a quatro anos andarem a mendigar pão pelas ruas da velha Lisbôa mourisca é perfeitamente comovedor. E sôbre tudo isto a figura enigmática do Mestre de Avis, jogando o seu futuro, um trono e quiçá a cabeça. Tudo isto vemos com olhos de ver, tal o poder descritivo e o comunicativo calor de Fernão Lopes. Se mais tarde tivemos historiadores da envergadura de Barros, não voltamos a ter senão, meado o século XIX, com Oliveira Martins, um *artista* que nos deixásse páginas de viva intensidade dramática.

Analisemos de passagem a mestria de Fernão Lopes no diálogo. É sabido que nas suas crónicas *«neglects no opportunity of making his*

*historical characters deliver speeches, after the manner of the ancient writers*» (1); embora muitos dos discursos que põe na bôca dos seus personagens sejam por vezes monótonos pela sua extensão, a verdade é que a maioria deles são demasiado realistas para deixarem de nos impressionar. Fernão Lopes possuía em alto grau todas as qualidades que modernamente deram nomiada a muitos romancistas e se êle empreendeu a historia foi por ser o único género elevado em que podia brilhar um escritor do seu tempo. Os seus diálogos são na maior parte dos casos breves, mas na sua brevidade suficientes para caracterisarem os personagens que neles interveem. Como um formidável trágico da escola de Ésquilo ou de Eurípides, Fernão Lopes dá-nos nas suas crónicas o embater violento das paixões que animavam os homens do seu tempo. Ler uma delas é para nós, os portugueses desta época falha de heroísmos, melhor que lêr o *Agamemnon*, a *Electra* ou o *Orestes* porque se nestas tragédias o diálogo atinge muitas vezes o sublime, a verdade é que não devemos esquecer que os personagens são fabulosos ou francamente míticos, frutos duma poderosa imaginação que escrevia sôbre tradições antiquíssimas da velha Hêlada. Com Fernão Lopes nada disso se dá, porque os seus personagens tiveram existência real, muitos dêles foram seus contemporâneos e se os discursos que pronunciam não são textuais, quási poderíamos afirmar que o são na essência, porque se referiam a uma tradição ainda recente; o cronista, na sua probidade, consultára para a confecção das suas crónicas, personagens que ainda tinham tomado parte nos acontecimentos que narrou.

Para comprovarmos a brevidade e ao mesmo tempo a intensidade do diálogo em Fernão Lopes, iremos desta vez buscar á sua *Crónica de D. Fernando* a cena sempre viva e sempre trágica da morte de D. Maria Teles. O infante D. João já bebera o veneno do ciume; faltava lhe porém completar a tragédia com o crime. Regressando repentinamente da caça, foi repousar a «um lugar que chamam o Espinhal... E n'aquelle lugar chamou o infante todos aquelles que achou comsigo, e fe-los estar quedos, e apartou-se d'elles, a falar com Diogo Affonso e Garcia Affonso do Sobrado; e acabado de falar com estes fez chegar os outros a si e começou de lhes dizer:

«— Vós todos, assim como estaes juntos, sois meus vassallos e

---

(1) F. Bouterwek, *Geschichte der portugiesischen Poesie und Beredsamkeit*, Gotinga, 1805. Trad. ingl. de Thomasina Ross, Londres, 1823, vol. II, 22. (*Apud Bell, Fernam Lopez*, New-York, 1921, 4).

criados e isso mesmo de meu pae, e hei-de vós gran fiança, porque descendeis de boa criação e linhagens, e não devo fazer cousa que vos não faça primeiro saber, e ainda que até hora vos encobrisse algumas cousas de minha fazenda não me deveis pôr culpa, porque conveio de se fazer assim. E hora vos faço saber que a mim é dito que D. Maria, irmã da rainha, não cessa de publicar e dizer que é minha mulher e eu seu marido e que tem escripturas e fidalgos por testemunhas d'ello, e esta cousa ou é assim ou não; e, posto que assim fôsse, cumpria ser guardado em grão segredo, por sua honra e minha. E hora que por parte sua se levantou e descobriu cousa de que se a mim recrescia grão perigo e cajão, e a ella outro-sim, eu vou aonde ella está, a falar e fazer com ella o que cumpre a minha honra e estado.

«A isto cada um e todos responderam que eram prestes e apparelhados, não só para aquilo, que era nada, mas para mais alta cousa que lhe avir pudesse; e elle lh'o agradeceu muito.

«Então, começaram d'andar... N'isto a alva começava d'esclarecer e trigava-se a manhã pera vir.

«Ora assim aveiu, como suas tristes fadas mandaram, que, o infante, com os seus á porta, e uma mulher que havia de lavar roupa destrancou as portas e abriu-as de todo, E assim como foram abertas logo os do infante subiram acima, a uma sala onde jaziam algmas mulheres dormindo e o infante perguntou por D. Maria, a qual jazia em sua camara cerrada, segundo lhe mostraram as que dormiam de fóra, e em outra camara detraz d'aquella jazia uma ama e camareiras, com um seu filho. O infante perguntou então se havia áquellas torres alguma outra entrada, e foi-lhe respondido que não, e as portas eram muito fortes e bem trancadas; e o infante mandou logo quem mais pudesse quebrar mais quebrasse, e cada um se trabalhou, com paus e pedras, de guisa que depressa foram quebradas.

«Ella, acordando subitamente, quando se viu entrar por aquella maneira, alçou-se do leito tão espantada e temerosa que ádur se podia ter em si, e quando se alevantou nenhum vestido nem manto teve accordo nem tempo para deitar sobre si, nem quem lh'o dêsse, porque as que eram dentro com ella, de sob o leito, se não podiam compor de medo e terror; e, sendo a ella de cobrir as vergonhosas partes, não teve outro acorrimento senão uma branca colcha, em que envolveu todo o seu corpo, e acostou-se assim a uma parede, cêrca do leito e logo, assim como entrou o infante, ella o conheceu no rôsto e fala, e quando o viu cobrou já quanto d'esforço e ousança, e disse:

«— Ó senhor, que vinda é esta tão desacostumada?!

« — Boa dona, disse elle, agora o sabereis, Vós andastes dizendo que eu era vosso marido, e vós minha mulher, e emprastastes o reino todo, até que soube el-rei e a rainha e toda a sua côrte, que era azo de me mandarem matar ou pôr em prisão por sempre; e vós deveis encobrir tal razão contra todos os do mundo, e, se vós minha mulher sois, portanto mercieis vós melhor a morte, por me pordes as . . ., dormindo com outrem.

«E dizendo isto lançou mão d'ella. D. Maria, vendo taes razões, respondeu ao infante e disse :

« — Oh! Senhor! Eu entendo bem que vós vindes mal aconselhado, e perdôe Deus a quem vos tal conselho deu, e se prouver a vossa mercê de vos apartardes commigo um pouco n'esta camara, ou se façam estes afora, eu vos entendo de vos mostrar mais proveitoso conselho do que vos deram contra mim; e por mercê vós ouvi-me, e tempo tendes para fazer o que vos prouver.

«E elle não quiz ouvir suas razões, nem lhe dar espaço pera se escusar do erro que não fizera, mas disse :

« — Não vim eu aqui para estar comvosco em palavras.

«Então deu uma gran tirada pela ponta da colcha e derribou-a em terra, e parte do seu mui alvo corpo foi descoberto, em vista dos que eram presentes, em tanto que os mais d'elles em que mesura e boa vergonha havia se alongaram de tal vista, que lhes era dorosa de vêr, e não se podiam ter, de lagrimas e soluços, como se fôsse mãe de cada um d'elles. e, n'aquelle derribar que o infante fez, lhe deu tom o bulhão que lhe dera seu irmão d'ella, por entre o hombro e os peitos, cerca do coração; e ella deu umas altas vozes mui doridas, dizendo :

« — Mãe de Deus, acorre-me e havei mercê d'esta minha alma.

«E tirando o bulhão d'ella lhe deu outra ferida pelas verilhas, e ella levantou outra voz e disse :

« — Jesus, filho da Virgem, acorre-me.

«E esta foi sua postumeira palavra, dando o espirito e bofando muito sangue d'ella».

Mais que drama shakspereano, esta cena é uma perfeita tragédia de E'squilo. Nem para isso lhe falta o côro comentador, personificado em Fernão Lopes :

«Ó piedade do mui alto Deus, se então fôra tua mercê de embotares aquelle cruel cutello; não damnara o seu alvo corpo, innocente de tão torpe culpa ! »

Parece-nos ter deixado suficientemente comprovado com os exemplos extratados, quão grande era o génio dramático de Fernão Lopes. Achamos que já é tempo de se colocar, pois, esta figura a par das grandes figuras

da Europa, ou, como dizia Teófilo Braga, «restituir este vulto á civilização europeia (1)» quer publicando-lhe integralmente as crónicas conhecidas, quer estudando-o conscienciosamente como fez o snr. Aubrey Bell, quer ainda fazendo traduzir nas três grandes línguas cultas — francês, inglês e alemão — não já as crónicas integralmente, mas pelo menos aquelas passagens que melhor vinquem o seu poder descritivo e o seu poder emotivo, para o que sómente haveria dificuldade na escôlha.

Os grandes nomes da literatura mundial não têm pátria; embora vivam em um determinado país e embora também por vezes as tradições nacionais vivam nos seus escritos, a verdade é que êles fôram o que fôram não por terem nascido aqui ou além, mas simplesmente *porque nasceram*. A centelha divina que neles habitou não se formou a dentro de certa nação, mas a dentro dum certo cérebro que seria sempre o que foi, com maior ou menor intensidade, em qualquer ponto do globo onde nascesse. Fernão Lopes onde quer que tivesse nascido teria sido um grande artista, em nada inferior aos seus antecessores que em Atenas ou em Roma haviam elevado o prestígio da língua grega ou da latina. Aclamam-se lá fóra nomes tão grandes como Shakespeare, Racine, Corneille, Calderón ou Goëthe; estampa-se em antologias ou em cuidadas edições o que de melhor tais cérebros criaram; e aqui, num pequeno país perdido na costa atlântica, ao findar a épica Meia Idade e aos primeiros alvares do Renascimento, pacientemente e silenciosamente um humilde *escrivão da puridade* erguia de-vagar «a great epic (2)» na frase justa do snr. Bell.

A *Crónica de D. João* é na realidade uma grande epopeia e é mais do que isso porque é uma epopeia dramática, em que o conflito dos caracteres atinge por vezes a mesma vivesa trágica que nos gregos ou em Shakespeare. Mais vantajosamente para Fernão Lopes ali as atitudes não são estudadas, porque são naturais. Êle não precisou de criar *tipos* imaginários para comover ou revoltar os seus leitores: procurou à sua volta e escolheu aqui e além aquelas figuras épicas ou mesquinhas que lhe poderiam servir para figurarem nas suas crónicas.

Fernão Lopes «is the Middle Ages at their best. He is one of their most splendid bequests to humanity, and ranks with great Gothic cathe-

(1) Teófilo Braga, *Historia da Litteratura Portugueza. — I — Edade Media*, Porto, 1909, pag. 409.

(2) Aubrey Bell, *op. cit.* pag. 32.

*drals, like them the expression of a whole people rather than a single individual* (1)». É, no belo dizer de Herculano, «a Edade Media com sua fé, seu entusiasmo, seu amor de gloria (2)». É também aquela figura interessante que abria os autos e explicava ao espectador o tema da comédia. Nas suas crónicas porém só há cenas grandiosas de tragédia, épicas descrições de combates e até corriqueiros aspectos da vida quotidiana; como num palco gigantesco, ali se debate toda a humanidade: ha toda a gama das paixões e surgem a plena luz figuras odientas de traidores ou de assassinos e figuras resplandcentes de guerreiros e de herois.

A epopeia terrestre da libertação do território português, tão grandiosamente descrita no seu poema da *Crónica de D. João*, foi o digno prólogo da outra gigantesca epopeia — os descobrimentos. Cansado da luta em terra, Portugal voltou-se para o mar, e seu destino fixou-se entre duas eternas colunas — as crónicas imponentes de Fernão Lopes e as tábuas magnificas de Nuno Gonçalves.

---

(1) Aubrey Bell, *op. cit.* pag. 52.

(2) Herculano, *Opusculos*, vol. V. pag. 5.

# Castelos Moiros

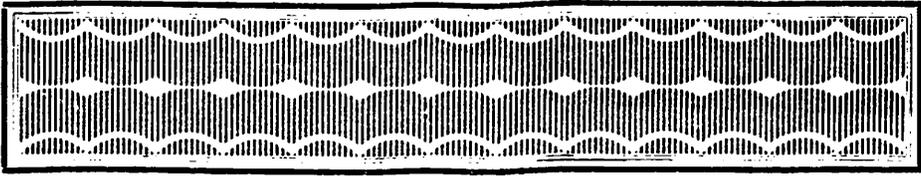
Castelos moiros, que no Azul infindo  
Pondes jarrões de coruchéus tam belos,  
Ouvi a voz da lenda, em seus desvelos,  
A polvilhar-vos dum folclór tam lindo :

São donairosas moiras, indo e vindo,  
A acarretar as pedras dos castelos,  
Rocas nas cintas, a fiar novelos  
De encantamentos, em que vão caíndo . . .

São moiros fortes, de potente braço,  
Erguendo torres albarrãs no Espaço,  
Num belicoso anseio ascencional!

E, no alto dos castelos, o Crescente  
A dominar na Hispânia do Ocidente  
A' espera do pendão de Portus Cale.

Maria Augusta Noqueira.



## À Memória de um Vimaranense Ilustre

por MANUEL ALVES DE OLIVEIRA

**Q**UANDO, naquela tarde de 7 de Março, os sinos de todas as torres anunciavam a agonia do Padre Gaspar Roriz, toda a cidade se sentiu invádida de um calafrio de desalento e de saudade.

O Padre Gaspar Roriz era um destes homens raros, de temperamento artístico e de profundo saber, que criam à sua volta uma bem merecida auréola de prestígio e de admiração.

Bairrista entusiasta, poeta e escritor de largos recursos, era ao mesmo tempo um orador de palavra fácil e elegante, um sacerdote exemplaríssimo, alma sempre pronta a acarinhar, a louvar e a impulsionar tudo quanto fosse nobre e elevado, tudo quanto fosse digno de carinho e de protecção.

Recebia sempre, com o mesmo sorriso tão franco e tão acolhedor, os rapazes que lhe iam pedir versos para uns «reizinhos», os estudantes que lhe pediam a letra para as tradicionais danças, as senhoras que queriam uns sonetos para serem vendidos em festas de caridade; — todos tinham no Padre Gaspar, (o Senhor Padre Comissário como era mais conhecido entre as gentes humildes), um auxiliar infatigável e carinhoso.

Jornalista e polemista de grande valor, defendeu sempre, com muito brilho e elegância, as aspirações nobres e justas da terra que lhe foi berço e sepultura, a terra amada que *é toda a nossa aspiração*, e que lhe ficou devendo a letra, tão vibrante de entusiasmo, do seu hino encantador.

Poeta distintíssimo, deixou uma obra vasta que é pena ficar dispersa e para sempre perdida em jornais e revistas várias, pois ha nos seus versos cambiantes psicológicas curiosíssimas que deviam sêr aproveitadas para uma melhor classificação e definição da poesia portuguesa contemporânea.

Dramaturgo de valor e profundamente psicólogo escreveu várias peças que foram representadas em festas de beneficencia. Se o nosso teatro não estivesse reduzido às traduções bréjeiras do teatro francês ou à especulação desaforada de revistas pornográficas, as peças do Padre Roriz deviam ter o lugar que lhes compete nos nossos palcos.

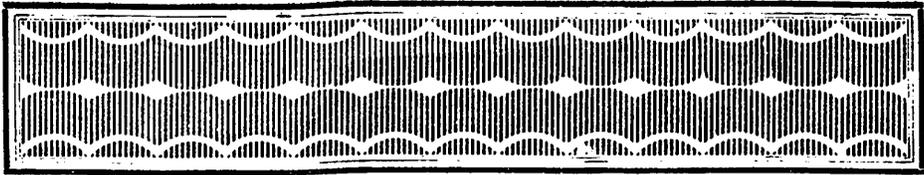
«O Heroi Minhoto», «Os dois marçanos», «O sonho do operário», para falar das que mais successo causaram e tam merecidos aplausos conquistaram, revelam o talento admirável do saudoso e querido escritor vimaranense.

Os princípios que defendemos mereceram-lhe sempre a maior simpatia. Nunca nos faltava com as suas palavras de incitamento e de conselho, sobretudo para que o nosso sindicalismo se tornasse conhecido dos operários, dos «nossos bons operários» — como lhes chamava, — libertando-os da mentira do comunismo e do internacionalismo moscovita.

A sua obra tão vasta e tão bela, mas infelizmente dispersa, não figurará, certamente, na história da literatura portuguesa dos nossos dias. Mas constitúe um alto exemplo de dignidade intelectual e defidelidade à arte, de um encanto inexgotável e de uma graça infantil que exala um perfume dõce e calmo.

Por isso, quando ao brando entardecer de 7 de Março, os sinos de todas as torres anunciavam a agonia do Padre Gaspar Roriz, toda a cidade de Guimarães se sentiu subitamente invádida de desalento e de saudade, chorando aquela alma que os esplendores da luz eterna alumiam já e que, pelas suas virtudes e pelas suas invulgares qualidades, pôde criar à sua volta uma bem merecida auréola de prestígio e de admiração.





# António Ribeiro, o Chiado

por JOSÉ AGOSTINHO

**S** ANHUDAMENTE, truculentamente, é vibrado algures um remoque de grande fereza e estrondo a um homem singelo que considera infeliz a estátua de António Ribeiro, o Chiado, no Largo das Duas Igrejas, em Lisbôa.

O remoqueador é terrível. Pelas atitudes, tem consigo todo o saber, todo o juízo, todo o génio. A sua pena é como um frankisk. A sua voz excede as maiores sonoridades oceânicas em dias de tempestade.

Pelo contrário, o atacado é chão e tímido como os caniçais, curvados ao menor sopro do vento. Não se julga erudito, atilado, genial. Não escreve, montado num corcel de narinas pandas, fumegantes e ofegantes. Senta-se numa cadeira, ainda mais velha do que êle, ao canto dum pequenino gabinete, fumando uns cigarros pobres — já que do tabaco tem o mau vício — e pedindo perdão a Deus de todas as suas faltas, inclusa a de critério. É assim que lê e escreve. Nada mais simples e rasteiro.

Inclinamo-nos, contudo, para o humilde e agredido. Vem-nos êste pendor dos remotos tempos em que lemos pela primeira vez uma fábula de Lafontaine — apodado de cínico por Afonso de Lamartine, mas moralista precioso, apesar de tudo. Essa fábula ensinou-nos a força da humildade e a fraqueza da soberba. O colossal carvalho afrontou orgulhosamente a procela, e foi arrancado pela raís. O pobre junco dobrou-se e a ventania, não encontrando resistencia, passou sem perigo, deixando o junco em paz, são e escoreito, feliz com a sua humildade.

\*

O homem singelo — ousâmos observar — não negou todo o valor ao frade, que renegou da cela, decerto para chiar à vontade, donde lhe viria a alcunha de Chiado. Se bem o compreendemos, estranhou que o

*bargante e dizidor* fôsse estatuado no coração da capital, quando ainda o não fôram homens como Vieira, Bernardes, Herculano, Castilho, Camilo. E, além disto, fez maiores reparos à obra do escultor por dar êste ao *frade das trovas* uma atitude por tal fôrma obnoxia e equivocada, que alguns turistas inglêses, vendo o acachapado monumento, cascalharam: *Schoking!*

E tal escreveu — podíamos jurá-lo — sem os ares aboleimados dos foliculários de botequim, sem converter o impropério em gládio, nem a erudição em pavês.

Porque é, pois, que o crítico augusto, de palafrem aos galões e de durindana alta e relampejante, cai sobre o homem singelo, querendo trucidar e difamar personalidade tão exigua e melancólica?

¡Caprichos próprios do génio formidável! O homem de génio tem fâcilmente arremêssos de ciclone, que não poupa as próprias areias humildes.

Só assim se compreende sanha tão epi-trágica e infanda.

\*

Mas o crítico eminente excede-se na sua ira e despiedade.

Palavras suas, tonitruantes, cavernosas: — *O clericalismo obtuso não lhe deixou ver as numerosas e opulentas obras de António Ribeiro Chiado. Pela certa, não leu nenhuma!*

Isto é fulminante, cheira a extermínio.

Que hade responder o homem singelo? Quando muito, mas de rojo, murmurará, coberto de cinza de cigarro e de lágrimas:

— Basta! Perdôe-me vossa excelência!

Contudo, se o não emudecêsse o pavor e o não ofuscasse a rutilação das armas de cavaleiro tão sublime, talvez pudesse retrucar, como seguidamente expomos: — *Obras numerosas?! Mas muito pouco nos ficou da bagagem literária do frade das trovas!* Chiado seria um génio, génio fecundo e raro; o que não podemos é demonstrar *concrétamente* que o fôsse. E serão *opulencias* algumas ironias e conceitos, algumas faíscas?

Emfim, poderá o pavoroso cavaleiro despedir ainda esta cutilada, que fêre gravemente os melhores críticos portugueses: *a Musa do Chiado era mais genial do que a Musa Gil-Vicentina?!*

\*

Mas por tudo parece que o homem singelo não é obsecado pelo *clericalismo*. ¿Chiado foi mau frade? Também o Padre José Agostinho de

Macedo o foi, e o homem singelo não lhe nega a genialidade estupenda. O que êle não encontra — ¿será sua a culpa? — é alicerces para o edificio de tanta glória. ¿Poderá o crítico augusto concordar com estas ponderações tímidas? Se pôde, o homem singelo ficará tão contente como se o livrassem das mais crueis provações da sua humildade.

E, aqui para nós, se o paladino de ferro decreta sem calúnia que o homem singelo nunca leu um verso de António Ribeiro Chiado, não será também muito calunioso aventar que o próprio magestoso cavaleiro apenas de Chiado parece ter lido os versos transcritos por Alvaro Rodrigues de Azevedo, professor do Liceu do Funchal, no seu livro *Esboço crítico do Bosquejo histórico da literatura clássica grega, latina e portugueza do Snr. A. Cardoso Borges de Figueiredo* (Funchal, 1865).

Salvo o ultra-devido respeito, o formidável crítico parece copiar dêsse livro: 1.º frases inteiras como: — *voa com possança ás regiões do sublime, fustiga com a aza do génio, certeira e fugaz, o ridiculo e o nada dos homens...* (Pág. 220 do livro citado); 2.º transcreve de Chiado *exactamente e sómente* os mesmos versos, encerrando a transcrição, como Rodrigues de Azevedo, com a quintilha:

*Faz a vontade ao mundo,  
entregalhe teu coração.  
He hum satanaz segundo  
que vos veja hir ao fundo,  
nam vos hade dar a mam.*

Coincidências?! Com *certeza*. Quem pode suspeitar de plagiário o contendor augusto? O mais certo é que Rodrigues de Azevedo *plagiasse* em 1865 o que o poderoso crítico escreveu... em 1931. Mas a posteridade ha de vingar a afronta, e o miserável R. de Azevedo, que ganhou com o seu livro a reputação de muito erudito, de certamente dialéctico e de elegantissimo e vernáculo na dicção, tem de carregar com o labeu de plagiário!

Já viram maior descôco do que um plumitivo *plagiar* em 1865 o que um homem de génio escreve em 1931 — isto é, 67 anos depois?

Entretanto, o crítico augusto, se parece ter sido *plagiado* em tantas coisas, não o foi numa afirmação de R. de Azevedo (nas citadas págs. 220); *E o Chiado, apesar do exiguo das obras que dêle nos chegaram...* Nêsse ponto divergem os dois autores. R. de Azevedo, no ano de 1865 — há 67 anos — em vez de considerar *numerosas e opulentas* as obras de Chiado, esquece-se de *plagiar* também nisso o sublime artigo que o nosso grande crítico

escreveu... em 1931, no ano passado, e acha *exiguo* o cabedal literário que temos do *frade das trovas*. Notem, não o acha *numeroso e opulento*.

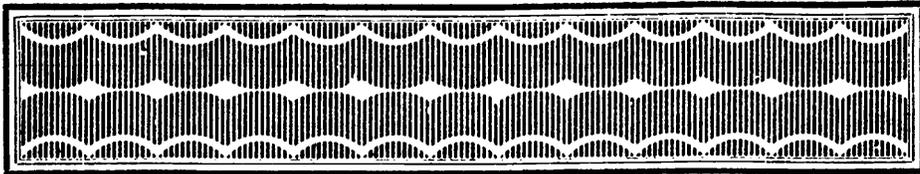
Mas, se tudo isto é assim assombrosamente demonstrativo do gênio e glória do gigantesco e infalível crítico, prodígio de erudição e critério, como é que um gênio tão grande, tão intangível, tão consagrado, tão estupendo, tão *único*, desce a profligar o homem singelo que piedosamente defendemos dentro da possível imparcialidade?

\*

Mas nós julgamos compreender. Sua poderosa excelencia é talvez candidato à Academia das Ciências, presidida por um languido literato — apreciadíssimo pelas damas frívolas e por vários salsas — o qual erra a própria história nacional e ignorantemente se choca com sábios como o snr. Dr. José Maria Rodrigues, e não prima pela pura originalidade dos conceitos, quási todos nados e criados em França... pelo que, se não é o *mais alto*, como dizia o outro, é o *mais representativo* dos nossos homens de letras...

A investida contra o homem singelo não passa, pois, duma habil gritaria: — *Vejam a minha ciência!*... O pior é ser feita num jornaléco sertanejo, impresso num prélo que já nem sequer pôde gemer. Trabalho assim, a não vir no imortal *Almanaque do Seringador*, devia ser divulgado numa *separata* — papel mata-borrão, na capa um burro meditaundo, e com o retrato do autor em corpo inteiro, bastante nitidas as orelhas.





# João Franco e as Novas Gerações

por FERNANDO CAMPOS

**P**ASSOU, há poucos dias, o terceiro aniversário da morte do conselheiro João Franco, o discutido Ministro da Monarquia, a quem, nos últimos tempos da sua vida, foram prestadas algumas homenagens comprovativas de que a hora da justiça já soava para ele e para a memória do grande Rei que servira.

Aproveitarei, pois, esta oportunidade, para recordar uma frase que lhe ouvi há mais de catorze anos, e a qual se me afigura digna de não ficar para sempre perdida no tumulto dos meus papeis.

Foi no dia 30 de Outubro de 1917: regressava o conselheiro João Franco de automóvel, à sua casa do Alcaide, voltava eu para Lisboa, de uma jornada pelo Norte, quando uma avaria do seu carro o deteve pela manhã em Santarém.

Ao avistar o antigo ministro, cuja política meu pai seguira com entusiasmo, e de quem eu era também sincero admirador, logo me dirigi ao seu encontro. Conversámos durante alguns momentos, e falando-lhe eu do *Integralismo Lusitano*, desse movimento renovador em que, daí a pouco, havia de me alistar, e da feição contra-revolucionária dos valores mais representativos das novas gerações, disse-me o conselheiro João Franco estas palavras que nunca mais esqueci e vou reproduzir fielmente: «*Vocês, hoje, são mais monárquicos do que nós fomos*».

Esta afirmação do estadista, que vale por si só a celebre *Carta de um velho a um novo*, escrita por Ramalho Ortigão ao dr. João do Amaral, ocorreu-me naturalmente, ao ler, há perto de três anos, a entrevista que o falecido dr. Teixeira de Abreu, o antigo ministro da Justiça da Ditadura franquista, concedeu ao *Diário de Notícias*, logo após a morte do conse-

lheiro João Franco, e na qual o pensamento que revelei, revivia, com mais largueza, nas declarações do entrevistado.

A seis meses da proclamação da républica, falando Teixeira de Abreu com João Franco, sôbre as possibilidades duma restauração, e as de se unirem, depois, todos os monárquicos para assumir as responsabilidades do governo em semelhante conjuntura, volvia-lhe João Franco que tal era impossivel, porquanto estava certo de que, nêsse caso, «reproduzir-se iam as mesmas scenas e lutas que abastardaram o regime nos seus ultimos anos de existência. A mentalidade dos velhos políticos — dizia — não mudou, nem mudará tão depressa. E nós próprios, os franquistas, — prosseguia o ditador — que nascemos da necessidade de combater essa mentalidade, (progressista e regeneradora), e nesse agreste com bate vivemos e nele sucumbimos, não poderíamos agora, na Monarquia restaurada, renunciar aos nossos principios ou adoptar os que sempre repelimos...» E mais adiante, nessa mesma entrevista a que me reporto, afirmava o dr. Teixeira de Abreu :

«Franco pensava que era indispensavel esperar que novas gerações de homens, inteligentes, cultos e sobretudo crentes, viessem substituir os da nossa geração e realizassem, então, uma nova obra nacional e patriótica». Acrescentando que, anos depois, ao avistar-se de novo com o seu amigo e companheiro de lutas, «pensava João Franco da mesma forma, *mostrando-se, porém, satisfeito pelo facto de vêr que as últimas gerações se iam manifestando num sentido político diferente do das gerações anteriores, diferentes em mentalidade e em processos e métodos de sciência politica, e alheios àquelas paixões, àquelas vis intrigas, em que viveram os politicos dos últimos anos da Monarquia*». E Teixeira de Abreu concluia a sua interessante entrevista por afirmar que João Franco «era um crente e, como tal, confiava no resurgimento nacional pela transformação da mentalidade dos homens, e pela evolução dos processos politicos».

Agradeçamos à memória do honrado ministro da Ditadura *franquista*, por nos ter assim esclarecido e demonstrado a confiança que o conselheiro João Franco depositava nas novas gerações, nessa mocidade reaccionária que é o penhor dum Portugal maior.

As palavras do dr. Teixeira de Abreu só confirmaram as que eu ouvira naquela manhã distante de Outubro, em Santarém. Por elas se verifica que o ministro de el-rei D. Carlos — o precursor das Ditaduras na Europa — não hesitaria em subscrever o célebre depoimento de Ramalho, ao qual já mais acima me referi, e em que o panfletário das *Ultimas Farpas* confessava que a directriz mental da mocidade contemporânea, comparada à dos rapazes do seu tempo, estabelecia entre essas duas cerebrações uma

diferença de nível, que deslocava, nos nossos dias, e na sociedade em que vivemos, o eixo do respeito, «obrigando a elite dos velhos a inclinar-se rendidamente perante a elite dos novos».

O conselheiro João Franco acreditava e confiava nas novas gerações, por nelas reconhecer o empenho decidido, e provado através dos sacrifícios mais duros, de restituir a Nação aos seus destinos perdidos, de restaurar Portugal pela Inteligência restaurada. E, porque era um grande português, um *português de bofes lavados*, como diziam os antigos, não podia descrêr dêsse esforço, dessa obra de ressurgimento nacional.

Essa confiança justificada no futuro, êle próprio a proclamou, nas *Cartas de El-Rei D. Carlos I*, ao escrever êste periodo cuja reprodução não deixa da ser oportuna :

«Nada está perdido, nem morre, porque o carácter nacional — e é o que importa — o conjunto de qualidades que gravam funda e indelévelmente a fisionomia histórica deste pequeno mas esforçado povo, e constituem o segredo da sua rara, prodigiosa fortuna no passado, — o caracter nacional conserva-se intacto, nas suas linhas e virtudes fundamentais».

Abril de 1932.



# VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1831

GUIMARÃIS HÁ 100 ANOS

## Julho

**Dia 2** — Morreu o major Miranda, de cavalaria, reformado, morador na rua das Molianas. Foi dado à sepultura pobremente no dia seguinte, na igreja de S. Sebastião, sendo as suas ultimas honras funebres 3 descargas de fogo dadas por duas companhias dos voluntários realistas desta vila. (P. L.).

Decreto havendo por bem que o Conde de Basto, conselheiro de estado, ministro e secretário de estado dos negócios do reino, fique interinamente encarregado do ministério da marinha e do ultramar.

**Dia 3** — Recebeu-se o Cara de Gato, viuvo, morador na rua de Gatos. Tinha alguns 50 anos, e a mulher com quem se recebeu era uma grande «bebada». Êste casamento causou grande admiração, de maneira que quando êles vinham da Igreja, de se receber, foram acompanhados por uma imensidade de rapazes, dando-lhes grandes apupadas. (P. L.).

**Dia 11** — Por acordãos da Alçada do Porto se julgaram a final os processos sumários dos reus seguintes: João José de Freitas, presbitero secular, natural da freguesia de S. Pedro Fins de Gominhães e assistente na de S. Lourenço de Cima de Selho, cuja culpa se julgou expiada com o tempo da prisão que sofreu desde 29 de Maio de 1929; Manuel José Ferreira e Silva, padeiro, desta vila, que foi condenado

em 1 ano de degredo para a vila de Almendra, comarca de Trancoso, e em 20\$000 reis para as despesas da Alçada.

**Dia 13** — Em vereação: Maria Luisa, viuva de António José de Abreu, cuteleiro, do Souto dos Mortos, apresentou a marca que ia usar — 5 —, e já usava seu marido e ficou registada. Nomiaram: juizes do officio de tesouras, Jerónimo Francisco Ferreira, de S. Lazaro e José Mendes Nogueira, do Miradouro; juiz de garfos José Joaquim Simões e escrivão Domingos Gomes, ambos da rua de Gatos: todos juraram. Ama de leite da roda dos expostos, Antónia Maria, casada, do Sabacho, e ama seca Borliana, solteira, da rua de S. Francisco; tesoureiro e recebedor das cisas, Domingos Gonçalves Pereira, da rua Travessa ou S. Domingos; e tesoureiro do cofre publico dos rendimentos reais da comarca, Custódio José Ribeiro Guimarães. Estes três já exerciam os cargos para que novamente foram nomiados.

**Dia 16** — Os voluntários realistas e o batalhão de milicias desta vila reúnem, por ordem do general da provincia, em consequencia da esquadra francesa, que estava em Lisboa, tentar um desembarque. Nesta noite andou um grande grupo de realistas com uma musica de flautas e um bombo tocando e cantando modas contra os *malhados*, e dando vivas ao sr. D. Miguel e morras aos *malhados*. (P. L.).

**Dia 17** — Sendo aboletados alguns voluntários realistas em casa do Arreganha,

e vindo estes, já de noite, entregar o seu boleto ao seu patrão, foi a Benta, filha do mesmo, ajustar-se com eles para os compor a dinheiro; porém havendo alguma diferença, isto é de alguns vintens, ela lhes disse que ia falar ao seu comandante visconde de Azenha, Bernardo, para lhes fazer aceitar o que ela lhes dava. Com efeito a mulher foi sósinha, acompanhada simplesmente por um creado e os supraditos voluntários, e chegando a casa do visconde ele lhe disse que desse aos soldados o que eles lhe pediam, pois que ela tão rica era com a diferença como sem ela; e estando aí Fortunato Cardoso (do Proposto) lhe disse uma chalaça, ao que ela com o seu génio respondeu, e então embedelhando um no outro, seguiu-se o darem-lhe uma grande maçada, fazendo-a ir presa para o Corpo da Guarda e daí para o Castelo onde esteve 14 dias. (P. L.)

**Dia 18**— Chega do Porto o Barão de Vila Pouca para tomar o comando do batalhão de milicias desta vila. (P. L.)

**Dia 20**— Em vereação, foi aberto um officio do provedor da comarca pedindo a nomiação de 3 pessoas capases e abonadas para entrar na administração da comenda de Castelões: mandou-se passar ordem para vir o juiz e homens de falas para a nomiação.

**Dia 21**— Os milicianos e voluntários realistas foram para suas casas por se terem arranjado os negócios com a França e terem cessado os motivos que fizeram vir a Portugal a esquadra francesa.

**Dia 22**— Por acordam da Alçada do Pôrto se fizeram os autos sumários e se assinaram os 5 dias para dizer de facto e de direito ao reu António José Marques, espingardeiro, natural desta vila, preso nas cadeias da Relação.

**Dia 25**— Na Universidade de Coimbra doutorou-se em teologia o vimaranense

frei José de Sampaio, eremita calçado de Santo Agostinho, filho de Manuel de Freitas e Sampaio.

**Dia 27**— Em vereação: compareceram o juiz e homens de falas da freguesia de Castelões e fizeram a nomiação exigida pelo dr. provedor, no officio mencionado na sessão de 20 dêste mês.

**Dia 30**— Estando o provedor desta vila a fazer uma arrematação na praça (de N. S.<sup>a</sup> da Oliveira), veio o escrivão dos contos e voluntário realista, que, depois de algumas altercações, principia a dar vivas ao sr. D. Miguel e a chamar malhado ao provedor, e querendo êste autoa-lo não achou escrivão que o fizesse. (P. L.)

Decreto reconduzindo no lugar de corregedor da comarca o dr. António Joaquim de Carvalho.

## Agosto

**Dia 3**— Por acordam da Alçada do Porto se fizeram os autos sumários e se assinaram os 5 dias para dizer de facto e de direito ao réu Manuel Luiz Pereira Pínhairo Nogueira de Gouvêa, professor de filosofia nesta vila, preso no aljube do Porto.

**Dia 4**— Morre frei Manuel da Costa Soares, graciano, filho do Arreganha. Estava comprometido por opiniões politicas. (P. L.).

**Dia 5**— Chega preso o grande salteador João do Calvário, que já tinha feito umas poucas de mortes e tinha sido degredado por toda a vida (P. L.). — Do registo da cadeia consta chamar-se João António de Freitas, «o Calvário», alfaiate, de 48 anos, da freguesia de Golães. Foi

conduzido para a Relação do Porto em 20 deste mez e ano.

Por acordam da Alçada do Porto foi julgado a final o processo sumário do réu Manuel José Ferreira Guimarães «o Maranhico», contratador de couros desta vila, que foi condenado em 1 ano de degredo para a vila de Muxagata, comarca de Trancoso, e em 50\$000 reis para as despesas da Alçada.

**Dia 6** — Em vereação foi determinado que se possesse a lanços o concerto do tanque dos Passarinhos, por se achar inteiramente arruinado, e se fizessem os pregões do estilo e também para arrematação do concerto das águas públicas da vila.

**Dia 11** — Alvará de D. Miguel, confirmando todos os privilégios concedidos à Real Colegiada.

**Dia 13** — Em vereação: Por haver noticia que junto, ou próximo, à capela de S. José, estrada publica de S. Tomé de Abação, Manuel Cabeças, do lugar de Chãos, fez uma tapada de parede, em terreno próprio do concelho e terça real, deliberaram que imediatamente seja notificado para se ver condenar na 1.ª vereação. — Taxaram o quartilho de azeite a 90 reis.

**Dia 14** — Às 9 horas da noite as cornetas dos voluntários realistas tocam a ajuntar por se ter dado um tiro e algumas pedradas para a guarda da cadeia da vila, o que fez um grande alvoroço.

**Dia 17** — Em vereação: condenaram João, barbeiro à Porta da Vila, e Caetano, doceiro em Relho, em mil reis cada um, por se acharem a vender melancias, que haviam comprado para revender, no terreiro da Misericórdia, fazendo-as caras ao publico. Também condenaram 8 oleiros, em 500 reis cada um, por se acharem a

vender louça no Tournal, contra as determinações do Senado.

Em vereação: Requereram os padeiros para lhes diminuirem as onças de pão. Examinados os preços do pão, pela estiva, acharam os vereadores corresponder a cada vintem de pão trigo 9 onças, de pão terçado 26 e de milhão 30 onças.

**Dia 28** — Sai a ronda de S. Miguel e chegando ao Salgueiral aí principia uma grande desordem armada por alguns voluntários realistas desta vila, a qual veio a acabar em S. Lazaro, ficando muita gente mal tratada e deixando os lavradores os andores. (P. L.).

**Dia 29** — Neste dia (não a 30 como diz P. L.), morre o vigário de Santa Maria de Silvares, P.º José de Matos, ex-frade Dominic. Este digno paroco era homem de letras e suma bondade, tinha cincoenta anos, pouco mais ou menos, e foi sepultado em Silvares. (P. L.).

Em vereação: Póz-se a lanços a obra do tanque na fonte dos Passarinhos, no terreiro de S. Francisco, e foi entregue a Custódio Moreira, da rua de S. Domingos, mestre pedreiro, por 38\$400 reis.

## Setembro

**Dia 2** — Pelo ministério dos negócios do reino se expediu o seguinte: — «Para o Juiz, Vereadores e mais Officiaes da Camara da villa de Guimarães. Sendo presente a El-Rei Nosso Senhor a energia, entusiasmo e decidido valor que os habitantes de todas as classes de seus Reinos manifestaram, logo que lhes constou que a Esquadra Francesa tinha forçado o porto de Lisboa,

não só offerecendo-se a concorrer de pronto com as suas pessoas, mas com todos os seus haveres, para manter a sua independência: O Magnanimo Coração de El-Rei Nosso Senhor, penhorado de tão generosos sentimentos, foi servido ordenar que eu fizesse constar ás Camaras destes Reinos, para o fazer publicar nos seus Districtos, o quanto Lhe eram gratas tão generosas demonstrações, e o quanto Se comprazia com ellas; confiando que este estreito vinculo de amor e lealdade debelará tanto as machinações internas, como as injustas aggressões externas, que a justiça desconhece, e o Direito Natural, assim como o das Gentes condemna. Deus guarde a V. M.ªs, Palácio de Queluz, em 2 de Setembro de 1831 — Conde de Basto». Nesta conformidade foi escrito às Câmaras do Reino.

**Dia 4** — É batisada com o nome de Maria da Assunção, na capela do Arco, pelo abade de S. Miguel das Caldas, Miguel Joaquim de Sá, uma filha do visconde de Azenha, Bernardo, sendo padrinhos S. M. o snr. D. Miguel I e sua irmã a Seren.ª snr.ª infanta D. Maria da Assunção. (P. L.).

**Dia 5** — Ás 5 horas da manhã foi desta vila para o comissariado da cidade do Porto a quantia de 2:300\$000 reis, escoltada por 5 soldados e 1 cabo de milicias de Guimarães.

**Dia 6** — Saem das Cadeias da Relação e do Aljube do Porto, para Lisboa, para depois seguirem dali os seus destinos, 29 réus condenados pela Alçada a diversos degredos, os quais foram acompanhados por uma escolta militar. Entre eles iam Francisco António da Costa, Padre António Soares da Maia e Padre Francisco José da Fonseca e Freitas, todos 3 naturais desta vila; o 1.º, condenado em 3 anos para a Ilha do Principe e 50\$000 reis para as despesas da Alçada, o 2.º, perpétuamente para Pungo Andongo e

perda de todos os seus bens, e o 3.º, em 5 anos, para Cabo Verde.

**Dia 7** — Em vereação: constando que na casa da alfandega se vendia carne de porco e pão cosido por uma mesma pessoa, o que constituia falta de limpeza, foi deliberado que a carne de porco se venda no lugar que lhe era destinado, e não junto com o pão, sob pena de 6 mil reis. Foram condenadas 5 mulheres e 1 homem, que vendiam peixe com pesos diminutos.

**Dia 9** — Francisco Martins da Costa, desta vila, comprou por escritura d'este dia a quinta do Cardote, da freguesia de S. Torquato, a Francisco José de Oliveira. (¹) Satisfeito o dote da mãe do vendedor, ficou em depósito 3 800\$000 reis em metal, e afixaram-se editos pelo juizo do Geral e cartório do escrivão Manuel Leonardo de Gouveia, convidando quem se considerasse com direito ao prédio e seu produto.

**Dia 10** — Em vereação, sendo apresentado o Aviso do ministério do reino que vai no dia 2 supra: foi mandado registar, faze-lo publico na vila por edital e expedir ordens circulares aos parocos do termo para o publicarem na missa conventual.

Sabado — entre os 18 reus que na manhã d'este dia foram espingardeados no Campo de Ourique, em Lisboa, pertencentes ao 2.º regimento de infantaria da Côrte, pelo atentado e crime de Rebelião ou Sublevação cometido na noite de 21 de Agosto, conta-se: José Teixeira, soldado da 1.ª companhia de fuzileiros, do mesmo regimento, filho de Manuel Antonio

(¹) Êste Francisco José de Oliveira, conhecido por «Morgado de Guinchães» — «Cardote» — «Saltão», viveu os seus ultimos 30 anos na miséria, nesta cidade.

Teixeira, natural de Logarinho (?), termo de Guimarães, solteiro e de idade de 25 para 26 anos. Provara-se no processo que fôra um dos principais amotinadores; que fôra tirar uma bandeira ao quartel do comandante, sendo para isso arrombada a porta, e que viera com ela pelas ruas até em mangas de camisa, sem farda. Houve muitos mais reus condenados, mas foi-lhes comutada a pênna. Esta noticia chegou a Guimarães no dia 15.

**Dia 11**—O clero, nobresa e povo assina na casa da câmara um Auto em que protestava defender os direitos de S. M. o Sr. D. Miguel I.º à corôa de Portugal, para cuja assinatura a câmara convidou todas as pessoas dos supraditos 3 estados. No fim dêste acto tocou o sino do relógio e estralejaram alguns foguetes do ar. Ao meio dia tambem se deram repiques em algumas torres da vila. (P. L.).

**Dia 14**— Às 4 horas da manhã principiam a tocar as cornetas e os sinos a rebate, por se ter dado fé (ainda que tarde) dum grande incendio nas casas que foram da Mariana, na Fonte da Barrela, onde havia uma estalagem. O incendio durou até alta manhã reduzindo tudo a cinzas e ficando mal tratados alguns dos homens que andavam a prestar auxilio. (P. L.).

Em vereação: Determinaram «que com toda a submissão se ponha na Augusta Presença de El-Rei Nosso Senhor pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, o Auto original de declaração e protesto feito no dia onze do corrente por esta Camara, Dezembargador Corregedor da Comarca, Clero, Nobreza, e Povo, supplicando ao mesmo Augusto Senhor se digne acolhel-o com a Benignidade que he própria de Sua Real Pessoa, e que esta remessa se faça pelo Correio de amanhã, quinze do corrente».

**Dia 17**— Em vereação: Averiguando-se por queixas apresentadas pelos mo-

radores desta vila contra os officiaes e soldados da companhia de Bombeiros, que estes não cumpriam com a obrigação dos seus deveres e não faziam os exercicios a meudo com as bombas, deixando estragar todo o material, como se verificou, no incendio que houve no dia 14 do corrente, na estalagem do Campo da Feira, determinaram, que se avisassem os officiaes da mesma companhia de Bombeiros que desde hoje em diante fizessem exercicios às bombas de 8 em 8, ou de 15 em 15 dias, afim de terem sempre o material em boa conservação e fazendo assistir todos os officiaes e soldados, com seus competentes apetrechos, tomando conta dos que faltarem para serem condenados e castigados.

**Dia 21**—O desembargador corregedor da comarca officia ao cabido, a fim de êste lhe dar uma prestação para as necessidades do Estado. O Cabido, em sessão de 13 de Outubro, delibera mandar entregar 200\$000 reis a Manuel Joaquim Areias, depositário dos Donativos.

**Dia 29**— Por ser dia do Santo do nome de El-Rei, há repiques e foguetes do ar ao meio dia; à noite iluminação geral e saiem alguns voluntários e paisanos pelas ruas dando vivas acompanhados de uma música a tocar o hino realista. (P. L.).

Chega o Visitador e Reformador dos franciscanos, vindo do convento da Falperra onde estava. (P. L.).

Chega a noticia de haverem sido passados pelas armas (fuzilados) em Lisboa 21 individuos, cumplicados na revolta de 21 de Agosto. (P. L.).

Por despacho publicado pela secretaria de Estado dos negócios ecclesiasticos e de justiça, é nomiado neste dia, para Arcebispo de Braga, o dr. D. Luiz António Carlos Furtado de Mendonça, D. Prior-mór da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo.

# PENSAMENTOS, PALAVRAS & OBRAS

## DA VIDA: DOS FACTOS: DAS LETRAS

*« Temos de voltar à nossa tradição municipalista! Ante-vejo nêsse regresso a felicidade da Nação! Para mim sustento que é necessário irmos até à Casa dos Vinte e Quatro! O liberalismo acabou com todas essas maravilhosas instituições, porque elas eram a negação da política venal inaugurada pela corrupção de D. Pedro IV! »*

JOSÉ CALDAS

Velho propagandista da República.

### Rectificação da História

**O** SENHOR Ministro da Instrução entendeu, e muito bem, que era necessário emendar os erros da história que se exibem, descaradamente, nos nossos compendios escolares.

História de partido, ao serviço das idéas nefastas do liberalismo, só servia para deturpar os factos mais salientes, mais vivos, mais brilhantes, e os feitos mais heroicos, mais portugueses dos nossos antepassados.

Afonso Lopes Vieira, o poeta tão nosso, tão querido do nosso espirito, escreveu algures que « a história em Portugal tem sido quasi sempre contada por pessoas que ou não estimam a verdade, ou abusam de quem a não conhece ».

De facto quem passasse os olhos pelos compendios escolares, pelos resumos de história que eram distribuidos aos alunos das nossas escolas primárias ou dos nossos liceus, pasmava ante tanto descaramento, em presença de tanto atrevimento, ao verificar tanta mentira e tanta ousadia.

E as gerações novas, as gerações que despontam, iam beber, nêsses poços de mentira, o veneno que lhes embotava o entendimento, que lhes enegrecia o espirito, que lhes roubava mesmo o sentimento patriótico.

O liberalismo e a democracia eram contrários às nossas tradições históricas. E, para esconderem a verdade, exibiam descaradamente a mentira, falsificando os feitos, enegrecendo-os, ridicularizando-os. No

passado nada havia que se aproveitasse. Os nossos reis, *estúpidos, fanáticos e maus*, nada fizeram em prol da Nação. No entanto e através de oito séculos, nós conquistamos, pelo esforço heroico desses reis, a nossa independência e mantivemo-la sempre, embora nos espreitassem a todo o momento as cubiças de um visinho poderoso.

Conquistamos a Africa e descobrimos e conquistamos a América do Sul, a Asia e a Oceania, dilatamos a Fé e o Império, demos «novos mundos ao mundo».

Para a história de partido êste esforço grandioso dos nossos antepassados nada vale, em presença do «heroísmo» dos *bravos* do Mindelo e do «patriotismo» de D. Pedro IV.

Ainda agora, por a Câmara de Lisboa ter dado o nome de Avenida Nun'Alvares à Avenida 24 de Julho, vem-se fazendo na imprensa «liberal» uma campanha ridícula. Que vale a acção de Nun'Alvares, heroi e santo, em comparação com o feito de «24 de Julho»? Que valem as descobertas e conquistas em relação ao gesto «libertador» de 1 de Fevereiro, à «jornada gloriosa» de 5 de Outubro, ao «esforço heroico» de 14 de Maio, à «acção magnânima» do 19 de Outubro?

Pobre história de Portugal, essa que só tinha palavras de louvor para o absolutismo de Pombal e para os marechais do liberalismo!

Foi ao inteligente esforço de António Sardinha que os mitos caíram por terra, vulneráveis, como eram, nos seus pés de barro. Agora é o Senhor Ministro da Instrução que vem reagir contra a mentira ordenando que se modifiquem os compendios escolares para que a verdade resplandeça e justiça seja feita.

Louvamos e aplaudimos esta acertada medida do sr. dr. Gustavo Cordeiro Ramos que vem desenvolvendo no ministério da instrução uma acção inteligente, patriótica e verdadeiramente nacionalista.

Defender a nossa história das arremetidas sectárias é defender o nosso passado e preparar as glórias do futuro. Como Gustavo Le Bon, nós entendêmos, também, que «um dos mais perigosos êrros modernos é querer repelir o passado. Os mais sanguinários conquistadores são menos devastadores do que as idéas falsas»; e, como afirmou o nosso querido camarada Alberto Pires de Lima, «a democracia entre nós não só se revelou sempre contrária às nossas tradições e à nossa história como até procurou destrui-las e esquece-las».

## Dr. Silva Dias

Por iniciativa da nossa revista, e com grande assistência, foi celebrada no dia 10 de Janeiro, na Basilica de São Pedro, desta cidade, uma missa por alma deste nosso querido camarada, assassinado em Evora.

Ao ser conhecida a noticia do cobarde atentado, foi enviado ao sr. Ministro do Interior o seguinte telegrama: «Revista *Gil Vicente* lamentando acontecimentos Evora lavra seu enérgico protesto contra cobarde assassinato seu illustre camarada Silva Dias presta seu apoio liais servidores Ditadura Nacional espera Governo proceda devida inergia contra infames matadores cumprindo desta vez seu dever.»

A nossa revista deu, também, o seu aplauso ao apelo lançado pelo sr. Conselheiro Fenando de Sousa, nas colunas de *A Voz*, para que o Governo assegure, como é de toda a justiça, uma pensão à familia do dr. Silva Dias.

A *O Manuelinho de Evora*, brilhante semanário que o dr. Silva Dias dirigiu, agradecemos a transcrição que fez do nosso artigo «Faça-se Justiça!», bem como as amigas palavras que nos dirigiu e que muito nos penhoraram.

## Prémio Dr. António Sardinha

No dia 9 de Março, dia da festa anual da Sociedade Martins Sarmen-

to para distribuição de prémios aos aluuos mais distintos das escolas do concelho, foi oferecido e criado pela nossa revista o «Prémio Dr. António Sardinha» em homenagem à memória do nosso saudoso Mestre.

Esse prémio, constituído por 50 escudos e um livro do admirável escritor nacionalista, foi, por deliberação da Direcção da Soc. Martins Sarmiento, distribuído ao aluno mais distinto do 5.º ano do Liceu desta cidade, cabendo, por isso, ao estudante sr. Augusto Gomes Bernardes.

## Dr. Nobre de Melo

Foi ultimamente nomiado embaixador de Portugal no Brasil, para onde deve partir em breve, o sr. dr. Martinho Nobre de Melo, distinto professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e um dos mais ardorosos propagandistas do nacionalismo português.

Se nos regosijámos com esta nomiação que constitue mais uma prova, das mais concludentes, do que valem os homens da geração que derribou os mitos democráticos, não deixamos de lamentar a saída de Portugal do sr. dr. Nobre de Melo, no momento em que muito havia a esperar da sua inteligente acção na organização do Estado Novo.

## Fernando Campos

Numa reunião ultimamente efectuada pela secção de Bibliografia e Bibliografia da Associação dos Arqueólogos Portugueses, e à qual presidiu o sr. tenente-coronel Henrique de Campos Lima, foi eleito secretário da mesma secção o nosso querido amigo e colaborador sr. Fernando Campos, a quem felicitamos muito vivamente.

## «Revolução»

A mocidade Académica nacionalista de Lisboa fez publicar um novo e combático diário.

«Revolução» — *diário académico nacionalista da tarde* — marca um lugar de relêvo na imprensa portuguesa. São seus redactores principais os nossos queridos camaradas drs. António do Amaral Pyrrait, António Pedro, António de Sousa Rego, e Dutra Faria, a quem saudamos muito sinceramente, desejando ao novo diário larga vida e as maiores prosperidades para que a sua acção possa sêr proficua na defesa intemerata e inteligente dos sãos princípios nacionalistas.

## «Integralismo Lusitano»

Dirigida pelos notáveis escritores srs. drs. Luís de Almeida Braga e Hipólito Raposo, saiu em Abril o

1.º fasciculo de uma nova revista de *estudos portugueses*.

Porta-voz dos primeiros defensores do nosso nacionalismo, «fieis a um pensamento, desde que o definiram, leais servidores da Nação por El-Rei D. Duarte II, desde que o reconheceram, bem podem oferecer para programa o testemunho do seu exemplo de soldados e doutrinadores».

Por isso a nova revista era aguardada com certa ansiedade nos meios culturais portugueses e nos arraiais nacionalistas, pois, da sua acção orientadora, muito ha a esperar.

E' cheio de oportunidade o artigo de abertura «Pola Lei e Pola Grei», de que extratamos os seguintes periodos que, — como de resto acontece com todo o artigo — perfilhamos em absoluto:

— «Por mais de uma vez, o regimen republicano pela promessa dos seus desacreditados partidos de ontem e pelas palavras dos seus mais graduados doutrinadores, declarou adoptar directrizes e tentou definir algumas das reformas que se identificam com as nossas constantes reivindicações.

«Ao legítimo emprego de semelhantes tentativas, só nos compete observar que o descrédito consequente não poderia atingir o valor de um sistema, cuja eficácia assenta com rigor no conjunto harmónico das soluções político-sociais».

À nova revista, com as nossas

saudações muito sinceras, testemunhamos o nosso aplauso e franca camaradagem.

### Professor Guido Battelli

Já retirou para Itália o ilustre Professor de Florença sr. Guido Battelli em quem Portugal teve um apaixonado amigo.

Conhecendo bem o nosso país, cantou em delicados versos as suas belezas, disseminando por importantes revistas italianas artigos brilhantes acompanhados de meticulosa documentação gráfica.

O governo português reconhecendo a sua acção como propulsor do intercâmbio intelectual entre Portugal e a Itália concedeu-lhe uma condecoração que lhe foi imposta numa sessão solene de abertura de um Curso de Férias na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra,

«*Gil Vicente*» a quem o sr. Prof. Battelli distinguiu com a sua distinta colaboração espera continuar a merecer-lhe o mesmo carinho e a mesma amizade.

### «Colecção Veritas»

Proseguindo na valiosa obra de renovação moral pela literatura católica, — generosa ideia lançada

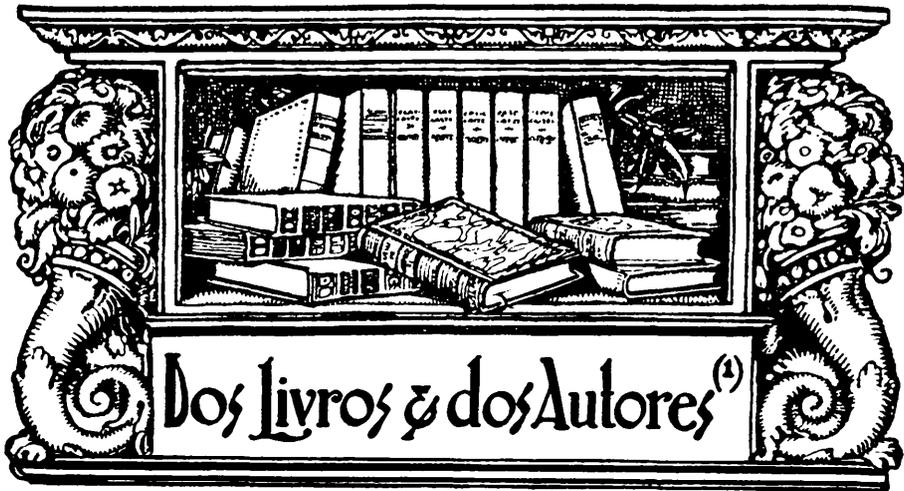
pelo nosso querido amigo e colaborador, ilustre escritor *Nuno de Montemor* — a União Gráfica, de Lisboa, acaba de publicar o 1.º volume da II série desta utilíssima colecção.

Intitula-se *Maria Violante* e é da autoria da distinta escritora católica D. Arminda Amélia que ainda ha pouco nos deu *Um cento de quadras maravilhosas*.

### «Pátria Nova»

Apraz-nos registar a crescente expansão do movimento monárquico no Brasil, mercê da actividade doutrinária dispendida pelo «Centro Monarquista de cultura Social e Política», de S. Paulo, e pelo seu aguerrido e magnificamente orientado porta voz na imprensa, o jornal *Pátria Nova*, sob a direcção do ilustre escritor brasileiro Dr. Arlindo Veiga dos Santos, secretário da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.

*Pátria Nova*, de que acusamos a recepção do ultimo numero, apresenta-se magnificamente colaborado, transcrevendo do belo semanário «*A Ordem Nova*», de Fafe, um excelente artigo «Da reacção católica no Brasil», da autoria dos nossos distintos colaboradores e amigos srs. Claudio e António Corrêa de Oliveira Guimarães, representantes em Portugal daquele jornal Brasileiro.



TRIBUNAL DOS PEQUENOS DELITOS — Contos humorísticos, por *Heitor de Campos Monteiro* — Edição de A. Figueirinhas, Limitada — R. das Oliveiras 87, Porto — 1931.

A velha tirania da falta de espaço e a grande afluência de livros destinados a esta secção, teem-me impedido de há mais tempo falar do *Tribunal dos Pequenos Delitos*, onde o público tam favoravelmente  *julgou o A., absolvendo-o*, que éle próprio pagou as *custas*, incitando a *reincidencia* desta 2ª edição.

Fez mal? Suponho que não; porque se é certo que Heitor de Campos Monteiro não nos deu uma obra impecável, modêlo de linguagem, profusa de conceitos e frases engomadas, pelo menos escreveu um livro que, pela sua rebeldia e saborosa graça, o ha-de livrar, — graças a Deus! — da Academia das Ciencias...

Não me consta que no seio desta douta Assembleia jámais tenha entrado a sombra dum sorriso ou o rumor duma franca gargalhada. Tudo ali é soturno e grave; não viceja o riso, porque das ideias aos gestos, só a tristeza impera naquela necrópole de sombras imortais!

Por isso, o meu velho camarada da "Labareda", enfileirando nas reduzidas hostes do humorismo português, nunca será *académico*, como *académicos* não foram Ramalho e Eça, e os humoristas populares Gervásio Lobato e André Brun, em cuja escola literária o *Tribunal dos Pequenos Delitos* se filia.

Heitor de Campos Monteiro é bem o herdeiro da veia satirica de seu Pai, — o consagrado Autor do *Saúde e Fraternidade*, *Moeda Corrente* e *A Oito Dias de Vista...* Também nele, o sentido humorístico e a facêta cômica são decidida vocação e tendencia natural. Neste seu livro, o comentário irónico e oportuno, a facilidade do diálogo e o

---

(\*) Só darêmos nota bibliográfica dos livros que nos sejam enviados em *duplicado*, a não sêr que se trate de livros de preço elevado ou notáveis pelo seu valor intrinseco.

*a-propósito* alegre e galhofeiro, revelam já em Heitor de Campos Monteiro um verdadeiro temperamento de escritor humorístico e popular.

O seu *Pirinhas* é quasi um *tipo*, uma criação curiosa e feliz de humorista. “Pequenino, mexido como um pudim de geleia, teve hexigas em pequeno e ficou reprovado duas vezes no exame de instrução primária. Em vista disso, freqüentou a secundária...”

“É distraído como um polícia de giro”... “e tinha uma queda especial para as letras...”

“Dizia o pai que foi por ter rachado a cabeça em pequeno com a edição definitiva dos *Lusiadas*; dizia a mãe que não, que a inclinação do rapaz vinha do avô, que era corcunda e muito dado a charadas.”

E por todo o livro, as situações de efeito, os ditos de espirito esfuziam, saltitam e irrompem, num fresco gargalhar de boa graça lusitana.

Ao Heitor Campos Monteiro, com um abraço amigo de incitamento e boa camaradagem, peço que nos dê em breve o prometido... *ar da sua graça*...

MODERNO DICCIONARIO DA LINGUA PORTUGUESA  
—por *Francisco Torrinha*.—Livraria Simões Lopes, de  
Domingos Barreira—119, R. do Almada, 123. Porto—1931.

Está já feita a crítica a este Dicionário, que entrou agora na sua 2.<sup>a</sup> edição. Sobre ele pronunciaram-se favoravelmente os nomes autorizados de Manuel Múrias, José Agostinho, José Pereira Tavares, Campos Monteiro, Mário Gonçalves Viana, António Figueirinhas, etc. E, de facto, o *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*, que a Livraria Simões Lopes editou e o distinto professor Dr. Francisco Torrinha compilou criteriosamente, é, no género, uma obra de grande utilidade pedagógica, pela clareza das definições, rigor de acentuação e perfeito acôrdo ortográfico, prosódico e morfológico, com a nova reforma Luso-Brasileira, a que se refere o Decreto n.º 7117 de 1 de Junho de 1931.

Nitidamente impresso em bom papel, encadernado com sobriedade e bom gôsto, é de um formato perfeitamente manuseável, a-pesar das suas 1408 páginas, satisfazendo plenamente o fim em vista, como elemento de fácil e útil consulta para os estudantes e para o povo, para todos aqueles, em conclusão, que pretendam escrever com correcção a língua portuguesa.

DO SENTIDO DA MODERNA LITERATURA  
— Conferência — pelo *Conde d'Aurora*. — Ponté do Lima, 1930

É, numa pequena brochura de 50 páginas, a conferência lida pelo A. no salão da Biblioteca Erudita de Bragança, na noite de 11 de setembro de 1930.

Naquele estilo entrecortado, sacudido e nervoso, tão próprio do A., o Conde d'Aurora dá-nos, num relance, a visão da evolução literária portuguesa, desde os tempos cavaleirescos das *trovas* e do *Amadis de Gaula*, até aos dias de hoje. E divagando pelas diversas *escolas*, passeia-nos pelo panorama das modernas literaturas estrangeiras, mostrando-nos as suas influências sobre a nossa, até nos revelar o *sentido da moderna*

*literatura*, que, em síntese, na sua «tendencia actual é anti-romantica, contra-romantica» rasgando «com uma alvorada o Neo-clacissismo, a Renascença cristã.»

«Latinidade, nacionalismo, catolicismo— eis a orientação», afirma quasi no final da sua conferencia o Conde d'Aurora, espirito combativo e brilhante da moderna geração do Resgate.

ASPECTO SANITARIO DA EMIGRAÇÃO NO MINHO  
— pelo *Dr. José Crespo* — Coimbra Editora, Ld.<sup>a</sup> — Coimbra.  
— 1930.

Consta esta brochura da tese apresentada pelo A. ao II Congresso Municipalista Minhoto, realisado em Viana do Castelo, em Agosto de 1929.

Trata um dos mais interessantes e oportunos problemas da actualidade, — «o papel desempenhado no *déficit emigratório* pelas doenças contagiosas que o emigrante adquire lá fóra, apoucando-se como valor produtivo, e consequentemente difundindo-as entre nós quando regressa, empobrecendo a nação». E o A., que é a par dum estudioso um médico distinto, dá-nos o resultado das suas observações pessoais sobre a emigração minhota, revelando-se um perfeito conhecedor do estado sanitário da sua provincia.

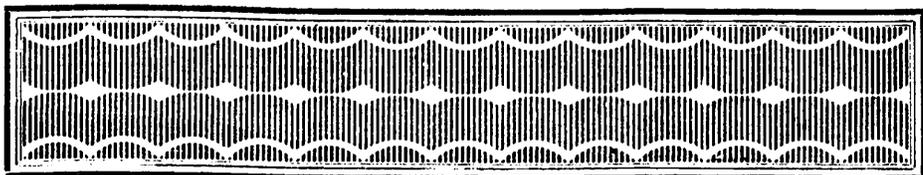
«São três as doenças de emigração contra as quais é urgente defendermo-nos : a tuberculose, a sífilis e as doenças venéreas, a primeira, sobretudo, mal implacável, a verdadeira doença social, o tenebroso flagelo do nosso século». Estes males adquire-os em geral o emigrante no Brasil e na França, lugares para onde se encontra mais intensamente canalizada a emigração do Minho.

E depois de estudar as medidas profiláticas mais urgentes «para acudir à influencia agravante destas doenças no estado sanitário da provincia», o snr. Dr. José Crespo conclue por apresentar as seguintes soluções, que me parecem de alto proveito humanitário e social:

«Obrigatoriedade da inspecção médica gratuita, cuidadosa e conscienciosa à chegada do emigrante ; multiplicação dos tratamentos gratuitos, com distribuição gratuita de medicamentos e assistencia moral, higiênica e profilática».

«Devem ser criados na provincia, com urgência, organismos de luta anti-tuberculosa e anti-venérea, sendo de tóda a vantagem a construção de dois hospitais distritais para isolamento de tuberculosos, um em Braga e outro em Viana, e de tóda a urgência a criação de enfermarias de isolamento anexas aos hospitais existentes, solicitando o auxilio do Estado, dos particulares e das Misericórdias».

HORACIO DE CASTRO GUIMARÃES.



# A expedição “libertadora,,

por FERNANDO CAMPOS

**F**OI a 7 de Julho de 1832, fez agora precisamente cem anos, que, pela tarde, surgiu a frota liberal ao sul de Vila do Conde, e, logo ao romper o dia 8, as suas forças desembarcavam na praia de Labruge ou Arnosa do Pampelido, à qual uma tradição tenebrosa déra o nome de *Praia dos Ladrões*.

Era a célebre expedição de D. Pedro, a expedição *libertadora* dos 7.500 *bravos do Mindelo*, que, por sinal, não desembarcou no Mindelo, nem contava tantos bravos como se diz...

Do que ela foi, na realidade, póde inteirar-se quem percorra os documentos que a respeitam, as memórias traçadas por alguns dos próprios expedicionários, ou as páginas acessíveis daqueles historiadores que, ao descrevê-la, se esqueceram, por momentos, das suas superstições liberalistas.

Como nesta matéria não se inventa, dêles me socorrerei, ao relembrar os pormenores dessa aventura, decorrida há um século, mas de que ainda estamos sofrendo as conseqüências funestas. E, ao recordá-los, singélamente, verêmos como a verdade é tantas vezes deturpada pela historiografia oficial, por uma história de partido que, no pensamento de Fustel de Coulanges, «só nos ensinou a odiar-nos uns aos outros», só conseguiu dividir-nos, só logrou enfraquecer-nos, pois tudo o que divide enfraquece.

A expedição fôra tramada logo que o ex-imperador do Brasil chegou à Europa escorraçado e disposto a conquistar para a sua filha, um trono de cuja herança se excluira pela sua conduta anterior à morte de D. João VI, cujos direitos — como se não bastasse tê-los perdido — êle próprio repudiára em termos definitivos e já demais divulgados para que seja preciso lembrá-los.

Á frente da maçonaria brasileira, que o elevára, de pronto, ao alto grau de grão-mestre, e lhe conferira o título de *protector e defensor perpétuo do Brasil*, tinha D. Pedro proclamado a independência da colônia, constituindo-se assim, como escreveu Luz Soriano, «no mais fidalgo inimigo da sua pátria, rebelando-se altivo contra ela, e contra o seu rei, pai e senhor». (1)

Falseando os seus juramentos, tantas vezes repetidos, «*resolveu-se a dar abertamente de mão à corôa de Portugal, preferindo-lhe a do Brasil, que êle julgou perder, a não abraçar decidido a causa da sua independência*». (2) Na sua fúria separatista, chegára a pronunciar-se contra a pátria, «*tão colérico e arrebatado*», que a não poupára às maiores violências e vexames, confiscando todas as propriedades dos portugueses residentes no Brasil, proibindo os despachos dos navios que se destinavam a Portugal, negando-se a receber as cartas de D. João VI, e mandando até prender e chibatar alguns soldados pelo crime de não quererem ser traidores, preferindo voltar à pátria a servir no novo império.

Ao desfraldar a bandeira da rebeldia, nas margens do Ipiranga, fôra D. Pedro bem claro no gesto e na expressão: «*Arrancando pois o laço português, e atirando com êle ao chão gritou com energia: independência ou morte!*» (3) no que foi logo seguido por quantos o rodeavam, e tomaram como êle, por emblêma, uma flôr verde com botão de ouro, e por divisa as palavras que proferira: «*Independência ou morte!*»

Nêste ponto, pelo mênos, vem a propósito acentua-lo, concordava Luz Soriano com os mais fervorosos legitimistas: «*Arrancou-nos a mais vasta e a melhor das nossas colônias* — protestava o Arcebispo de Évora D. Fr. Fortunato de S. Boaventura, numa das suas pastorais — *e como em paga dêste roubo manifesto, quere agora que os Portugueses tenham por Soberano o Autor das suas maiores desgraças que em um momento de inconsideração e vertigem se chamou Imperador dêsses mesmos que daí a pouco nem o quereriam por habitante desse mesmo Império?*» (4)

Não pensava doutra forma D. Miguel Sotto-Mayor, quando reconhecia que, sem embargo de todos os juramentos, «*D. Pedro desobedeceu logo*

(1) *Hist. da Guerra Civil*, 3.<sup>a</sup> época, tomo II, parte I, pág. 87.

(2) *Ibidem*, pág. 80.

(3) *Hist. da fundação do império brasileiro*, 2.<sup>a</sup> ed. tomo III, pág. 123.

(4) *Correspondência do 2.<sup>o</sup> Visconde de Santarém*, vol. V, pág. 516.

a el-rei seu pai e às côrtes, que o mandaram retirar do Brasil, rebelou-se contra a mãe-pátria desmembrando dela uma porção muito importante, que constituiu em império independente para si e seus descendentes: e para sustentar este acto de rebelião e perjúrio não duvidou declarar a guerra ao seu legítimo soberano, e incitar contra seus irmãos a furia dos brasileiros, tratando os portugueses fiéis pelos nomes mais vis e indecorosos». (1)

Mas, para que havemos de prolongar as citações, insistindo em factos comprovados, em tristíssimas ocorrências, de que nem alguns dos amigos de D. Pedro se eximiram a censura-lo? Além de que o problema da legitimidade portuguesa é hoje um «caso arrumado», conforme afirmou muito bem o sr. dr. Alfredo Pimenta. «E não em virtude de habilidades dialécticas de congeminações jurídicas de teorias subjectivas». Esclarecia aquele senhor, a quem eu chamei, justamente, um dos melhores mestres do Pensamento português. «Mas, simplesmente em face dos documentos emanados do próprio D. Pedro. Foi êle que renunciou dum modo explícito, positivo, à corôa de Portugal quando proclamou a independência do Brasil praticando, assim, o acto mais grave que é possível imaginar-se, pois amputou uma parte importantíssima da soberania portuguesa». (2)

Deixemos, pois, o chefe da expedição para referir, apenas, e de relance, as condições em que ela se organizou.

Por entre o estrondear dos libelos difamatórios e das acusações que dilaceravam os arraiais do constitucionalismo, contraíra-se em-fim, o empréstimo necessário à realização da empresa. Os milhões de Mendizabal, o judeu espanhol e banqueiro d'essa aventura, iam pôr a expedição a navegar, permitindo aos novos argonautas transferirem da Terceira para o Porto o trono da Liberdade.

Mas, Mendizabal, que, na *Libertação* portuguesa, vira, além de um bom negócio, um meio de libertar também a Espanha das garras do *absolutismo*, não se limitava a dar dinheiro: quis ainda fiscalizar o seu emprego reservando-se até o direito de escolher os comandantes dessa frota *libertadora* que saíra aparelhada dos seus cofres...

Da esquadra, concentrada em Belle-Isle, foi nomiado almirante um capitão da marinha inglesa, Sartorius, o qual ao aceitar êsse cargo, logo

---

(1) *A Realeza de D. Miguel*, 2.ª ed. pág. 84.

(2) Na *Voz* de 13 de Junho de 1929.

pôs como condição que a ninguém subordinaria as suas decisões, não reconhecendo, portanto, a hierarquia de ministros nem de conselheiros. Eram inglesas também as guarnições, que se regulavam até pelos regimentos do almirantado britânico.

Doyle, outro inglês feito à pressa general, era um «*excentrico fanfarrão*» que se dispunha também a «*libertar esses pobres indigenas*» portugueses. e que tomára um ajudante, a quem prometia «*dois mil acres*» de terreno nas margens do nosso Tejo...

Ao escossês *Shaw*, fôra confiada a missão de arrolar os mercenários nos bairros pobres de Londres, êsses mercenários «*sem os quais não teria sido possível pôr a nado a aventura liberal portuguesa*», na opinião insuspeita de Oliveira Martins. (1) E não foi decerto, essa missão uma das menos espinhosas...

*Shaw* alugára uma loja num lugar escuso, em *George Yarde* por via das complicações policiais, e ali procedia ao recrutamento das milicias da *Liberdade*. As condições do alistamento eram, na verdade, tentadoras: o prazo era de um ano ou dois, duas libras de soldada por mês, passagem grátis, e por prémio, ao regressar, seis mezes bem contados de soldo. «*A vadiagem corria a inscrever-se: — conta Oliveira Martins — e como o arrolador dava seis pences de sinal, para no dia seguinte os inscritos voltarem com atestados, Shaw reconheceu ter libertadores em demasia, que iam beber o cobre à taberna*». (2)

Havia mais três logares de alistamento como êste, o que era uma mina para os vádios: inscrevendo-se nos quatro postos ao mesmo tempo, amealhavam diáriamente dois *shillings*... (3)

Deste modo se foi arregimentando o grosso dêsses *bravos do Mindelo* recrutados entre as mais variadas nacionalidades e profissões: havia franceses, ingleses, irlandeses: médicos, músicos ambulantes, caixeiros, alfaiates, cabeleireiros, impressores, jardineiros e vádios, sobretudo muitos vádios: só no pôsto de *George Yarde* se registaram 20 (e muitos, outros se alistariam no decurso da jornada), «*porque só à força de gente forasteira, para preencher as baixas, foi possível manter os quadros do exército encerrado no Porto*». (4) Quando D. Pedro passou revista ao batalhão inglês, a bordo

---

(1) *Portugal Contemporâneo*, 4.<sup>a</sup> ed. tomo 1, pág. 240.

(2) *Ibidem*, pág. 243.

(3) *Shaw*, *memórias*.

(4) Oliveira Martins, *Ibidem*, pág. 244.

da fragata almirante, foi ainda encontra-lo no estado em que chegara: «rôto, descalço e bebado», e por isso, voltando-lhe as costas, com grande indignação de Sartorius, perguntou para que serviria «esse bando de porcos» ... (1)

Em conclusão: essa esquadra só tinha de portuguesa os nomes dos navios. Excluídos dos seus contingentes alguns dos melhores militares emigrados, quando aportou à Terceira, só dela desembarcava a turba multa dos mercenários. Pois «a Terceira, — observa o cronista do *Portugal Contemporâneo* — já era um acampamento: já lá houvera desordens e sangue: faltava a babel das línguas e das bebedeiras, vício triste do celta». Atrás de uma leva, outras chegaram, «e as tabernas não podiam dar vinho a tantas bôcas, e as ruas não tinham espaço para tantos fardos de gente resonando pelo chão, ou correndo em grupos, cantando, abraçando as mulheres, invadindo as casas, boxando-se e pondo a cara no estado esfrangalhado dos seus trajos».

E, o historiador da *anarquia liberal*, acrescentava: «A instalação do sistema na Terceira prenunciava o que viria a ser em todo o reino: depois de um longo acampamento esterilizador, uma anarquia desenfreada, uma ruína total das instituições e dos costumes». (2)

Symbolizando o carácter d'essa invasão, dêsse episódio lamentável da «guerra dos cem anos», como lhe chamou, um dia, o meu querido camarada Caetano Beirão, foram ainda dois estrangeiros, *Hodges* e *Shaw* os primeiros a desembarcar na praia de Labruge, naquela manhã distante de 1832.

Enquanto êles, aos vivas a *Doni Marii* pizavam os areais da costa portuguesa, desenrolava D. Pedro aquela famosa proclamação em que os seus compatriotas eram intimados a acatar a realeza da futura D. Maria II e o reinado da Carta, e na qual lhes dirigia esta frase que era uma síntese da ideologia liberalista: «Não me obrigueis a empregar a força para vos libertar!» Mas foi necessário emprega-la, para que, ao cabo de dois anos. a Nação se compenetrasse das vantagens da *Liberdade*.

Os habitantes do Porto é que não precisaram de tanto tempo para lhe compreender o alcance. Mal as forças liberais se instalaram na cidade e enquanto os chefes concertavam os planos de campanha e de fortificação, logo a indisciplina que as caracterizava entrou a manifestar-se de uma forma alarmante, segundo refêrem os mais autorizados testemunhos.

---

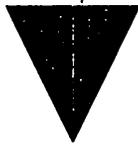
(1) Hodges, *Narrative*.

(2) *Ibidem*, pág. 256.

Os auxiliares estrangeiros entretinham os seus ocios a saquear os conventos e as casas particulares; do Convento de Santo António da Cidade, foram roubadas muitas alfaias e até vendidas, publicamente, mesas, cadeiras e livros. Quando os mercenários saqueavam alguma habitação, pretendiam sempre desculpar-se, garantindo que o seu proprietário era miguelista; e francês ou inglês que apanhasse um porco a geito e o matasse para o comer não se esquecia, também, de lhe chamar *migueliste*...

Os expedicionários portugueses, que não desciam a semelhantes latrocínios, nem por isso deixavam de praticar toda a casta de tropelias, ou de irritar os pacíficos burgueses com as suas exigências, como, por exemplo, um certo Araujo, chefe de Divisão, que teve o desplante de apresentar, na casa onde se aboletara, uma lista de pratos que lhe deviam ser servidos!

A população do Porto colhia assim, prontamente, os primeiros frutos da árvore da Liberdade. O país colhe-los-ia depois, mais maduros e saborosos, a seguir a uma luta sanguinolenta. Mas de quem era a culpa dêsse embate fratricida? Não tinha D. Pedro avisado os portugueses de que o não obrigassem a empregar a força para os libertar?



# Perdão Supremo

## I

*Senhor, não deixeis que a minha alma se afunde  
Na cólera e dôr que a traição nos inspira!  
Que nunca a vingança estremeça esta lira,  
Embora a injustiça de horror nos inunde!*

*Se a perfidia e o torpe rancor nos confunde,  
Se há no falso amigo a vileza e a mentira,  
Senhor, que este plectro nem bata nem fira,  
E antes seja sôpro que mal se difunde.*

*Amar o inimigo, meu Deus! é sublime,  
Mas é bem mais fulgido amar quem nos trái,  
Quem, beijando, mata e, abraçando, deprime...*

*Nossa alma vacila, agoniza e até cái  
De pasmo, de angustia e vertigens de crime...  
Mas tudo isso que é, se dizeis: Perdoai!?*

## II

*Senhor, eu perdôo ao confrade invejoso  
Que encontrei esqualido em rua sombria,  
Coberto de lama e neurastenia,  
Sem paz e sem forças, sem pão e sem gozo.*

*Se, d'olhos na Cruz, lhe acudí carinhoso,  
Se em minha pobreza lhe dei alegria,  
Fôste vós, Senhor, a bondade e a energia  
Da minha pobre alma de quem sois Esposo...*

*Senhor, eu perdôo a traição, o sarcasmo,  
Punhaladas, golpes, por entre amavios,  
Entre vibrações de fingido entusiasmo...*

*Perdi sonhos lindos? É certo: perdi-os!  
Mas, se eram da terra, porque hade haver pasmo?  
Quantos não naufragam!... sonhos e navios...*

III

*Naufragam na costa da pura Beleza  
Galeras brilhantes de fé e poesia . . .  
Meu Deus! bem ouvís a infinita agonia  
Do que há de melhor nesta grei portuguesa.*

*Para vencer ondas não basta a afoiteza,  
A força, o vigor, que jámais se atrofia,  
Se, ao lado do nauta, um traidor, um espia,  
Impelle o naufrágio, planeia a torpeza.*

*Assim vem a onda, a catastrophe, a morte . . .  
Não fica ninguém, se do Céu não ajudas . . .  
O mais valoroso, o mais alto, o mais forte,*

*Desfaz-se em espuma de sangue, em ossudas  
Ruínas de vida, em joguetes da sorte . . .  
E quem sobrevive? Só um homem: é Judas!*

IV

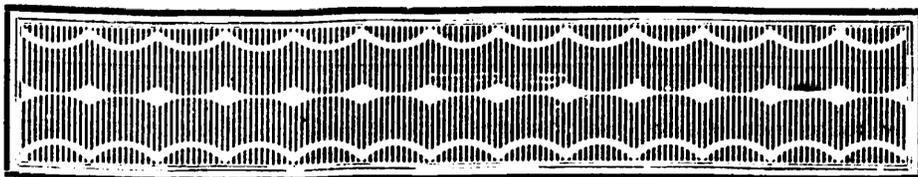
*Pois bem! Esse Judas que fez meu naufrágio,  
Esse homem, que amei como a irmão tamanino,  
Perdeu para mim o seu vulto felino,  
Já não lhe receio da raiva o contágio.*

*«É próprio dum deus a vingança!» era adágio  
Do mundo do Oriente e do mundo latino:  
Mas viestes, Jesus, dar mais belo destino  
Ao espirito humano, achacado ao preságio,*

*Como à ira e à dor, se a injustiça é nefanda . . .  
Judas vive, goza, feliz tripudia?  
Amêmo-lo muito: é o bom Deus quem o manda . . .*

*Livrai-me, pois, sempre da mágua sombria  
Que inspire a vingança! Senhor, que se expanda  
Em raplos d'amor a mais crua agonia!*

José Agostinho.



# Política de Violência

por Claudio e António Corrêa  
d'Oliveira Guimarães

**N**ESTE adorável país ocidental, de céu inalteravelmente azul, sol a jorros e clima mais doce do que um afágo, onde os ignorantes abundam e os sectários polulam tal qual enxame de abelhas em cortiço ou seára de papoilas em trigal maduro, não falta quem, por desconhecimento ou apaixonado partidarismo, descubra nesta expressão simplíssima, *velha e rês*, tão amiude usada pelos nacionalistas portugueses, intenções maldosas que ela rigorosamente não contém.

Para muitos, de facto, essa frase inocente, representa a síntese completa, perfeita, de uma política exaltada, vêsga, intolerante, agressiva, política de *bota abaixo*, impetuosa e desordenada como um tufão que tudo arraze e destrua sem piedade, usando e abusando do concurso exclusivo e brutal que a força das armas lhe empreste. E no entanto a *política de violência* conforme nós, nacionalistas, a compreendemos, reclamamos e exaltamos na consciênciada necessidade urgente de efectivá-la nesta hora espectante, de confusa e nevoeirada turbação mundial, é diametralmente oposta a essa outra política, hostil, cega, antipática, que em toda a parte e em todos os tempos constitui o tipo característico, exacto, das demagogias. Superior a todos os excessos, ela é absolutamente isenta de crueldade, incapaz de se traduzir em atitudes ferinas, em movimentos livres do instinto, em gestos de animalidade à solta, geradores de todos os desregramentos morais. É antes, um acto da nossa inteligência, alarmada pelos apreensivos sintomas de indisciplina que o mundo moderno lhe dá.

Eis porque exige, por nossa parte, um pequeno esforço rectificador o deturpado sentido dessa expressão já integrada hoje no dicionário da moderna terminologia política. Com ele se ficará sabendo que a violência,

por todos nós, rapazes de Portugal, preconizada e defendida com extravasante entusiasmo, sendo uma clara e insofismável demonstração de força, não representa de maneira nenhuma uma política inferior, feita de exagêros inúteis e contraproducentes. Ou melhor: que a violência não pretende traduzir-se nela com um sentido material, através da brutalidade dos actos, antes reside intrinsecamente no âmago das suas determinantes; é condição dos actos e não fórmula da sua aplicação, remédio e não receita em que se prescreva a quantidade em que o mesmo deve ser tomado.

E basta para os que, pecando por crime perdoável de ignorância, tenham atribuído a esta frase, que é todo um dinâmico programa de acção, todo um vasto plano de batalha, outro sentido que não seja êste.

Os que por indesculpável má fé conscientemente obliteram nas colunas das gazetas ou no *jazz-band* ôco de certas conferências democráticas, tomados de intuítos especulativos, o pensamento que essa expressão transparentemente traduz, são os que souberam usar ontem das violências mais excessivas e condenáveis para impor despóticamente a uma nação inteira os seus caprichos de *sóbas* e as suas predileções miseráveis. Esses lacaios da política, autênticos super-sumo dos videirinhos nacionais, inutilmente pretendem incompatibilisar-nos com o sentimento popular, atribuindo a essa frase — berrante cartaz com que a miude iludem a ingénuidade lorpa de certos papalvos — uma maldade de que se não reveste e visionando fingidamente, através dela, todo um tétrico cenário de tragédia, prenhe de angustias e pesadelos, com espingardas a dar fogo, cacetes justiceiros e agressivos, forcas alçadas na praça pública, tenebrosos subterrâneos, inqualificáveis torturas, — sabemos lá!

Por verificável paradoxo, os que mais clamorosamente se insurgem contra a modalidade política que exaltamos, são aqueles que falando em nome de uma fraternidade postiça, e, porque postiça, repelente, outra coisa mais não teem feito do que prolongar entre nós a permanente guerra civil que caracteriza a agitada vida nacional dos últimos cem anos. Foi, sob a capa hipócrita de um mentiroso humanitarismo, teórico mas não prático, que os piores portugueses da nossa época satisfizeram livremente os seus ódios pessoais, cevaram todos os seus desejos de vingança, armando os braços dos assassinos e glorificando-os, em seguida, em apoteoses de arromba, como Messias, salvadores e redentores do género humano.

Devem volver os olhos a êsse passado, bem próximo, bailando ainda macábramente nas nossas retinas, todos os que, possuindo responsabilidades de comando, nesta hora de refrega em que se mobilizam todas as energias para o *front* onde é mais viva a amiaça dos internacionalismos desorientadores, receiam usar hoje da única política capaz de hostilizar, por natureza,

essa outra política atribiliária, repleta de violências inqualificáveis que sobre nós se exerceu, infelizmente, durante largo periodo, transformada a maior parte das vezes na maleabilidade cariciosa de um bom cavalo marinho, no deflagrar mortifero de poderosa bomba de dinamite ou na bala traiçoeira de qualquer pistola miserável. A evocação dos angustiados dias de ontem, servirá, assim, de esmagadora lição, de eloquente aviso, para que não volte a repetir-se, na hora indecisa de amanhã, esse ignobil programa de sangueira e massacre, ensaiado a primôr na *reprise* feliz do 19 de Outubro.

É de gravidade excepcional este momento que vivemos. Está em jogo a vida de toda uma Civilização, a Civilização admirável do Ocidente, essencialmente católica e latina. Os que pezam as trágicas consequências da catastrophe histórica a que a sua derrota equivaleria, sentem chegado o termo da expectativa, a oportunidade flagrante de uma reacção decisiva.

Por essa Europa além, nesta nova Idade Média do mundo em cujas entranhas um mundo diferente se anda gerando, esse pensamento fecundo de renovação política e de renovação social sacode os povos doentes, galvanizando-os para a vida e para a luta, criando-lhes energias novas. Olhemos a Alemanha, convalescente da guerra e do esforço titânico que ela lhe exigiu, onde se trava agora vivamente o duelo de morte, que é o problema agudo, de solução extrema, diante do qual o mundo, contemporâneo se encontra. Dum lado o internacionalismo comunista, feito caudal e feito onda, pronto a galgar, numa arremetida, os obstáculos que ainda o afastam do Poder. Doutro lado a audácia vigorosa de Hitler, a multidão disciplinada dos *nazis*, com seus exércitos de batalha, seus carros de assalto, sua inergia indomável, a tôda a prova. A Alemanha, na consciência plena do seu interesse patriótico, levada, talvez, pelo seu génio de *revanche* e pelo seu ódio aos latinos, vai dar, por certo, a vitória à falange intemerata de Hitler. Sejam os francos: êle merece-a porque se revelou um Condutor e um Chefe, porque, sob a ameaça da horda comunista, soube adotar a unica política inteligente, compativel com as realidades da hora que passa: a da serêna e legitima violência.

De outra forma não se impoz a admirável vitória de Mussolini; noutro factor não residiu o milagre assombroso do seu triunfo sobre uma Itália desnacionalisante e desorganizada, perdida de rumo, esquecida das suas tradições históricas.

Ansiosamente a pergunta ocorre, pois, ao nosso pensamento inquieto: — porque se espera? Já o horisonte, à nossa roda, se laiva agoi-ramente de negro, rebrandethesco e dramático. Não deixemos que sobre ele alastre, em galopada sinistra de apocalipse, a nódoa viva, rubescente, do sangue que o tinge!

Por mandato da Nação, as espadas honradas do Exército de Portugal, libertaram-nos há seis anos da escravidão em que vivíamos, sob o domínio exclusivista dos políticos. Mas os nacionalistas portugueses não conquistaram, ainda, definitivamente, o Estado, à clientela maçónica que na sombra vai dispondo dele, como pertença sua. Urge, pois, realizar contra ela a grande ofensiva nacional, desalojando-a dos altos lugares em que se oculta, quebrando-lhe as influências, extinguindo-a de vez. Assim se criará aquele estado de espírito ordeiro e disciplinado, que faz com que na Itália Fascista, ao inverso da Espanha república, o Poder se não encontre colocado na necessidade de empingardear democraticamente na praça pública o cidadão soberano!

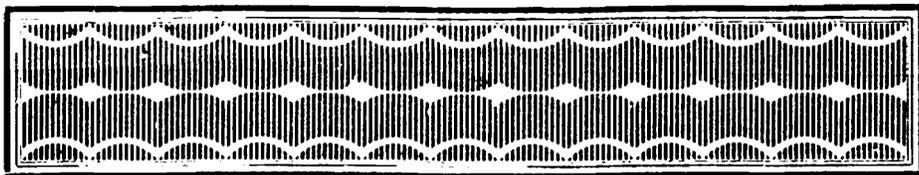
A hora que decorre é, pois, a hora dos Estados fortes, não a hora dos Estados fracos, inconscientes, amorfos, irresponsáveis. Todo o Estado incapaz de realizar hoje a política de violência que corresponda em intensidade às violências sem nome com que a sangrenta legião dos internacionalistas ataca os seus fundamentos primeiros, é um Estado moribundo, sem vitalidade e sem consciência; um Estado que se nega e desautorisa a si próprio, que a si próprio se derrota.

A aspiração de uma política forte, inteligente e mōça, é já hoje um clamor nacional. Clamor a que se associam, *una voce*, os melhores espíritos portugueses, mas que sobe, principalmente, feito lábaro crepitante, da alma dos novos, daqueles a quem deve ser entregue, por direito de conquista, a grande e ardua tarefa de reconstrução nacional, que só a eles pertence, porque só eles são capazes de realizar aquela *política de violência* em que o assassinato não impere e saiba castigar severamente o assassinato; em que as espontaneidades brutais das *massas* populares não sejam moeda corrente, mas em que a energia se não dissolva na calda amargosa de todas as transigências; em que os abusos da força se reprimam, mas que falando em nome da Ordem a saiba impôr, de uma vez para sempre, à ponta de espada, com decisão e com clareza!

Sómente o exercício dessa política póde salvar a Ordem Latina, a Civilização Cristã amiaçada. Dentro do Templo, confundidos com a multidão dos crentes, já os novos bárbaros vão derruindo satánicamente colunas e capiteis, profanando altares e apeiando santos. Para que lho consentimos?!

Não é à porta da morte que às Nações, como aos individuos, é lícito preocuparem-se com o travôr do elixir milagroso que lhes póde dar vida!

Que a *violencia* inteligente e serêna, sucêda, no dominio da política nacional, às *fraquezas* sem perdão que nos perdem e aviltam!



# JOÃO DE DEUS

NA PASSAGEM DO 1.º CENTENÁRIO  
DO NASCIMENTO DO POETA

por HORÁCIO DE CASTRO GUIMARÃES

**D**OIS caminhos aproximam o homem de Deus : a Santidade e o Génio ! João de Deus não foi um Santo, mas foi um Génio, — um Génio que buscou na simplicidade das coisas emotivas, na exaltação das coisas humildes, os fundamentos da sua Arte maravilhosa. Debruçado sôbre a sua alma, êle arranca, de si mesmo, a mais bela sonoridade dos seus ritmos cristãos, dando ao lirismo amoroso novas e inesperadas expressões.

O seu feitio retraído de poeta contemplativo, que já em Coimbra lhe notavam, levava-o a evitar os homens, «para mais facilmente se aproximar de Deus» ...

Era, de facto, contemplativa a feição predominante do seu carácter. Mas João de Deus era algarvio ; nasceu na terra cismarenta e luminosa do Algarve, em S. Bartolomeu de Messines, — aí onde a alma berbére deixou vincado, bem fundo, o rasto da sua passagem na Península.

A terra e a Raça, em dedadas de estatuário, amoldam e retocam o carácter do homem. E João de Deus é bem o produto psicológico da fusão de duas raças. A feição passional, intensamente amorosa e fantasta do lirismo árabe, é evidente em algumas poesias do Poeta do «Campo de Flores». Ouçamo-lo nas quadras harmoniosas dêste formoso cântico :

*Ah ! quando no seu colo reclinado,  
Colo mais puro e cândido que arminho,  
Como abelha na flor do rosmarinho  
Osculava seu lábio perfumado ;*

*Quando à luz dos seus olhos (que era vê-los,  
E enfeitiçar-se a alma em graça tanta!)  
Lia na sua bôca a Biblia santa  
Escrita em letra côr dos seus cabelos;*

*Quando a sua mãosinha pondo um dedo  
Em seus lábios de rosa pouco aberta,  
Como tímida pomba sempre álerta,  
Me impunha ora silencio, ora segrêdo;*

*Quando, como a alvéola delicada  
E linda como a flor que haja mais linda,  
Passava como o cisne, ou como ainda  
Antes do sol raiar nívem doirada;*

*Quando em bálsamo de alma piedosa  
Ungia as mãos da súplice indigência,  
Como a nívem nas mãos da Providência  
Uma lágrima estila em flor sequiosa;*

*Quando a cruz do colar do seu pescoço  
Estendendo-me os braços, como estende  
O simbolo de amor que as almas prende,  
Me dizia . . . o que às mais dizer não ouço;*

*Quando, se negra nívem me espalhava  
Por sôbre o coração algum desgosto,  
Conchegando-me ao seu cândido rosto  
No perfume do riso a dissipava;*

*Quando o oiro da trança aos ventos dando  
E a neve de seu colo e seu vestido,  
Pomba que do seu par se ia perdido,  
Já de longe lhe ouvia o peito arfando;*

*Quando o anel da bôca luzidia,  
Vermelha como a rosa cheia de água,  
Em beijos à saüdade abrindo a mágua,  
Mil rosas pela face me esparzia;*

*Tinha o céu da minha alma as sete côres,  
Valia-me êste mundo um paraíso,  
Distilava-me a alma um doce riso,  
Debaixo de meus pés brotavam flores !*

*Deus era inda meu pai; e em quanto pude  
Li o seu nome em tudo quanto existe,  
No campo em flor, na praia árida e triste,  
No céu, no mar, na terra e ... na virtude !*

Mas, inspirado nas antigas raízes da nossa Poesia medieval, — amorosa e cavalheiresca, — êle soube corrigir e adoçar os exagêros pas-



**JOÃO DE DEUS-POETA**

(Desenho de Joaquim Lopes).

sionais do seu temperamento arrebatado, espiritualizando o tema predileto dos seus versos — o Amor, — numa quâsi adoração, num ingênuo enlêvo de ternura pela Mulher, que êle canta e exalça, louvando nela, nessa ânfora refrigerante de Beleza e Graça, a mão creadora do oleiro divino...

Pelo perfume bucólico das suas rimas e pelo encanto simples dos seus versos, a figura de João de Deus eleva-se, na nossa História literária, ao mesmo plano dos grandes poetas que o génio

da simplicidade irmanou, ao lado de Dom Denis, Bernardim e Camões, Rodrigues Lôbo e Gonzaga,— expoentes máximos do lirismo nacional! Como êstes, êle elevou a forma à máxima perfeição, porque lhe deu a expressão viva, a beleza emotiva que todos compreendem: a *simplicidade* natural das coisas, que é, em Arte, uma verdade permanente e inespacial.

Poeta, exclusivamente, da simplicidade, da clareza, da ternura e da bondade, nos versos de João de Deus não encontramos nebulosidades metafísicas, torturas trágicas de dúvida. João de Deus não foi, no verdadeiro sentido da palavra, um poeta filósofo. Se na sua obra um pouco de filosofia transparece, ela é, apenas, aquela suave e branda filosofia das coisas humildes, do amor casto e límpido, que nasce e vive nos corações dos simples, dos bons...

Para êle, como diz Eça de Queiroz, só existiram dois interêsses: a Mulher e a Divindade. E é com subtil delicadeza, quási com candura, que o Poeta exprime as suas concepções mais transcendentas.

*Prestes, se ainda à rocha de granito  
Donde em tempo me vias te elevares,  
Não olhes para a terra ou para os mares,  
Olha sim para o céu, que é lá que habito.*

*Lá tão longe de ti, mas não do terno,  
Bondoso Pai que os dois nos há gerado,  
Só para máguas não, que bem guardado  
Vos tem também no céu prazer eterno.*

.....

*Intima voz do fundo, bem do fundo  
De alma me diz (e as lágrimas me saltam):  
Vês os milhões de sóes que o espaço esmaltam?  
Pisa a terra a teus pés, ainda há mais mundo;*

*Há depois desta vida ainda outra vida:  
Não se reduz a nada um grão de areia,  
E havia de a nossa alma, a nossa ideia  
Nas ruínas do pó ficar perdida?*

.....

E a Mulher, — a eterna inspiradora de Poetas e de Artistas, — arrebatada nas asas largas do Sonho, levada no impulso da fantasia de João de Deus, é sempre uma flor de espiritual aroma, é sempre a encantadora e meiga Mulher portuguesa, que, acima de tudo, é a Mulher nossa mãe, é a Mulher nossa irmã!



JOÃO DE DEUS—EDUCADOR

(Desenho de Joaquim Lopes).

A sua imaginação, que punha Beleza em tudo o que tocava, sublimou-a e imaterialisou-a, concretizando na delicada e angélica figura de *Rachel*, tôda a comovida e prostrada adoração do seu amor humano. E *Rachel* subiu, conduzida pelo génio do Poeta, à olímpica imortalidade, onde eternamente viverão, na lembrança dos homens, *Laura*, *Beatriz*, *Marília* ou *Natércia*...

De João de Deus disse um escritor estrangeiro, *que era o maior*

*Poeta de amor da Europa.* Sim, o maior «poeta de amor, na terra dos poetas de amor», mas do Amor-Espírito, do Amor-Elevação!

Escutemos êstes versos, onde há murmúrios súplices de oração, inspirados nessa que Deus exalou «do seio à terra ingrata num suspiro de amor»... — *Rachel.*

*Despe o luto da tua soledade  
E vem junto de mim, lírio esquecido  
Do orvalho do céu!  
Tens nos meus olhos pranto de piedade,  
E se és, mulher! irmã dos que hão sofrido,  
Mulher! sou irmão teu.*

*Consolos não te dou, que não existe  
Quem de lágrimas suas nunca enxuto  
Possa as de outro enxugar:  
Não pode alívios dar quem vive triste,  
Mas é me doce a mim chorar se escuto  
Alguem também chorar.*

*Botão de rosa murcho à luz da aurora!  
Que pecado equilibra o teu martírio  
Na balança de Deus?  
Se é como justo e bom que êle se adora,  
Quem te há mudado a ti, ó rosa, em lírio,  
E em lírio os lábios teus?*

*Não enche êle de bálsamos o cálix  
Da flor a mais humilde, a êsses espaços  
Não enche êle de luz?  
Não veio o filho seu, lírio dos vales!  
Só por amor de nós pregar os braços  
Nos braços duma cruz?*

*Mulher, mulher! quando eu num cenilério  
Levanto o pó dos túmulos sósinho:  
Eis, digo, eis o que eu sou!  
Mas, quando penso bem nesse mistério  
Da virtude infeliz: vai teu caminho,  
Dois mundos Deus creou!...*

*Deus não dispara a seta envenenada  
Á pombinha, que aos ures despedira,  
Com mão traidora e vil;  
Imagem sua, Deus não volve ao nada,  
Não aniquila a flor que ao chão caíra  
Lá dêsse eterno abril!*

*Has-de, cisne, expirando alcançar teu canto;  
Has-de lá quando a lua da montanha  
Te acene o extremo adeus,  
Voar, cândida, ao céo, e ébria de encanto  
No oceano de amor que as almas banha,  
Unir teu canto aos seus.*

*Seus delas, mãe e irmã... cinzas cobertas  
Dum só lanço de terra... Oh desventura!  
Oh destino cruel!  
Vejo-as ainda ir com as mãos incertas  
Guiando-se uma à outra à sepultura,  
E a mãe: «Rachel! Rachel!»*

*Desde então, à jancla do ocidente  
Te hão-de ver como a bússola em seu norte  
Fita pensando... em quê?  
Oh! não n'os vós também, pomba inocente!  
É grande a eternidade e é certa a morte:  
Espera, vive e crê!*

O lirismo é, pois, a faceta mais bela, mais característica, da vida e da obra poética do jardineiro do «Campo de Flores».

Colocou-o, o Tempo, na linha de transicção de duas escolas literárias: a Romântica e a Realista. João de Deus, quanto a mim, não pertenceu nem a uma nem a outra. Viveu à margem das escolas e das modas literárias,— do efémero! Ele é sempre, como diz Afonso Lopes Vieira: *João divinamente êle...*

De facto, nem o artificialismo sentimental dos mórbidos românticos da decadência; nem a metafísica alemã; nem o realismo francês; nem o satanismo de Beaudelaire; nem os sentimentos de solidariedade universal ou a simpatia da «Légende des Siècles», que atroavam a Eu-

ropa pela tuba sonora dos ritmos de Hugo, nesse cáos de indisciplina mental do século passado, — nenhum dêsses gritos cosmopolitas, que em Portugal apaixonavam e impeliam a mocidade de então, conseguiu perturbar, no seu remanso de contemplativo, o espírito cândido de João de Deus.

Apenas o fragôr da luta travada em redor da sua «Cartilha Maternal», — outra prova da bondade e do amor de João de Deus pelas criancinhas de Portugal —, conseguiu despertar o Poeta do ensimesmado Sonho de Beleza que vivia e arremassá-lo, numa actividade que até então ninguem lhe conhecera, para o ardor satírico da peleja.

João de Deus morreu há algumas dezenas de anos já; mas o seu espírito vive connosco, perdura ainda, por obra e graça do seu génio imortal.

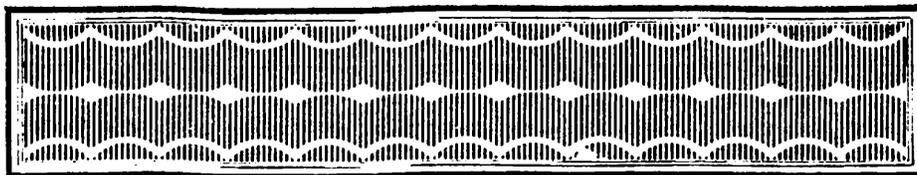
Só a vida do Espírito é grande! Só a vida do Espírito merece ser vivida, porque só ela perpetua, na memória das gerações que passam, a fragilidade terrena do individuo, salvando-o da poeira inútil dos anos e erguendo-o à altura das coisas que não morrem!

João de Deus já não vive; mas a sua obra de Ternura e de Beleza é o éco permanente, a eterna voz sentimental da nossa Raça, que através dos séculos, neste cantinho de terra portuguesa e sob a claridade azul do nosso céu, reza e soluça, canta e gargalha, fazendo das suas alegrias e tristezas o nosso melhor Cancioneiro de Amor e de Saudade...

8 de Março de 1930.

**N. da R.**— Os magníficos desenhos de Joaquim Lopes, que neste n.º publicamos a ilustrar o artigo de Horácio de Castro Guimarães, sobre João de Deus, foram-nos gentilmente cedidos pela Ex.<sup>ma</sup> Direcção do Colégio de João de Deus, do Pôrto, e representam os azulejos artisticos, que naquele importante estabelecimento de ensino foram inaugurados em 17 de Março do ano corrente.

Verdadeira obra de Arte, os referidos azulejos honram simultâneamente o Pintor ilustre que os concebeu e o Colégio que os adquiriu.



# A Ditadura e os Partidos

por ALFREDO PIMENTA

**N**O mesmo dia em que os jornais dão notícia dos acontecimentos de Évora, que terminaram pelo assassinato miserável duma vida cheia de mocidade e de nobreza, recebo, sem indicação de procedência, um recorte de jornal (¿de que jornal se trata? ¿quem o auctor do artigo?) desacompanhado de qualquer comentário.

Ei-lo:

*«A ditadura não tem que concordar ou discordar com a organização ou desorganização dos partidos. Tem é que, mantendo a ordem, e organizando como organiza «o seu partido», dar plena liberdade aos outros para organisarem ou não os seus.*

*Se os velhos partidos servem ou não, é connosco, adversários da ditadura, e não com esta. Todos os portugueses podem entrar na U. N. Pois que entrem. Mas os que não o quizerem fazer, porque razão não hão-de poder também oficialmente organisar-se para servirem o Paiz conforme o desejarem e quizerem? A ditadura o que tem é que manter a ordem, evitar os movimentos sediciosos. Mas acho eu que tem toda a conveniência em dentro dessa mesma ordem dar aos outros a faculdade de se organisarem legalmente. Mas diz o sr. dr. M. P. de S.:*

*«— A União Nacional vai-se desenvolvendo auspiciosamente, é já uma grande força de apoio á Ditadura e acabará por ter a situação indispensável para assegurar a sucessão constitucional que a própria Ditadura está preparando».*

*Muito bem. Optimo. E ficarão todos os outros para a fiscalisação dessa obra, porque me não parece que S. Exa. não quererá deixar de admitir a necessidade de uma corrente de fiscalisação, á corrente governamental. Seria o absurdo agir contrariamente a este legitimo direito de actividade politica». O Paiz quer que o deixem livremente organisar-se: os que são pela dictadura, na U. N.; os que são seus adversários na organização de correntes que, dentro da legali-*

*dade e da ordem, possam exercer a sua acção fiscalisadora, útil até á propria ditadura».*

O estilo e aquele «porque razão» denunciam um escrevente primário. Mas o que é facto é que a teoria acima exposta está publicada, faltando-me saber, para lhe dar a devida autoridade, o jornal em que saíu, e o nome que a subscreve.

Quanto à teoria em si — é inacreditável que ao fim de seis anos de Ditadura, a mentalidade política dos seus adversários ainda ali esteja. Ao fim de seis anos de Ditadura, e na hora europeia que passa.

Esta gente não faz a mais pequena ideia de que seja uma Ditadura como a que temos em Portugal, tanto quanto ela reflecte as novas directrizes do Direito Político. Esta gente ignora absolutamente os motivos a que obedecem essas directrizes, e supõe o direito político soviético, ou o direito político fascista, uma coisa superficial, produto do capricho dum indivíduo. Esta gente que é analfabeta até o imo do seu ser supõe a Ditadura portuguesa uma aventura.

Ai de nós, se o fôsse! Ai de nós todos, se a Ditadura fosse o que estes seus adversários julgam!

São eles próprios, os seus adversários, que apresentando-se como este articulista, justificam as medidas mais violentas da Ditadura. Às vezes perguntam-me: *«mas francamente, você acha bem que esteja suspensa a liberdade de opiniões?»* E eu respondo: *«não acho bem, onde há opiniões; mas em Portugal, não há opiniões, há asneiras...»*

Como é que um governo responsável e consciente dos seus deveres pode aceitar teorias, e garantir-lhes a sua publicidade, como a que no recorte do jornal em questão se exhibe — ¿para vergonha de nós todos? A eterna questão dos partidos...

Quer o articulista que os outros partidos tenham a liberdade de se organizar, como a tem o Partido da Ditadura.

O Partido da Ditadura? Mas a Ditadura tem um partido? Sempre tenho ouvido dizer às pessoas com autoridade para o fazerem, que a União Nacional não é um partido. A União Nacional será a Ditadura constitucionalizada.

Mas admitamos que era um partido da Ditadura, e que esse partido se chama União Nacional. E' lícito solicitar para os partidos inimigos da Ditadura, a liberdade de organização que possui a União Nacional! Só um primário que não sabe a que doutrinarismo obedece a Ditadura pode pretende-lo.

Se a Ditadura, surgindo na vida nacional tão oportunamente que

há seis anos se mantem no poder, sem ofensivas violentas, só recorrendo, quando é necessário, às violências defensivas — se a Ditadura, porque o é, prescinde do Parlamentarismo, do Liberalismo democrático, da Burla do Sufrágio, de tudo quanto constitue ideal e alimento dos bandos políticos, das alcateias políticas, das *cliques* políticas; se a Ditadura se inspira *exclusivamente* no serviço do Bem Comum, e se a sua ideologia é *exclusivamente* nacional, criando o que na Pátria é eterno e desprezando o que no Estado é efémero — como demónio é que se pretende que a Ditadura dê aos inimigos da sua obra, do seu ideal, do seu objectivo, liberdade de organização, isto é, liberdade de a destruirem?

A Ditadura se o fizesse seria lastimavelmente idiota, e passar-se ia um atestado de ineptia que justificava amplamente todas as violências dos seus adversários. Porque há frente dum governo podem suportar-se corruptos; imbecis, nunca.

Se a Ditadura organiza o seu partido (admitamo-lo por condescendência) e impede os outros partidos, seus inimigos de se organizarem, a Ditadura, além de ser lógica e coerente, cumpre fielmente o seu dever: o de libertar a Nação dos escarunchos políticos. E entõa-se a área da fiscalisação.

Mas então a fiscalisação do que se passa no Governo só se pode fazer atravez dos partidos políticos? Nunca, nesta desgraçada terra, foi tão ineficazmente fiscalisada a acção do Governo, como no tempo dos partidos políticos! Nunca! A tal fiscalisação foi tão ou tão pouco eficiente — que o Exército, fiel da honra da Nação, teve que correr com tudo aquilo, teve que varrer tudo aquilo — fiscalisados e fiscais, e assumir ele as responsabilidades da governação.

Em primeiro lugar, os partidos políticos não fiscalisam nada: agitam, corrompem, dissolvem, numa obra sistemáticamente negativa, — muito honrados e santos, na opposição, mas sem vergonha nenhuma no poder.

Depois — em plena Ditadura, permanecem em plena e livre actividade todas as organizações representativas da vida nacional: Associações comerciais, industriais, agrícolas, operárias, Universidades, Academias, Igrejas, etc. A qualquer dessas entidades é licito levar até aos poderes do Estado, as suas observações, as suas reclamações, os seus alvitres — de ordem *técnica* ou *profissional*, que é isso que convem e interessa ao País. Está portanto assegurada a fiscalisação, tanto mais que todas as medidas que o Governo toma são publicadas no *Diário do Governo*, e, portanto, do dominio público. Para fazer frente aos abusos dos Agentes de Administração, torna-se necessário, efectivamente, um organismo representativo,

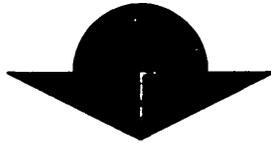
não dos partidos políticos, mas das Províncias, dos Municipios e das Corporações, onde tenham voz não os papagaios e agitadores dos partidos políticos, mas os *homens bons* deste País.

Se até agora não foi possível constituir-se um organismo, a culpa é toda dos partidos políticos que contra todas as conveniências nacionais e contra todas as realidades, teimam em querer impôr-se à Nação.

Escusado é dizer que nos referimos a *Partidos Políticos*; quanto aos homens que nêles estão, há muitos aproveitáveis, pelas suas qualidades morais e pelos seus dotes intellectuais. A Ditadura dissolvendo os partidos, tornando impossível a sua reorganização, não considerando lícita a sua acção, presta um serviço real a esses homens, porque os liberta duma disciplina que os inutilisa, e de compromissos que os asfixiam. Dissolver os partidos é valorisar os homens que os constituem.

O País quer que o deixem livremente organizar-se — diz o articulista. Mas quem o impede de se organizar? Não me consta que tenha sido dissolvida alguma das organizações do País. E' precisamente esse o grande objectivo da Ditadura: organizar o País. Mas os partidos políticos são — implicita e explicitamente, a dezorganização do País.

Se a Ditadura caisse em facultar aos partidos políticos condições de se reorganizarem, teria eliminado todos os direitos a uma honesta justificação perante a história. E em vez dum acontecimento nobre e grande, ela não passaria duma aventura mesquinha e falaz.



# VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1831

GUIMARÃIS HÁ 100 ANOS

## Outubro

**Dia 2** — Faleceu D. Cactana (Clara dos Prazeres), da Porta da Vila, abadesa de Santa Clara, e foi sepultada no dia seguinte no seu convento (P. L. e F.).

**Dia 8** — Em vereação: foram lidos 2 officios do desembargador corregedor, sendo um para a câmara mandar fazer 4 sacas para o dinheiro do tesoureiro do cofre e o outro para mandar fazer uma casa de madeira, da parte de fora do Castelo, para abrigo da guarda ali postada. Foi tambem lido um officio do major comandante das ordenanças desta vila, pedindo, para na conformidade da lei, se adiantar o fornecimento que ela determina aos recrutas que marcham desta vila para os seus destinos. Mandaram cumprir os 3 officios.

**Dia 9** — Chega a esta vila a noticia de haver sido eleito arcebispo de Braga, onde fôra deão e era agora Prior-mór de Cristo, D. Luiz Furtado de Mendonça. Não tomou posse.

**Dia 13** — O cabido delibera entregar a Manuel Joaquim Areias, depositário dos Donativos, 200\$000 reis para as necessidades do Estado, conforme o officio dirigido pelo desembargador corregedor da comarca, em 21 de Setembro último.

**Dia 18** — Morreu no seu convento dos Capuchos e lá é sepultado no dia seguinte frei José de Alvações (tinha sido Guardião do mesmo convento). (P. L. e F.).

**Dia 19** — Em vereação foi apresentado um officio, recebido a 17, do general da provincia, ordenando se prontificassem mantas e palha para enxergas, para os recrutas que se reuniam nesta vila, pertencentes ao regimento de caçadores do Minho, e que esta requisição seria entregue a um official do regimento de infantaria de Valença, para cujo cumprimento passou a Câmara as ordens por ser a quem pertencia por prática e costume antigo.

**Dia 22** — Em vereação: foi determinado que no dia 26, aniversário natalicio de El-rei D. Miguel 1.º se fizesse um «*Te Deum Laudamus*» em acção de graças, e que houvesse 3 noites de luminárias, sendo estas anunciadas por um luzido Bando; — que fôsse intimado pelo escrevente Matias de Souza Dias o escrivão privativo desta câmara, para que na 1.ª vereação apresentasse, por escrito, a razão que teve para alterar a relação que esta câmara fez para a prontificação de mantas para os recrutas, conforme a ordem do general da provincia.

**Dia 24** — Sai um Bando da câmara, mandando que hoje e nos 2 dias seguintes se ponham luminárias em comemoração dos anos do sr. D. Miguel. O Bando era acompanhado pelas bandeiras dos officios, musica e escolta dos voluntários. Á noite houve cavalhadas e uma musica tocando o hino realista.

**Dia 25** — Por acordam da alçada do Porto regeitaram-se os embargo do reu José Maria Quico, sapateiro, natural desta

vila e nela morador, opostos ao acordam de 9 de Fevereiro de 1831 que o condenou em 1 ano de degredo para Miranda e 20\$000 reis para as despesas da Alçada, sendo-lhe mudado o local de degredo para a vila de Outeiro, comarca de Bragança, ficando a subsistir a pena pecuniária.

**Dia 26** — Dia do aniversário do sr. D. Miguel — Ao romper do dia muitos morteiros, alguns foguetes do ar e repiques em todas as torres da vila. Às 10 horas solemnissimo *Te Deum*, em S. Pedro, indo assistir o cabido como corporação, as corporações religiosas e pessoas de todas as classes. Ao meio dia, parada no Tournal pelo batalhão de voluntários realistas dando no fim as 3 descargas do estilo. À tarde não houve touros por causa da muita chuva. (P. L.).

Neste mês, todas as confrarias e irmandades, a pedido da Misericórdia, concorreram com o seu obulo para o caldeirão dos presos, e no mez de Dezembro, por supplica do governador militar de Guimarães, para mochilas, sapatos e outros arranjos de que o batalhão de voluntários realistas muito necessitava.

## Novembro

Neste mês dá-se principio a um grande recrutamento em todo o reino. Em Guimarães fez-se o depósito dos recrutados de caçadores do Minho. (P. L.).

**Dia 2** — Entrou na cadeia da correição, por opinião política, José de Castro e Silva, de 34 anos, solteiro, ex-caixeiro de José de Castro, do Passeio do Tournal, mercador de lã e seda. Foi em leva para a Beira Alta a 19 de Janeiro de 1832.

**Dia 4** — Por acordãos da Alçada do Porto se julgaram a final os processos su-

mários dos réus: José António «Vahia», advogado nos auditórios desta vila, de onde era natural e morador, preso nas cadeias da Relação, sendo-lhe expiada a culpa com o tempo de prisão sofrido, desde Novembro de 1828, ficando porém sujeito por 1 ano à vigilância da Policia do corregedor da comarca de Guimarães; — Luciano José Pinto dos Reis e Oliveira, abade de Tágilde, preso no cárcere do Aljube do Porto, que foi condenado em 1 ano de prisão no cárcere do Aljube de Braga e em 20\$000 reis para as despesas da Alçada.

**Dia 6** — Chegam os officiaes de Caçadores do Minho para ensinarem os recrutados pertencentes ao seu regimento. Este regimento de caçadores foi formado do batalhão de caçadores 7, que estava na Beira, quando, pela ordem do dia 15 de Agosto de 1829, D. Miguel determinára que dos batalhões de caçadores que se lhe haviam conservado fieis, se formassem 4 regimentos da mesma arma, com praça nesta vila. (P. L.).

**Dia 9** — Por acordam da Alçada do Porto se julgou a final o processo sumário do réu Jacinto Gomes de Oliveira Guimarães, negociante capelista, desta vila, que foi absolvido por falta de provas.

**Dia 12** — Em vereação, o juiz presidente deferiu o juramento a Joaquim Fernandes do Vale, de S.<sup>ta</sup> Maria de Souto de Sobradelo, dêste termo, para servir o officio de escrivão dos testamentos da dita freguezia e anexas; fez o sinal publico que havia de usar.

**Dia 14** — Chega o visconde de Santa Marta, general da Provincia, e hoje mesmo marcha para a quinta de Simões para ser padrinho dum filho de José Pinto de Simões. (P. L.).

Na ordem do dia, do exercito, é nomiado o tenente general visconde do

Peso da Regua para comandar a 1.<sup>a</sup> divisão.

**Dia 19** — A ordem do dia do exercito, publicou, por decreto de 16 dèste mês, os despachos seguintes: — Regimentos de Milicias de Guimarães — Reformados na conformidade da lei, o capitão António Teixeira Pinto de Vasconcelos; o tenente graduado em capitão, António José Rodrigues Cardoso; e o alferes Francisco António Ribeiro da Silva. Demitido por ter requerido, alegando motivos atendíveis, o capitão Gervásio Machado de Andrade da Fouseca e Sousa. Demitidos o tenente Plácido de Melo e Sampaio e os alferes Francisco Marinho Alves, Domingos Rebelo da Cunha Araujo e Antonio Leite de Magalhães.

**Dia 21** — Principiam a reunir os dois corpos de voluntários realistas e milicias para marcharem para a Beira-Mar. (P. L.).

**Dia 23** — Andam 2 escrivães da correição desta vila a pedirem pelos habitantes mais abonados, capotes para os voluntários realistas. (P. L.).

O marechal de campo, visconde de Santa Marta, encarregado do governo das armas da provincia do Minho e comandante da 4.<sup>a</sup> divisão, tendo o seu quartel general em Braga, nomeia governador militar da vila de Guimarães o tenente coronel do regimento de milicias da mesma vila, João Pinto da Cunha.

**Dia 24** — Morreu o Padre João Fernandes Dias, presbitero secular e capelão da colegiada. Foi sepultado no dia seguinte na igreja de S. Pedro. (P. L.).

**Dia 26** — Sai daqui para Grijó o batalhão de milicias desta vila. (P. L.). Entrou no dia seguinte no Porto, com 500

baionetas, e em 29 marchou para onde lhe foi designado. (F.).

•  
Chega aqui um contingente do batalhão de voluntários realistas de Barcelos, para fazer a guarnição da vila. (P. L.).

**Dia 27** — Sai para Azurara o batalhão de voluntários realistas desta vila. Á saída iam a dar vivas ao snr. D. Miguel. (P. L.).

**Dia 28** — Ás 8 horas da noite chega o batalhão de milicias de Basto. Marcha no dia seguinte para a Povoia de Varzim, deixando nesta vila uma companhia para reforçar a guarnição. (P. L.).

## Dezembro

**Dia 1** — Passa nesta vila o Principe de Hesse. Vinha de Braga e segue a estrada de Fenafiel. Parece que foi para Condeixa. (P. L.).

**Dia 5** — Noticiaram de Lisboa que, em consequencia das rogativas do desembargador do Paço e Intendente Geral da Policia, o corregedor de Guimarães, António Joaquim de Carvalho, entregará 13 cavalos que, para remonta da cavalaria da Guarda Real da policia da cidade do Porto ofereceram: Nicolau de Arrochela Vieira da Maia, da Casa de Vila Flor, — Gaspar Leite de Azevedo Araujo, alcaide mór do Lindoso, da casa do Salvador, do Cano, — António Vaz Vieira de Melo e Napoles, da casa do Costeado, — João Pinto de Carvalho e Sousa da Silva, da casa do Guardal, — P.<sup>o</sup> José Maria do Couto Ribeiro de Abreu, Abade de S. Faustino, — Francisco José Gonçalves de Oliveira, desta vila, — Rodrigo Lobo de Sousa Machado, idem, — D. Joana Rita Cardoso de Macedo Portugal, da casa das Hortas, — P.<sup>o</sup> José Manuel Marinho, abade de Santa Maria de Airão, —

P.<sup>o</sup> Francisco José Coelho, abade de Vila Nova de Sande, — João Machado de Melo e seu filho Vicente Machado de Melo, capitão do batalhão de voluntários realistas desta vila, — Rozendo de Abreu Coelho Leite, do concelho de Cabeceiras de Basto, — e António de Abreu de Araujo Azevedo, da casa do Paço de Petimão, termo de Basto.

**Dia 11** — O correio chegou a esta vila mais tarde que o costume por ter chovido muitissimo na noite antecedente e ter havido grandes cheias. (P. L.).

**Dia 12** — O Cabido apresenta na vigararia de Azurei o P.<sup>o</sup> Francisco Vieira «da Bornaria». (P. L.).—Com excepção dos anos de 1834 a 1842, em que esteve occulto, devido à sua opinião miguelista que manifestou sempre, até na colêta da missa, quer resada, quer cantada, pronunciando com mais ou menos claresa o nome de Miguel como pessoa reinante, êste bondoso «P.<sup>o</sup> Francisco da Bornaria» parouquiou a freguesia até ao dia 20 de Dezembro de 1887, em que faleceu. (F.).

**Dia 14** — Por acordam da Alçada do Porto se julgou a final o processo sumário do réu Jerónimo José de Carvalho, vulgo o Traquinas, inquiridor que foi do Geral desta vila, que foi condenado em 2 anos de prisão na praça de Sagres e em 50\$000 reis para as despesas da Alçada, atendendo ao tempo da prisão que tem tido desde 24 de Julho de 1828.

Por acordam da Alçada do Porto se fez os autos sumários e se assinaram os 5 dias para dizer de facto e de direito, ao réu António Pinto de Miranda, escrevente nesta vila.

**Dia 16** — Idem, ao reu falecido P.<sup>o</sup> Boaventura Fernandes de Meireles, presbitero secular desta vila, sendo a sua memória defendida por sua irmã D. Maria Rosa de Meireles, admitida em virtude de ordem régia.

**Dia 17** — Em vereação: nomiaram almotacés para o seguinte trimestre, os bachareis Manuel Bernardino de Araujo Abreu e Alvaro da Cunha, desta vila, e também nomiaram 6 cleitos para o lançamento das cisas a que ia proceder-se no fim deste mês.

**Dia 23** — Morre o Andante, que tinha sido reundeiro e morava nas Hortas. Poucas horas depois morreu a mulher dele.

É nomiado ajudante do batalhão de voluntários realistas de Guimarães o tenente do regimento de caçadores do Alentejo, João Francisco.

**Dia 30** — Decreto fazendo mercê do lugar de Provedor desta comarca, com predicamento, ao bacharel Fernando António de Sequeira Vilaça; «tendo-se Sua Magestade dignado aceitar a escusa que Lhe supplicou o actual Provedor Carlos José da Cruz e Sousa».

**Dia 31** — Chegou de Braga o Principe de Hesse, seguindo logo para Penafiel. (P. L.).

No outono deste ano morreram muitas crianças com bexigas e no principio do inverno houve muitas catarrais de que morreram bastantes pessoas. (P. L.).

JOÃO LOPES DE FARIA.



DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DAS CAPITANIAS  
DA MADEIRA — por *João Cabral do Nascimento* — Lisboa.  
— 1930.

Como do seu título se depreende, constitue êste pequeno volume de 61 páginas uma interessante colectânea de documentos, importantes e valiosos subsidios para a *História das capitanias da Madeira*. É seu autor o sr. Dr. João Cabral do Nascimento, poeta distinto e que se revela agora erudito e paciente investigador.

Acompanham êstes documentos, buscados pelo A. nos arquivos da Torre do Tombo, algumas curiosas e inteligentes anotações, que bastante esclarecem e elucidam o leitor sobre certas passagens dos textos transcritos, alguns dos quais de leitura atraente pelos dados que nos fornecem sobre a politica dos capitães generais, usos e costumes antigos da Madeira.

Bem merece o Dr. João Cabral do Nascimento os louvores de todos os que se interessam pelos estudos da História.

HORACIO DE CASTRO GUIMARÃES.

ELEMENTOS PARA A HISTÓRIA DE FAM, pelo  
*P.º Jerónimo Gonçalves Chaves*. — Tipografia Minerva,  
Famalicao, — 1924.

Neste trabalho, dividido em duas partes, (I—História antiga; II—História moderna), dá-nos o sr. P.º Chaves elementos para o estudo da vila de Fão e do rio

---

(\*) Só darêmos nota bibliográfica dos livros que nos sejam enviados em *duplicado*, a não ser que se trate de livros de preço elevado ou notáveis pelo seu valor intrínseco.

que a banha, e que, sob o domínio dos Cartagineses e Romanos era conhecido pelo rio Celanus, mais tarde Celus, por corrupção do termo, e hoje Cávado.

O A. referindo-se ao país de Ofir, de que se fala na história Bíblica, situa-o «em frente aos Cavalos de Fam», por ser na região fronteira aos Cavalos que existiram as minas de ouro mais importantes da Península.

Achamos descabida e fôra de propósito a alusão que a pags. 30, o A. faz às «peias do jesuitismo» e às mulheres que cantam nas igrejas e ensinam a catequese às crianças. O mesmo diremos da que se refere às determinações de um superior hierárquico. A não ser, como se trata de uma colecção de elementos para a História de Fam, que o A. tenha já a preocupação de nos fornecer os elementos necessários para a sua biografia.

FAGULHAS (sonetos), por *Amador Santelmo*. — Livraria H. Antunes, — Rua Buenos Aires, 135 — Rio de Janeiro, — 1930.

Da leitura destes sonetos ficou-nos bem vincada a impressão que o autor confirma num soneto verdadeiro:

*Toda a vez que expressar no papel tento  
O meu sentir, escrevo o que não sinto:  
Pois toda a vez que escrevo, o pensamento  
Das idéas me faz um labyrintho.*

No entanto *Fagulhas* tem alguns sonetos razoáveis: — *Abnegação, Sér Feliz e Minha Mãe* tem musicabilidade e sentimento.

FAGULHAS (poemas), por *Amador Santelmo* — Gráfica Ypiranga, Rua do Senado, 8 — Rio de Janeiro, 1931.

Poemas de um revoltado, de um insatisfeito, de um descrente em cujo céu não brilha uma estrêla de esperança.

Arte pela arte. Sentimento poético mal aproveitado, ressentindo-se, como os sonetos, de falta de coesão.

*Cinco de Outubro* é um poema venenoso e falso. Compreendia-se — embora se não justificasse — que fosse escrito em 1910, quando era necessário enganar o povo. Agora só provoca riso e compaixão. Oxalá o A. aproveite melhor, em futuros trabalhos, os seus inegáveis recursos, libertando-se de certos exageros e de certos preconceitos que, felizmente, já não são do nosso tempo.

LE MONSIEUR EN GRIS . . . , por *Pierre L'Ermite*.  
— Maison de la Bonne Presse — 5, Rue Bayard — Paris (8.º)

Pierre L'Ermite, escritor de renome, justamente consagrado, dá-nos um tipo curioso de um homem descrente de tudo. Num tempo em que a crise de

caracter tanto e tanto se manifesta, o personagem deste romance encontra-se em toda a parte, vêmo-lo muitas vezes no nosso caminho, desconfiado e indeciso, sem uma opinião formada, sem um rumo definido. E', como tantos outros, um prisioneiro da dúvida, manietado na grilheta da descrença, algemado nos respeitos humanos, sem ter a luz da fé a dissipar-lhe as trévas do espírito.

LE CARDINAL MERCIER DOCTEUR DE LA VIE INTÉRIEURE, por *G. Joannés*. - Pierre Téqui, Libraire Editeur. 82, Rue Bonaparte, Paris (VI), - 1931.

O Cardeal Mercier foi uma figura marcante de Prelado e de patriota. Nêste livro de *G. Joannés* faz-se um belo e profundo estudo da alma do grande Cardial, reconhecido como «a mais alta e a mais completa encarnação do génio Católico nêste primeiro quartel do século XX».

TOUS ARTISTES, por *R. et L. Lambry*. Maison de la Bonne Presse - 5, Rue Bayard - Paris (8.º).

Os principiante de desenho encontrarão nêste livro um bom auxiliar. Largamente ilustrado, é dividido em cinco capitulos que tornam agradável e proveitoso o estudo de tão bela arte.

LA ROYAUTÉ DU CHRIST, por *Dom Lucien Chambat*. P. Téqui, 82, Rue Bonaparte, Paris - Hiéron, Paray - le - Monial (Saône et Loire).

É o primeiro volume da colecção «de la Revue du Christ - Roi», prefaciado pelo Arcebispo de Autun.

A realeza de Jesus Cristo, tornou-se para os católicos o ponto central da vida espiritual e da acção na ordem intelectual e moral, na vida da familia e no da sociedade. O livro de *Dom Lucien* forma um admiravel código da moral que todos os católicos devem ter em matéria social e politica.

UN APOTRE DES MARINS, por *E. Lacoste*. Maison de la Bonne Presse, 5 - Rue Bayard. Paris (8.º)

A biografia do *P. Ives Hamon* edifica-nos e delicia-nos com o desenrolar dos costumes e cênas típicas da vida acidentada dos pescadores da Terra Nova. Nos dezenove anos que consagrou à vida missionária entre os pescadores, o *P. Hamon* é, verdadeiramente, um apóstolo de Cristo, levando a toda a parte, à Islandia, a Madagascar, à China ou ao Japão, o conforto da fé.

L'AME D'UN PRÊTRE, por *E. Laveille, S. J.* — Pierre.  
Têqui, Libraire Editeur 82, Rue Bonaparte, Paris (VI), 1931.

De leitura tão reconfortante como agradável, êste livro descreve-nos a vida de um padre eminente, Mgr. Laveille, apóstolo e escritor, poeta e amador de arte, modelo de virtudes e de santidade.

L'UNITÉ DE L'ÉGLISE DU CHRIST, por *R. P. Sidoine Hurtevent*. Maison de la Bonne Presse — 5, Rue Bayard, Paris.

Nêste estudo demonstra-nos o R. P. Hurtevent a unidade visível no Dogma, na Moral e na hierarquia da Igreja. Leve no estilo, profundo e precioso na doutrina, recomenda-se por sêr um dos mais completos e mais uteis que ultimamente se teem publicado.

TRAJE A VIANESA, por *Claudio Basto*, Edições Apolino, Gaia, 1930.

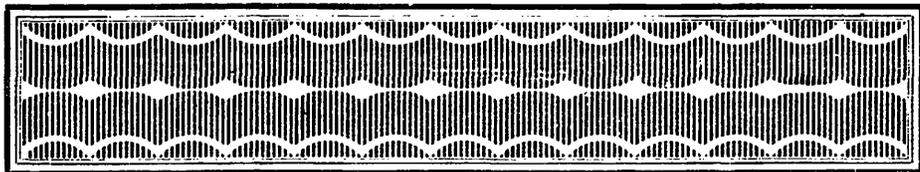
Estudo curiosíssimo sobre o tradicional fato *à vianesa*, como é mais conhecido. Embora êsse traje seja característico de toda ou quási toda a província do Minho, é na região de Viana que se encontra mais em uso. No entanto, apesar dêste apego, vimos, ha talvez dois anos, numa festa em Ancora, várias raparigas apresentarem uma inovação que nos desagradou. A camisa branca, o colete garrido e o chale de traçar eram substituídos por uma blusa côr de creme, de tecido de algodão com sêda vegetal. É necessário evitar esta adulteração que é abastardamento. O sr. Claudio Basto, é partidário da evolução do traje. Achamos bem. Mas que essa evolução se faça com regra, mantendo sempre a sua linha tão característica, tão bela, tam minhota. Nada de modernismos extravagantes como os que verifiquei em Ancora.

O LIVRO DAS MARAVILHAS, por *Maria Pinto Figueirinhas*.  
Livraria Educação Nacional — Editora. Rua das Oliveiras, 75.  
Porto, 1931.

É necessário educar a juventude com ensinamentos bons e patrióticos. Este livro é muito recomendável, porque, ao mesmo tempo que distrai a imaginação juvenil, encerra, em cada conto, uma bela lição de moral.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.

SOCIEDADE  
MARTINS SARMENTO  
~~~~~  
BIBLIOTECA



Dom Manuel II

No panteão de S. Vicente, junto de seus Avós, em terra portuguesa, repousa já o corpo sem vida do último Rei constitucional!

Adversários intransigentes, mas leais, não propriamente do Senhor Dom Manuel, mas da doutrina e da acção política de que Ele era Chefe, mais desembaraçados nos achamos para traçar estas modestas linhas de homenagem à memória d'Aquele que, acima de tudo, sempre consideramos uma grande e nobre figura de Português.

Tudo se apaga na morte... E os Seus erros, se os teve, e que a História um dia ha-de julgar serenamente, todos os portugueses neste momento os esqueceram, diante do seu trágico desaparecimento.

Irrisória e infantil é a vontade dos homens contra os golpes irremediáveis do destino. Só as Nações que, como a nossa, foram creadas por Deus, para o serviço de Deus, ficam de pé na permanência dos séculos!

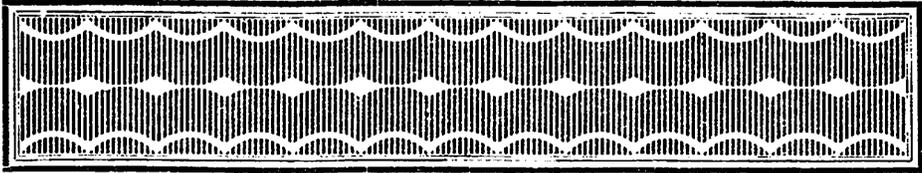
Que a certeza destas palavras se fixe na mente de todos os portugueses, para que da convicção da immortalidade

de Portugal e da ideia da sua inspiração divina, se faça o mais estreito laço de união entre todos os monárquicos verdadeiramente nacionalistas. Foi certamente êste também o desejo e talvez o último pensamento que acompanhou até aos derradeiros momentos da Sua dolorosa agonia o Português Exilado, que foi Rei de Portugal, e que os êrros e crimes dos homens fizeram assistir aos dramas calamitosos, que todos nós conhecemos e de cujas desastrosas conseqüências ainda hoje se ressentem a estrutura física e moral da Nação.

Sem olvidar de todo êsse passado, procuremos, sobretudo, compreender bem a gravidade da hora que atravessamos...

Curvêmo-nos, respeitosos, à passagem do corpo inerte do Homem que lá fóra, na terra madrasta do exílio, esquecendo ressentimentos e ingratidões, sempre soube servir e defender, contra estranhos, os interêsses sagrados de Portugal, pelos quais, cá dentro, nos temos batido sempre, em tôdas as conjunturas, nesta luta contra os êrros e falsidades dum sistema político, do qual o Senhor Dom Manuel II foi o último representante e a mais desgraçada das victimas!

Nesta lembrança do nosso comovido e sincero pesar, envolvamos também a dôr da Augusta Princesa Viuva e da excelsa Rainha Mãe, Senhora Dona Amélia, — trágica encarnação da Saúde e da Amargura...



Um Grande Livro (*)

por CARLOS DA GAMA

A APRECIÇÃO crítica do *Job*, alto e belo poema, (cuja edição elegante e sóbria enfeitada, ainda, os escaparates das livrarias), para sêr minuciosa e completa não cabe nos acanhados limites das crônicas bibliográficas que vulgarmente os jornais concedem, por muito favôr, às novidades literárias, sem distinção de obras nem de categorias de autôres. Tam pouco o seu alto valôr pôde medir-se numa rezenha apressada, feita de cór e de leve, sôbre o joelho, como é uso, repetindo adjectivos já gástos, pomposos mas vágos, que tanto servem para turiferár a glória autêntica dum grande das letras como para satisfazer a mediocridade atrevida de qualquer rabiscador descolorido e banal. O que o *Job* está reclamando é um largo e cuidadôso estudo da intelligência crítica portugêsa.

Terá tal estudo que partir do aspecto religiôso e do aspecto nacionalista do poêma que são, quanto a mim, os seus dois aspectos salientes, característicos, fundamentais. Mas não poderá sêr esquecido nêle, o muito que o *Job* já representa na literatura portuguesa, considerádo como o nobre e perfeito documento duma grande e singular manifestação artística.

Quem quer que seja, porém, que se abalance à difícil tarefa de escrevêr sôbre êste nôvo livro de António Corrêa de Oliveira um vasto e definitivo trabalho de análise crítica, terá, para sêr conscienciôso, — embora alimente pruridos de mais que mediana cultura, — de o relêr algumas

(*) A propósito do *Job* (mistério em quatro visões), por António Corrêa de Oliveira.

vezes e devagar, aprofundando, passo a passo, a alma oculta de cada verso para logo se deixar prender do encantamento formal que a tôdos enroupa de estranha e excepcional beleza estética. Só assim lhe será possível adquirir com fidelidade uma visão de conjunto, não só da moldura artística do poema mas também do alto drama filosófico que enquadra sua altitude e eternidade em cento e setenta e nove páginas amarfanhadas, vigorosamente, pela mão poderosa do génio.

Raras vezes, como no *Job*, a forte personalidade de requintado joalheiro da poesia, que em António Corrêa de Oliveira habita, desabrochou com tal exuberância e plénitude, em tão perfumantes, rítmicas e espiritualizadas expressões. Dir-se-há, até, que a forma do Poeta se enfeitou e alindou de novo, modernizando-se, actualizando-se, sem perder o seu antigo sabôr clássico e puro, tôda enriquecida de atavíos, que, valorizando-lhé a côr, a diafana clarêsa, a vigorosa eloquência de sempre, a alarga em perspectivas de uma originalidade equilibrada e sã e em belos e novos horisontes de estilo.

Poeta de nascença por decreto nominativo de Deus, com uma obra vastíssima pela extensão das suas páginas e pela profundidade do seu valôr intelectual, a afirmar soberánamente a raiz fecunda e puríssima do seu lirismo sem par, António Corrêa de Oliveira revela-nos, nêste seu recente e precioso livro, uma imprevista renovação de técnica literária, arrojados e curiosos processos de modelação poética, a abundância de originais e variados métodos de metro e de rima. Atente-se, por exemplo, nos côros dos ceifeiros e dos anjos, nos lamentos da mulher de Job, ou, então, no estranho ritmo da fala dos avejões na admirável terceira visão do poema:

*« Oh-ai! oh-ai!
Aves da noite, voai! voai!*

*Ele inda é cêdo:
Mas, já lá vai
O horrendo Monstro, — nosso arremêdo, —
Morcêgo em chamas que vos põe mêdo...
Oh-ai! oh-ai! »*

Esta inesperada revelação de modernidade num poeta já feito e consagrado como é indiscutivelmente António Corrêa de Oliveira, significa que a evolução sempre crescente e cada vez mais espiritualizada do seu nobre engenho poético, corresponde a uma igual e harmónica amplitude

de sentimento estético e de pensamento filosófico, caso raro, senão unico, nos literatos portugueses, que ao atingirem a idade dos cinquenta anos sentem chegar, geralmente, com a natural depressão da resistência física, a senectude mental, ou seja a inexorável morte de todos os dotes de auto-análise e de todo o poder criador.

Em verdade, (e disto é *Job* testemunho vivo), se o aspecto exterior, sonoro, puramente formal dêste novo e bellissimo poema do autor justamente admirado das *Tentações de S. Frei Gil* e do *Verbo Sêr Verbo Amár* pôde constituir saboroso pão de espírito contentando os mais exigentes escultores do verso, lição proveitosa satisfazendo os mais exímios buriladores de frases e de sínteses de seguro enlevo, quem o lêr com olhos de Artista e coração de Religioso, nêle encontrará, igualmente, o homem de ideias, filósofo ou teólogo, em larga onda, o espraiado sulco duma tésse sobre a qual será propícia a meditação concentrada do pensamento e o recolhido extasis da alma...

Diversidade de cadencias e ritmos, abundância de gama pictórica e descritiva, propriedade de imagens e de conceitos, pureza de expressão verbal, poder de síntese, vibração persuásiva, importância e sublimidade de concepção, todas estas qualidades natas na individualidade literária de António Corrêa de Oliveira, pela posse das quais o seu nome bem cêdo marcou um inconfundível lugar na galeria dos poetas portugueses do seu tempo, se aquilatam sobejamente nêste seu recente volume em que a forma veste a ideia em sóbria elegância de tons e de linhas, qual traje riquíssimo valorizando um corpo de pura e singular formosura.

Debate-se no *Job* um conflito universal e eterno que não é *nosso* porque pertence a todos os tempos e à humanidade inteira.

«Mistério, e não versão, nem exegese;»

assim no-lo diz António Corrêa de Oliveira ao anunciar num admirável soneto, à guisa de prólogo, o sentido do seu altissimo poema.

Não se trata, de facto, de visão ou exegese. Longe fica do *Job*, nas suas linhas de efabulação geral, o episódio bíblico do velho personagem de Hus, que a um poeta de outra e menor estatura inspiraria, simplesmente, um belo motivo sentimental, surgido por acidente na vida da humanidade pecadora, limitado à personalidade e à tragédia do velho rei milionário e paciente que António Corrêa de Oliveira transforma numa figura sem idade e sem data, tão velha e tão actual como pôde sê-lo a encarnação simbólica da Dôr.

Atravéz da alma resignada de *Job*, passa, nestas páginas, num

estranho fremito, a alma da humanidade sofredora, que, por muito crêr e muito rezar, aceita a Dôr como uma graça do Céu, e a louva, e agradece, e bendiz como se ela fôra misericordiosa dádiva do Senhor! De tal arte, a portentosa terceira visão do poema contém em si, a pár da magnífica concepção do Artista, a admirável afirmação de um crente: é ferida aberta no coração de Job, no coração de todos nós, que o balsamo divino da fé há-de curar.

Inutilmente se ergue a ambição rasteira de Satan, belo e eloqüente anjo transfuga, tentando arrepanhar a alma de *Job* com sua garra adunca e suas falas aliciadoras de impiedade e revolta para «corromper os homens num só homem»; um Satan que excessos de imaginação não desfiguram nem ridicularizam; um Satan que é dos nossos tempos, labareda de inferno que nos queima e anda pelo mundo em peregrinação demoníaca a envolver de mil sortilégios, a cegar com o seu clarão fatal, a inteligência do homem.

Se a humaníssima figura de *Job*, que António Corrêa de Oliveira liriza, nada fica a dever em espiritualidade ao *Job* da Bíblia, o seu Satan, pela chama de malefício que o anima, coloca em natural paralelo o génio que o criou e o génio de Dante que perfeitamente poderia têr esquisado no seu *Inferno* algumas das mais agitadas cenas da segunda e da terceira visão do poema.

Em monumental edição, *Job* e especialmente um dos seus quadros, exigiria o lápis inspirado e vigoroso de um Gustavo Dore contemporâneo, capaz de nos dár em tintas negras a alma de Satan e em tintas de aurora a alma torturada do velho Patriarca de Hus.

Ninguém negará à tése dêste poema, na hora conturbada que passa, uma flagrante e singular actualidade. Pelo mundo além, numa gélida lufada de morte, a inspiração satânica vai prevertendo as almas e as gentes, na exaltação de todos os egoísmos e de todos os orgulhos humanos, mascarada subtilmente de ateísmo, agnosticismo e laicismo, no dominio da religião; de racionalismo, sensualismo e naturalismo no campo da arte; de liberalismo, socialismo e comunismo na planura política: fórmulas do mesmo grave pecado de rebelião contra a onipotência do Espírito. Nunca, como agora, foi tão intenso, na verdade, o conflito da inteligência e dos sentidos, do indivíduo soberano e da sociedade escrava, do homem irracionalizado e do homem espiritualizado...

Coberto de chagas, possuido da lepra, sem mulher, sem filhos, sem lár, sem glória, sem Pátria, *Job* que foi

«... outrora a purpura e o arminho
De pontificia veste e régio manto»

e agora não é mais

*« que um pobresinho
É triste farrapinho
De espremer chagas e enxugar o pranto ».*

exemplo de provação extrema e resignação extrema, não levanta ao Céu seus gritos de revolta, desespero ou amiaça. Antes porfia em rezar e em crêr, elevando a Deus, sobre todas as misérias e máguas, um fervoroso cântico de esperança:

« Espero a Cristo no meu reino em flôr... »

Como *Job*, também a humanidade de hoje confia ao Céu a salvação da sua alma transviada e doente...

Espera a Cristo...

A vinda de Jesus, feito corpo humano e padecente, é ansia viva no coração dos povos que o adoram...

Mas não merece a graça do seu retorno a humanidade de hoje que vem deixando apagar a réstea luminosa da sua dulcificante passagem pela Terra na memória e no coração das raças...

Porém, uma raça por Deus predestinada ha-de seguir na Terra, por sua inspiração e seu mandato, religiosamente, as pégadas fundas dos seus passos para que as demais raças se convertam, santifiquem e redimam.

E assim,

*« Antes de vir ao Último Juízo,
Talvez o bom Jesus
Mostrando-a a exemplo, chame ao bem e à luz
O mundo em descaminho.*

*E tarde um poucochinho
Inda a buscar demora:
A vêr se chega a aurora
A vêr se passa a hora
Da escuridão.*

E tanto

*Delongue e alongue em piedade e amor
Que o mundo surja — à face do Senhor —
Arrependido e santo... »*

E será como se Cristo à terra retornasse...

Qual a

*« Nação cristã, a mais formosa e amada,
A Job em alma e história assemelhada, »*

que assim ha-de merecer a Cristo, Senhor Nosso, o encargo de, em seu nome e pela sua graça, salvar a humanidade inteira dos seus feios pecados contra a lei e o Espírito de Deus?

O grande Poeta (e aqui reside, de facto, o alto significado nacionalista do poema) o pergunta, também, na lapidar harmonia e simplicidade destes versos:

*« E que nome baptismal
Terá a Pátria ditosa
Ao sêr a mais linda rosa
Do jardim universal? »*

« Uma voz que deu a volta ao mundo » responde:

« O nome de Portugal! »

E o «côro rolando, subindo dos vales à montanha, da montanha ao azul infinito» repete:

« O nome de Portugal! »

Lidas as ultimas páginas do *Job*, páginas poderosas de vidente, frementes de comunicativa emoção patriótica. Julgamos descenar-se, ante o nosso espirito, imprevisadamente, uma cortina mágica e logo, para além dela, em cenário de alma e inteligência transfiguradora, o Portugal do futuro surge a nossos olhos tal como o visiona a intuição profética do Poeta, tal como o vemos todos nós: fortaleza da graça por intermédio da qual a graça voltará definitivamente ao mundo...

Á sua luz e ao seu exemplo resplandescente

« *E' a manhã*
E' a manhã
— *Manhã cristã*
Que principia! »

para esconder nas dobras do seu auroral manto resgatador a negra noite de alguns séculos desvairados e impios.

A admiravel, extravagante, nunca excedida fé patriótica de António Corrêa de Oliveira, a sua exacta compreensão da grandeza e do futuro de Portugal, leva-o a comungar de joelhos a hostia viva da mais funda e consciente esperança lusitanista de uma Pátria renascida para as grandes empresas de outróra, rainha de povos, dilatadora e defensora da fé, espelho em que se reveja a humanidade cristã e

« *...lâmpada cimeira*
Benção, Clarim, Guião da Terra inteira
Seu Cântico e Sorriso. »

Job, encerra, portanto, seu profundo e nobre sentido nacional: é a visão de Portugal exaltado pela oração e pela humildade às supremas glórias do Ceu...

Aqui fica, pálidamente expresso, em traços isocronos e fugidios, o pensamento geral dêste novo grandioso trabalho de António Corrêa de Oliveira, obra que há-de durar não o momento efémero duma vida, mas enquanto fôr falada, sobre a face da Terra, a língua que lhe dá corpo e existir o espirito nacional que a anima; obra que não interessa só aos portugueses, mas também ao mundo inteiro, porque lhe pertence pela universalidade e eternidade do drama que a agita.

Mais do que nós, contemporâneos — é de presumir — a amarão as gerações futuras, porque melhor compreenderão o penetrante poder visual da inteligência e da alma que esta obra encerra, louvando nela o verbo inspirado dum dos maiores Poetas latinos de hoje e de todos os tempos.

Em vida — e em peregrina, fecunda e vitoriosa escarpada das letras — tem colhido a modéstia talentosissima de António Corrêa de Oliveira, por parte dos novos, as mais insofismáveis demonstrações de acendrado e fervoroso culto. É com verdadeira emoção intelectual que recordo, neste

momento, as altas e espirituais horas de homenagem que ao seu Génio renderam, ao aclama-lo ruidosamente, quintanistas de Letras, vai para três anos, os meus queridos companheiros de estudo, lá nessa «lirica, fermosa e muito nobre cidade de Coimbra» a que se refére o Poeta. Homenagem singularissima, essa, como outra se não realizou ainda em Portugal, tão significativa, tão bela, tão calorosa que talvez nem em terras do estrangeiro, onde melhor se ama e admira a profissão das letras, alguém a tenha recebido ou realizado com mais grandeza.

Atravéz da saliente e portuguesissima personalidade do Maior dos nossos Poetas contemporâneos, a juventude da nossa Terra consagrou então, e consagra ainda hoje, o retorno do Espirito a dirigir o mundo, nesta hora já espiritualizada dum renascimento que se aproxima e de que nós, portugueses, serêmos, como na conjuntura magnifica do Poeta, os mais lucidos e incansaveis obreiros.

Job representa, pois, um novo passo — e largo, seguro, triunfal passo! — na ascenção literária, sempre contínua, de António Corrêa de Oliveira. Condutor e guia mental das gerações novas, que ao ritmo do seu coração e da sua inteligência aprenderam a sentir e a conhecer Portugal, da mocidade primaveril do seu espirito e do veio abundantissimo da sua lira privilegiada, fonte de ensinamentos religiosos e patrióticos, muito espera ainda e com bem sobrada razão a inteligência da nossa Terra e a glória imorredora das nossas letras. Esta estimulante, reconfortante certêza quero trazer, em pálida recompensa das largas perspectivas espirituais que o *Job* me fez vislumbrár, ao daninho e estéril desánimo que, por más artes, possa vir a limitar a produção futura do eminente Poeta, que, por o sêr de raiz, nunca preparou por suas mãos a glória merecida que lhe está engrinaldando a frente de louros...

O Poeta de Belinho, qual Camões da idade contemporânea, não vive isolado dos portugueses, porque é — quem o duvida já hoje? — o Poeta intérprete do Passado, do Presente e do Futuro de Portugal, dum Portugal nacionalista e crente, por isso mesmo universalista e católico, dando-se a todo o mundo, como outróra, em missão de apostolado redentor...

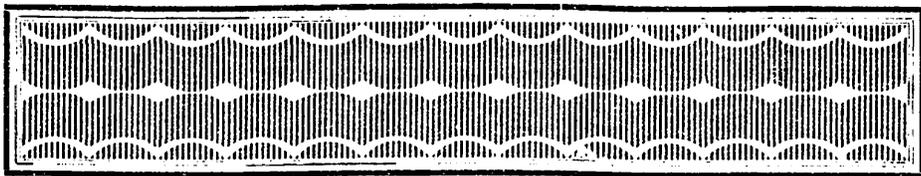
Da primeira à ultima fâse da sua evolução poética, desde a simplicidade profunda dos seus livros iniciais, embebidos no humus sagrado da Beira Alta onde nasceu a sua intensa comoção rural, aos vãos panteístas que logo depois esboça, sem que nêles se afaste por forma definitiva do pensamento e do sentimento cristão, até que a maturidade do seu génio o conduz ao seio do catolicismo mais puro, onde hoje é, na liturgia das suas letras, oficiante quási investido de poder sobrenatural, na vasta obra de António Corrêa de Oliveira não se refletiram, sómente, as nossas

paizagens em tudo o que nelas existe de aparente ou de misterioso, porque se encontram, para se abraçarem, as raízes anímicas da Raça, de cuja seiva se alimentou o seu espírito para exaltar as nossas glórias passadas, chorar as nossas angustias presentes e apontar o roteiro esplendido das nossas esperanças futuras...

Mas não basta afirma-lo e repeti-lo nas laudas das revistas e nas colunas dos jornais... Justo é que a Nação definitivamente o proclame e consagre. A Grey Portuguesa contraiu uma dívida sagrada com a alta vocação poética que tão superiormente a tem sabido cantar e enobrecer, galvanizando-a para a acção e para os transcendentos destinos que a aguardam. Em seu nome, cumpre ao Estado o dever de salda-la (dever tanto mais imperioso e imediato no momento em que se procura encontrar o perdido sentido político da tradição portuguesa), vulgarizando, nas escolas secundárias, em edição oficial, os seus admiráveis «folhetos de cordel» *Na Hora Incerta*... que são a moderna Bíblia da Pátria, ou indicando o nome glorioso do Poeta ao Prémio Nobel de Literatura, como o único candidato português legítimo a uma consagração a que não póde expontâneamente propor-se quem cultive no verso apenas vagas nebulosidades de pensamento e de fôrma. Compreenda-se, finalmente, que António Corrêa de Oliveira foi, antes de mais ninguém, o Embaixador do Passado no Presente de Portugal, do Passado como realidade espiritual, sentimental e histórica.

Por hoje, em nome da língua e do pensamento português que no *Job* encontram um altíssimo atestado de realeza, agradeçamos do coração a António Corrêa de Oliveira, a oferta dêste poema imortal, profundamente nacionalista e católico, em que o espírito iluminado do Poeta sobe, num grande e formoso vôo, como a aguia de Pathmos, das altitudes da suprema filosofia aos dominios quási inarcessíveis da teologia pura...





Em Val-de-Lobos

A Sombra de Herculano

por FERNANDO CAMPOS

A PROVEITANDO as minhas últimas férias, passadas em S. João da Ribeira, fui, um dia, de romagem à quinta de Val-de-Lobos, evocar a sombra austérea de Herculano, que ali tentou iludir, nas ocupações da lavoura, aquela amarga descrença em que afogou os derradeiros anos da vida.

Val-de-Lobos fica a sete quilómetros de Santarém, seguindo a estrada da Azoia, e pouco acima, amontoa-se o casario pitoresco da aldeia da Azoia de Baixo ou freguesia de N.^a Sr.^a da Conceição, que assim se chamava a terra, antes do *livre-pensamento* orientar a toponímia nacional.

Foi meu amabilíssimo cicerone o sr. Alberto Henriques da Silva, importante lavrador da região, a quem hoje pertence a casa onde o historiador habitou, enquanto não pôde instalar-se na da sua propriedade. Era essa casa, do general Pedro Vieira Gorjão, à memória de quem se erigiu um jazigo de mau gosto, no adro da igreja da Azoia, que se encontra abandonada e despojada do seu recheio, desde 1910.

Nesse jazigo, foi Alexandre Herculano sepultado, logo após a sua morte, e aí permaneceu onze anos até ao momento da trasladação para os Jerónimos, em 1888, sem que qualquer inscrição lhe apontasse os restos mortais à veneração dos forasteiros.

Assim quiz o destino que, temporariamente, se cumprisse o desejo manifestado desta forma, numa carta particular a Fernandez de los Rios: «Quero dormir o ultimo somno no adro da vizinha paróchia, debaixo de uma lagea completamente lisa, e que não haja ahi ninguém

que saiba responder áquelle que, passando, perguntar: quem é que jaz aqui?» (4).

Nesse mesmo adro da igreja, que a impiedade condenou ao esquécimento, nesse pequenino terreiro circundado por uma amurada de cantaria e ensombrado por uma enorme pimenteira e algumas acácias brancas e aloendros, vinha Herculano, por vezes, sentar-se a caturrar com o seu amigo José de Sá, um velho e simpático agricultor, que, mais tarde, ao recordá-lo a Fialho, chorava ainda de saudade.

A quinta de Val-de-Lobos é uma vasta propriedade de vinhedos e olivais, rica de águas e de copados arvorêdos que o historiador plantou, pois não passava de um vale quasi deserto, com dois ou três casebres e raríssimas oliveiras, quando Herculano a adquiriu, em 1859.

Em frente à moradia que os actuais proprietários substituíram à do escritor, ha um espaçoso jardim, a que as flores da estação imprimem um colorido vibrante, e dali, parte um largo arruamento revestido de formosos e grandes cedros, o qual se prolonga em caminho pitoresco, sobranceiro a um regato que atravessa toda a quinta.

Dum lado e doutro dêsse caminho, talhado na encosta do vale, é tão cerrada a vegetação que nos julgamos transportados a qualquer dos mais aprazíveis itinerários da nossa serra de Sintra. Castanheiros, cedros, tílias, faias, freixos, carvalheiras, entrelaçam as suas altas ramágens, transformando num túnel de frescas verduras o arruamento que trilhamos. Mais para baixo, à nossa esquerda, e através dos arvorêdos, descobre-se a terra lavrada, campos de pão, vinho e azeite, a que o historiador consagrava o melhor dos seus cuidados. Com razão, exclamou Fialho de Almeida, ao passar também por ali: «Que murmurante socego e que abandono!»

Da casa rústica de Herculano, nada resta, exteriormente, pois, como já ficou dito, construiu-se, no lugar dela, uma espaçosa habitação de linhas simples, em cuja fachada principal, um quadro de azulejos portugueses nos lembra que ali viveu o escritor desde 1867 até à data do seu falecimento, ocorrido dez anos depois.

Quem quizer vê-la, tal como o solitário de Val-de-Lobos a mandou construir e habitou, terá, como eu, de recorrer à descrição de Fialho, que ali foi em romágem piedosa, às vespersas da trasladação de Herculano.

«A casa, cõnstruída aos bocados, agora quatro paredes, depois um tecto, no anno seguinte rebôcos, apóz uma porta e seguidamente uma

(4) *Cartas* de A. Herculano, tomo II, pág. 41.

vidraça, — escrevia o panfletário de *Os Gatos* — attesta no plebeu das perspectivas, no irregular da planta e no acanhamento das portas e janellas, como que uma ausencia completa de noções architectonicas, um desprendimento de gosto, uma anonymia d'eu, inesperadas de nudez camponia tratando-se do artista erudito que o dono d'ella foi. Não tem a menor coisa que recorde o conselheiro secreto d'um monarcha, passeado em palacios, o creador das sumptuosas epochas historicas, o homem da penna formidavel, cuja severa imaginação pintára com aquella firmeza de tinta, tão rubros quadros de vida nacional. E' o eremiterio d'um feitor retirado com dez contos d'economias, para um canto, e que sem nunca ter vindo á cidade, morre empenhando-se em cada vêz mais estreitar e cingir a si, como samarra, as quatro pobres paredes do seu tumulo. A casa de Valle de Lobos tem d'este lado apenas rez do chão, as mesmas pequenas janellas de caixilhos brancos, vidros quadrados, bandeiras finas — duas por cada lado da porta, que é de vidraça tambem, sobre um degrau de pedra muito baixo, e rasgada em frente d'uma meia laranja na rotunda, cercada de roseiraeas de todo o anno. A meio arco, a pequena rotunda interrompe-se para communicar com uma rua d'alfazemas, estendida atravez da vinha phylloxerada, para ir lá mais longe perder-se entre os cedros e carvalhos d'uma pequenina matta que Herculano plantára numa encosta.» (1)

A pequenina mata a que Fialho de Almeida se referia, talvez a não reconhecêsse o seu dono, se hoje a visse, de tal forma avolumou, em quarenta anos!

Os roseirais em que falava, ainda por lá se revestem de suas corolas perfumadas, mas não é possivel distinguir os arbustos da primitiva, que por suas próprias mãos o historiador amanhava.

Na residência da Ajuda, na Calçada do Galvão, junto dos Jerónimos, as flôres preferidas de Herculano eram os cravos; cultivava-os às centenas, e todos os dias, pela manhã, antes e depois do almoço, descia ao quintal a podá-los e a limpá-los dos parasitas. Na quinta de Val-de-Lobos, mudára, porém, o seu gosto, e foi às rosas que dedicou a paixão de floricultor, entretendo-se, diáriamente, a amanhá-las, com carinho, como se fossem crianças, a quem a sua velhice amimava.

Como o exílio a que se votára lhe não fizera esquecer a amizade por D. Fernando, todas as novidades da quinta iam sempre parar às

(1) Fialho de Almeida, *Figuras de Destaque*, (livro póstumo) — Lisboa, 1924, pág. 17-19.

Necessidades. Fabricavam-se ali uns pasteis de queijo de que o rei gostava muito, e por isso era raro o mês em que o Francisco Felipe não fosse à estação de Santarém despachar um cabaz desses pasteis, empapelados por Herculano e destinados à magestade.

A casa comunicava por uma das faces laterais com um terraçozinho de tijôlo, ornamentado com vasos de faiança em que vicejavam plantas de jardim. Por diante da frontaria, havia uma grade sustentada por seis piláres de pedra tôska, encimados por vasos iguais aos do terraço, a qual formava um átrio com cancela de ferro, fechada, à noite, a cadeado.

Do outro lado da habitação, do lado opôsto do terraço, encostava-se um casinhoto de tétó baixo e portinha de postigo. Fôra ali que Herculano se instalára, ao trocar a casa do seu amigo Gorjão, na Azoia, pela quinta de Val-de-Lobos. «Quando o Snr. Herculano veio p'ra Valle de Lobos, era esta a unica casa habitavel da quinta». — Contava o administrador a Fialho. — «Aqui passou elle trez invernos com os joelhos agazalhados num cobrejão do Alemtejo, junto á lareira, a jogar as cartas com dois creados da quinta, o Francisco Felipe, o Miguel da Azoia, e eu, se adregava deter-me no Valle alguma noite. Pouco a pouco foi acrescentando um pedaço de conforto á residencia (era muito orgulhoso em coisas de dinheiro), agora uma casa, logo depois um soalho, e um tecto de madeira, no anno seguinte duas outras portas nos quartos... mobilia... » (1)

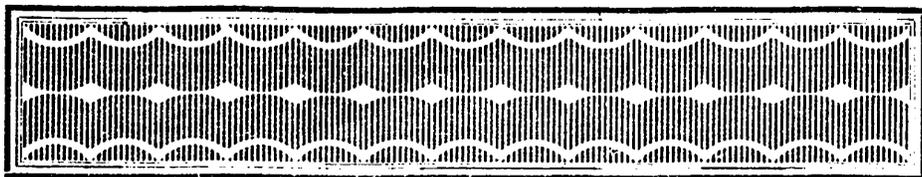
Nesse casebre, escreveu Alexandre Herculano alguns opúsculos, foi traçando os seus planos agrícolas e foi-se adaptando à nova condição de *lavrador dos Bairros de Santarém*, como gostava de intitular-se nas cartas particulares datadas de Val-de-Lobos.

Mais abaixo, ha um tanque de alvenaria, onde Herculano vinha sentar-se ao cair da tarde, e se deixava ficar, no verão, pelas noites de luar, até às oito ou nove horas, a conversar com o feitor.

Mas, a fisionomia desses lugares tão queridos do historiador, temna o tempo transformado e adaptado às exigências dos novos trabalhos da lavoura, sem contemplação nem respeito pela memória do seu antigo possuidor.

(Conclui no próximo fascículo).

(1) Ibidem, pág. 20.



Reparos à Constituição (*)

por HIPÓLITO RAPOSO

RECEAMOS que no próximo fascículo já não estejamos em tempo de consagrar algumas páginas de análise crítica ao projecto de Constituição que, em 28 de Maio passado, o Govêrno da Ditadura decidiu divulgar pela imprensa, com o intento louvável de colher para êle subsídios de aperfeiçoamento, antes de o submeter ao sufrágio popular.

Por êste modo, julga o Poder ficar certo dos votos da *opinião pública*, entidade bastante vaga, vária e incerta que poderia até hoje considerar-se mítica ou inexistente, mas que no futuro Estatuto Político passa a ter vida real e até a exercer funções constitucionais, como *um dos elementos fundamentais da política e administração do País* (art. 20.º). Submetendo-lhe o mais importante dos actos políticos, o Govêrno consagra de ante-mão o prestígio e a eficiência dessa fôrça constitucional, antes mesmo de lhe ser dada expressão definitiva na lei.

Pela nossa parte, desde a nota da Junta Central que noutro lugar inserimos, até às observações de alguns dirigentes do *Integralismo Lusitano*, supomos já bem expressa a attitude a que nos leva a doutrina do projecto e a sua conversão na Lei Fundamental do País.

De boa vontade damos crédito às intenções do Govêrno que por êste gravíssimo acto político não se propõe regressar à velha normalidade constitucional que anormalizou e desorganizou a Nação, a tal ponto que se justificou (e justifica ainda) na vida pública, a intervenção violenta da Fôrça Armada, como agente e depositária da disciplina social, formação a cujo recurso se foram pedir os meios de salvação nacional, lei suprema das leis...

(*) Publicado na Revista «*Integralismo Lusitano*» — Estudos Portugueses — fasc. III do vol. I.

Acreditamos que a normalidade constituenda se destina a instaurar uma ordem política nova em que as realidades e necessidades nacionais dominem o pensamento e inspirem as normas do legislador.

Se o período de discussão fôsse longo, como seria mister, não faltariam ao projecto as nossas observações e informações, embora pouco ou nada fiemos da sua utilidade prática.

Agradável nos seria, até como pretexto de doutrinação, aferir as disposições escritas pelos princípios por que elas foram informadas, segundo afirma o relatório.

Mas, dado que o tempo não basta e o espaço de hoje não chega, lembramo-nos dos deveres que nos impõe o carácter desta revista, para não nos dispensarmos de enunciar erros, incoerências e antíteses que destituem êsse diploma da elementar conformação jurídica, necessária e exigível em qualquer lei ou simples decreto.

Nas suas linhas gerais, o projecto pretende realizar a conciliação do individualismo do estado com o estado corporativo, do liberalismo com a nação organizada, as abstrações mortas de ontem com as realidades palpitantes dêste momento criador, em tôda a Europa.

Alonga-se e esteriliza-se a harmonizar dissonâncias, a conciliar oposições de sentido, a neutralizar contradições, traduzindo em lei o eclecticismo da acção política do Poder, que tem confundido, pelos seus movimentos de hesitação, a fôrça com a fraqueza, gerando e condicionando a própria instabilidade.

Reportando-nos a alguns passos da parte dispositiva, encontramos (art. 4.º) a soberania limitada, na ordem interna, pela *moral* e pelo *direito*.

Sendo e continuando a ser neutro ou laico o Estado Português e não havendo codificação moral fóra dos preceitos religiosos, indeterminado fica o limite da soberania, sob êste aspecto; e se o direito interno é definido e prescrito pelo Poder Público, através dos seus órgãos adequados, êle é actividade e expressão da própria soberania e não se compreende como dela seja restrição ou limitação.

A forma do govêrno (art. 6.º) é a *República orgânicamente democrática e representativa*.

Nestas poucas palavras, formula-se uma antítese, pela qual o número é chamado para uma função que não lhe pertence, como observa G. Deherme.

As palavras enunciadas não resistem a êste elementar silogismo de Ch. Maurras que substitui vantajosamente qualquer comentário longo:

« A democracia é o govêrno do número; êste govêrno implica a igualdade; mas a organização importa a desigualdade; logo, organização e democracia são termos que se repelem. »

Pelo projecto da Constituição, reconhece-se a existência da família, como grupo natural e jurídico. Por ser a primeira vez que tal acontece em Portugal, merece louvores o Governo pela sua audácia e desejo de acertar.

Mas em todo o título III nada se dispõe em ordem à sua defesa efectiva, assegurando a sua indissolubidade pela revogação da lei do divórcio, a sua estabilidade pela instituição do casal de família, já com precedentes nas leis dos ministros António Granjo e Lopes da Fonseca, e pela isenção do imposto sucessório na linha recta.

Mantém-se o perigo da sua *imoralidade legal*, pelo reconhecimento de direitos aos filhos ilegítimos (do pai ou da mãe) não perfilháveis, mediante investigação. Em resumo, o projecto atribui à família valor constitucional, mas deixa subsistir todos os factores da discórdia, de desagregação e de imoralidade, segundo a doutrina cristã da quasi totalidade dos cidadãos portugueses que, neste aspecto, não vêem respeitada a lei do número...

No título das autarquias, fala-se em Província, em conselhos da Província, e do título VI conclui-se que as divisões administrativas denominadas distritos, há perto de cem anos, continuam a existir.

Não seremos nós quem censure o Governo pelo restabelecimento ou, melhor, a regularização das funções político-administrativas da Província que deveriam ficar definidas na Carta Orgânica da Nação, atendendo aos distritos e aos interesses que já hoje representam, para o efeito de fazer coincidir com êles, quanto possível, as regiões económicas, na sua fisionomia própria de produção e representação.

Quantas serão as Províncias? Quem será o magistrado que as governa?

Em assunto de tal monta, não são estas perguntas ociosas ou impertinentes, visto como o projecto abunda em preceitos caracterizadamente regulamentares.

Pelo que respeita à organização política do Estado, não se chega a perceber se há só um Poder, (o do presidente), se há dois (o legislativo e o executivo) ou se há três, dando tal categoria à administração da justiça pelos tribunais.

No relatório há referências a *poder executivo forte*, a *poder legislativo limitado*, mas na parte dispositiva só se consideram as funções: a *função legislativa*, a *função judicial*.

A função, verdadeiramente, é o exercício de um poder ou faculdade, mas, nesse caso, seria lógico e conveniente que esta matéria fôsse exposta com clareza e sem hesitação. Mas o maior defeito do projecto, o que

o torna impraticável, a menos que se pretenda criar e justificar confusão e perturbação superiores às da Constituição de 1911, é a de manter o regimen parlamentar e de simultâneamente atribuir ao presidente da República tão amplos poderes que, uma vez investido nêles, ninguém poderá fixar-lhes os limites.

O presidente eleito não pode ser destituído por nenhum *poder* ou *função* constitucional, nem por êles todos juntos, mesmo em caso de alta traição que, graças a Deus, não se dará nunca.

O conflito entre a assembleia nacional e o govêrno (quer dizer : o presidente) não tem meio legal de se resolver, senão pelo recurso da dissolução, visto que o voto deliberativo da câmara é indispensável para a existência das leis. Assim, o poder do presidente não encontra limitações, mas defronta-se com obstáculos que condicionam a sua acção e a reduziriam à de agente registador da votação da maioria.

E por êste modo, dada a origem eleitoral dos deputados, recupêra o parlamento a sua nefasta influência, readquirem os partidos a sua razão de ser e restabelecem-se os vícios que seis anos de vida nacional à margem da Constituição pretenderam extinguir.

É possível que nesta *contradição* procurasse o legislador o meio-termo e que dele fiasse a esperança da moderação e do equilíbrio político. Não contou com o valor de sugestão e de intimidação de que dispõe o ruído de uma assembleia de muitas vozes e poucas razões ou mesmo sem razão nenhuma. Na vigência da futura Constituição, se êste projecto vier a ser aprovado, até poderia ter applicação o espírito e a filosofia política da anedota atribuida a Napoleão III, imperador constitucional dos Franceses. Tôdas as manhãs, ao receber o chefe do gabinete, Sua Majestade inquiria, cautelosamente:

— Presidente do meu govêrno, tens maioria?

O sagaz político ia respondendo:

— Tenho, sim, meu Senhor!

— Então, vou passear, rematava o Imperador.

Mas um dia, à mesma pergunta do Soberano, respondeu tristemente a voz do chefe do govêrno:

— Já não tenho, meu Senhor.

— Então, então, vai tu passear, indicou o Imperador, submissamente.

Escusamos de advertir que as nossas reflexões se referem a êste projecto de Constituição, em República, e fazemo-las em nome da nossa qualidade de portugueses, simplesmente.

Tranqüilizemos todos os bons républicanos com a certeza de que não lhes pedimos a êles ou à Constituição a restauração do Trono...

Quanto à representação corporativa, devemos dizê-lo com pena, ela não existe no projecto, porque em Portugal ainda não há corporações e conviria, antes de tudo, organizá-las, renovando a tentativa frustrada de há meses, noutras bases e critérios.

O que no projecto se faz, é aliar expressões de representação individual e corporativa, com predomínio da primeira, como se possível fôsse identificar contrários ou harmonizar a Nação com a Anti-Nação.

É atender ao factor número, em opposição ao valor orgânico dos grupos naturais ou profissionais, transaccionando entre a verdade e o erro.

E' abstrair dos aspectos da riqueza (ou produção) e do espírito, para sacrificar à aritmética individualista, como se fôsse possível solução ecléctica que permita representar orgânicamente individuo isolado e corporação, na mesma assembleia.

Claro é que estas razões adquirem maior alcance, ainda, se considerarmos que 50 % dos deputados à assembleia deliberativa pertencem aos corpos administrativos e que à câmara corporativa não é reconhecida a faculdade de deliberar, mas apenas a de consultar sôbre os projectos de lei.

Para terminar por hoje a série dos reparos, lembrar queremos a justiça histórica e a conveniência nacional que impõe a denominação de Províncias Ultramarinas às terras do Ultramar Português a que o Acto Colonial chama Colónias, à maneira dos Países de imperialismo comercial.

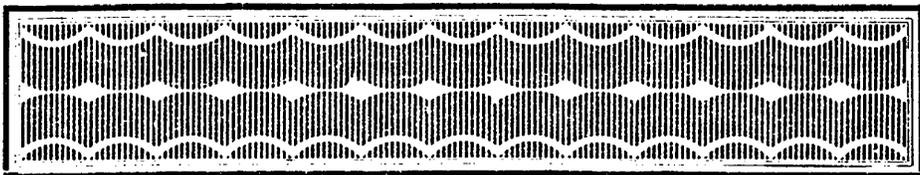
Manter semelhante designação é ignorar ou hostilizar o sentido criador da nossa expansão, negar a feição de assimilação jurídica e espiritual que desde Ceuta a Timor, sempre imprimimos à nossa acção civilizadora.

Tivemos ocasião de defender e a satisfação de ver votada esta doutrina por um Congresso da Sociedade de Geografia, mas vê-se que nem êsse parecer logrou convencer o mundo oficial a adoptar e consagrar a denominação de Províncias Ultramarinas que a própria Constituição da República, de 1911, ainda empregou.

Julgamos que já deve estar formada a consciência nacional que nos ensine a distinguir dos outros países a nossa individualidade histórica e política.

O interessante, por nossa glória, é que nós chamemos e possamos chamar *Províncias*, vai para cinco séculos, aos territórios descobertos e ocupados além-mar, enquanto os Estados nossos vizinhos vão dando com propriedade o nome de Colónias às fazendas e feitorias das suas explorações.

Quanto a outras disposições do projecto, far-lhe-emos as devidas referências, se ainda fôr tempo e pudermos supor que valha a pena escrevê-las.



DA DEFESA E CONCEITO DE PROPRIEDADE (*)

por ANTÔNIO DE SOUSA MACHADO

«Sobre a instituição do direito de propriedade, na sua perfeição jurídica, incide uma espécie de servidão moral, com dois encargos: Primeiro — a obrigação da hospitalidade para o trabalhador, que nela possa trocar o seu diligente trabalho por um justo salário, é o direito na propriedade — depois, o acesso à propriedade, a reconhecer a um certo escol de trabalhadores, que seja a força renovadora da instituição, é o direito à propriedade».

PEQUITO REBELO.

NAS palavras que hoje venho dizer, não há o desenvolvimento completo da ideia que perante V. Ex.^{as} me proponho esboçar. O meu trabalho de hoje é, simplesmente, colocar, estabelecer uma proposição que, tratada plenamente, nos poderia levar muito longe; venho, apenas, espalhar noções, divulgar, bater numa ideia que todos nós precisamos de, em nós próprios, assentar inequivocamente, inteligentemente, para sabermos opôr às teses socialistas a defesa da propriedade que, como diz Alberto Sampaio, tem sido a base das instituições do Ocidente (1); e, desenvolver, até onde me é lícito fazê-lo, a noção que da propriedade se deve formar na ordem nova.

Se o tempo mo permitisse, eu gostaria de iniciar o meu estudo por um bosquejo histórico da noção de propriedade através de várias civiliza-

(*) Conferência feita no Salão Nobre da Câmara Municipal de Fafe, no dia 29 de Maio de 1932.

(1) «As Vilas do Norte de Portugal», pág. 10.

ções. De passagem, direi que sei bem a impossibilidade dêsse assunto ser tratado com felicidade; poucas instituições, como essa, são tão rebeldes à intuição do historiador que, já não falando na falta de documentação dos antigos que não se interessavam senão com a história político-administrativa, esbarra com uma tal multiplicidade de conceitos e uma evolução constante e complexa que não consegue fazer uma síntese que se aproxime da perfeição, a não ser, quando, como por exemplo Alberto Sampaio, escolhe para a sua investigação uma região relativamente acanhada.

A propriedade individual não foi sempre conhecida de todos os povos. Há ainda hoje populações que não concebem o direito de propriedade sobre a terra; os tártaros só o concebiam sobre os rebanhos, e povos eslavos há onde só se conhece sobre os frutos. Pelo contrário, nas civilizações da Grécia e Itália temos sempre notícia da propriedade individual que igualmente foi sempre conhecida dos assírios, babilônios e egípcios.

As populações primitivas tinham da propriedade uma noção religiosa; em Roma o Deus Termo delimita e significa a inviolabilidade da propriedade. E nem Jupiter, o próprio pai dos Deuses, lhe conseguiu arrancar um cantinho de terra onde se lhe pudesse erguer um templo, no monte Capitolino, conforme reza uma lenda romana. Lógicamente, a propriedade nascida dum conceito assim, tinha um regime bem diferente do que hoje se pôde ter dela. Própriamente, não pertencia ao homem; pertencia à família que era um agregado nascido duma comunidade de tradições religiosas. A propriedade era inalienável; não sendo o fruto do trabalho do homem, mas, estabelecida pelo Deus Doméstico, uma dependência superior se cria. Na Grécia, mais tarde, pode-se vender a terra, mas isso importa a perda dos direitos de cidadão a quem a vende. Em Roma, quando depois se permite a divisão de propriedade entre irmãos, é preciso uma cerimónia religiosa para tal. Não se executam os bens; executa-se a pessoa do devedor. O crédor que se paga com a pessoa do devedor, se este é senhor duma propriedade, não fica sobre esta com direitos alguns. A propriedade, como a religião, perpétua-se na família, conexamente.

Há quem vendo na propriedade uma evolução uniforme, afirme que a sua primeira modalidade foi a propriedade colectiva; verifica-se, porém que essa forma de propriedade ainda hoje existe, em larga escala, entre irlandeses e alemães, sem referir o regime russo e o dos povos selvagens. Em compensação, nas civilizações já apontadas não se encontram vestígios da sua existência.

Na Península parece não restarem dúvidas sobre a existência da propriedade colectiva que o elemento celta, naturalmente, cá introduziu. Sobre as origens da propriedade nesta nossa região temos um conheci-

mento completo que o estudo profundo de Alberto Sampaio nos deixou em «As Vilas do Norte de Portugal».

A comunidade é aí apontada como o regime primitivo. Alberto Sampaio vê uma amostra da propriedade colectiva na comunidade de pastos ainda hoje existente na região de Barroso; aqui, como nesses primitivos tempos, há uma rudimentar riqueza agrícola. As pastagens são a melhor ecónomia do solo e são tidas em comum; a par destas há as propriedades privadas, de menor vantagem económica. O regime da propriedade individual vai formar-se com o *census* romano, o imposto a que Augusto obriga o possuidor da terra. É o pagamento dêsse imposto que legitima o direito que, quem o paga, arroga ter sôbre a propriedade correspondente. A vida agrícola vai-se restringindo dentro dos limites ora estabelecidos; o senhor e os seus *servi* instalam-se na sua secção e aquêlê instala os seus *clientes* em secções vizinhas, formando-se, dêste conjunto, a *vila*, propriedade plena a substituir aquela posse a título precário, primitivamente ocasionada pelo *census*. São as sub-divisões das *vilas*, que, com o enfraquecimento e a fragmentação do *mansus* senhorial iam ganhando a sua autonomia, que formam a pequena propriedade, dominante sempre no norte do país E a unidade primitiva, que de facto existe na *vila*, passa a ser a unidade ideal, espiritual da nossa freguezia.

Com a reconquista da Península aos árabes vão-se tomando grandes domínios que os reis distribuem, em grande parte, sob a fórmula de propriedade colectiva, aos municípios, concedendo vantagens às populações que neles se vão fixar. Outras dádivas concedem-nas os reis para compensar aqueles que batalhando a seu lado se distinguem em feitos bélicos, formando, desta forma, a propriedade individual. Sob a forma de propriedade colectiva são importantíssimas, na sua benéfica influência no desenvolvimento económico, as concessões feitas às catedrais, mosteiros e ordens militares. Principalmente à Ordem de Cister se deve a conversão de estêreis terrenos em ricas áreas produtivas; os «desertos que D. Afonso Henriques doou aos frades de S. Bernardo de Alcobça, dentro de dois séculos, após a doação, rôtas as charnecas, enxutos os brejos, estavam transformados em vastos coutos de cultura, dentro das quais trêze vilas prosperavam» (1). «Não exprobemos aos monarcas, — diz o notável economista Francisco António Correia, — as liberdades com que nos três

(1) Pequito Rebelo, — Duas Ecónomias, pág. 23.

primeiros séculos, por doações e heranças, enriqueceram a igreja portuguesa porque nenhuma outra dádivas tanto reverteram em benefício da nação».

A história da propriedade nestes tempos de Portugal nascente anda estreitamente ligada à história social da época; duma maneira geral quem possui são os nobres e as ordens religiosas ou militares, não falando nas prerogativas concedidas aos habitantes dos municípios que eficientemente concorrem com a soberania exercida pela igreja e nobreza; as classes menos abastadas, ciosas de propriedade, não têm facilidade na sua aquisição por causa dos encargos pesados que oneram as terras não *honradas*. Em 1261 sôbre todas as propriedades, inclusivé a dos nobres, se reconhece ao poder real o direito de tributação ⁽¹⁾. Desnecessário será encarecer o valor económico da propriedade até ao século XVI em que Portugal é, em absoluto, um país que vive da agricultura; depois, em Portugal, entra a febre do negócio. Os nobres, com o próprio rei, mercadejam e a nobreza, muitas vezes, empenha a usurários as suas terras para lançar-se no caminho da aventura das Índias ou, para num sonho de cavalaria, equipar-se belicamente e seguir nessa visão magnífica de D. Sebastião, a lutar contra a moirama em Alcácer-Quibir. Até um período relativamente avançado da nossa história a propriedade livre, alodial, era, em regra, própria das classes inferiores; a nobreza possui propriedade vinculada. Latino Coelho, apaixonado biógrafo do grande arquiteto de Lisboa, desumano político e economista diligente que raras vezes viu lograrem na prática as suas arrojadas iniciativas, que foi o Marquês de Pombal, refere-se com simpatia à lei do ministro de D. José que regula o direito de vincular, «ampliando a faculdade de instituir novos morgadios aos homens que, sem o lustre de nobreza hereditária, fôssem pela sua benemerência nas armas, nas letras, nas ciências, na agricultura, no comércio e nas artes liberais, como que os esclarecidos fundadores da sua própria dinastia» ⁽²⁾ Não podemos, de facto, deixar de assinalar as benéficas consequências desta lei, bem dentro da tradição da nobreza de Portugal, classe aberta, acessível a todos que por feitos valorosos merecessem pertencer à elite da nação. De então para hoje, o facto de maiores consequências no regime da propriedade deu-se em 34 com a libertação da terra. No decorrer das

(1) História Económica, de Francisco A. Correia, 1, pág. 21.

(2) In «O Marquês de Pombal».

minhas palavras, referir-me-ei aos desastrados efeitos dêste funesto acto do liberalismo.

* * *

¿ Justificar-se-há a existência da propriedade ?

Sabem todos que várias seitas «de nomes diversos e quasi bárbaras que se chamam socialistas, comunistas, ou nihilistas» «espalhados sôbre toda a superfície da terra e estreitamente ligados entre si por um pacto de iniquidade» (1) negam a legitimidade da propriedade individual. Ao Estado, senhor único de todos os meios de produção económica e supremo distribuidor das riquezas, pertence a terra que não sendo obra de ninguém a ninguém, individualmente, pode pertencer, diz Renard. A propriedade, é um roubo, bradára um dia Proudhon para este brado ser erguido como divisa de partidários, de um idealismo vizinho dum estado de primitivismo mas que, funestamente, atacará os espíritos para alterar a paz no mundo.

(Continua).

(1) Quod Apostolici numeris.

VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1832

GUIMARÃIS HÁ 100 ANOS

Janeiro

Dia 1 — Morreu o P.^o Joaquim António Ribeiro Gomes de Abreu, do correio, presbitero secular e morador no correio em casa de seu irmão P.^o Manuel Joaquim. Tinha 90 e tantos anos e foi sepultado no dia seguinte na igreja de S. Pedro. (P. L.).

Dia 2 — Em vereação extraordinária: — o juiz de fóra, presidente, apresentou dois officios — um do desembargador corregedor da comarca, com cópia do officio do general governador das armas da provincia, para organização de uma Companhia de Voluntarios Urbanos, e outro — do Coronel agregado do batalhão de Voluntarios Realistas e governador militar desta vila, para designação de casas que sirvam de quartel a cem soldados que formam a guarnição desta vila.

*

É eleito D. Abade do convento da Costa frei José de Santa Gertrudes. (P. L.).

*

Decreto graduando em Marechal de Campo o Visconde da Azenha.

Dia 11 — Por ainda andarem obras na colegiada, recolheu-se em S. Pedro a procissão da Bula, indo acompanhá-la o Cabido. (P. L.).

Dia 12 — Estando a perguntas um preso, saltou êste da janela da casa do Juiz de

Fóra (a casa era de Antonio Dias, às Lages) e fugiu. Houve grande reboliço no Toural, afluindo muita gente à rua das Lages, mas o preso não pôde ser agarrado apesar de muito perseguido. (P. L.).

Dia 13 — Indo de madrugada para a novena de S. Sebastião, o P.^o Dionisio José Gonçalves, encomendado da freguesia de S. Sebastião, deram-lhe uma grande maçada, ao Correio (Torre Velha), da qual ficou bem maltratado. (P. L.).

Dia 14 — Em vereação: Foi posto a lanços «o concerto dos telhados dos quartéis dos paços em razão de se acharem em estado de ruína e de se não poderem aquartelar e dormir as tropas, e estarem estas fazendo um grande peso aos moradores desta vila por estarem aboletadas» e o concerto de telha, cal e jornais de afifano, chapas de ferro e chaves para a cadeia da Lage do Castelo, por se achar em principio de arrombamento. Foi exonerado, a seu pedido, alegando moléstias, o tesoureiro do cofre dos orfãos, sendo nomiado para esse cargo o negociante Francisco José da Costa Sampaio, do terreiro de S. Paio. — Acordaram que «atendendo ao aumento e consideração que nos devem as fábricas destes reinos: que de hoje em diante jámais se faça uso de papel neste Senado que não seja das mesmas».

*

Entra uma leva de quarenta e tantos presos politicos que estavam nas cadeias

de Braga. Na sua entrada, desde a Conceição até à cadeia, onde pernoitaram, foram acompanhados por muitos recrutas de caçadores do Minho e algum povo, que lhes vinha a dar muitas apupadas e assobios, chamando-lhes muitos nomes injuriosos. Parte dos presos vinham algemados. Na noite seguinte foram pernoitar em Margaride e daí seguiram para a provincia da Beira, para Almeida. (P. L.).

Dia 19 — Em vereação extraordinária: Lido um officio do desembargador corregedor, para se prontificarem os géneros cereais, constantes do mesmo: mandaram passar ordens para, de cada freguezia do termo, comparecerem dois derramadores, no dia 25 do corrente, afim de se pôr em prática tal derrama.

*

Saiém das prisões desta vila todos os presos (70 e tantos) que nelas estavam por opiniões politicas, e foram algemados e a pé, uns para a Covilhã e outros para o Fundão, excepto um velho que, por não poder andar a pé, foi num carro. (P. L.).

*

Nêste dia 19, entraram na cadeia da correição 20 presos, quasi todos vindos do Castelo, talvez por terem saído os que estavam na da correição.

Dia 20 — Acórdam da Relação do Porto ordenando os 5 dias ao réu politico Padre Bernardo Pinto Rola, que veio a ser cónego da nossa Real Colegiada, presbitero secular desta vila, que estava preso nas cadeias da Relação do Porto.

Dia 21 — No convento de Grijó, quartel do regimento de Guimarães, reuniu o conselho de investigação (1 capitão, 1 tenente e 1 alferes) e ouviu testemunhas sobre o soldado miliciano, n.º 55, da 3.ª

companhia, Francisco Barbosa, por ter faltado à chamada e revistas desde 17 até 19 dêste mês, e, ouvido o réu, depois de lhe ser lida a parte que dêle deu o tenente da sua companhia, êste disse «ser verdade ter faltado á companhia a duas revistas, e que fôra sómente ao Porto buscar alguns arranjos de que precisava, e que não sabia que esta falta fosse tão agravante como na verdade é.» Decidiu o conselho, (de verdugos), unifórmemente, que fôsse castigado com 50 varadas!!!, por não exceder os 3 dias que a lei marca para se qualificar de deserção.

Dia 23 — Vindos das prisões de Viana e Valença chegam setenta e tantos presos por opiniões politicas. Entre êstes vinha Domingos Ferraz, de Santa Luzia, desta vila. Vinham sem algemas. Partem no dia seguinte para Alijó, sendo presos por cordas, por assim o exigir o governador militar desta vila, que era Fortunato Cardoso de Meneses, do Proposto, ainda que nisso tivesse bastante repugnancia o comandante que os trazia e a quem êles tinham sido entregues. (P. L.).

Fevereiro

Dia 1 — Em vereação: Foram abertos 2 officios do desembargador corregedor, um convidando os vereadores a concorrerem com um donativo para a urgencia do Estado, e o outro contendo o alvará régio de 18 de Novembro de 1831 elegendo a câmara para 1832, a saber: vereadores José Antonio Mendes da Silva Bragança, Rodrigo Lobo Machado de Couros, Manuel Joaquim Pereira Soares de Azevedo; procurador Domingos Gonçalves Pereira e tezoureiro Francisco Ribeiro da Costa Sampaio; logo lhes foi dado juramento e posse, excepto ao procurador, que pediu escusa de servir.

Dia 3 — Chegou um frade Jerónimo do convento de Belem, o qual vinha em

uma liteira e escoltado por soldados de polícia, vindo também um escrivão e um meirinho. Foi neste mesmo dia para o convento da Costa para nele ser encarcerado por tempo dum ano; era preso político. (P. L.).

Sairam daqui para o seu corpo, que estava para a Figueira, a maior parte dos recrutados do regimento de caçadores do Minho. A' saída levavam uma musica de curiosos dos mesmos recrutados a tocar uma marcha e os recrutados iam dando vivas ao sr. D. Miguel. (P. L.).

Dia 4 — Alvará mandando guardar os privilégios concedidos à Misericórdia de Guimarães.

Em vereação: atendendo a várias queixas que tem havido na câmara, de se estar vendendo azeite a 90 reis o quartilho, estando o almude a 3\$400 reis, mandaram que ficasse a 80 reis, e os que venderem por mais de 80 sejam condenados em 6\$00 reis por cada vez; determinaram que as galinheiras e regateiras vendam no terreiro da Misericórdia, onde lhes estava determinado, sob pena de 400 reis pagos da cadeia por cada vez que forem achadas a comprar ou vender na praça do Toural. — Nomearam os 12 misteres.

Dia 5 — Chegam aqui uns contingentes dos batalhões de voluntários realistas desta vila e de milicias da mesma e de Basto, os quais vinham da Beira Mar, onde estavam os seus Corpos, e daqui foram com licença de um mês para suas casas. (P. L.).

Dia 11 — «A El-Rei N. S. foi presente o officio que V. S.^a me dirigiu em data de 6 do corrente mez, no qual participa, que ao zelo de António Joaquim de Carvalho, desembargador e corregedor da comarca de Guimarães, se deve o fornecimento de

capotes, mochilas e marmitas para cada um dos officiaes inferiores e soldados do Batalhão de Voluntários do seu commando, que por donativos deram alguns individuos da Villa de Guimarães: e em resposta manda o mesmo Augusto Senhor comunicar a V. S.^a para o fazer constar ao referido Corregedor, que são dignos de louvor os sentimentos que desenvolveu para o completo arranjo do mencionado Batalhão. Deus Guarde a V. S.^a. Palácio de Queluz, em 11 de Fevereiro de 1832 — Conde de S. Lourenço — Sr. Visconde de Azenha, Bernardo, Coronel do Batalhão de Voluntários Realistas de Guimarães».

Dia 14 — Morreu José Coelho da Mota, morador no terreiro da Misericórdia. Foi sepultado no dia seguinte na igreja de S. Francisco. (P. L.). Era avô paterno dos doutores António e José Coelho da Mota Prego.

Dia 17 — Por acordam da Alçada do Porto se regeitaram os embargos do réu Jerónimo José de Carvalho Guimarães, por alcunha «o Traquinas», inquiridor que foi do Juizo do Geral desta vila e preso nas cadeias da Relação, que, por acordam de 14 de Dezembro de 1831, foi condenado em 2 anos de reclusão na Praça de Sagres e 50\$000 reis para as despesas da Alçada, sendo sustentada a dita condenação, com declaração que o local do degredo lhe foi comutado para a vila de Monte Alegre.

Dia 18 — Entrou na cadeia da correição o Capitão Custódio José Ribeiro, viuvo, de 49 anos, da freguesia de Gonça, preso hoje nesta vila à ordem do juiz de fóra. Por ordem do juizo da correição do crime da 1.^a vara da Relação do Porto, ficou embargado nesta cadeia em 26 de Junho de 1832 pela culpa de resistência pendente no dito juizo.

Em vereação: Entrando esta câmara no conhecimento dos excessos praticados

pelo actual secretário, extorquindo salários de um tostão a cada um dos officiais que tomam juramento, o que deve ser deferido unicamente pelo presidente, acordaram que o dito secretário responha o que indevidamente tem levado, o que se vê à face do livro de tais juramentos, por emolumentos que de mais tem extorquido, e isto no prazo de 8 dias sob pena de infalível suspensão e procedimento criminal que lhe competir.

Dia 20 — Indo o Bentinho (Bento José Ferreira), da rua Nova, negociante de Couros, para Braga, saíram-lhe 3 individuos ao subir da Falperra, um dos quais lhe deu um tiro do qual morreu logo, roubando-lhe o dinheiro que levava. Veio no dia seguinte e foi sepultado na igreja de S. Francisco no dia 22. (P. L.). A voz popular afirmou que José Ferreira foi quem assassinou ou mandou assassinar seu pai, e que, com o remorso, nunca mais deixou de viver no local do crime, até 1887 em que faleceu.

Dia 22 — Por ser o 4.º aniversário da chegada do sr. D. Miguel a Portugal, ha repiques em todas as torres da vila e à noite iluminação. (P. L.).

*

Despacho reconduzindo o juiz de fóra desta vila, Damião Pereira da Silva.

*

José Martins da Costa, sobrinho, morador na rua de Val-de-Donas, comprou a quinta do Salgueiral a D. Maria Adelaide Araujo Vasconcelos Maia e marido Filipe de Abreu Téles Meneses, moço fidalgo de S. Mag.de, da casa e quinta do Porto, freguezia de S. Tomé de Prozelo, concelho de Amares, onde viviam.

Dia 23 — Nesta data foi recebida uma carta, identica á do dia 11 d'este mês,

dirigida ao Dezembargador corregedor desta comarca, louvando-o e aos oferentes do Donativo para os capotes, etc.

Dia 24 — Morre Paulo de Carvalho, cónego prebendado da Real Colegiada de Guimarães, em cujo claustro foi sepultado no dia seguinte. Da sua prebenda n.º8 ficou sendo proprietário o seu coadjutor Francisco Lobo de Vilas Boas, o qual havia sido frade jeronimo, tendo tomado posse da coadjutoria em 18 de Novembro de 1826. (P. L.).

Dia 27 — O general Visconde de S.ª Marta passou revista (no Porto?), ao regimento de milicias de Guimarães e Voluntários Realistas de Vila Real, igualando estes dois corpos aos melhores do exército. O coronel daquele, Barão de Vila Pouca, e o comandante deste, aceitaram os elogios do general e da sua parte expressaram-nos aos seus officiais e soldados.

Dia 29 — Morreu na cidade do Porto D. Josefa Ermelinda Barroso, mulher de Francisco Barroso Pereira, prima do cónego Pereira Lopes.

Março

Dia 2 — Na ordem do dia, da 4.ª divisão, do Porto, o marechal de campo, visconde de Santa Marta, elogia o regimento de milicias de Guimarães, pelo muito que tem adiantado há 3 mezes, achando-o muito bem equipado e em excellento estado de instrução e exactidão de manobras, tendo sido informado do louvável comportamento que os soldados tem tido com os habitantes e ministros territoriais.

Dia 5 — Saiu para Grijó o contingente do batalhão de milicias desta vila, que tinha vindo com licença no dia 5 do mez passado. Em Grijó estava o seu batalhão. (P. L.).

Dia 7 — Sai para Azurara um contingente do batalhão dos voluntários realistas que tinha vindo licenciado a 5 do mez passado. (P. L.).

Dia 8 — Chega a noticia de ter sido recondusido o Juiz de fóra desta vila, Damião Pereira da Silva. Logo que os escrivães do Geral e mais alguns individuos souberam desta noticia deram muito fogo do ar, e à noite houve luminárias no Tournal. (P. L.).

*

O Cabido defere com 48\$000 reis a petição do pároco e freguezes de Santo Estevam de Urgeses, para continuação das obras da igreja.

Dia 9 — Chega o novo Prior de S. Domingos (José Pinto de Queiroz Pacheco), que era natural do Porto e tinha sido nomeado porque o seu antecessor havia renunciado ao priorado e retirado para o seu convento de Vila Rial. (P. L. e F.).

Dia 10 — Em vereação: é apresentada a provisão régia que escusa o procurador nomeado, substituindo-o por António José Mendes de Oliveira, que tomou posse. Acordáram que em deferimento à supplica do secretário da câmara, pedindo a modificação do acordam de 18 de Fevereiro, e atendendo ás razões que expôs, em que se justifica com a prática abusiva de seus antecessores, fique sem efeito as penas cominadas nesse acordam, observando-se ao dito secretário que cobre apenas os seus emolumentos conforme a lei determina.

Dia 11 — Chega um destacamento do batalhão de milicias de Viana, comandado pelo capitão Tristão, do mesmo, que vem para fazer a guarnição da vila por o corregedor o requisitar, porque tinha aparecido em Paçõ e Fareja o Bento da Fabrica e outros constitucionais comprometidos, to-

dos armados. Por estes tempos também se fizeram dois grandes roubos, um foi em Fijó, ao pé de Margaride, e o outro em Pombeiro. (P. L.).

Dia 20 — Deu entrada na cadeia da Correição Bento Antonio Guimarães, da rua de Santa Luzia, solteiro, de 26 anos. Por ordem do Provedor, que o tinha prendido, foi a 21 do seguinte Maio embargado na cadeia. Faleceu em 29 de Agosto de 1832.

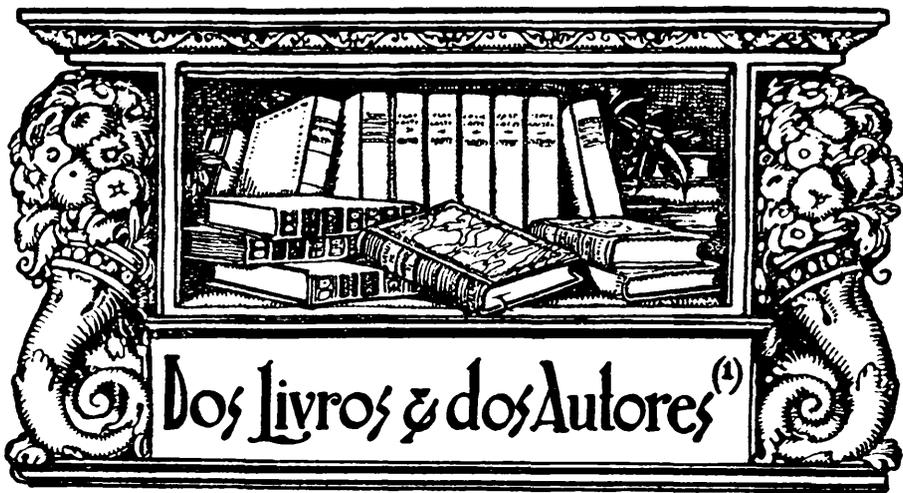
*

Chegam as quartas partes dos batalhões de voluntarios desta vila e de milicias de Basto, que vinham da Beira-mar, de licença.

Dia 22 — Chega um contingente do batalhão de milicias desta vila, com licença de um mês. Estava já há tempos em Grijó. (P. L.).

Dia 28 — Por decreto dêste dia, saiu na ordem do exército do dia 2 de Abril, o seguinte: — Regimento de Milicias de Guimarães — Capitão da 1.^a companhia, o tenente da mesma, José da Costa Moreira; capitão da 2.^a, o alferes da mesma, João da Silva Teles; capitão da 4.^a, o tenente da mesma, Lourenço Leite de Araujo; tenente da 1.^a, o alferes da mesma, Manuel de Macedo da Cunha; tenente da 2.^a, o alferes da mesma, João José Mendes Pereira de Castro; alferes da 1.^a, o sargento ajudante, José Maria Carneiro. — Reformados na conformidade da Lei, o tenente-coronel agregado, graduado em coronel, João Francisco Leite de Castro, e os capitães João de Matos Peixoto, Bernardino Martins Coelho Cerqueira, Manuel António de Almeida Barreto e José Francisco da Silva Lima. — Demitido o tenente Luiz de Magalhães, por não ter a preparação precisa para o posto que ocupa.

JOÃO LOPES DE FARIA.



SONHO AZUL — Sonetos — por *Moreira das Neves*, Livraria Simões Lopes (de Domingos Barreira) — R. do Almada, 123 Póvoa, 1931.

Muito antes da redacção do «Gil Vicente» me enviar o livro do snr. Moreira das Neves, para as minhas habituais referências nesta secção da Revista, já eu tinha lido no jornal «A Voz» algumas palavras de José Agostinho sôbre o «Sonho Azul». Pareceram-me, confesso, um pouco exageradas, as palavras do distinto critico sôbre o livro dum poeta de que eu conhecia tão pouco . . .

Quando, porém, me foi dado o prazer de recrear o espirito nas páginas do «Sonho Azul», tive de reconhecer que, mais uma vez, o snr. José Agostinho fôra justo e seguro nas suas apreciações. No livro há, na verdade, «vãos altos, rasgados e contudo, equilibrio admirável. Tudo sem prosaísmos, sem pieguices, sem durezas e sem lascivias de musicalidade nova e langorosa — isto é: arte sem requinte, substância sem obscuridade, vibração sem artificio, correcção formal paralela à saúde espiritual».

Não se podia dizer mais nem melhor, sintetizando, nestas poucas palavras, todo o valor da obra. O P.^o Moreira das Neves é, de facto, por direito de inspiração e de talento, um Poeta, — um grande poeta místico e cristão! Não lhe faltam, para isso, qualidades: singeleza lírica, vibração animica, elevação de ideias e segurança de tecnica.

Os defeitos e deslises são tão poucos, tão pequenos, que quasi não valeria a pena falar nêles. No entanto, para sermos justos, salientemos dois, dos *maiores* . . . e *tamanhos*, que mal se apercebem numa leitura rápida. A páginas 12, no 2.^o verso da 3.^a quadra, esta imagem um pouco forçada :

imagino-as azuis, como asas puras.

(*) Só darêmos nota bibliográfica dos livros que nos sejam enviados em *duplicado*, a não sêr que se trate de livros de preço elevado ou notáveis pelo seu valor intrinseco.

E no soneto da pág. 135, intitulado «Palavras de minha Mãe», escapou esta pieguice que sublinho :

«Ama a Deus, ama a Pátria, *ama o Luar*».

Mas tudo isso, todos esses pequenos abusos de *luar* e de *Ofélias*, são ninharias ao lado da beleza e vigor da maior parte dos sonetos, que o Poeta, fremente de amor e paixão filial, dedica à sua Musa, — a figura bondosa e cristã de sua Mãe.

FEMINISMO E FEMINISTAS — por *Fernando de Castro Pires de Lima*. Edições Germen. Pôrto, 1932.

Numa edição interessante, de bom aspecto gráfico, com a capa ilustrada pelo Professor da Faculdade de Medicina do Pôrto, dr. Abel Salazar, -- *doublé* de sábio e de artista —, enviou-me o Dr. Fernando de Castro Pires de Lima o seu último trabalho. Intitula-se: «Feminismo e Feministas» e é uma conferência pronunciada pelo A., em 21 de Fevereiro deste ano, na Universidade do Pôrto.

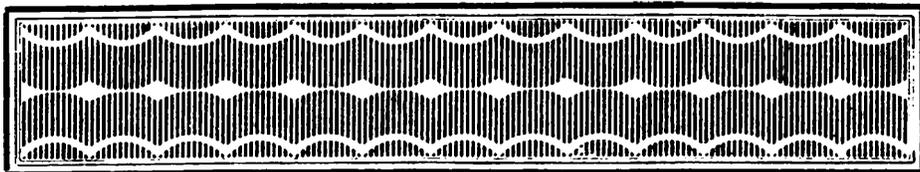
Tratando do interessante problema da emancipação feminina, o A. expõe, com elegância e leveza, os seus *pontos de vista*, em «conversa despretenciosa e de bom humor». Fernando Pires de Lima expande também, por vezes, opiniões muito suas, demasiadamente pessoais sobre o assunto, com as quais nem sempre podemos concordar, mesmo quando em seu abôno nos cita frases como a do P.^o Pierre Sanson, o conferencista da «Université des Annales», que afirma, num rasgo ousado de retórica, espelhando o bom senso: «o que a mulher quere, Deus o quere!».

MEDICINA POPULAR MINHOTA — por *Alexandre Lima Carneiro* e *Fernando de Castro Pires de Lima*, Pôrto, 1932.

Em opúsculo, separata da «Revista Lusitana» (vol. XXIX), publicaram os A. A., ambos médicos, este curioso trabalho de Etnografia minhota. E abordando o interessante capítulo da Medicina popular, ocupam-se da terapêutica humana, baseada em remédios e *mésinhas*, freqüentemente empregados pela gente das nossas aldeias na *cura* dos seus males.

Assunto atraente e inesgotável, encontrou nos A. A., dois cultores apaixonados e pacientes investigadores.

HORÁCIO DE CASTRO GUIMARÃES.



D. MANUEL VIEIRA DE MATOS

EM Braga, séde da sua Arquidiocese, faleceu, em 28 de Setembro, S. Ex.^a Rev.^{ma} o Senhor D. Manuel Vieira de Matos, Arcebispo e Senhor de Braga e Primaz das Espanhas.

A noticia da morte do venerando Arcebispo, causou, em toda a parte, e principalmente nos povos do Minho, a mais profunda consternação. E' que, com o Senhor D. Manuel Vieira de Matos, desaparece uma das maiores e mais prestigiosas figuras da Igreja um dos prelados que mais trabalhou e mais se esforçou pelo engrandecimento espiritual da sua Arquidiocese. Ainda ha pouco, depauperado de forças, já bastante abalado pela doença que o vitimou, S. Ex.^a Rev.^{ma} dirigiu e acompanhou todos os trabalhos do Congresso Catequistico.

Foi sempre dotado de uma grande inergia, posta à prova logo a seguir à implantação da República, no largo periodo em que a Igreja sofreu, em Portugal, a mais feroz e violenta perseguição.

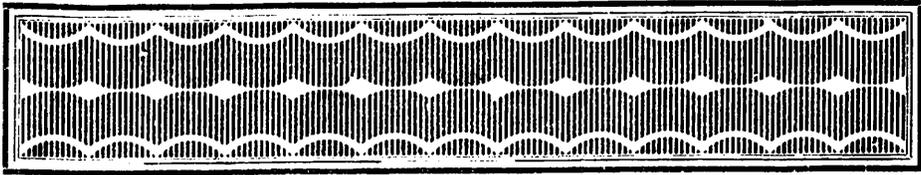
Era então o Senhor D. Manuel Vieira de Matos Bispo da Guarda. E porque altivamente levantou o seu protesto contra as iniquas perseguições de que a Igreja vinha sendo vítima, foi preso várias vezes e sujeito aos maiores insultos e vexames por parte dos mentirosos defensores da Igualdade e da Fraternidade. Nunca o Venerando Prelado transigiu no cumprimento fidelissimo das leis

da Igreja, sofrendo sempre com o maior estoicismo e resignação cristã,—mas com a elevada dignidade própria de um sacerdote e de um Prelado,—todas as perseguições, todas as injurias e todas as injustiças dos homens, pois nem sempre, e até propriamente em Braga que lhe fica devendo os mais altos benefícios, foram justos para com Ele.

A consideração, porém, dos merecimentos de D. Manuel Vieira de Matos pairou sempre mais alto que a ingratidão dos homens, porque o venerando Arcebispo soube honrar o sólio Primaz, enfileirando assim, com toda a justiça, entre os mais ilustres na galeria dos seus antecessores, que em muitos séculos inscreveram o seu nome nos fastos da Igreja Bracarense.

A actividade do finado Arcebispo de Braga, no campo social, é das mais notáveis. A Catequese, a obra de assistência às classes pobres e às crianças, aos eclesiásticos impossibilitados de trabalhar, a obra dos seminários, dos Congressos Eucarísticos, do Apostolado da Oração, Mariano, Missionário e Catequístico, da Convocação do Sinodo Bracarense e das novas Constituições Sinodais em harmonia com o estabelecido no Código do Direito Canónico, pode dizer-se que tudo foi obra de iniciativa sua, em que trabalhou com carinhoso amor, com toda a dedicação da sua alma, com aquêl entusiasmo de Apóstolo que não sabia nem podia esconder, porque nos seus olhos e nos seus lábios havia sorrisos de satisfação sempre que antevia a glorificação do nome de Jesus e o prestígio da Igreja.

«Gil Vicente» sente dolorosamente a morte do Senhor Arcebispo de Braga, inclinando-se reverente perante o féretro do nobre Primaz.



DA DEFESA E CONCEITO DE PROPRIEDADE

por ANTÓNIO DE SOUSA MACHADO

(CONTINUAÇÃO DA PÁG. 125)

¿Será procedente a crítica socialista?

Proudhon — o que bradou que a propriedade é um roubo — dir-nos á que não; e é preciso, senhores, que à frase isolada com que os exaltados do socialismo e de derivados deste propagandeiam princípios demolidores duma sociedade filha da mais espiritual civilização que será dado achar, nós saibamos opôr a lógica superior com que o mesmo Proudhon soube defender a *Teoria da Propriedade*. Num livro seu, assim mesmo chamado, Proudhon considera a propriedade condição indispensável da civilização, e raciocina assim: o habitante da Polinésia, onde a propriedade se ignora, e que goza duma inteira comunidade de bens e de amor, para que deverá trabalhar? A terra e a beleza são de todos, os filhos, de ninguém; quem lhe falará de moral, de dignidade, de personalidade, de filosofia, de progresso?

E sem ir tão longe, o habitante da Córsega que sob os seus castanheiros encontra durante seis meses o sustento e a habitação, porque que-reis vós que ele trabalhe? Que lhe importa a vossa organização administrativa, os vossos caminhos de ferro, a vossa tribuna e a vossa imprensa? O que necessita ele senão de dormir depois de ter mastigado as suas castanhas? Um perfeito dessa ilha dizia que para a civilizar seria necessário cortar os castanheiros. Um meio mais seguro, diz Proudhon, é torná-los propriedade» (1).

(1) L'Économie Nouvelle, de Georges Valois, pág. 185, nota.

Mas, se a terra não é produto do trabalho de ninguém, deverá ela ser propriedade de alguém? O próprio Renard é o primeiro a admitir que todo o homem tendo a faculdade de dispôr da sua capacidade de trabalho, tem, consequentemente, a faculdade de usar dos seus resultados.

É por isso, creio eu, que Leão XIII diz que a propriedade vem da própria natureza; é para o homem de *direito natural*. ⁽¹⁾ E Pio X, reforça: — «a propriedade particular, fruto do trabalho, da indústria ou doutra cedência ou doação, é um direito indiscutível da natureza, e cada um pode dispôr dele a seu arbitrio». ⁽²⁾ A propriedade é de direito natural porque é um direito resultante da própria natureza do homem, preciso para que o homem cumpra o seu destino, direito que tem por autor o próprio Deus. Mas, dizem, assim considerada, sendo a propriedade um direito inerente à própria qualidade do homem, como se lhe poderão opôr restrições ao seu uso? Como é a própria igreja que lhe pretende fixar uma função dupla pela espécie de domínio individual e social? Parece-me que só a quem se coloque dentro da lógica individualista, poderá ser procedente esta argumentação. Se, porém, como julgo, o homem é criado para viver em sociedade e para nesta cumprir o seu destino, eu desde a primeira hora terei de admitir que as suas prerogativas naturais, aquelas que o próprio criador, Deus, lhe concede, terão tantas limitações quantas a função do indivíduo na sociedade — para a qual é criado — lhe exija.

A propriedade é de direito natural, não só permitida a quem vive em sociedade, mas absolutamente necessária — afirmação já feita por S. Tomaz.

S. S. Leão XIII tem na sua encíclica nunca demais invocada, *Rerum Novarum*, uma passagem que parece bem uma opposição lógica à frase de Proudhon e aos que dizem ser a propriedade um roubo: «Não se oponha também à legitimidade da propriedade o facto de que Deus concedeu a terra a todo o género humano para a gozar, porque Deus não a concedeu aos homens para que a dominassem confusamente todos juntos. Tal não é o sentido dessa verdade. Ela significa, unicamente, que Deus não assinou uma parte a nenhum homem em particular, mas quiz abandonar a limitação das propriedades à indústria humana e às instituições dos povos. De resto, posto que dividida em propriedade particular, a terra não deixa

(1) Encíclica *Rerum Novarum*.

(2) *Motu Próprio*.

de servir à utilidade comum de todos, atendendo a que ninguém há entre os mortais que não se alimente do produto dos campos».

Antoine, no seu divulgadíssimo *Cours d'Économie Sociel*, para demonstrar a legitimidade da propriedade, provando a legitimidade de adquirir, fundada sôbre a natureza humana, estuda esta legitimidade em face do indivíduo, da família e da sociedade. E a propriedade sendo de direito natural é-o, não só em face do indivíduo, considerado em si próprio, mas em face da família e da sociedade — agregados a dentro dos quais o homem se encontra pelo nascimento.

A noção de propriedade não se póde ter fora dos sêres dotados de inteligência e razão. A propriedade, uma faculdade, um poder, existe para satisfação das necessidades civilizadoras e não pode o seu conceito ser apreendido pelos seres que não vivem senão no acanhado desejo de satisfazer os seus instintos de conservação e reprodução. Só o homem, o único indivíduo inteligente, com as suas necessidades de perfectibilidade intelectual e moral, com o seu espírito de previdência e com a consciência do seu dever social, consegue ter sôbre as coisas a verdadeira noção de propriedade.

Esta legitimar-se-à mesmo, como diz Antoine, pelo dever que a própria natureza impõe ao homem de se conservar que o leva à necessidade de, sôbre as coisas precisas à sua conservação, gozar dum direito exclusivo.

É a própria natureza constante, permanente das suas necessidades que leva à constituição do direito, não apenas dos frutos que o uso consume na satisfação de cada apetite, mas a uma faculdade a exercer sôbre os próprios meios de produção, sejam êstes a terra ou os meios de produção industrial. É ainda a propriedade que assim se exerce permanentemente sôbre êstes meios de produção que permite ao homem defender-se da invalidez. Como Antoine, Muller também vê que é no carácter contínuo, permanente, constante das necessidades do homem, que em face do indivíduo se reconhece o direito de propriedade.

Concordemos que esta ordem de argumentação não é de tal forma impressionante que não possamos conceber um regime comunitário em que a distribuição dos meios de satisfação das necessidades do homem se não possa fazer com essa precisão necessária, com igual resultado.

Valois, (1) o notável economista lançado hoje numa infeliz e equivocada

(1) L'Économie Nouvelle, pág. 179.

evolução, considera a propriedade base de toda a civilização. (1) Suprimi-la seria voltar ao comunismo primitivo, à selvajaria; seria a detenção do progresso tecnico e da própria produção.

Na evolução civilizadora a que o homem é chamado pela sua ação, um interesse pessoal fa-lo agir sobre o plano da criação económica. O homem trabalha, inventa, combina, empreende porque ele sabe que o produto das suas invenções, do seu trabalho, pertence-lhe. A mesma lei que o obriga a trabalhar, assegura-lhe a posse e o gozo das suas produções. Todo o segredo da paz civil e da criação económica reside nesta compensação. Logo que os homens se encontrem num estado social que assegure esta compensação estão assegurados a paz e o trabalho. (2) Proudhon dizia que a propriedade absoluta, incoercível, protege-se a si própria. É a arma defensiva do cidadão, o seu escudo; o trabalho é a sua espada.

A paz civil, continua Valois, perturbar-se-á no momento em que o Estado tome uma parte demasiada em troca dos serviços que presta; a criação económica diminui quando os produtores não encontrem no fruto do seu trabalho uma remuneração suficiente, ou no seu salário ou nos seus benefícios. (3)

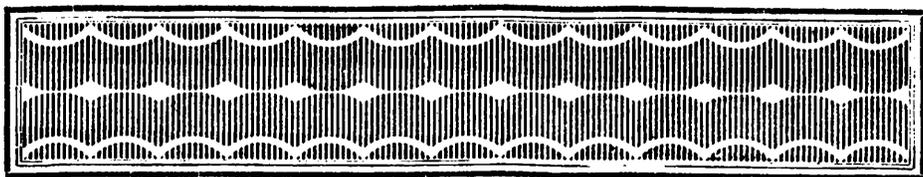
Observa ainda o mesmo autor que sendo profundamente diferentes a capacidade de trabalho de cada homem (este é activo, inventivo, apto a dirigir-se a si próprio, a conceber e a dirigir a acção de dois, dez, cem homens; outro é capaz de dirigir centenas ou milhares de operários; pelo contrário há-os presos à rotina dum officio aprendido a contrastar com os que inventam, que inovam em cada instante) — terá de concluir-se que sendo tam diferente essa capacidade de trabalho, igualmente diferente, necessariamente desigual deverá ser a capacidade de rendimento.

(Conclue no próximo fasciculo).

(1) Diz Fustel de Coulanges que do direito de propriedade deriva toda a civilização, pois que por sua causa o homem beneficia a terra e elle próprio torna-se melhor.

(2) Valois, loc. cit.

(3) Idem



Em Val-de-Lobos

A Sombra de Herculano

por FERNANDO CAMPOS

II

NO interior da nova habitação, que não me foi possível visitar, existe ainda o quarto de Herculano, pois a moderna residência acha-se em parte construída sobre o primitivo edifício. Aí se vêem, ao que me diz o meu solícito informador, a cama, o boné, e as botas ferradas, do historiador, que se metera a cultivar aquele torrão fecundo.

Mas a casa, tal como Herculano a habitou, só posso vê-la através da descrição de Fialho, que dela nos deixou um quadro minucioso nas páginas, a que já por mais de uma vez aludi.

«Topando a residência, — escrevia o másculo prosador — o administrador empurra deante de mim a porta do vestibulo, peça quadrada, coberta d'um mesquinho papel de riscas, e cabendo quasi na palma da minha mão. Em frente da porta, um relógio de parede, um candieiro de petroleo, azul, cahindo do tecto, e moveis d'ocasião por qui, por lem, ao acaso da partida subita da familia, e entre os quaes cito a poltrona grande d'orelhas, forrada de coiro, toda ruça da velhice e da poeira. Porta á direita, dando ingresso na sala de visitas; á esquerda, corredor servindo o escriptorio e o quarto de *toilette*. Na frente, ás bandas do relógio, temos, da direita, uma pequena escada que leva aos quartos dos hospedes, no pavimento superior da habitação; da esquerda, corredor para a casa de jantar, cozinha e dependencias. Em toda a casa um ar de mediania pobre, um instincto de conservação e d'ordem que mais accentuam ainda a impressão devota de presbyterio e cenobio que a propriedade inspira ao visitante.

«A sala de visitas é um recinto de tectos muito baixos, papel chinfrim, esteirado de palha e com passadeiras de paninhos, onde se enfileiram alguns modestos moveis d'ocasião, como na casa d'um escriptuario pouco provido. Junto ás paredes formam cadeiras de palhinha já usadas, um sofá e quatro *fauteuils* de riscado de lã branco e azul, duas *étagères communs* de casa de moveis, uma banca de centro com um vaso de bulebules seccos, e entre a janella, um pequeno fogão de ferro e latão doirado, tendo por adorno dois castiçaes de vidro e um petroline com *abatjour* de papel, feito ao serão. O velho e pobre sofá, que tem na parede do fundo o lugar de honra, tão acanhada é a peça, que parece estar sentado ao fogãosito. De roda, uma rigidez perfila as formas banaes de todos esses trastes, que parecem feitos para ninguem se servir d'elles. As portas, baixinhas, teem á laia de sobrepostas, lytographias coloridas; por cima do fogão um velho retrato de D. Pedro V, de beiçola dura e o ar acabrunhado que era o seu habitual physionomico; de frente d'elle, por cima do sofá, um velho *daguerre* de Herculano, extinto, a grande testa projectada como uma rocha sobre a physionomia comprimida, os extranhos olhos d'ave miope, os collarinhos cingidos na gravata coleira de 1830; e mais longe dos dois, pupillo e mestre, Pio IX, sorrindo finamente o seu riso romano de sceptico que tudo explica e perdôa em nome de S. Pedro. A sala confina com um quarto abandonado, de cujo tecto pende uma rêde que certo colono d'Africa mandára em tempo ao grande mysanthropo; e segue-se outra peça, em cuja porta do fundo está corrido um reposteiro, que o nosso guia franze, e estamos na capella. O grande hereje tinha capella em casa, e se procurarem bem na almofada do tapete, á direita do altar, talvez ainda encontrem signaes da sua genuflexão.» (1)

Prosseguindo nesta curiosa visita, pela mão firme de Fialho, para quem o retrato do grande Papa Pio IX e a existência de uma capela, naquela casa, constituiram estranha surpresa, ficaremos sabendo que essa capela era apenas uma casita escura, que recebia a luz por dois buracos da abobadilha, cobertos de vidro vermelho, e se achava forrada de papel da mesma côr, com alcatifa encarnada. Era a única peça da casa que o seu dono tinha mandado alcatifar. Pelas paredes, havia registos de santos, dos que se distribuem nas festas e romarias populares, e ao fundo, erguia-se um altazinho, com toalha de renda, vasos com flores sêcas, banqueta

(1) Fialho de Almeida, *Figuras de Destaque*, pág. 22-24.

doirada, e alguns nichos com imagens de marfim, mas vulgares, alumiaadas por lamparina de azeite, suspensa de uma corrente. A pedra de ara fôra presente do seu amigo Mota Veiga.

A' capelinha, seguia-se a casa anexa, em que já falei, e onde Herculano passara as suas primeiras noites na quinta, enquanto outra não existia.



ALEXANDRE HERCULANO
em Val-de-Lobos

uma marquiza acolchoada de chita, onde o somno o vinha surprehender ás 9 horas, Herculano sobre os livros, o feitor sobre os annuncios do jornal.» (1)

Quando Fialho lá esteve, servia só de celeiro, e communicava com uma cozinha rústica, a cuja lareira o escritor jogava as cartas com os seus, se acaso não se entregava aos trabalhos literários, que nunca chegou a abandonar, a despeito dos seus propósitos.

À direita do rez do chão, ficava o escritório e o *toilette*. Eram dois compartimentos modestos, como o resto.

«O *toilette* — escutemos ainda Fialho — com uma pobre esteira de passadeiras de paninho, o seu papel azul e branco, o velho espelho do toucador esverdeado e esgarçado por partes, e nos cantos da faia pintados de preto, alguma escarça jarrinha vergonhosa do seu bojo tatuado de selvagerias polychromas. O papel do escriptorio é verde pallido; banca de mogno com tinteiro de latão á moda antiga; deante da banca uma cadeira de braços com almofada de ramagens, uma estante corrida, erma de livros; nos muros, retratos d'amigos, Soares de Passos, Mousinho da Silveira, Vicente Ferrer e Joaquim Philippe de Sousa; e num angulo resguardado,

(1) Ibidem, pág. 26.

Foi, precisamente, nesse gabinete que Alexandre Herculano escreveu dois ou três volumes dos *Opúsculos*, e refundiu *O Bobo*, pelo menos, na parte que depois da sua morte se publicou, trabalho que deixou incompleto e não havia de acrescentar-lhe a glória. A livraria era reduzida, e arrumava-se ao longo da tósca estante que ocupava a parede à direita da janela. Ali existia uma secretária onde o escritor compusera quasi todas as suas obras e que veio depois a pertencer ao administrador, que a tinha na sua quinta da Comenda.

«A seguir ao escriptorio, — é ainda Fialho de Almeida quem fala — dois quartos de dormir, um da snr.^a Herculano, outro onde o grande genio se apagou. No primeiro, dois leitos de ferro, e uma antiga commoda com fecharias de metal. No segundo, ainda vi a cama franceza, muito usada, onde agonisou o mestre. Tinha pendurado á cabeceira o seu barrete de casa, preto, com bordados azues; na banca da cabeceira uma palmatoria de metal; uma especie de guarda-fato aos pés, um lavatorio com pedra liz, bacia e jarro vermiculados d'azul, de Vista Alegre e o tapete esfiado, vermelho nas orlas, com um elephante amarello entre folhagens.» (1)

Por detrás do andar térreo, elevava-se uma espécie de torreão, que era o sobrado ou primeiro andar, ao qual se ascendia pela escadinha do vestíbulo à direita do relógio. Esse torreão, assim chamado imprópriamente, tinha no pavimento de baixo os dois quartos já referidos, e no de cima, outros dois, onde morava o feitor, quando o não ocupavam os hospedes que eram frequentes na quinta, e muitas vezes da mais alta categoria. As janelas davam para o terreiro do lagar, e abarcavam o panorama de vinhedos, olivais e pinheirais que rodeavam a moradia.

Ao fundo do corredor, ficava a casa de jantar, à esquerda do vestíbulo; tinha janela e porta para o terraço, uma mesa comprida, um aparador, e um guarda-loiça de caixilhos miudinhos; na parede, um fogão pequeno, para as noites frias de inverno, e duas velhas poltronas de riscado, com encôstos em forma de medalhão.

E' tradição que a mesa em Val-de-Lobos era farta e saborosa, à portuguesa, caprichando nos doces, principalmente, para regalo do seu dono e de quantos acorriam a visitá-lo. Ali jantára uma vez o imperador de Brasil, e muitas outras, Palmela, que se refugiava com prazer na tebaída do filósofo.

(1) Ibidem, pág. 27.

Conta-se que Herculano, muito sóbrio de alimento, quando chegava à sobremesa, comia com apetite as várias compotas caseiras, e se a esposa, acaso, o arguia de guloseima, retorquia com gravidade:

— «Corri todos os conventos do paiz, e nunca vi frade guloso que não vivesse noventa annos.» (1)

Deixo, em pensamento, essa casa, que já não me foi dado ver senão através de Fialho, e julgo agora, a cada passo que dou, no arruamento dos cedros, topar o vulto do historiador, conforme o representa um retrato que os seus amigos Vicente Ferrer e José de Sá conseguiram tirar-lhe à traição, sentado num cêsto de vime, no abandono familiar de um simples agricultor.

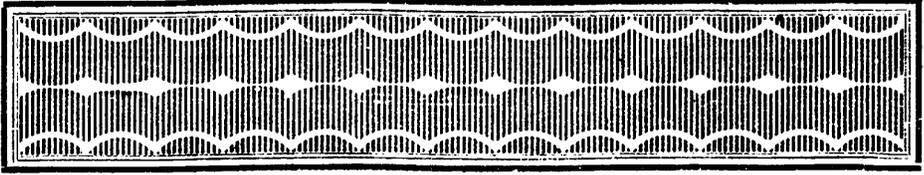
E é, na verdade, em pensamento, que tem de fazer-se a romágem de Val-de-Lobos, meio século passado sôbre a morte do escritor.

E' lamentavel que nada reste daqueles humildes muros a que Alexandre Herculano se acolheu com a desilusão da política, desilusão que nos deixou bem vincada em tantos passos das suas obras, e que nos ultimos tempos, ao abandonar a sociedade, se traduzira naquella exclamação que passou à historia: «*Isto dá vontade de morrer!*»

Dêsse estado de espírito, me ocupei já, noutro lugar, (2) com relativa largueza, razão porque não irei agora enfeixar, nestes breves apontamentos, semelhante digressão. O que eu procurei em Val-de-Lobos, naquella manhã de Setembro, em que lá estive, foi o *homem*, foi a sombra do *lavrador dos Bairros de Santarém*, que por ali andou de chapeirão de feltro ou de palha, para a nuca, de velho guarda-pó, lenço amarrado ao pescoço, camisola ordinária de cavador, com uma pitada de rapé na mão esquerda e sachola e tabaqueiro de Alcobaca na direita, atrás das costas, tal como o seu administrador e amigo intimo Paulino da Silva — que eu ainda conheci — o descrevia ao colorista dos *Ceifeiros*, quando percorria com ele as alamedas daquele vale sombrio, que tão bem se harmonizava com o caracter melancólico e austéro do filósofo, que o habitou.

(1) Num artigo — *A desilusão de Herculano* — publicado na revista *Nação Portuguesa*, 6.ª série, n.º 11-12.

(2) *Ibidem*, pág. 32.



À Margem do "Panorama do Nacionalismo Português,, (*)

por HORÁCIO DE CASTRO GUIMARÃES

NESTA época ingrata de dissolução e subversão intelectual, é consolador verificar que existe ainda uma mocidade vibrante e entusiasta, reagindo contra os males do século, procurando sanear, com os esforços da sua inteligência, o ambiente ideológico, literário e político do Portugal do nosso tempo. E entre os melhores valores dêste importante e já hoje numeroso sector da mentalidade portuguesa, avulta, incontestavelmente, o nome do nosso ilustre camarada Dr. João Ameal, que, dentro dêle, por legítimo direito do seu talento e da sua cultura, conquistou um logar proeminente no campo da crítica das ideias.

A confirmá-lo, bem melhor do que as minhas palavras, está o aparecimento recente do seu trabalho, — «Panorama do Nacionalismo Português» — que, mais do que um simples *ensaio*, é antes uma *lição* notável de portuguesismo e uma obra de relêvo, a preencher um lugar vago na bibliografia do Pensamento nacionalista, ao lado dos melhores mestres do nosso movimento contra-revolucionário.

Livro de doutrinação, buscando e condicionando no universalismo dos sentimentos de fraternidade cristã a sua ampla noção de pátria, é, ao mesmo tempo, um livro de combate, de erudição, de crítica serena e justa, escrito numa linguagem fluente, acessível, simples e elegante. Completa, com os estudos do nosso também distinto camarada Fernando Campos, (*Genealogia do Pensamento Nacionalista e O Pensamento contra-revolucionário*

(*) *Panorama do Nacionalismo Português* — por João Ameal. Ed. de José Fernandes Júnior. Rua das Flores, 11-13. Lisboa 1932.

em Portugal), os valiosos subsídios para a História monumental da restauração da Verdade política portuguesa, nêstes cem anos de combate às ideias demo-liberalistas, que a pena de um grande historiador futuro um dia ha-dê tentar...

João Ameal é uma alma dedicada de apóstolo ao serviço do *Nacionalismo Integral*. Por êle, por êste nacionalismo, que impele, numa arrancada heroica de beleza e sacrifício, a mais aguerrida hoste da nossa geração, fez-se pregoeiro das verdades eternas do Espírito. E assim, através das páginas do seu livro, naquela atraente linguagem, que lhe aformoseia o estilo, o doutrinador, confundindo-se, a cada passo, com o crítico e o erudito, — vai-nos mostrando os perigos e os desastres que «a sublevação contra a autoridade espiritual havia de trazer», pelas doutrinas desagregantes da Reforma, *engendrando*, como observa Berdiaeff, «essa evolução da história moderna que terminou pelas luzes do século XVIII, pelo racionalismo, pela Revolução, pelos seus últimos efeitos: o positivismo, o socialismo, o anarquismo». Mas a crise continua, expande-se e caracteriza-se melhor, em tôdas as suas deploráveis conseqüências, na «expição do fatal século XIX — após a orgia pagã do Renascimento, a orgia individualista da Reforma e a orgia filosófica da Enciclopédia...»

«O século XIX é, de facto, um século de penitência universal, em que os homens tiveram de pagar as culpas ideológicas e revolucionárias com a pesada experiência dos seus resultados desastrosos.»

Depois, localizando a marcha da Revolução, em Portugal, diz-nos como, «trazidas de França pelos exércitos napoleónicos e pelo canal traiçoeiro das sociedades secretas — as más sementes, (às quais tinha sido aberto caminho pelas violências de Pombal) depressa corromperam a Nação,» até que, expulsa de Portugal a Monarquia legítima, substituída pela *Monarquia da Carta*, — «entregue às calamitosas fatalidades do Liberalismo,» «o país começa a percorrer o seu calvário de tristes decadências.» E assim iríamos, de crise em crise, com raros e curtos parêntesis de simpáticas tentativas, numa corrida louca para um abismo certo, se o exército, que nêsse momento representava o despertar da consciência nacional, não proclamasse, em 28 de Maio de 1926, «(pela voz do general Gomes da Costa) o *Interesse Nacional contra os políticos e os partidos.*» Começa então a marcha consciente da Contra-Revolução em Portugal, que o A. historia numa síntese feliz. E surgem-nos os nomes que compõem essa *cruzada gloriosa*, desde D. Francisco Alexandre Lobo, José Agostinho de Macedo, José Acursio das Neves, D. Frei Fortunato de S. Boaventura, Dr. José da Gama e Castro, D. Miguel Soto Maior, etc, até ao grupo notável dos fundadores da «Nação Portuguesa» e das bases políticas do *Inte-*

gralismo Lusitano. A verdadeira Contra-Revolução estava lançada ; continuar-se-ia nas campanhas memoráveis das novas gerações tradicionalistas e reaccionárias. E estas aparecem, hasteando de todos os lados seus pendões de combate, — na imprensa, no livro, na conferência...

João Ameal enumera tôda essa interessante série de revistas e jornais que, de 1913 até hoje, se publicaram em Portugal, para a Guerra Santa contra os inimigos internos da Nação. Todos, à parte pequenas divergências sôbre a questão dinástica, seguem e propágam a nova doutrina política do Integralismo Lusitano.

Chegados, porém, a êste passo, tenho que abrir um curto parêntesis, para uma pequena censura ao autor do «Panorama do Nacionalismo Português». Uma pequena e amigável censura é certo, mas que eu desejaria bem não ter de fazer à sua bela e generosa consciência de camarada leal.

É que o Dr. João Ameal, lamentavelmente, esqueceu-se de indicar na sua lista de publicações nacionalistas e contra-revolucionárias o nome de duas Revistas que, modestas embora, marcaram sua posição de combate na política portuguesa e de algum modo contribuíram para a propagação e desenvolvimento das boas doutrinas no Norte do País: «Labareda» e «Gil Vicente». A primeira publicou-se no Pôrto de 1924 a 1926 e apesar do seu carácter literário, apresentou-se, sobretudo a partir da sua 2.^a série, desassombradamente integrada na nova corrente espiritualista e nacionalista, que animava a mocidade do seu tempo. Dirigida e colaborada por novos, entre os quais brilhava já o nome de João Ameal, a «Labareda» teve a honra de apresentar nas suas páginas colaboração de consagrados, como Pinheiro Tôrres, Domingos de Gusmão Araújo, Hipólito Raposo, Alfredo Pimenta, Gonçalves Cerejeira, Malheiro Dias, Afonso Lopes Vieira, Antero de Figueiredo, etc. Logo no seu *artigo prògrama*, a direcção da Revista, dirigindo-se aos novos, afirmava: «O problema está posto com esta singeleza impressionante: — de um lado as legiões do Espírito, os soldados da Pátria imortal; do outro — as tribus vagueantes da Matéria, entontecidas pelas quimeras doiradas do Prazer e do Oiro! Portugal será o que nós formos! — tal deve ser o lêma da nossa geração». E num artigo, publicado no diário «A Época», de 20 de Junho de 1925, a pena autorizada do dr. Pinheiro Tôrres dizia: «Integrada nessa cruzada, sagrada pelos seus intuitos, está a revista mensal de crítica e letras, que escolheu o sugestivo e luminoso título de «Labareda». E apesar da sua curta existência, é bem uma esplêndida *labareda* de fé, que procura iluminar e abraçar; iluminar as inteligências, abraçar as vontades. Propõe-se difundir a *doutrina* que encaminhe a *acção*; promover esta eficazmente.

.....

«Obra de cultura e de fé religiosa e patriótica, merece tôda a minha simpatia e aplauso.»

Já antes dêste artigo, no «Jornal de Notícias», do Pôrto, de 14 de abril de 1925, o próprio autor do «Panorama do Nacionalismo Português» escrevia: «Nada mais consolador do que verificar justamente como êsse movimento de «reaportuguesamento» de Portugal e de Fé corajosa vai crescendo entre as novas gerações. Chegou-me, ainda há poucos dias, do Pôrto, o primeiro número da 2.^a série da *Labareda*, revista moderna que se encontra dentro das melhores e mais fecundas verdades nacionalistas. Conduzida ao público, logo nas primeiras páginas, pelo grande espirito de Carlos Malheiro Dias e pela cultura iluminada de Pinheiro Tôrres (cujo estudo sôbre o *Novo Sebastianismo* é uma afirmação poderosíssima de Inteligência luziada) — a *Labareda*, no seu artigo d'abertura, mostra-se consciente dos mais altos deveres e das mais altas coragens, que levarão ao triunfo a geração nova. Os nomes dos seus directores merecem ser fixados por todos e a sua obra merece ter a consagração mental dos esforços mais esclarecidos e mais nobres.»

A segunda, esta revista «Gil Vicente», de que sou, há oito anos, o mais obscuro, mas dos mais dedicados colaboradores, não devia ter sido esquecida também! Iniciada a sua publicação em Janeiro de 1925, tem-se mantido, até hoje, sem interrupções e sem desânimos, por entre tôdas as crises, sacrifícios e dificuldades inumeráveis da vida nacional, com uma persistência e uma dedicação que nunca é demais louvar. Falar do seu valor político e mental, dos esforços desenvolvidos na propaganda da cultura nacionalista e dos importantes problemas discutidos nas suas páginas, levar-me-ia longe e seria ao mesmo tempo supérfluo, porque todos os que a lêem e a teem acompanhado nesta longa caminhada de oito anos, o sabem tão bem como eu. No entanto, vou transcrever uma pequena parte dum longo artigo do nosso camarada Fernando Campos, publicado em 24 de Janeiro de 1931 no semanário monárquico «O Marcoense», do Marco de Canavezes, a propósito de «Gil Vicente»: «A revista *Gil Vicente* é uma das mais antigas que ao movimento integralista prestam o valioso concurso da sua propaganda clara e decidida, e pode bem dizer-se que, depois da *Nação Portuguesa*, nenhuma outra tem sustentado com mais elevação a defeza dos princípios renovadores do *nacionalismo integral*.

«É pois um acto da maior justiça assinalar a existência de tão valoroso camarada, saúdando-o, carinhosamente, nesta hora em que surge com a mesma fé de sempre, para um novo ciclo da sua campanha resgatadora em prol do ressurgimento nacional, pela restauração da Inteligência».

Posto isto, encerremos o parêntesis que abri, com a certeza de que a nobre e leal consciência de João Ameal saberá, um dia, rectificar o lapso cometido, colocando a «Labareda» e «Gil Vicente» no lugar a que teem direito, no vasto *panorama do nacionalismo português*.

*

* * *

Prescrutando os novos horizontes, João Ameal conclue que «a nossa história de colonizadores e evangelizadores impõe-nos que tomemos sem hesitar o nosso posto de combate, nas trincheiras do Ocidente em perigo! E é nas raízes católicas e guerreiras do nosso tradicionalismo que devemos ir beber as energias necessárias para conquistar a vitória.»

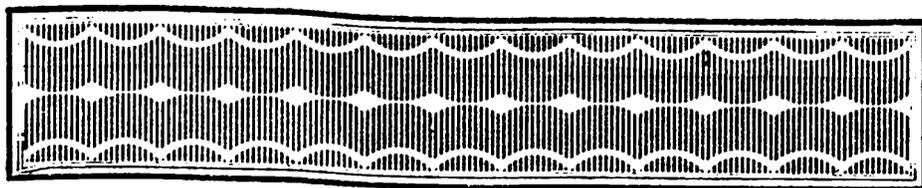
Nos capítulos II e III, notáveis de erudição e de clareza expositiva, o A. estabelece as bases metafísicas do seu ideal político, historiando todo o movimento do pensamento moderno, sua evolução científica e filosófica, numa visão retrospectiva, desde a Escolástica ao actual renascimento católico-tomista, que invade já as novas gerações. A sua doutrinação tem sempre por guia S. Tomás de Aquino, que é, como muito bem diz, — «o Mestre reconhecido pela nova inteligência portuguesa».

Passando depois a analisar os valores das gerações que precederam a nossa, — esta *geração do Regresso*, na qualificação feliz do A. — encontra João Ameal os mestres da *Penitência* e os mestres da *Exaltação*. Pertencem aos primeiros, figuras como Carlos Malheiro Dias, Antero de Figueiredo e Visconde de Vila-Moura; aos segundos, António Sardiinha, Hipólito Raposo, Almeida Braga, Nuno de Montemór, Correia d'Oliveira, Afonso Lopes Vieira, etc.

É justa a maneira como define a missão do escritor, nesta hora incerta da vida social; exactas as suas observações sobre as responsabilidades da crítica e magnífico o seu conceito de *modernismo*: «O génio nacional, renovando-se, é o modernismo permanente. E os que fôrem bem da sua Raça e da sua Pátria são sempre da sua época...»

Muito teria eu ainda que dizer dêste trabalho consciencioso, admirável, se as exigências do espaço não me impedissem uma referência mais detalhada.

Livro de grandes verdades e perfeita doutrina, só me resta, ao voltar a sua última página, recomendá-lo a todos aqueles que desejem possuir um conhecimento completo da nossa ideologia política, porque êle ensina e ensinará, à nossa e às gerações que hão-de vir, as verdadeiras directrizes do Pensamento Nacional!



A sucessão do Senhor D. Manuel II segundo a Carta Constitucional

por JOSÉ AUGUSTO VAZ PINTO

Andam alguns cérebros atacados de liberalite aguda a inventar hipóteses e a procurar soluções disparatadas para a sucessão do Senhor D. Manuel II. A Carta Constitucional é várias vezes invocada para a defeza de tão ridiculas hipóteses, postas a correr em vários «Arquivos...» para satisfação de um reduzido e quasi ignorado grupo de... «conselheiros liberais». Em A Voz de 2 de Setembro ultimo, n.º 1.996 do ano VI, publicou o distinto advogado e nosso querido camarada sr. dr. José Augusto Vaz Pinto um curioso artigo que deita por terra toda a argumentação da campanha «liberal» e que temos muita honra em arquivar na nossa revista, dando-lhe, assim, toda a nossa solidariedade.

* * *

A morte, sem descendencia, do ultimo Rei de Portugal, formula aos monárquicos constitucionalistas o grave problema da sucessão do falecido, ultimo rebento da sua dinastia, a de Bragança-Saxe.

Fieis dos principios liberais, introduzidos no país em 1820, suspensos desde a Abrilada em 1824 à morte de D. João VI em 1826, e durante o reinado de D. Miguel, de 1828 a 1834, mas decisivos modelado-

res da vida do Estado desde então, mantiveram êles o apêgo ao ultimo monarca da dinastia decaída e hoje extinta, porque nêles se encarnou o estado de coisas abruptamente suspenso em 1910.

Para êles, a República tem sido um simples interregno, cujo fim, aliás, parecia cada vez mais remoto, e por isso, ao fazerem no Porto a efêmera restauração de 1919, logo puzeram em vigor a Carta Constitucional.

Dentro dêsse texto fundamental da ordem política que serviram, terão de resolver o problema.

Não será fóra de propósito, mesmo à margem... uma vista ligeira sobre o assunto.

* * *

No seu titulo V, «Do Rei», e capitulo IV, «Da sucessão do reino», composto dos artigos 86 a 90, regula o assunto a Carta Constitucional.

Dispõe o artigo 86 que a Sr.^a D. Maria II, por cessão e abdição de seu pai, reinaria sempre em Portugal, e dizem textualmente os três artigos seguintes:

Art. 87.^o — Sua Descendencia legitima sucederá no Trono, segundo a ordem regular da Primogénitura, e representação, preferindo sempre a linha anterior às posteriores; na mesma linha o grau mais próximo ao mais remoto; no mesmo grau o sexo masculino ao feminino; no mesmo sexo a pessoa mais velha á mais moça.

Art. 88.^o — Extintas as Linhas dos Descendentes legitimos da Senhora D. Maria II, passará a Corôa á colateral.

Art. 89.^o — Nenhum estrangeiro poderá suceder na Corôa do Reino de Portugal.

Morto sem descendencia o Sr. D. Manuel II, façamos agora a busca do seu herdeiro político, com auxilio duma pequena tábua genealógica.

Não tinha o monarca agora falecido, nem irmãos, nem primos ou tios pelo lado portuguezes, nem há descendencia dêles. É preciso chegar ao grau de seu avô D. Luiz I para encontrar duas irmãs dêste rei, que deixaram sucessão; as infantas D. Maria Ana e D. Antónia. Casou a primeira com o Rei Jorge de Saxe, e a segunda com o principe Leopoldo de Hohenzollern, e a sua descendencia está hoje largamente representada em várias casas principescas da Europa.

Mas todos êsses parentes de D. Manuel II são estrangeiros, e como tais inâbeis por força do transcrito art. 89.º da Carta.

Extinta ou incapaz toda a descendencia de D. Maria II, é forçoso recorrer ao artigo 88.º:-a Corôa passaria à linha colateral.

Desta linha e do mesmo grau de D. Maria II, a descendencia existente é a de seus irmãos, D. Januaria, princesa das Duas-Sicilias, D. Francisca, princesa de Joinville e D. Pedro II do Brasil, também representada em príncipes estrangeiros, e portanto incapaz pelo mesmo principio.

É preciso, pois, ir até ao grau de D. Pedro IV.

Aí, além das infantas que faleceram sem descendencia ou a téem estrangeira, ha as linhas derivadas de D. Miguel I, e da infanta D. Ana de Jesus Maria, duqueza de Loulé, esta com larga sucessão nas casas titulares de Loulé, Azambuja, Belmonte e Linhares, etc., e em outras familias do país.

Mas entre as duas linhas não ha que escolher. No mesmo grau, o sexo masculino prefere ao feminino (art. 87) e por isso prefere a descendencia de D. Miguel. I.

Neste e pelo mesmo principio, a de seu filho D. Miguel (II) e na dêste, pela renúncia do filho maior, D. Miguel, duque de Vizeu, em seu irmão mais novo, o titular do direito é hoje êste príncipe D. Duarte Nuno de Bragança.

A êste raciocinio pôde objectar-se com a Carta de lei de 19 de Dezembro de 1834, a chamada «lei da proscricção».

Na verdade, dispõe o seu art. 1.º:

«O ex-infante D. Miguel e seus descendentes são excluídos para sempre do direito de suceder na Corôa do Reino de Portugal, Algarves e seus dominios».

Mas a objecção tem resposta.

Promulgada em 1826, pôde dizer-se que a Carta foi a lei fundamental do país desde o seu juramento pela Infanta Regente, ministério e côrte em 31 de Julho dêsse ano, até 23 de Julho de 1828, dia em que as Côrtes Gerais reconheceram D. Miguel por legítimo Rei de Portugal.

Consumada a usurpação de D. Pedro pela Convenção de Evora-Monte, em 26 de Maio de 1834, voltou nessa data a Carta à sua categoria de texto constitucional, e promulgou-se no seguinte mês de Dezembro, aliás com constitucionalidade discutivel, a lei da proscricção.

Mas a atribulada história da Carta continuaria.

A Revolução de Setembro, em 1836, aboliu-a pelo decreto de 10

dêsse mês, mandando reconhecer como lei fundamental a Constituição de 1822. Ora êste texto atribuía no art. 141.º aos legítimos descendentes de D. João VI, segundo a ordem normal da primogénitura, a corôa portuguesa.

Assim, o decreto de 36, incorporando a Constituição de 22, revogava a lei da proscricção e restituía a D. Miguel os perdidos direitos.

Provavelmente, o caso não passou despercebido, porque, quando se quiz consolidar o movimento de Setembro, bem viva ainda a opinião legitimista do país, introduziu-se na Constituição de 1838, jurada a 4 de Abril dêsse ano, e que veio substituir a de 22, o principio da lei da proscricção: «A linha colateral do ex-infante D. Miguel e de toda a sua descendencia é perpétuamente excluída da sucessão.» diz o art. 90.

Passaram anos, e as vagas da política liberal trouxeram pela ultima vez à tona de água a carta de 25.

Foi em 1842, em seguida ao movimento de Costa Cabral. Pelo decreto de 10 de Fevereiro foi a dádiva de D. Pedro reposta em vigor, revogando portanto a Constituição de 38.

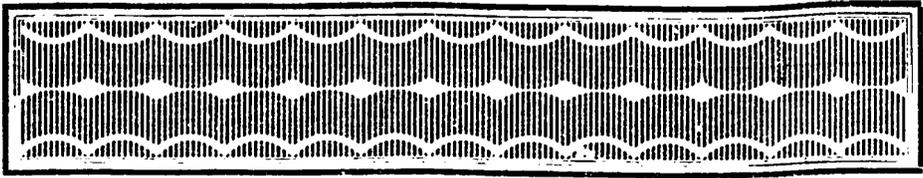
A luta entre as duas correntes liberais continuou, para vir concluir na transacção dos Actos adicionais. Mas, em 1852, à data do primeiro, o liberalismo parecia definitivamente consolidado, e a dinastia reinante bastante robusta, com a numerosa prole de D. Maria II, para que alguém se preocupasse com as ninharias da sucessão eventual da Corôa.

Ora, por força do decreto de 42 ficou a Carta valendo, *como se fôsse texto dessa data*. E revogando a Constituição de 38, reintegrava D. Miguel, ainda vivo, na plenitude dos direitos que, como se expoz na sua primeira exigencia, a de 1826, lhe conferia.

*
* *
*

Assim o mundo dá voltas... E o célebre papel com que o «dador» brindou a Nação ha mais dum século, estabelecendo, contra as leis então vigentes, a exclusão da Corôa do seu legítimo successor, D. Miguel I, mais tarde exilado, obriga, afinal, a restituir direitos depois de outro exilio real, ao legítimo herdeiro dêle.

Um exilio repára o outro. O direito novo vai afluir ao direito histórico da Nação. Ou não fôsse verdade que Deus escreve direito por linhas tortas!



Cartas sem franquia

I

A MADALENA B...

Braga, Setembro.

Querida Amiga :

HA dias já que me encontro nesta cidade, na Brácara dos Romanos, a vetusta capital dos Suevos, onde vim em busca de um pouco de paz espiritual e tranqüilidade de que os meus pobres nervos precisam. Mas, como sempre, logo que cheguei, a-pesar-de vir completamente derreado pela fastidiosa viagem em caminho de ferro, fui por completo conquistado pela linda cidade minhota. Tal o poder de sedução que até me ia esquecendo de cumprir a promessa — para mim sagrada — de lhe dar noticias minhas e das terras das *muitas e desvayradas gentes* que eu fôsse percorrendo.

Afinal, querida amiga, mal Você imaginava que eu me limitava muito simplesmente a vir albergar o meu aborrecimento e a minha ânsia de beleza nêste lindo cantinho afastado, onde vagamente chega o ruído enervante de Babilónia. Porque, Madalena, também já aqui vão chegando os sons estrídulos, descompassados, selvagens e ultra-modernistas do *jazz*, o resfolegar palpitante e montruoso dos automóveis, o irritante ruído dos aviões, o nú artístico, que sei eu !... E já esta natureza bendita, onde a planície verdejante alterna com as grandes serranias escavadas, chora como chorava nos longínquos tempos de Vergílio.

O homem — deixe-me você filosofar um pouco — desde o Paraíso ou desde a sua árvore de antropoide, nada mais tem feito do que estragar a Natureza. Creio que foi Ruskin quem o disse e Você, espirituosa Amiga, não levará a mal o eu repetir-lho. Para êle, homem, pobre piteco exilado e saudável, ou pobre anjo decaído, civilizar é sinónimo de estragar, e se nós, pousando os olhos cansados sôbre as páginas solénes da História,

olharmos o passado que vemos desde a remotíssima civilização ária até à moderníssima civilização bolchevique, à parte o ridente oásis da história grêga? O homem a estragar o mundo com as suas delirantes fantasias de quadrúmano civilizado.

É aqui, em contacto directo com a natureza, que eu melhor compreendo a nossa civilização. Deixe Você por um momento essa praia perfumada onde abriga o seu *spleen* tão ingénuo e tão século XIX e suba até aqui, ao centro do Minho. Venha admirar, adorar a paisagem, esta verdíssima paisagem minhota; venha embeber-se no infinito destes horizontes, no azul deste céu abençoado, na doçura que se evola de cada ribeiro, de cada árvore, de cada pedra que calcamos. Deixemos Braga, a velha Braga que se faz casquilha como qualquer velha gaiteira, e mergulhemos no verde dos campos onde os milhos ostentam as espigas que amanhã serão o pão bendito destas gentes simples. Vá Você, nada e criada no quadro imponente do Douro, observando estes simples costumes do nosso povo do campo, costumes tornados respeitáveis pelo peso solene de séculos sem conta, transmitidos de geração em geração, de pais a filhos, de filhos a netos, costumes que — ai de nós! — a civilização começa a corromper.

Nos campos vai a azáfama enervante, mas nem porisso menos alegre, da vindima. Baco domina, e, como nos tempos mitológicos de Homero, canta-se em honra de Diónisos e os loiros bagos vão caindo, entre pámpanos, nos compridos gigos vindimos que raparigas rosadas, de seios túmidos e formas rijas, vão levando às dornas onde começará o fabrico do nectar. Às vezes, esquecendo-me de que já sou filho deste século de materialismo brutal e que já vim depois da Renascença e da Enciclopédia, julgo que são Ménades ou Bacantes que passam, na tarde fulva, para o templo empunhando tirsos onde pámpanos se agitam. Os risos gaiatos e húmidos das raparigas minhotas são feitos de ingenuidade e sensualidade, atraem e repelem e eu não sei, quando as olho, se o azul glauco dos seus olhos tem a pureza divina do céu ou o mistério insondável do mar; no seu olhar há a limpidez cândida da criança e a perturbante fascinação da mulher feita, senhora da sua beleza triunfante.

Mas não, querida Amiga, o que eu supus ser um bando de grêgas de formas esculturais nada mais é do que um grupo de gentis raparigas minhotas.

Cá vou contornando o Picoto, o celebrado Picoto de S. João, seguindo o caminho poeirento, sempre sôb a soalheira a prumo, escaldante como em tarde de Julho. Mas caminho enlevado na paisagem. Subo com lentidão a fita branca da estrada, paro num alto e aspiro por mo-

mentos a doce arágem do Minho, como se quizesse beber de um só trago todo êste ár abençoado como não há outro em todo o mundo. Lá em baixo, estendida como odalisca em divã, Braga perde o seu ár recolhido e grave de velha *dueña* para nos aparecer de braços abertos oferecendo-se consciente dos seus encantos. Continúo subindo. Já caminho por entre árvores muito verdes e já a sua frescura me invade numa inebriante sensação de bem-estar. Perto, por entre um ruído compassado que não consigo distinguir de que seja, uma voz fresca, limpa e finíssima vai cantando, indiferente à canícula, pondo uma nota melodiosa no adormecimento das coisas que um sol de fogo amodorra. Já pela pênna elegante de Fradique dizia o Eça que em Portugal o trabalho é todo feito a cantar. Êle devêra antes ter dito no Minho, porque só aqui é que se sabe cantar, só no Minho é que o trabalho é divertimento. Lá para baixo vive-se opresso por uma natureza hostil que esmaga quando não mata; as canções do sul têm qualquer coisa de soturno que apavora; à beira-mar o homem vive na ânsia constante da inconstância das ondas, embalado ou repellido, mas sempre tocado da melancolia do oceano; as canções da beira-mar são nostálgicas e têm um quê de indefinido e de vago como o mar. No Minho não: tudo canta, com sinceridade, lindas e alegres canções, sem o gargantear dolorido do abominável fado ou sem a dolência triste das canções ribeirinhas. Lembre-se, querida Amiga, que na Galiza e no Minho foi que nasceram os belíssimos poetas dos *Cancioneiros* e decerto era minhota aquela deliciosa «Ribeirinha» por quem se perdeu de amores o senhor rei D. Sancho, o Velho.

Ay eu coitada, como vivo
En gran cuidado pelo meu amigo...

No Minho tudo canta: o homem, a mulher, a criança, o novo, o velho, o verde dos campos, o azul dos céus, os montes, as árvores, os ribeiros, os charcos, tudo canta perpétuamente na alacridade dêste panorama vastíssimo.

Numa volta de caminho, muito afogado entre árvores, coberto já quasi de musgo, um cruzeiro aparece-me como que espreitando a estrada. E isto traz-me à lembrança os tempos, ainda próximos, quando êstes sítios eram infestados por bandos de salteadores que esperavam os incautos, ou a velha diligência de Guimarães que trambulhava sôbre as pedras desconjuntadas do caminho.

Logo adiante, entre velhos carvalhos viridentes, muito branca, esplendendo ao sol, a capelinha do Espírito Santo surge diante dos meus

olhos encantados. Descanso um momento à sua sombra, enclmado, e observo o que me cerca. Só, completamente só. A minha vista não alcança ninguém. Eu, só, em frente da natureza, mas duma natureza amiga e acolhedora, que me estende os braços. É mais fresco pelo descanso, com mais ânimo para a longa ascensão à Falperra, meto-me a caminho por entre pinheirais. Súbito um resfolegar de titã embravecido, uma névum de poeira, um buzinar estridente e numa vertigem desapareceu um *auto*. Fujamos! Eis a civilização que passa! Oh manes de Jacinto Galião!... Oh solidões benditas de Tormes!...

Desvanecida a nuvem de poeira, consigo romper, atravez dos seus ultimos flocos, até à estrada e breve me encontro na encruzilhada das que vêm de Lamações e da Falperra. À esquerda mal se distinguem os cucurutos das tórres do Sameiro, altivas, cortando o azul já desmaiado como arranha-ceus novaiorquinos; mais abaixo, imponente na sua brancura, afogado em verde, o Bom-Jesus domina o monte. Lá no alto, à minha direita, entre dois renques de arvoredos, modesta e solitária, a capela de S.^{ta} Maria Madalena, no lugar de S.^{ta} Marta. É para lá que me encaminho com o coração pulsando de contentamento comunicado pela ridente natureza que me cerca.

Um carro de bois, um dos velhissimos carros sabinos, passa chiando junto de mim, ajoujado sôb o pêsos duma montanha de fêno. Pachorrentos e pensativos, os bois filósofos, sôb a canga, lá vão puxando o carro, guiados pela mão já experiente dum rapazito esfarrapado e sujo, mas de aspecto prazenteiro. O carreiro, simpático homem de grandes bigodes celtas, passa levando a mão ao chapeirão braguês, num — boas tardes! — respeitoso mas desempenado.

Mais um arranco, mais uns passos e entro na alameda de Santa Marta, farta rua ladeada de carvalhos enormes, de rugosa casca secular. A igreja de Santa Maria Madalena ergue-se à minha esquerda, com a sua fachada seiscentista enegrecida e à minha frente tenho o velho mosteiro abandonado tantos anos que principia a dar sinais de vida. Sento-me à sombra dum carvalho, junto do cruzeiro, abrangendo com a vista todo o vale do Este, nesta quadra do ano um riacho mansarrão. Ao longe o Picoto agora semelhando um pequeno outeiro ponteagudo. No vale profundo alvejam casais e refulgem telhados vermelhos; aqui e além, espreitando como a mêdo por entre o verde-carregado das árvores, campanários de aldeia, humildes e esquêcidos, levantam aos céus as suas cruces negras. Sinto-me enlevado. Que paz beatifica! *Deus nobis hæc otia fecit...*

O sol descái lentamente no horizonte. Ao longe, muito ao longe, o

mar assemelha-se a uma fita de fogo que cercasse a terra. A toda a volta, afogando os vales do Cávado e do Ave, uma corrente contínua de montanhas quasi intercepta o horizonte. Encho os pulmões de ar da montanha, abro os braços e ofereço o meu peito à brisa tenuíssima da tarde, sempre fresca nestas alturas. E, numa ânsia de mais largos horizontes, galgo célere, com uma alegria infantil, as encostas pedregosas da serra das Cortiças onde lá em cima está a capela de Santa Marta. Vinte minutos, meia hora de ascensão pausada agora, que a serra é íngreme e o meu impeto afrouxou. Cá estou. A toda a volta rocha escalvada, de côr acinzentada, musguenta e resvaladiça. Meia duzia de árvores cercam a capelinha tósca e abandonada no ermo. Lentamente dou a volta mergulhando o meu olhar nos vastíssimos horizontes que a minha vista abarca, embebendo-me todo dos eflúvios de beleza que esta abençoada natureza destila. Já as sombras principiam a alongar-se. O sol, enorme disco de fogo, até aqui doirado, começa a tomar uma côr avermelhada, como grande pomo sazonado. Olho em redor. Longe, bem longe, muito longe, distingo o espelhar do oceano. Vou circunvagando a vista e lobrigo, entre serras alterosas, a velha Guimarães fidalga, escondida como rafeiro aos pés da Penha imponente. Vágamente distinguem-se as Taipas e outras aldeolas perdidas entre montes. Aleaço e Sameiro e os seus dois monumentos, desço ao Bom-Jesus e perco-me a contemplar o longinquo Gerez de que consigo aperceber uma nesga já avermelhada pela luz do sol. Depois é que se desenrola à minha frente o vastíssimo panorama que me assombra sempre que venho a Braga. É primeiro a cidade dormindo plácida-mente junto do rio, cortada aqui e ali pelas altas tórres de templos e capelas; são as mil-e-uma aldeias que se alcandoram nos pendores das seranias, semelhantes a cascatas, ou se espalham pelo vasto vale. Aqui e ali, espelhando ao sol, corre a fita cristalina do Cávado, e mais além, já escurecidas, as imponentes tórres do velho mosteiro de Tibães. Lá em baixo Lamações, Fraião, Nogueiró, Maximinos, Tenões, que sei eu!... Pequenos povoados, humildes, perdidos no mar de folhagem e verdura que é este Minho lindíssimo. Já por aqui e por ali uns fumozinhos discretos principiam a pôr na paisagem a nota melancólica do entardecer, lembrando as Avé-Marias que não tardam a cair. Ouço em baixo vozes rudes de cabreiros conduzindo os rebanhos, gritando pelas cabras que se afastaram, cortando o silêncio com estridentes sons. Esqueço-me a contemplar este quadro imenso, que o génio de nenhum pintor transportaria à tela. Deixo-me dominar pela imponência de tudo isto, divago, sonho, quasi me desmaterializo e eis que me chama à razão a voz distante e suave dum sino; começam a acender-se vagas luzinhas, mortijas ao

princípio mas depois penetrantes, fixando-me como olhos de qualquer Argos gigantesco que escolhesse êste vale para descansar.

Lentamente o vale enche-se de luzes, na terra e no céu; a lua, um quarto crescente vermelho e enorme, já entorna a sua luz indecisa sôbre toda a natureza, enquanto o sol desaparece numa apoteose de fogo, por entre chispas rubras e rôxas. Encho uma vez mais os pulmões do puríssimo ar da serra, olho Guimarães onde se vêm mil fuzís a tremeluzir; grave no meu coração o imenso panorama que me comove e principio a descer, muito de-vagar para não acordar a natureza que adormece. Um friozinho muito fino, precursor do outono, penetra-me e obriga-me a acelerar a marcha. Mais uns passos e cá vou a caminho de Braga, pela estrada enluarada, na noite clara.

Ah, querida Amiga, só êste Minho ditoso é capaz de comover assim o coração indiferente dum pobre cidadão entediado!

Porque não deixa Você momentâneamente êsse *bruaá* imenso de Espinho, onde estala o *jazz* e guincha o saxofone, e não vem até esta plácida terra adormecida entre pinheiros, carvalhos e montanhas? Veria então que tudo o que eu estou aqui há longo tempo a tentar descrever-lhe no meu chôcho estilo, não passa de um reflexo longínquo da infinita beleza que, sem querer, exalam tôdas estas coisas abençoadas.

Venha, querida Amiga, mas venha com o recolhimento com que iria a um santuário milagroso onde se venerasse qualquer santo da sua devoção. Teria Você cumprido um dever de nortenha visitando êste Minho que nunca viu e ao mesmo tempo dar-me-ia o imenso gôsto de a ver, cruel Amiga sempre tão longe.

Beija-lhe as mãos o

JOÃO DA EGA.

Pela cópia : António A. Dória

VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1832

GUIMARÃIS HÁ 100 ANOS

Abril

Dia 2—Na madrugada deste dia foi uma escolta de melicias de Viana, — do destacamento que então estava nesta vila, — ao lugar do Rebotó para prender o Padre Domingos de Rebotó que estava comprometido por opiniões políticas. Porém, este dando fé de que o iam prender, saiu armado e mais outro comprometido que lá estava, e deram um tiro em um miliciano, o qual ficou gravemente ferido, recolhendo logo ao hospital desta vila. A ordem de prisão foi dada pela justiça eclesiástica de Braga. (P. L.)

*

O Padre Marcos Soares Vaz Preto, depois D. Prior de Guimarães, prégou a 1.^a vez diante do Imperador D. Pedro, em Angra do Heroísmo. S. M. Imperial chorou, e, quando o padre lhe beijou a mão, o Imperador deu-lhe um abraço e o fez prégador da pessoa da Rainha. — Notícia do «Periodico dos Pobres no Porto.»

Dia 5—O cónego tesoureiro-mór da real colegiada, Tomé Luiz Felgueiras, não continúa a servir o cargo de lugar — tenente do D. Prior de Guimarães, que ocupava desde 31 de Dezembro de 1789. (F.)

Dia 11—Por ordem dos Juizes Almotacés saiu um Bando que ordena várias medidas sanitárias para que o «colera-morbus» que já havia grassado na Inglaterra e em outros países não viesse a produzir

os seus terríveis efeitos nesta vila. As medidas consistiam em ter as ruas, casas e outras mais cousas muito limpas. (P. L.)

*

Provisão, por decreto de 30 de Dezembro de 1831, nomindo Provedor o bacharel Fernando Antonio de Sequeira Vilaça.

Dia 16—2.^a feira santa — «Sahiu a procissão de penitencia da Ordem 3.^a de S. Francisco a qual não tinha sahido ha 14 anos, e foi assim: de tarde sahiram 3 turnos de Terceiros, em cada um dos quaes ia um eclesiástico e dois seculares, levando um destes (o que ia adiante) uma campainha e uma caveira, o outro uma cruz de pau com uma disciplina e um cilicio em cada um dos lados da haste, e aquele um crucifixo nas mãos, indo todos com veus pretos e cordas atadas na cabeça e ao pescoço, e deste modo correram todas as ruas da vila recolhendo a S. Francisco. Á noite sahiu a procissão levando as duas comunidades, S. Francisco e Capuchos, e prégadores das mesmas a prégarem por todas as ruas e fazendo um sermão em cada terreiro da vila, sendo o ultimo á entrada da igreja.» (P. L.)

Dia 23—Diz missa nova na capela de Nossa Senhora da Conceição, de Azurei, Bernardino José Alves da Silva, reitor de Guilhofrei e bacharel formado em Teologia, morador na rua de Santa Luzia. (P. L.)

Maio

Saiem os destacamentos de voluntários realistas e milicias desta vila que tinham vindo com licença no dia 20 do mez passado, o primeiro de Azurara e o segundo de Grijó. (P. L.)

Dia 29 — De manhã professa o habito de religiosa de Santa Clara uma filha da viuva de Inacio ourives, morador na rua Sapateira. De tarde tomou o habito de religiosa do mesmo convento uma filha do Viegas, ourives e morador á Tulha. (P. L.) — Esta, era D. Antonia Maria da Ascenção, nascida na rua da Tulha a 10 de Março de 1816 e batisada a 15 do mesmo mez em S. Paio, filha legitima de João Antonio Fernandes Viegas e de D. Maria Raimunda; foi a ultima freira que faleceu neste convento. (F.).

A mesa e definitorio da Misericordia, sendo-lhes presente um officio do corregedor da comarca, datado do Porto d'Ave a 21 de Setembro de 1831, em que pedia um donativo que servisse «de auxilio ás grandes despesas da Nação» e ocorresse «aos estragos que os Revolucionários na mesma haviam praticado, e não devendo a comarca de Guimarães, que tão belos sentimentos tem desenvolvido a favor da Augusta Pessoa d'El-Rei o Senhor D. Miguel Primeiro, ficar excluida da relação dos Portuguezes honrados que ambicionam ocasião de mostrar o seu patriotismo, e interesse que tomam na felicidade da mesma Nação»; acordaram em a Misericórdia contribuir com 100\$000 reis, a saber: 36\$160 reis, em dinheiro de metal, applicados para capotes do exército, e um titulo da divida publica contraida na Repartição da Tesouraria Geral dos Juros do anno de 1820, de n.º 11914, da quantia de 63\$835 reis, para entrar na repartição dos outros donativos, ou como o dito corregedor António Joaquim de Carvalho quizesse arbitrar.

Dia 2 — Com licença de um mez, chega aqui a quarta parte do batalhão de milicias desta vila, que já ha tempos estava em Grijó. (P. L.)

Dia 6 — Chegam as quartas partes dos batalhões de milicias de Basto e de voluntários realistas de Guimarães. Vieram com licença, as daquêl de Azurara e as dêste da Povia de Varzim. (P. L.)

Dia 9 — Faleceu em Lisboa D. José Teles da Silva, filho dos marquezes de Penalva, D. Prior de Guimarães e capelão-mór honorário por mercê de D. Miguel. Era comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição e tinha o habito da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo. Tinha sido lente dos sagrados canones na Universidade de Coimbra, cónego da patriarcal e aí presidente da junta ou melhoramento das ordens religiosas. No tempo do seu priorado, obteve d'el-rei D. João 6.º, para si e seus sucessores, o tratamento de excellencia de jure e para o seu cabido o habito da referida ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. A noticia da morte chegou em 17 ao Cabido, que logo mandou fazer o sinal funebre e o toque a sé vaga.

Jaz no convento do Carmo, de Lisboa, em jazigo de Familia.

Dia 12 — Em vereação, com assistencia dos misteres, foi orçado o almude de vinho verde, porque correu e se vendeu nesta vila em Março a Maio, a 1\$00 reis.

Dia 14 — O Corregedor envia um Aviso à Camara, com providencias preventivas contra o colera.

Dia 21 — Pelo Cabido foi provido na vigararia de S. Sebastião o Padre Domingos José Barroso (o Tenisca), capelão da Colegiada. (P. L.)

Dia 27 — Á noite, saiu o Cabido com o Senhor da Agonia em procissão pelas mesmas ruas por onde passa a do Corpo de Deus, por causa do colera que já tinha feito bastantes estragos em bastantes paizes da Europa. Á saída e entrada da procissão houve sermão e nos dias 25, 26 e 27 houve Preces de manhã. (P. L.)

Dia 28 — Hoje e nos 2 seguintes houve Preces na Misericórdia por causa do «Colera Morbus,» espécie de peste, que já havia grassado em algumas nações da Europa. (P. L.)

Junho

Dia 2 — Parte para Grijó a gente que tinha vindo a 2 do mez passado. (P. L.)

Dia 3 — Na igreja de S. Sebastião ha missa cantada com exposição, e de tarde devia (não pôde por causa da chuva) sair em procissão o santo padroeiro por causa «do Colera morbus». Tinha havido preces nos 3 dias antecedentes, 31, 1 e 2. (P. L.)

Dia 6 — Parte para Azurara a quarta parte do batalhão de voluntários realistas, que tinha vindo com licença no dia 6 do mez passado. (P. L.)

Saiu em procissão de penitencia a imagem de S. Sebastião (já havia de sair no dia 3 d'êste mez, mas choveu) por causa do «colera-morbus». Foi acompanhada pelas comunidades de S. Domingos e S. Francisco com suas ordens terceiras e muito povo. As preces continuaram em várias igrejas da vila. (P. L.)

Dia 7 — Passam os milicianos de Basto, que tinham aqui passado no dia 6 de Maio quando vieram de licença. Foram-se reunir ao seu corpo que estava na Beira Mar (Povoa de Varzim.) (P. L.)

*

Sendo o ultimo dia de preces (por causa do «Colera-Morbus,») que fizeram os religiosos de S. Domingos, a mesma comunidade saiu, das 11 para a meia noite, em procissão pelas ruas da vila, indo o Prior descalço. (P. L.)

Dia 10 — Saiem do hospital desta vila e marcham para o seu batalhão que está em Azurara os voluntários realistas que estavam doentes. (P. L.)

Dia 14 — Saiem desta vila para Alcobaça o Torquato, filho de António Pedro de Barros Leiva, (fugiu do convento antes de completar o ano de noviciado), e o Gaspar, filho de António J. da Cunha Berrance, para aí tomarem o habito de religiosos de S. Bernardo. (P. L.)

Por causa do «Colera-morbus» sai a Ordem 3.^a de S. Francisco com o Senhor em procissão pelas ruas da vila, acompanhado por muito povo, tendo sermão à saída e entrada; já havia de sair no dia 10 mas não pôde por causa da chuva, sendo hoje o primeiro dia de sol, depois de dias bastantes com chuva. (P. L.)

Dia 15 — Decreto demittindo os tenentes José Machado da Cunha Lobo e Clemente Peixoto Ribeiro, do batalhão de voluntários realistas de Guimarães, por serem julgados incapases de servir por uma Junta de Saude. Publicado na Ordem do exército de 23 d'êste mez.

Dia 16 — Em vereação, a pluridade foram nomeados, pelos examinados, para juizes do officio de oleiro Antonio Ferreira e Manuel José Pereira. Foi-lhes deferido o juramento.

Dia 20 — Em vereação: dando cumprimento ao officio do dezembargador prove-

dor, de 16, o juiz e homens de falas de Garfe nomiaram 3 proprietários da sua freguesia para administrarem a comenda e por ela se responsabilisarem, por o actual ser soldado do regimento de milicias da Barca.

Dia 21 — Fazem-se na vila, algumas prisões de pessoas iniciadas por constitucionais. (P. L.)

Dia 22 — O n.º 146 do «Correio do Porto» anuncia: — «Avisam ao Público Rodrigo Lobo de Sousa Machado Couros Sotto Maior, caval.º professo na O. de Cristo e capitão de milicias do regimento de Barcelos, e sua irmã D. Maria do Carmo, recolhida no convento do Carmo da vila de Guimarães, que a herança e todos os bens que ficaram de D. Joana Rita Cardoso, da mesma vila, se acham litigiosos por efeito de acção de filiação, que promovem contra a intrusa possuidora, D. Rita Clara Candida, da dita vila, e para que nenhuma pessoa com ela faça contractos, ou distraites de qualquer qualidade, com pena de nulidade, se faz este anuncio.»

Provisão, por resolução régia de 18 de Abril, concedendo a imposição de um real em arratel de carne que se cortar na vila e termo para se fazerem reparos nos caminhos e calçadas, isto por 10 anos.

Nesta noite pega em armas a ordenança e anda a rondar. (P. L.)

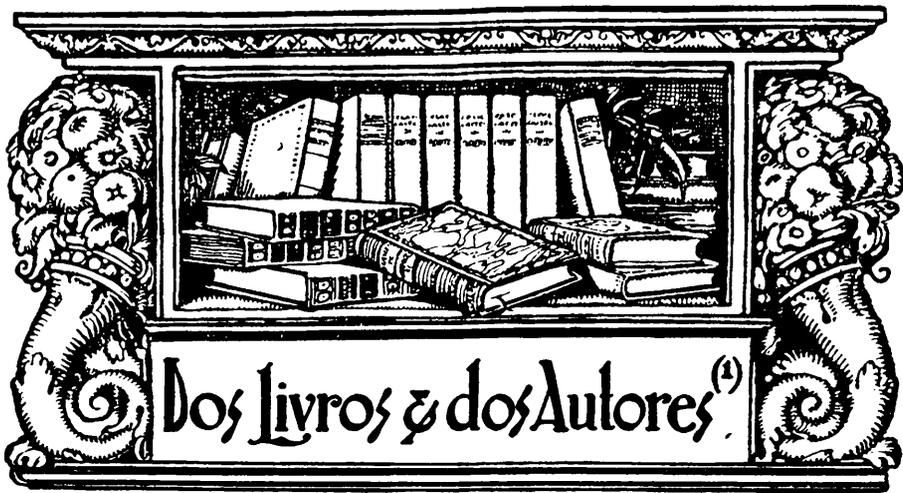
Dia 24 — Chega um decreto de S. Mag.^{de} que manda lançar uma contribuição para as urgencias do Estado, a qual consistia em uma décima a todos os prédios, por um ano tão sómente, e 480 reis a cada janela das casas de Lisboa e Porto, e 240 reis a cada uma das outras cidades e vilas do reino, isto por 4 anos. (P. L.)

Dia 25 — Morreu uma tia do Fortunato Cardoso, do Proposto. Foi sepultada no dia seguinte na igreja do Campo da Feira. (P. L.) — Era D. Francisca de Assis, solteira, filha de Pedro Bernardino Cardoso. F.

Dia 30 — Decreto extinguindo a pezada e vexatória contribuição dos dizimos. Com esta extinção sofreu grande perda a Real Colegiada de Guimarães, pois no ano eclesiástico que findou em 23 deste mez, o rendimento dos dizimos e mais benesses das igrejas pertencentes ao padroado da mesma, foi de 9:268\$180 reis para a mesa capitular, além dos rendimentos que das mesmas pertenciam privativamente ao D. Prior, Chantre e Tezoureiro-mór.

Por ser o aniversário em que D. Miguel assumiu os direitos da Corôa, houve iluminação (P. L.).

JOÃO LOPES DE FARIA.



A GENEALOGIA DO PENSAMENTO NACIONALISTA,
por *Fernando Campos*. Edição de José Fernandes Junior. —
Rua das Flores, 11-13. Lisboa, 1931.

Este novo e vigoroso trabalho de Fernando Campos vem fazer a história crítica do nosso nacionalismo, rebatendo as afirmações que por vezes se têm feito de ser o *Integralismo Lusitano* inspirado nas doutrinas da *Action Française*. Já antes, no livro «*Dois Nacionalismos*», de Hipólito Raposo, tinha sido bem colocada a questão e demonstrada a falsidade de argumentos de que se têm servido aquêles que querem fechar os olhos à verdade e caminhar, amarrados à grilheta dos preconceitos, para a tragédia soviética, para o caos comunista.

Invocando a figura nobre do Marquês de Penalva, do grande panfletário José Agostinho, de J. Acursio das Neves, de tantos dos nossos mestres da contra-revolução, Fernando Campos reabilita-os da campanha difamatória que contra êles levantaram os vencedores liberalistas.

A Genealogia do Pensamento Nacionalista, é assim um estudo valiosíssimo que todos os portugueses devem possuir, pois nêle se demonstra, em rasgos de nobre justiça, «que o doutrinismo integralista não é de origem estrangeira, de que êle entronca nas conclusões dos mais autorizados expositores do Pensamento político português do século passado»; que o nosso nacionalismo tem — como o afirmou o saudoso António Sardinha — «as raízes mergulhadas no coração da Raça!»

(*) Só daremos nota bibliográfica dos livros que nos sejam enviados em *duplicado*, a não sêr que se trate de livros de preço elevado ou notáveis pelo seu valor intrínseco.

SANTO ANTÓNIO NO TEATRO PORTUGUÊS, por *Hipólito Raposo*. — Guimarães, 1931.

Na noite de 12 de Junho de 1931, quando crepitavam as fogueiras, se cantava e se bailava nos bairros populares de Lisboa em honra e louvor de Santo António, fazia o dr. Hipólito Raposo, no Conservatório Nacional daquela cidade, uma notável conferência, em comemoração do VIII centenário do «maior santo de Portugal.»

Em estilo sóbrio, naquele estilo tão leve e elegante que caracteriza a já vasta e valiosa obra do A., descreve-nos II. R. a Lisboa daquele tempo, «à vista das águas amplas do porto, em cuja espiciosa bahia o mar começa rio, o Tejo acaba oceano.» Depois, num cenário de encantamento, desenrola-se a vida de Frei Fernando, mais tarde Santo António, «aplanando com a sua jovial e cândida bondade, os ásperos caminhos que vão da Terra ao Céu.»

Do influxo espiritual do Santo na idealização do teatro português, dá-nos o A. uma desenvolvida notícia na ultima parte da conferência, que serve de apresentação ao *Auto* quinhentista de Afonso Alvares.

J. DA SILVA TAVARES, por *Serafim Leite*. Edições Brotéria, Lisboa, 1931.

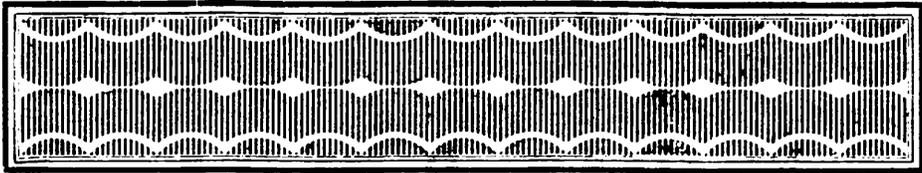
Ninguém melhor que o Dr. Serafim Leite, crítico, poeta e novelista distinto, poderia escrever as notas biográficas da grande figura de sábio que era o Dr. Silva Tavares. Traços vivos, claros, sóbrios, da psicologia do ilustre fundador e director da *Brotéria*. O capítulo que se refere ao esbulho anti-científico de 1910 é notável pela sua elevação e desassombro. A vida do P.^o Tavares, na direcção da *Brotéria*, comove-nos pela sua perseverança e pela sua actividade. Êste trabalho do Dr. Serafim Leite vem contribuir, ao mesmo tempo, para se ficar conhecendo a actividade cultural de uma ordem religiosa que tão perseguida e caluniada tem sido e que tam altos e relevantes serviços tem prestado.

O ESTADO E AS MISSÕES, pelo *Conde d'Aurora*. Tipografia Marques. Rua de Camões, 75. Porto.

No 1.^o Congresso Missionário Português, realizado em Barcelos, em 1931, apresentou o Conde d'Aurora uma tése notável que intitulou *O Estado e as Missões*. Nêste trabalho dá-nos o A. um resumo da história das missões, numa linguagem vibrante e desassombrada.

Ao Conde d'Aurora não assusta nem intimida a furia dos elementos maçoni, zantes que, já por várias vezes, se teem agitado à volta de algumas suas téses apresentadas noutros congressos.

Espírito brilhante de lutador e de estudioso, vem, nêste novo trabalho, com. provar os seus extraordinários recursos para obra de maior tomo. No breve resumo da história das missões no Brasil, escapou ao A. uma referência aos monges beneditinos que, logo após a descoberta, se estabeleceram com algumas abadias.



Um Rei que ambiciona reinar

por Cláudio e Antônio Corrêa
d'Oliveira Guimarães

D. Duarte Nuno de Bragança, D. Duarte II para os que defendem a sua pretensão ao Trono de Portugal, é um Rei que nunca reinou e que, talvez por isso mesmo, mais do que qualquer outro, ambiciona reinar...

Já lá vão há muito as horas nevoeiradas e incertas trazidas pelo rompimento que alguns dos mais combativos e conscientes valores monárquicos portugueses — o Integralismo Lusitano — tiveram de realizar, por incompatibilidades de doutrina e conseqüentemente por divergência de orientação política, contra a chamada Causa Monárquica, que o Senhor D. Manuel chefiava. Nessa altura, José Bruges de Oliveira, poeta de sentida emoção lusitana condensou toda a extensão da sua fé ardente nos destinos da grey realista, nestes versos de acentuado sabôr trovadoresco e de bandarriano sentido profético:

*«E se a Esperança não bonda,
Isto convença e segure:
Haja Tavola Redonda
Que hade haver um Rei Artur.»*

Quem adivinharia que ao moço Rei Artur, algum tempo depois aparecido, — não flôr de Lis, mas flôr de Aviz, — e à Tavola Redonda dos seus mais fieis servidores, se achegariam tantas inteligências moças, um tão puro crisol de dedicações heroicas, como aquelas que à sua volta se reúnem, neste importante e decisivo momento histórico?

A principio o Senhor D. Duarte Nuno teve a seu lado, simplesmente, o intransigente e lealissimo nucleo dos que, agrupados sob a bandeira honrada do Legitimismo, mantinham vivissimo o culto que a tantos espiritos práticos se afigurou estérilmente saudosista, da velha Tradição politica portuguesa e da figura admirável daquele soberano que foi o ultimo a encarna-la e a servi-la, transmitindo aos seus descendentes as virtudes excepcionalmente nobres que o distinguiram. Em 1919, porém, o moço Bragança, era aclamado Rei pelo Integralismo Lusitano e congregava à sua volta toda uma luzida falange de adeptos, nova Tavola Redonda, aguerrida no campo agitado da luta, mestra no domínio sereno da teorisação politica, capaz de manejar balas de polvora com a mesma destreza com que manejava balas de papel. Pela sua mão, desenvoltamente, saiu o jovem Principe a terreiro, dando-se a revelar aos portugueses atravez desse intemerato grupo de pensamento e acção que soube, definindo com notável clareza as suas razões de ordem monárquica, colherpara o seu novo Chefe adesões inumeras e valiosas.

A morte brusca e recente do Senhor D. Manuel II, chama de novo para a tēla da actualidade portuguesa a figura esbelta e insinuante do jovem Conde de Neiva. Descrentes em absoluto do principio politico que o régio exilado de Fulwell Park personificava e sempre procurou servir, fiel à memória de seu avô D. Pedro I do Brasil e IV de Portugal, os componentes da «Acção Realista Portuguesa», que em vida lhe prestaram obediencia, embora professassem um pensamento politico antagonico ao do Liberalismo e da Carta, tendo chegado a tomar, até, em dada conjuntura, uma posição de rebeldia contra a orientação paralisante dos dirigentes da Causa Monárquica, reconheceram já, em documento publico, a autoridade real do Senhor D. Duarte Nuno. Nota interessante: era entre as figuras destacantes deste agrupamento politico que se encontravam, adentro da chamada Causa Monárquica, os seus elementos intelectualmente mais valiosos e activos, e, também, os defensores mais entusiastas e conscientes da legitimidade dinástica de D. Miguel I que, em seu entender, um avô do Senhor D. Manuel de Bragança prejudicou na posse do Trono de Portugal. Se, além da «Acção Realista Portuguesa», a própria Causa Monárquica, como tudo parece indicar, assumir identica attitude de obediencia ao Senhor D. Duarte Nuno, estará realizáda em torno da personalidade simpática deste Principe proscrito a unidade total dos realistas portugueses.

Todos estes pormenores são, porém, da história do nosso tempo e inútil será para elucidação do leitor insistir neles. Mais interessante se nos afigura traçar em rápido quadro, em animatográfico mas animado

escorço, a genealogia do Príncipe destinado, talvez, a fazer renascer em muitos corações lusiadas, a esperança monárquica.

Não tardará a prefazer um século no relógio sombrio do tempo, sobre aquele dia em que El-Rei D. Miguel I, tomou em Sines, inexplicavelmente vencido numa prolongada luta de dois anos a que não foram alheias as forças ocultas das sociedades secretas e o poder do estrangeiro, a corveta *Stag* que o levou ao exílio. Há quem diga que com Ele se exilou a própria Tradição política portuguesa; substituída por um pensamento alheio, que a Nação não assimilou mas lhe foi imposta pelas armas vitoriosas do Rei-Soldado, Imperador do Brazil.

Mal imaginavam os triunfadores de Evora Monte, ao imporem a D. Miguel I a pena amargosa do desterro, que o monarca, por eles tão caluniado e combatido, saberia dar-lhes, lá fóra, uma tão alta lição de dignidade ativa e de altivo patriotismo. Assim o afirma o insuspeito Oliveira Martins, quando, no seu *Portugal Contemporâneo*, nos diz: «Na adversidade mostrava e mostrou até morrer os dotes que não era raro encontrar na família dos filhos segundos a que pertencia: a resignação e a nobreza pundorunosa. Levou de Portugal a roupa que tinha vestida: entregou tudo quando partiu para o desterro. A Convenção expulsava-o, proíbia-lhe voltar ao reino, e dava-lhe a pensão anual de sessenta contos, clausula que punha o cumulo ao desespero dos liberais vencedores. Quando desembarcou em Genova e se achou livre dos graves deveres contraídos perante um exército vencido e solidário do seu destino, D. Miguel protestou contra o que fizera, recusou um dinheiro que seria como o de Judas, proclamou os seus direitos, contra a força a que tivera de submeter-se. Acusaram-no então de felonía, chamando-lhe nomes descarados na lei que as Cortes votaram. Pobre de quem não admitir que nenhum character nobre deixaria de proceder neste momento como procedeu D. Miguel!»

Reduzido à miséria quasi extrema, o régio exilado viveu longe da sua Pátria horas de infinita e dolorosa tristeza em que só teve a ampará-lo a consciéncia do dever cumprido e um espirito de grande e cristianissima renuncia. Até lá se estendeu, também, o culto da Nação que o idolatrava, no fervor vivissimo dos seus partidários mais dedicados, que, superiores a conveniências de ordem pessoal, e nem por o verem destronado e caído, deixavam de considerá-lo seu Senhor, seu Amo, seu Rei.

Depois de dezassete anos de desterro amargo, vividos ora na Itália, ora na Inglaterra e Alemanha, com quarenta e nove anos de idade, ainda na pujança da sua lendaria e imponente beleza varonil, casava-se D. Miguel I com a Princesa D. Adelaide Sofia de Löwenstein. Dotada das

mais belas qualidades de formosura e de espírito, fácilmente se integrou a nobre senhora na portuguesa «maneira de ser» de seu marido, dando-lhe, como compensação ao infortunio da sua vida real, a alegria de uma tranqüila vida familiar e de um lar perfectissimo, inteiramente impregnado de espírito cristão. Consagrando-se toda à tarefa educadora de seus filhos que procurou tornar o mais «nossa» possível, D. Maria Adelaide deixou-nos nas suas cartas admiráveis modelos de epistolografia, lembrando algumas das suas passagens, pela eloquência e sobriedade de expressão, o estilo portuguesissimo de Vieira. Veio a admirável Princeza a voltar-se, mais tarde, inteiramente, para Deus, professando em dia de Santo António, como religiosa beneditina e sob o nome de Sorôr Adelaide de Bragança, na Abadia de Solesmes, em França, após a morte de D. Miguel I, dando por concluída a sua missão no mundo depois de ter educado primorósamente todos os filhos, os quais haviam nascido por esta ordem: em 1852, D. Maria das Neves que se viria a casar com Afonso de Bourbon, Infante de Espanha; em 1855, D. Maria Teresa que viria a matrimoniar-se com o Principe Real e Imperial Arquiduque da Austria Carlos Luiz, irmão do Imperador Francisco José, e que seria, mais tarde, avó dos últimos e infelizes soberanos daquele país, Carlos e Zita; em 1857, D. Maria José, de cujo consórcio com o Principe Carlos Teodosio, duque em Baviera e médico oftalmologista muito célebre, nasceria a actual rainha da Bélgica; em 1858, D. Aldegundes, Duqueza de Guimarães, que viria a esposar com o Principe Henrique de Bourbon e Parma, Conde de Bardi; em 1861, D. Maria Ana, que pelo seu casamento viria a ser um dia Gran-duqueza reinante de Luxemburgo; em 1862 D. Maria Antónia cujo enlace com Roberto, principe de Bourbon, a fez mais tarde Duqueza de Parma. Assim se consumou a profecia ingénua do ingénuo Padre de Torres Novas, José Feliciano Coelho dos Reis, apaixonado realista, que via «naqueles abençoados palminhos de cara» a melhor recomendação a casamentos felizes.

Quando, em 1853, nasceu o único filho varão de D. Miguel I, os legitimistas portugueses enviaram propositadamente a Heubach uma comissão que os representou na cerimónia batismal dessa criança, a quem caberiam um dia os direitos de seu pai. Evoquemos, reconstituindo-a na camara iluminada da imaginação, essa cerimónia tocante a que presidiu o velho Bispo da Guarda D. Joaquim José Pacheco de Souza, que então sofria, também, a dolorosa experiência do desterro; cerimónia que Alphonse Daudet não hesitaria aproveitar para exprimir com ela, por forma eloquente, um pouco da magestade infinita dos reis exilados. A água que as mãos trementes do venerando Bispo da Guarda deixaram cair

sobre a cabeça tenra do real neofito, foi água de uma fonte de Guimarães, talvez aquela mesma água que sete séculos antes tornára cristã a alma de Afonso Henriques — de que a criança de agora, por linha varonil, descendia. Chamando junto do berço de seu filho os portugueses seus amigos, D. Miguel I, uma vez mais, proclamou ante a Europa os seus direitos à



Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Duarte II
com o Snr. D. João d'Almeida (Lavradio).

corôa de Portugal, considerando-se naquela hora, obrigado, mais do que nunca, a ratificar os seus protestos contra a violência de que tinha sido alvo e a zelar escrupulosamente a nacionalidade portuguesa da sua descendência.

Ao cabo de trinta e dois longos anos de desterro, a 14 de Novembro de 1866, D. Miguel I morria repentinamente, vitimado por uma congestão pulmonar. Dizem ainda os nossos avós que na própria noite e à própria hora em que o Rei-Mártir expirava na terra longinqua do exilio, se observou, sob o céu de Portugal, uma poalha luminosa e estranha, chuva candente de estrelas, em que muitos, depois, ao conhecerem a morte do

rei proscrito, quizeram vêr um anuncio divino. Nas igrejas das cidades, nas capelas humildes das serras, cobriram-se os altares de crépes e um murmurio de orações piedosas encomendou a Deus a alma daquele que, por tanto sofrer na terra, ia merecer, por certo, a graça do céu. A própria côrte portuguesa, por determinação de D. Luiz I, tomou luto por vinte dias.

Um ano depois — a 6 de Janeiro de 1867 — chegou a Bronnbach,

afim de assistir à inhumação do corpo de D. Miguel I, que, por vontade expressa do extinto, não fôra embalsamado, uma deputação do Partido Legitimista, composta pelo Marquez de Abrantes, os Condes de S. Martinho, Almada e Redinha, D. Luiz Carvajal, António Coutinho de Seabra, José Correia de Sá e José Xavier Teixeira de Barros. Durante muito tempo falaram êstes oito portugueses da comevedora cena que se seguiu à sua chegada à régia vivenda do que fôra em vida D. Miguel I. Levados à presença da Augusta viuva, das trez princezas mais velhas e do príncipe D. Miguel, não foi possível sufocar o pranto e as lágrimas correram abundantemente pelas faces de todos, príncipes e fidalgos, irmanados na mesma funda saúde e na mesma grande dôr. Segundo a narrativa de uma testemunha ocular, «com voz firme e uma magestade que não será possível passar de memória aos que tiveram a honra de assistir a êsse acto solene» a Senhora D. Adelaide de Löwenstein e Bragança pronunciou uma alocução sentidíssima e eloqüente. «Todos os sacrificios que faça por amor de Portugal, onde só deve vêr portugueses», — afirmou, referindo-se a seu filho — «serão poucos para pagar os heroicos sacrificios prestados a seu Pai e aqueles que já pessoalmente lhes deve.» E depois, cheia da grandiosa simplicidade que é atributo dos caracteres verdadeiramente reais: «Tua mãe, na presença destes bons portugueses e como se diante de Deus te falasse, te diz que prefere mil vezes ver-te viver e morrer pobre a deslizares uma só linha da estrada que seguiu teu heroico pai, a quem um unico pensamento absorvia e preocupava: o da grandeza e felicidade de Portugal!» Acabou por confessar, que, a Ela, só lhe restava o dever de transmitir a seus filhos uma educação perfeita, moldada nos principios morais do catolicismo que professavam, exaltada no amôr absorvente e alto de um portuguesismo sem mácula.

Não foi vã a promessa contraída nesse momento pela Augusta Senhora. D. Miguel II, debaixo da sua orientação educadora, entrava algum tempo depois, no Colégio de S. Clemente, em Metz, onde realizou com brilho os seus preparatórios. Desde logo se relacionou o jovem Príncipe com uma das mais salientes figuras do afamado corpo docente deste estabelecimento de ensino, o português Padre Dr. José Joaquim de Abreu Campo Santo, poeta e prosador de verdadeiro mérito. Mais tarde, em Insprunk, tirou D. Miguel II o seu curso universitário, formando-se em ciências naturais e conquistando os louros de primeiro académico. Concluidos os seus brilhantes trabalhos escolares entrou no Exército Austriaco onde ascendeu ao alto posto de comandante de Hussares n.º 7. E de tal maneira se insinuou no espirito do Imperador Francisco José que êste lhe concedeu, em 1876, o raro privilégio da exterritorialidade.

A 17 de Setembro de 1877, casava D. Miguel II, em Ratisbonne, com a Princesa Isabel Maria Maximiliana de Thurn e Taxis, e logo em 22 de Setembro de 1878 nascia em Reichenau o herdeiro à coroa da Monarquia tradicional, o Príncipe D. Miguel, a quem escolheram propositadamente o nome de seu Pai e de seu Avô, mal imaginando que ele viria a renunciar um dia aos seus privilégios em favôr de seu irmão mais novo, o infante D. Duarte Nuno, de que trata este artigo. No dia de seu batismo, a que assistiram como representantes dos legitimistas os Condes de Azambuja, Redinha e S. Martinho, D. Nuno de Mendonça e João d'Ordaz Caldeira de Valadares, flutuou a bandeira branca de Portugal entre as bandeiras da Austria e da Baviera, no tampo do palácio de Reichenau. A 7 de Setembro de 1879 nascia o Infante D. Francisco José, afilhado do Imperador da Austria Hungria, e a 26 de Janeiro de 1881 a Infanta D. Maria Teresa. A 7 de Fevereiro seguinte a mãe expirava, deixando na orfandade três crianças a que valeram, ainda, os desvelados cuidados de sua avó, a Senhora D. Adelaide de Bragança. Os dois príncipes, que a morte havia de arrebatá-los traiçoeiramente alguns anos depois, receberam, então, as belas lições de portuguesismo de Alfredo Serrano, escritor ruralista da nossa terra, de raro talento, levado de Portugal, para a educação de seus filhos, pelo Senhor D. Miguel II.

Só a 7 de Novembro de 1893 D. Miguel II se casou em segundas núpcias com a Princesa D. Maria Teresa de Löwestein Rochefort e Rosemberg, nascida a 4 de Janeiro de 1870, e sobrinha da viúva de D. Miguel I. Foi celebrante o Cardeal Arcebispo de Praga. Firmou o contrato nupcial uma deputação portuguesa presidida pelo Duque de Cadaval e constituída pelo Marquez de Abrantes (D. João de Lencastre e Tavora), Visconde de Molelos, D. João de Almeida, Padre Coelho dos Reis e Manuel Maria da Silva Bruschy. Atingiram uma imponência régia os festejos então realizados, com a assistência de altos personágens e de alguns príncipes e princezas de sangue. Sobre o peito de D. Miguel II refulgia a comenda das três ordens portuguesas; o Príncipe de Löwestein ostentava a gran-cruz de Cristo com que o agraciára D. Miguel I; o Duque de Cadaval vestia a rigor o hábito de Malta. Deste segundo consórcio nasceram oito filhos: D. Isabel Maria, D. Maria Benedita, D. Mafalda, (já morta), D. Maria Ana, D. Maria Antónia, D. Filipa, D. Duarte Nuno e D. Maria Adelaide, todos nascidos sobre o sólo de Portugal, visto que é velha tradição dos régios exilados de Seebeinstein estender sob o leito das parturientes de sua familia a terra portuguesa que daqui foi levada e amorosamente guardam.

Espírito superior, equilibrado e penetrante, D. Miguel II seguiu

passo a passo, com devotado carinho, a vida política portuguesa, participando das suas raras alegrias e maguando-se com as suas muitas desditas e sofrimentos. Em 1890, por ocasião do *ultimatum* inglês, não hesitou em colocar ao serviço de Portugal, a sua espada, como um simples soldado. Pouco ruidoso na defeza dos seus princípios e dos seus direitos políticos, que aliás sempre soube manter intransigentemente, as suas numerosas cartas dirigidas aos mais marcantes vultos do seu partido, são documentos cheios de excepcional ponderação e de um alto e nobilíssimo patriotismo. Uma outra faceta característica exornava o caracter dêsse inteligente e generoso príncipe proscrito, que Alfredo Serrano comparava, pela semelhança da mesma superior bondade, a João de Deus: a dignidade do seu nome e da qualidade real que lhe andava adstrita. Nenhuma das suas sóbrias proclamações ao paiz, foram persadadas por outro espirito ou redigidas por outras mãos que não fossem as suas. Certa vez, alguns dos seus mais fervorosos partidários, reconheceram a vantágem de D. Miguel II dirigir uma mensagem aos portugueses e para tal fim a escreveram e enviaram para Seebeinstein, pedindo ao Príncipe que a rubricasse. Com a maior delicadeza, mas também com a maior firmeza, D. Miguel não acedeu à proposta dos seus admiradores, declarando que acolheria de bom grado todas as indicações, conselhos e alvitres que êles quizessem dar-lhe, mas que para si próprio reserváva o direito de redigir esse documento, dando-lhe a forma que julgasse mais conveniente. Não desgostou tal atitude os seus amigos, antes pelo contrário, lhes demonstrou que o filho do exilado de 1834 descendia de uma escola de reis habituados a mandar e a sêrem obedecidos.

Apezar de impender sobre os descendentes de D. Miguel I a pena de morte no caso de pizarem o território nacional, no ano de 1881 D. Miguel II e sua irmã a Infanta D. Aldegundes visitaram Portugal, como veio a fazê-lo mais tarde, em 1901, o Príncipe D. Miguel, filho primogénito de D. Miguel II. Este foi simplesmente recebido e festejado por grande número dos seus partidários, mas seu pai, mereceu, por parte de D. Carlos I, a honra dum acolhimento muito amigável, em que quasi se apaziguou entre o descendente de D. Miguel e o descendente de D. Pedro IV aquele ódio de familia que talvez, possivelmente, nunca tivesse existido. Foi o advento da República, em 1910, que mais fortemente veio aproximar, porém, os dois ramos desavindos da Casa de Bragança. Nas asperimas jornadas da Galiza, que Henrique de Paiva Couceiro, colonial distinto e soldado lealíssimo, comandou, numa hora de fé intensa, andaram unidos, no mesmo pensamento restauracionista, os partidários do filho do vencido e os partidários do neto dó vencedôr de Evora Monte. Um dos

vultos mais salientes do Partido Legitimista, o snr. D. João de Almeida (Lavradio), actual logar-tenente do Senhor D. Duarte Nuno, foi preso até, no combate de Chaves, e conta a história que ao sêr surpreendido pela patrulha que o aprisionou, sem lhe restarem possibilidades de resistência, quebrára fidalgamente, contra o joelho, a sua espada feita do mais puro aço de Toledo. Da Senhora D. Aldegundes de Bragança conta, também, a história, que vendeu as suas melhores joias para comprar o armamento das colunas de Couceiro e andou entre os soldados incursionistas encorajando-os com as suas palavras, a sua presença, o seu exemplo. Tanto mais admirável se mostra a atitude dos representantes do legitimismo dinástico, nêsse período confuso do post-República, quanto é certo que unindo-se aos seus inimigos da véspera para a restauração do regimen monárquico, êles não podiam concorrer para que êste abandonasse aquela expressão constitucional que D. Miguel I não aceitára, servido por um rei constitucional, que D. Miguel não quizera sêr. E tão longe, na preocupação de dar luta à República nascente, foi o pensamento dos régios exilados de Seebeinstein, que, logo em 1912, procuraram congraçar os dois ramos hostis da familia Bragança, convidando para apadrinharem a Infanta D. Maria Adelaide, nascida nêsse mesmo ano, em Saint-Jean de Luz, o Senhor D. Manuel e sua mãe, a Senhora D. Amélia de Orleans. Tais propósitos de concórdia refletiram-se, também, em Portugal. Cheias as casamatas das prisões, dos monárquicos mais irrequietos, a que o governo da República não perdoava as conspirações constantes, foi a alma fidalga de uma legitimista de raro coração — a Senhora D. Constança Teles da Gama — quem logrou manter bem viva a esperança dos perseguidos, suavizando-lhes a dôr do cativo, valendo às suas lágrimas aflitas, espalhando, por toda a parte, em maré-cheia, as rosas perfumadas da mais excelsa caridade.

Por alturas de 1920, o Senhor D. Miguel II e o primogénito dos seus filhos abdicavam espontaneamente os seus direitos ao trono vago de Portugal na pessoa do pequeno Infante D. Duarte Nuno, depositando as pesadas atribuições da regência nas mãos da Senhora D. Aldegundes de Bragança, sua tia. Sôbre a cabeça loira dessa criança de ar pensativo e olhar doce, nasceu, talvez, nessa hora — quem sabe? — uma estrela propicia... Ao seu redor, se reuniria um grupo mais numeroso de partidários, uma falange excepcional, de sangue na guelra e com a primavera no coração, toda uma mocidade vigorosa no campo da actividade e da intelligência que o Integralismo Lusitano lhe trouxe.

A génese do pensamento integralista desenvolveu-se, por espírito de reacção, contra o liberalismo de todos os tons, em grande parte da geração académica de 1911. Enquanto alguns escolares coimbrãos, como

Luiz de Almeida Braga, Alberto de Mousarás, Pequito Rebelo, Hipólito Raposo e Simeão Pinto de Mesquita se firmavam sôbre aquelas verdades que o espírito de Balzac considerava essenciais e eternas, outros, como António Sardinha e João do Amaral, deambulavam, ainda, nos itinerários confusos de um extremismo intelectual a que faltava o arrimo seguro de uma esclarecedora doutrina contra-revolucionária. Dispersos, afastados uns dos outros, estes valores moços que uma estima fraternal unia (pre-nuncio da identidade de aspirações que dentro deles andava já iluminando de um novo clarão o futuro da inteligência nacional), uns por exigências da sua vida particular, outros por se terem alistado nas fileiras de combate à República, outros, ainda, por haverem concluído os seus estudos, só mais tarde, por alturas de 1914, se voltaram a reunir, desenvolvida já nos seus espíritos a fórmula da *verdade política* que brilhantemente se puzeram a prégar, então, do alto da «Nação Portuguesa» e depois de «A Monarquia», jornal diário que exerceu uma grande influência no movimento da política monárquica, reatando, embora sob novos aspectos, a luta sustentada durante setenta anos pela «Nação», o velho e honrado órgão na imprensa do Partido Legitimista.

Até 1919 conservou o Integralismo a sua fidelidade à pessoa do Senhor D. Manuel de Bragança, colaborando, contra vontade, é certo, no movimento restauracionista dêsse ano, após o qual proclamou a irresponsabilidade que no seu fracasso lhe cabia, entendendo chegada a oportunidade de dar à chamada Causa Monárquica uma nova expressão doutrinária e um novo sentido de actuação política. Para isso enviou a Londres, de posse de uma mensagem e revestidos de plenos poderes, dois dos membros mais prestigiosos da sua Junta Central: os Drs. José Pequito Rebelo e Luiz de Almeida Braga. Perante as respostas colhidas da boca do Senhor D. Manuel às reclamações e sugestões do Integralismo Lusitano, pelas quais os dois delegados idos a Londres aferiram da divergência doutrinária que os separava do pensamento político do Rei, resolveu êste organismo monárquico desligar-se da obediência que até aí tinha prestado à autoridade do Senhor D. Manuel.

Foi esta, verdadeiramente, a hora expectante, nevoeirada de incerteza, em que José Bruges de Oliveira, poeta de arraigada inspiração lusiada, resumiu nêstes versos de bom sentido profético o futuro da sua ideia política :

*« E se a Esperança não bonda,
Isto convença e segure:
Haja Tavola Redonda
Que hade haver um Rei Artur. »*

A Tavola Redonda manteve-se unida, apesar da indecisão de alguns que a serena atitude dos mais firmes ia deixando ficar à margem do caminho. O Rei Artur não tardou a aparecer, um Rei Artur ainda menino, não flôr de Lis, mas flôr de Aviz, como êle esbelto, loiro, sonhador, bravo. Mais do que a figura dubia, indecisa, burocrática, até, de um chefe



Capa da menságem ultimamente dirigida por numerosos monárquicos a Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Duarte II.

olhar puro e azul, em que se conjugam hoje as esperanças dos realistas portugueses, herda, com a morte recente do Senhor D. Manuel II, o direito de reinar... Considerando-se pretendente legítimo ao Trono de Portugal, nunca deixou de o proclamar, mesmo em vida do ultimo rei constitucional, encontrando nos velhos marechais do legitimismo e na falange moça dos integralistas as vozes sempre prontas a sustentar os

vago e dubio, os integralistas encontravam nêsse infantil Príncipe a encarnação viva do seu pensamento, o fecho de abobada da sua própria doutrina, e, harmonisavam, nêle, respeitando-o, a sua maneira de vêr acerca da legitimidade dinástica do ramo miguealista da Casa de Bragança e as próprias inclinações das suas sensibilidades políticas que «A Gazeta» e «A Nação», haviam educado no respeito e admiração dos seus soberanos.

Acclamando como rei o Senhor D. Duarte Nuno, o Integralismo não se fundiu, como massa anónima, na Causa Legitimista. Ficou a par dela, com sua independência de direcção e sua organização própria.

Erra quem supoz que este Príncipe de

seus direitos, honrando-os e defendendo-os. Nesta hora em que a inexistência de qualquer outro pretendente *natural*, de origem portuguesa, ao exercício da realeza, coloca a maior parte dos monárquicos lusitanos na contingência de lhe prestarem vassalagem, o moço Bragança hade evocar, por certo, com comoção sincera, a dedicada fidelidade dos seus velhos servidores e o veemente entusiasmo da juventude que o cerca.

Como atraz fica dito, nasceu o Senhor D. Duarte Nuno, em 23 de Setembro de 1907, no antigo castelo de Seebeinstein, Baixa Austria, residência de seus pais.

Não foram escolhidos ao acaso os nomes com que o batisaram, antes neles se pretendeu reverenciar a memória de alguns dos seus ascendentes mais nobres: D. Duarte I, sábio e eloquente, príncipe da grande Casa de Aviz, que de saúde e mágua do irmão se finou; Nun'Alvares Pereira, a espada mais pura e a mais branca alma de cavaleiro que Portugal teve; D. Afonso Henriques, fundador da nacionalidade, de quem o actual representante da Casa de Bragança descende por varonia. Assim se ficou chamando Duarte Nuno Afonso, nomes logo seguidos pelos que são já tradicionais nos membros masculinos da familia que deu a Portugal a sua derradeira dinastia.

Educado portuguesmente, não poderia o Infante D. Duarte Nuno deixár de falar dèsde os mais tenros anos a língua de Camões, pondo na pureza da sua pronuncia—quantas vezes em luta aberta, heroica, contra o ambiente forçosamente estrangeiro de alguns dos meios em que tem vivido, longe de sua casa!—o carinho de um filho que docemente pronuncia o nome de sua mãe. Conta-se até, a propósito, que, com oito anos, apenas, o principesinho exilado, déra, certa vez, a uma illustre Senhora, ao pretender insinuar-lhe ela que ao falar não carregasse tanto nos *rr*, esta resposta desconcertante, dita num tom de infantil indignação: «Ora essa! Mas é mesmo assim que se fála em Lisboa!» Nada o contrariava mais, em pequeno, do que ver-se privado das suas educadoras portuguesas, ou afastado de Seebeinstein, onde, por um admirável milagre de transplantação sentimental, se vive a vida da nossa terra, se cultivam as mais belas virtudes da nossa alma, se distinguem e repercutem as pulsações da nossa inteligência e do nosso coração. A essa elegante moradia realenga podem muitos portugueses descaracterizados da actualidade ir colhêr um muito formoso e perfumado exemplo de nacionalismo. Ali se vive, ainda hoje, a vida dos velhos solares da nossa terra, de há cento e cinquenta anos: patriarcalmente se recolhe ao leito ao bater das nove horas para se levantar mal a manhã desponta ao sorriso doirado da luz. Todos os dias se reza missa, na capela privativa do palácio, a que a

familia real assiste com a dobrada devoção de católicos e de portugueses. Uma das horas *mais nossas*, mais marcadamente lusiada da vida de Seebeinstein é, pelo seu aspecto profundamente intimista e familiar, a da chegada do «correio».

Toda a familia se reúne para assistir à leitura da sua correspondencia e dos seus jornais predilectos, principalmente os de character nacionalista, que levam aos seus corações saudosos, novas do Portugal bem distante e amado. Até ali se respeita e segue, ainda hoje, o velho habito da «ceia» ao cair da noite: se prefere à insóssa arte culinária de estranhos os bons e succulentos pratos portugueses; se semeia, na horta, *grão de bico*, ído de Portugal... Sobre as mesas, cobrindo as paredes, pejando as estantes, por todo o velho palácio se espalham recordações da Pátria longinqua. Parece sêr portuguesa a própria luz que alumia, português o próprio ar que se respira.

Logo que se desencadeou a grande guerra, a infância do Principe foi batida pelo vendaval das maiores dificuldades e privações de toda a ordem. Posta em curso a revolução socialista da Austria, teve a familia do Senhor D. Duarte de abandonar o velho palácio de Seebeinstein, acolhendo-se à antiga abadia de Bronnbach, no grão-ducado de Baden, que já fôra refugio de D. Miguel I. Nessa altura foi o Infante internado num colégio superiormente dirigido por frades beneditinos, um dos quais, de nome Frei Estevão, mais particularmente acompanhou a sua educação, colaborando, para tal fim, com a Senhora D. Maria das Dores de Souza Prego e com o ilustre fidalgo D. João de Almeida (Lavrado). Em seguida, realizou o Principe, com muito brilho, o seu curso de liceu, em Ratisbonne, vindo a matricular-se, em 1928, na célebre Universidade de Toulouse, onde, por sugestão de Pequito Rebelo, que muito se tem dedicado ao superior estudo dos problemas agricolas nacionais, completou o curso de agronomia, com rara distincção, sendo sempre estimado pelos seus condiscipulos, admirado e querido pelos seus mestres. Um dos mais salientes valores do Integralismo Lusitano, que esplendidamente conhece as excepcionais qualidades que distinguem o Principe, falou-nos com grande admiração da sua tésese escolar: um notável trabalho sôbre silvicultura que o Senhor D. Duarte defenderá brevemente em Toulouse, o que não fez logo apoz o complemento do seu curso, por desejar pensá-lo e redigi-lo escrupulosamente, sugeitando-se à permanência dum ano, para obter conhecimentos práticos desta especialidade agronómica, numa floresta da Austria, propriedade de um seu parente próximo. Para realizar os seus estudos contou o Senhor D. Duarte com a dedicação de alguns dos seus partidários portugueses, que largamente o subsidiaram para êsse

fim. De tal maneira pôde um dia o Senhor D. Miguel II exortar os seus servidores à mais larga confiança nas virtudes portuguesas do Infante, e, «isto porque — salientou — se Ele foi educado por mim, foi alimentado por Vós»! Ninguém julgue, porém, que o Senhor D. Duarte se considera, por instinto de gratidão, rei, sómente, daqueles que hoje o aclamam e rodeiam. A tal nunca o deixará reduzir a consciência, nele viva, das suas responsabilidades e da sua missão, nem a inteireza inflexível de um character rico de personalidade e de seiva moral.

Com um acentuado feitio de estudioso, gostando, sobretudo, das leituras de character científico e prático, cedo demonstrou o Príncipe a sua predilecção pela mecanica, apaixonando-se, como um rapaz do nosso tempo, não só pelo automobilismo, como também pela aviação, de que recebeu os primeiros ensinamentos no aerodromo de Prat, em Barcelona, tendo voado, depois, várias vezes sôbre Venesa, Roma e Viena.

Ainda hoje existe quem se recorde da attitude nobilissima, assumida na Sala do Risco, por ocasião do julgamento dos implicados no movimento revolucionário de 18 de Abril, pelo soldado José Pires, do batalhão de Telegrafistas de Campanha, que teve o desassombro de se solidarisar com os seus comandantes e de tomar sobre si a responsabilidade da sua participação nesse movimento. Quiz o Senhor D. Duarte recompensar a nobreza moral desse anónimo e humilde rapaz, oferecendo-lhe, por intermédio do jornal «O Dia», quatro libras em ouro, e dirigindo-lhe, pela pena de um dos seus amigos portugueses, as mais calorosas palavras de aplauso e estímulo.

Quando chegou à idade em que a lei exige dos portugueses o serviço militar, o Senhor D. Duarte Nuno, informou o nosso Ministério da Guerra de que estava pronto a cumpri-lo, desde que lhe fosse autorizado, para tal fim, permanecer o tempo necessário em Portugal. Perante a natural recusa do Governo Português, viu-se o Infante obrigado a abandonar um desejo que tanto o havia encantado.

Ao atingir, em 1928, a sua maioridade legal, recebeu o Senhor D. Duarte, das mãos da Senhora D. Aldegundes de Bragança, os poderes que até essa data a ilustre Infanta tinha conservado na sua qualidade de regente. Para assistir a essa cerimónia foram a Pau alguns vultos importantes da Causa Realista — legitimistas e integralistas — e os que dentre eles nunca tinham visto o seu Rei duplicaram nesta altura a confiança que nele depositavam. Respondendo às saudações que lhe foram feitas e às numerosas mensagens dos organismos políticos que lhe são affectos e de estudantes das escolas portuguesas, o Senhor D. Duarte afirmou aos seus compatriotas, ali presentes, a plenitude dos seus direi-

tos ao Trono de Portugal e acentuou o propósito de manter e defender, à custa da própria vida, o património político de seu Pai e de seu Avô.

Dos depoimentos mais curiosos, que até hoje se teem escrito acerca do Senhor D. Duarte Nuno, nenhum outro existe, tão insuspeito, como o interessante artigo que o nobre Conde de Guell, (*) publicou há anos no jornal madrileno «La Epoca». Acompanhou este titular espanhol o Senhor D. Duarte Nuno, na visita que este fez, com sua irmã a Infanta D. Maria Antónia, ao pavilhão português da Exposição de Sevilha, e nesse artigo nos fala admirativamente da comoção intensa que os reais exilados sentiram nesse momento.

Não podia o espírito do Senhor D. Duarte Nuno de Bragança, desde que, chegada a maioridade, melhor aprendeu a conhecer e a amar Portugal, resistir por muito tempo ao irresistível desejo de pizar a terra da sua nacionalidade e do seu coração... Portugal chamava-o, de longe, e Ele correspondia ao seu chamamento: voz interior que falava dentro da sua alma e a que a sua alma respondia...

Encontrava-se o moço representante da dinastia brigantina, em Barcelona, quando considerou chegada a ocasião de vêr realizados os seus sonhos, o momento preciso para uma visita a Portugal. Assim o propoz, então, naturalissimamente, a um dos seus partidários mais intimos, que é também um espirito superior e um caracter nobilissimo:

— F. quere vir v. daí comigo a Portugal?

— A Portugal, meu Senhor?! interrogou numa admiração sincera, o fiel e inteligente servidôr.

— A Portugal, é verdade! respondeu, simplesmente, o Principe, como se propozesse um inocente passeio aos arredores da florescente cidade catalã.

Não quiz F. deixar de ponderar, respeitosaemente, ao Senhor D. Duarte, os arriscados inconvenientes dessa viagem. Alguém, lembrou, até, a vantágem de se adquirir um passaporte, fácilmente tirado em alguns dos muitos nomes do Principe e não naqueles que naturalmente feririam a curiosidade e desconfiança das autoridades portuguesas.

— Não, — respondeu, terminantemente, o jovem Conde de Neiva — isso não! Eu sou quem sou e entro em Portugal como quem sou.

Inuteis foram as muitas tentativas feitas para dissuadir Sua Alteza dêsse propósito. Nessa mesma tarde e na companhia do seu leal servidôr,

(*) Vêr revista «Gil Vicente» VI volume, 1930, págs. 44 e 74.

o Senhor D. Duarte seguiu em automovel para a raia portuguesa. A sua serenidade perfeita (é esta uma das feições predominantes do caracter do moço Principe) contrastava flagrantemente com o inquieto nervosismo do seu companheiro que muito naturalmente receiava vir a encontrar sérias dificuldades no caminho. Logo que a terra portuguesa se mostrou, estendendo-se, já perto dos seus olhos, numa sucessão de serras altaneiras, topetando o céu, F., apontou-as ao Principe com comoção intensa: — «Senhôr, é já Portugal!» — exprimindo, mais uma vez, o temôr da aventura que tentavam... Com um sorriso de absoluta tranquilidade, o Senhor D. Duarte solicitou a F. que parasse o automovel em que seguiam, desejo a que êle acedeu prontamente. Reconsideraria o Principe na gravidade do passo que estava dando? Retardaria, por temôr natural, o decisivo momento de transpôr a fronteira montanhosa da sua Pátria? Nada disso. Tomando uma pequena maleta de viagem, o Senhor D. Duarte, poz-se a tirar dela, vagorosamente, um completo estojo de barba...

— Que vai fazer, meu Senhôr?! Inquiriu F., atônito ante aquela exigência de hiper-civilizado, digna do éciano Jacinto de «A Cidade e as Serras», ao vêr-se longe da luxuosa grandesa do seu 202, na vastidão solitária de Tormes...

— Barbear-me, meu Amigo. Pois não me confessou v. há pouco o seu recêio de um muito possivel encontro com as autoridades portuguesas? Concorde: será imensamente desagradável que a elas me apresente com esta barba já de um dia... Além de pouco elegante, é impróprio da minha pessoa real...

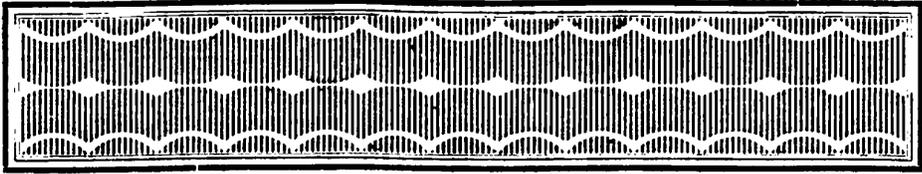
Com inteira felicidade realizaram os protagonistas desta aventura a sua entrada em Portugal, sem um unico incidente que a perturbasse. Livremente, percorreu o Senhor D. Duarte, uma grande parte do seu país, visionando a sua paisagem amorável e doce, admirando os seus costumes ingênuos e tipicos, ressuscitando ante cidades e monumentos a epopeia dum Povo que é, afinal, a genealogia de uma familia — a dos reis, a sua... Esteve em Vila Viçosa, junto ao palácio senhorial dos seus maiores, para evocar e sentir inteiramente o alto destino daquela dinastia de Bragança que a lenda caluniou e a História, a grande mestra, reabilita dia a dia... Esteve no mais alto da Serra da Estrela, para que o seu olhar azul abarcasse de um só relance toda a terra portuguesa e seguisse as pégadas gloriosas de Viriato que a neve de muitos séculos não conseguiu, ainda, apagar, diluir... Esteve na Cova de Iria, para rezar longamente à Virgem do Rosário, pela glória de Portugal eterno... Esteve em Coimbra, cidade dos «doutores», onde os «doutores», supondo-o romeiro retornado de Fátima, lhe cercaram o automóvel e o saudaram

entusiásticamente, com suas vozes moças e suas revoantes capas negras... Esteve no Buçaco, para recordar a admirável vitória das armas portuguesas sobre o estrangeiro invasor e para dizer que «então, ainda tivemos o poder de expulsá-lo»... Esteve no campo sagrado de Aljubarrota, uma noite inteira, como em vigília de armas, joelhos em terra, alma cheia de Deus, orando com o mesmo fervor místico com que Nun'Alvares, seu avô, teria, seiscentos anos antes, no mesmo lugar ajoelhado e rezado...

Ao preambular a biografia de Alexandre, escrevia Plutarco, desculpando-se de haver deixado no olvido muitas das suas famosas acções: «um leve gesto, uma palavra pueril, um simples sorriso, iluminam melhor um caracter do que o lampejo dos gládios e o incendio das cidades conquistadas. O essencial para um biógrafo é assinalar os distintivos da alma». Foi o que quizemos fazer, nestas ligeiras notas psicológicas; assinalar os distintivos da alma nobre deste moço Rei que nunca reinou e que por isso, mais do que qualquer outro, ambiciona reinar... Desejo que é uma obseção constante, uma aspiração atávica e forte. Desejo que se revela nas palavras do Principe, onde são vulgares estas e outras expressões semelhantes: «quando eu reinar», «quando eu estiver no meu país...» E ao dizer-las, por certo, já na sua imaginação se esboça um projecto, se define uma ideia, se desenha uma atitude própria de pessoa real...

D. Miguel I, D. Miguel II, D. Duarte Nuno... Um século inteiro vivido no exilio, na aprendizagem de bem servir e amar a terra-mater... Quem há aí, despido de preconceitos partidaristas que possa negar a admirável lição de portuguesismo que eles nos deram? Superiores a todas as divergencias políticas, portugueses sómente, saibamos medita-la com a nossa inteligência e senti-la com o nosso coração...

Nota da Redacção: Este bellissimo estudo sobre a Augusta Personalidade de El-Rei, é transcrito de um importante diário de S. Paulo (Brazil) onde foi publicado em Setembro de 1932, acompanhado de muitas e interessantes gravuras.



Apostilla ao "Panorama do Nacionalismo Português,,

por JOÃO AMEAL

QUIS o meu querido camarada Horácio de Castro Guimarães consagrar, ao «*Panorama do Nacionalismo Português*», um admirável artigo cheio de compreensão, de inteligência e de lucidez. Ha a descontar, nêsse artigo, os affectuosos excessos com que a sua generosa camaradagem transfigurou o meu nome e o meu livro. Não será isso, porém, que me impedirá de prestar uma justa homenagem ao crítico penetrante e de tão ampla cultura que assim me veio prestar uma homenagem injusta.

Uma vez escritas estas necessárias palavras de agradecimento, cumpre-me esclarecer os motivos porque não citei, no «*Panorama do Nacionalismo Português*», as excelentes revistas «*Labareda*» e «*Gil Vicente*». Com toda a razão me aponta Horácio de Castro Guimarães estas duas omissões imperdoáveis. E outras houve, no meu trabalho, que muito me têm contrariado e preocupado.

Mas no prefácio que escrevi para a minha colecção de ensaios, conto a história completa do volume em questão. Quem tiver lido êsse prefácio, não ignora que a Editorial *Mundo Latino* (a empresa editora paulista) me reclamava, com urgência, o original. Os acontecimentos políticos da Nação visinha precipitaram-se, e a Ditadura fraca e sem doutrina de Primo de Rivera deixava que se formasse, nas camadas inquietas da burguesia e da mocidade académica, a perigosa corrente revolucionária de ideias que não tardaria a promover a sua queda e, logo depois, a do Trono de Afonso XIII. «*Escrevi tortanto o livro muito mais depressa do que*

pensava» — digo, no prefácio que estou invocando — «*e daí as mil deficiências que ainda hoje bossue e para as quais espero uma inteligente indulgência dos que me lêem.*»

Entre essas deficiências, salienta-se o esquecimento de alguns nomes que não havia o direito de esquecer — e, antes de mais nenhuns, os dos directores e colaboradores da «*Labareda*» e da «*Gil Vicente*.» Foi, porém, uma simples resultante da maneira vertiginosa como escrevi o «*Panorama*» — e nunca dum menor aprêço por êsses valorosos combatentes da Causa que sirvo.

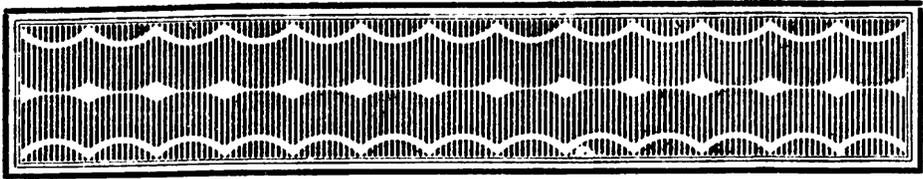
Como poderiam apagar-se, no meu espírito, as belas recordações do grupo da «*Labareda*», na qual, sobretudo a partir da sua segunda série, de Abril de 1925 a Janeiro de 1926, os meus amigos Artur Marques de Carvalho, Vasco Rodrigues, Horácio de Castro Guimarães e Eduardo Lopes Vieira se revelaram valôres intelectuais dos mais completos e dos mais talentosos ao serviço das ideias nacionalistas! Como poderia apagar-se no meu espírito uma revista em cujas páginas deixei alguns estudos filosófico-políticos, um dos quais, *A Geração do Regresso*, me serviu de base, precisamente, para os capítulos segundo e quarto do «*Panorama do Nacionalismo Português!*»

Também, de modo nenhum, me seria lícito passar em claro a «*Gil Vicente*», um dos mais antigos e vibrantes baluartes da nossa Cruzada, e cujos directores — José Ferrão e Manuel Alves de Oliveira — são dois notáveis perfis de doutrinadores infatigáveis.

Desde já lhes dirijo esta explicação tardia e incompleta. Apenas me consola recordar que também, na síntese que fiz da galeria dos grandes tomistas dos últimos séculos, cometi a falta inexplicável de esquecer o nome ilustre de João de S. Tomás, o maior discípulo português do Doutor Angélico, tão familiar dos meus estudos sôbre a filosofia tradicional. E ao falar do renascimento cultural brasileiro, não omiti, além de outros, as figuras proeminentes de Tristão de Ataíde e de Leonel Franca?!

Uma esperança, contudo, me anima. Graças a um conjunto feliz de circunstâncias, e à oportunidade social, mental e política do «*Panorama do Nacionalismo Português*» — a sua primeira edição está quasi esgotada. Quando se publique a segunda, tôdas as injustiças — involuntárias — que pratiquei, serão escrupulosamente reparadas.

Mas tive muito prazer em que o magnífico artigo de Horácio de Castro Guimarães me oferecesse um ensejo de escrever o que aqui fica.



DA DEFESA E CONCEITO DE PROPRIEDADE

por ANTÓNIO DE SOUSA MACHADO

(CONTINUAÇÃO DA PÁG. 138 — CONCLUSÃO)

EM nenhuma razão, por tantas que se amontoem no campo filosófico, se poderá realmente justificar a propriedade como num critério pragmatista, o da sua utilidade social. A propriedade, facto histórico permanente, representa um valor económico muito notável que as coisas não têm quando não estão individualmente apropriadas. Um selvagem para se sustentar precisa duma porção de terra mais vasta do que o habitante dum país civilizado, exactamente porque no primeiro caso uma igual porção de terra não tem o valor económico que tem no segundo. É que o rendimento da propriedade privada é muito maior.

E a quem beneficiaria a negação da propriedade? Ao operário? Ao assalariado? Eloquentemente é neste sentido a resposta dada a esta pergunta por S. S. Leão XIII: — «Semelhante teoria, o socialismo, longe de ser capaz de pôr termo ao conflito, prejudicaria o operário se fosse posta em prática. De facto, como é fácil compreender, a razão intrínseca do trabalho empreendido por quem exerce uma arte lucrativa, o fim imediato visado pelo trabalhador, é conquistar um bem que possuirá como próprio e como pertencendo-lhe; porque, se põe à disposição doutrem as suas forças e a sua industria, não é, evidentemente, por outro motivo senão para conseguir com que possa prover à sua sustentação e às necessidades da vida, e espera do seu trabalho não só o direito ao salário, mas ainda um direito estrito e rigoroso para usar d'ele como entender. Portanto, se, reduzindo as suas despesas, chegou a fazer algumas economias e se, para assegurar a sua conservação, as emprega, por exemplo, num campo, torna-se evidente que

esse campo não é outra coisa senão o salário transformado; o terreno assim adquirido será propriedade do artista com o mesmo titulo que a remuneração do seu trabalho. Mas quem não vê que é precisamente nisso que consiste o direito de propriedade mobiliária e imobiliária? Assim, esta conversão da propriedade particular em propriedade colectiva, tão preconizada pelo socialismo, não teria outro efeito senão tornar a situação dos operários mais precária, retirando-lhes a livre disposição do seu salário e roubando-lhes, por isso mesmo, tôda a esperança de engrandecerem o seu património e melhorarem a sua situação.»

Longa e preciosa transcrição esta que deixo feita.

À estabilidade e defesa da família, primeira célula da organização social, a propriedade é indispensável. A família seria demasiado espiritual, de efeitos bem próximos, se dependesse apenas dos laços affectivos que entre ela se estabelecem; é preciso que alguma coisa de mais material surja a cimentá-la, a dar-lhe perpétuidade, a emprestar-lhe o relevo que merecer na sociedade. Esse alguma coisa é a propriedade que se opõe ao espirito de vagabundo a que o homem de família pode ser tentado. O homem, tornado um dia Pai, depressa sente a necessidade de dar estabilidade à sua constituição familiar numa base económica; e a terra que explora com o seu esforço, a que se habitua a pedir o seu sustento e dos que a seu cargo vivem, vincula-se na intuição exacta de que é justo que em volta da terra a que tem de pedir o pão de cada dia, pelo seu trabalho, possa demarcar o que lhe fica pertencendo para sustento dos que lhe são caros.

É uma grande desgraça, diz Valois, (1) quando o homem não possui património algum, assim como também é, igualmente, uma grande miséria, quando o homem pode transformar o seu património em oiro liquido ou em letras de cambio que coloque sobre o seu peito e porque seu coração se corrompe.

Porque os homens sem património e as raças que possuem um património constituido por letras de cambio são um perigo para a civilização.

Uns e outros volvem à vagabundagem e passam nas cidades como um povo de ladrões e de brutos, vivendo sem leis e sem costumes.

Seria, sem duvida, o caminho mais directo para a dissolução da família, a negação da sua base económica.

(1) Le Père, pag. 29.

Em determinado passo da encíclica *Rerum Novarum*, Leão XIII depois de reivindicar o direito de propriedade, para o individuo, em nome da natureza, transfere-o para o homem constituido chefe de familia; «passando para a sociedade doméstica, êste direito adquire aí tanta maior força quanta mais extensão lá recebe a pessoa humana. A natureza não impõe sómente ao pai de familia o dever sagrado de alimentar e sustentar seus filhos; vai mais longe. Como os filhos reflectem a fisionomia de seu pai e são uma espécie de prolongamento da sua pessoa, a natureza inspira-lhe o cuidado do seu futuro e a criação dum património que os ajude a defender-se, nos perigos e jornadas da vida, contra todas as surpresas de má fortuna. Mas êsse património poderá êle crea-lo sem a aquisição e a posse de bens permanentes e produtivos que possa transmitir-lhes por via de herança?»

Suponho oportuno, neste momento, dedicar algumas palavras para a condenação formal que a Igreja fez cair sobre o socialismo.

Data de 28 de Dezembro de 1878 a Encíclica *Quod Apostolici* em que S. S. Leão XIII magistralmente coloca o problema, a posição e a actuação das seitas socialistas e comunistas, peste mortal, como lhes chama, indicando os seus perigos e o que de falso há nos seus principios.

A mentalidade de muitos católicos, frouxos católicos são tantos, infelizmente, os que tal se dizem, essas páginas brilhantes da referida encíclica e das mais que se seguiram deviam estar sempre presentes. Aí veriam a impossibilidade plena duma conciliação do pensamento católico com tais doutrinas que nos lares vão sendo propagandeadas e aceites sem que a inferioridade de estudo e de cultura popular católica vinquem bem a repulsa que tais destruidores e desintegrantes idealismos merecem aos verdadeiros, sérios e salutaes ensinamentos pontificios.

A divergencia entre as suas doutrinas depravadas e a purissima doutrina de Cristo é tamanha que maior não podia ser, diz. (1) Os socialistas não cessam, continua, de proclamar a igualdade de todos os homens segundo a natureza; ao contrário, segundo as doutrinas do Evangelho, a igualdade dos homens consiste em que todos dotados da mesma natureza, são chamados à mesma e eminente dignidade de filhos de Deus, e que, tendo todos o mesmo fim, cada um será julgado pela mesma lei e receberá o castigo ou recompensa que merecer. Entretanto a desigualdade de direitos e de poder provém do próprio autor da natureza.

(1) *Quod Apostolici*.

E num passo da enciclica *Rerum Novarum* afirmando que a teoria socialista deve repudiar-se como prejudicial àqueles mesmos que quere socorrer, contrária aos direitos naturais dos individuos, como desnaturando as funções do Estado e perturbando a tranquilidade publica, acrescenta: — que o primeiro fundamento a obedecer por todos aqueles que queremsinceramente o bem do povo, é a inviolabilidade da propriedade particular.

Depois de admitida a legitimidade da propriedade, senhores, surge-nos o problema de saber em que conceito deve ser admitida, qual a noção que dela devemos impôr.

Todos sabem o conceito que de propriedade a Revolução impôs. A propriedade, direito individual e direito absoluto — porque o homem pelo facto de ter a dignidade humana tem direitos absolutos, individuais e naturais — será, como já era no periodo quiritário da história do direito romano o *jus utendi, fruendi et abutendi*. E se há romanistas que dizem que *abutendi* não significa abusar mas apenas consumir (o uso), os liberais, na lógica do seu furor pela liberdade, tiveram dessa palavra a ideia que a tradução à primeira vista dá «de abuso».

A propriedade no liberalismo pertencerá àquele que dela colher as suas utilidades; é dêste principio que emérgem corolários perniciosos fazendo pela legislação dum «século estúpido» desaparecer tantas instituições de manifesto interesse social. Gostaria, mas o trabalho é vasto, de discorrer um pouco sobre os inconvenientes que, para a sociedade, provieram da decantada libertação da terra que o Código Civil serviu e que muita legislação posterior desenvolve num manifesto prejuizo da riqueza do solo, da justiça que era devida a quem possuía e que deixou de possuir o que a si lhe veio por títulos e factos jurídicos bem legitimos e em manifesto prejuizo do desenvolvimento técnico da lavoura.

É que, senhores, se é falso um conceito liberal que ensina o proprietário a poder abusar da sua propriedade, em manifesto olvido e prejuizo da colectividade, mais de lamentar é que o Estado institua na sua legislação regimes que lesam o interêsse nacional. Tudo que se faça em prejuizo do melhor aproveitamento agricola ou tudo que se faça que não seja no sentido de tirar da terra o máximo da sua produção, é um crime, é um roubo que lesa o interêsse nacional e o interêsse social. E porquê?

Porque legitimando-se a propriedade menos por um critério individual que por um critério social, esta tem uma notável função a exercer a favor da sociedade que não pôde ficar no esquecimento. Isto quere dizer

que a propriedade deixa de ser o direito absoluto que o individualismo proclamou para admitir as limitações que a sua função social lhe exigir. Há os que no extremismo desta doutrina deixam de considerar o proprietário como o titular dum direito para o admitir, simplesmente, como um funcionário que exerce determinadas funções. E, pelo menos, na lógica individualista talvez melhor se explicassem as limitações que o direito de propriedade sofre pelo conceito de propriedade-função que pelo de propriedade como tal.

Suponho, porém, que não será preciso concluir pela negação do conceito tradicional de propriedade para compreender a função social que esta tem a exercer; não será preciso riscar essa palavra para que a sua função social seja apreendida.

S. Tomaz de Aquino dizia que a propriedade é um feudo de Deus e que Deus não dá ao homem o domínio superior, mas apenas o domínio util; neste preceito, em verdade, mais não podemos ver que a razão porque se tem de negar o conceito absoluto, individualista de propriedade.

É que, senhores, se há uma falsidade grave na negação socialista, igualmente essa falsidade existe na interpretação liberal!

É que se há um erro condenável na negação socialista, igualmente condenável é o erro do individualismo.

O processo de condenação do individualismo está sobrejamento feito para que nos tenhamos de espraiar sobre êle; e à falencia deste em tôdas as instituições humanas, não pôde ser indiferente a instituição de propriedade, base duma civilização que a Ordem Nova defende.

Á burguezia, embalada ainda na mentira e no comodismo liberal, talvez certas declarações que reacionários como eu — que reivindico para mim, orgulhosamente, êsse epíteto quando usado pelos cavernícolas do jacobinismo tradicional, — à burguezia, talvez, as nossas declarações apareçam irritantes ou subversivas como os clarões vermelhos de Moscou; as nossas declarações, erguidas contra o tradicional absolutismo com que o liberalismo proclama a propriedade, talvez assustem a burguezia.

Mas a Ordem Nova, senhores, não se faz para defender a tirania capitalista; nem para policiar melhor o conforto do burguês e, porisso, é-nos indiferente que as nossas proclamações soem aos seus ouvidos como gritos de revolução que não respeitam os direitos que uma mentira de 100 anos aclamou absolutos.

El Lavoro Fascista, de Roma, dizia há pouco que o Estado pôde ferir a propriedade se a pátria o exige; Farinaci, secretário do partido de Mussolini tratava aí da necessidade da revisão do conceito de propriedade. A Constituição do Reich estatui que «a propriedade tem deveres»; «o

seu usufruto deve constituir ao mesmo tempo um serviço prestado ao bem publico». (1)

A Igreja que desde a primeira hora reprova a democracia e o liberalismo, ergue da propriedade um conceito que também se afasta largamente daquele que os nossos Códigos, ainda não revistos, sancionam. Posto que dividida em propriedade particular, diz S. S. Leão XIII, (2) a terra não deixa de servir à utilidade comum de todos; sobre o uso dos bens, cita S. Tomaz: o homem não deve ter as coisas exteriores por particulares, mas sim por comuns, de tal sorte que fácilmente dê parte delas aos outros, nas suas necessidades.

Na recente encíclica «Quadragésimo Anno» Pio XI clara e elegantemente põe em relêvo a duplicidade do dominio individual e social, segundo respeita aos particulares ou ao bem comum; lembra as palavras do seu preclaro antecessor: «Como negar ou cercear o direito de propriedade social e publica precipita no chamado «individualismo» ou dêle muito aproxima, assim também rejeitar ou atenuar o direito de propriedade privada ou individual leva rápidamente ao «colectivismo» ou pelo menos à necessidade de admitir-lhe os principios».

Aceite que a propriedade se legitima por um critério mais social que individual e que assim deve ter uma dupla função, surge saber quem deve delimitar o uso do individuo e o serviço à sociedade. Que êsse critério fique sujeito à moral de cada um, não basta, é preciso que êsse critério, adotado nas instituições estaduais seja, pelo Estado, definido.

Mas — politique d'abord! — não será o Estado filho das democracias do século XIX, irresponsável e tirano, tirano no sentido de sobrepôr o interesse das clientelas e dos partidos que os bambúrrios e a traficancia levam ao poder, não será êsse Estado que hoje transige com os principios comunistas ou socialistas para melhor achar o seu equilibrio, aliás sempre instável, mas raro transige com os principios da verdadeira moral — que poderá definir o direito social da propriedade.

(1) Depois de escrito este despretençioso estudo foi publicado o projecto da Constituição da República Portuguesa, onde, depois de definir no n.º 3 do art.º 8.º, como garantia individual dos cidadãos portugueses, «o direito de propriedade e a sua transmissão em vida ou por morte nas condições determinadas pela lei civil», declara no art.º 33.º que «o capital e a propriedade desempenham uma função social, por cuja realização poderá a lei determinar as condições do seu emprego ou exploração conforme com a finalidade colectiva.»

(2) Rerum Novarum, pág. 27 e 38.

A intervenção do Estado na propriedade é de admitir, mas exige-se o Estado consciente e responsável.

Em Portugal há exemplos magníficos da intervenção estadual num fim social aplicável; ainda agora o governo da Nação regulamenta a plantação da vinha. Pela quarta vez em Portugal intervem nesse sentido, tendo sido D. Fernando o primeiro a orientar êsse plano que tanta glória trouxe ao Marquês de Pombal. Célebre a lei das Sesmarias do já referido e caluniado rei que foi o ultimo da dinastia Afonsina. Recordo-a para mostrar com que fim social se legislava em 1375. Essa lei impõe a obrigação a todos que possuem, de cultivarem e semearem as suas terras. Se demonstrassem a impossibilidade de o fazer, era-lhes permitido ceder uma parte a um agricultor que em troca duma renda a pagar, amanhasse essas terras. Se num periodo fixado, os proprietários não cultivassem as fazendas para si próprios, ou não as mandassem cultivar a outrem, deveriam ser entregues mediante o pagamento dum imposto que revertia para o concelho respectivo, a outros agricultores. A «dois homens respeitáveis» concediam-se poderes para fazerem executar esta lei em cada concelho. Dispõe ainda sobre o trabalho de vádios, vagabundos e mendigos, etc. (1)

A intervenção do Estado, na definição do que pertence ao dominio individual e social foi-o solenemente proclamado pelo actual Pontifice (2): A autoridade publica, iluminada sempre pela luz natural e divina, e pondo os olhos só no que exige o bem comum, pode decretar mais minuciosamente o que aos proprietários seja licito no uso de seus bens. E, continua: «Já Leão XIII ensinou sãbiamente que Deus... confiou à indústria dos homens e às instituições dos povos a demarcação da propriedade individual». «É evidente, porém, que a autoridade publica não tem direito de desempenhar-se arbitrariamente desta função; devem sempre permanecer intactos o direito natural de propriedade e o que tem o proprietário de legar os seus bens. São direitos estes, que ela não pode abolir, porque «o homem é anterior ao Estado», e «a sociedade doméstica tem sobre a sociedade civil uma prioridade lógica e uma prioridade real». Na sequencia dêste raciocinio pode-se afirmar que a intervenção do Estado na propriedade deve ser cercada de tôdas as garantias e cautelas.

O próprio Estado deve ser comedido na distribuição tributária de forma a não esgotar a propriedade, por excesso de encargos e impostos.

(1) V. História Económica de Portugal, de Francisco António Correia, Vol. 1, pág. 52.

(2) Rerum Novarum.

Leão XIII ⁽¹⁾ fez realçar que «não é das leis humanas, mas da natureza, que emana o direito de propriedade; a autoridade publica não o pôde pois abolir; o que ela pôde é regular-lhe o uso e concilia-lo com o bem comum. É por isso que ela obra contra a justiça e contra a humanidade quando, sob o nome de impostos, sobrecarrega desmedidamente os bens dos particulares». E Pio XI, justificando ainda a intervenção do Estado na propriedade acrescenta que essa conciliação é favorável aos próprios proprietários; «de facto, impede eficazmente que a posse particular dos bens, estatuída com tanta sabedoria pelo Criador em vantagem de vida humana, gère desvantagens intoleráveis e venha assim a arruinar-se; não oprime a propriedade, mas defende-a; não a enfraquece, mas reforça-a.»

O papel social que o proprietário tradicionalmente desempenhava perdeu-se com o liberalismo; e será com a destruição completa desta ideia que novamente surgirá.

Uma das pragas — tantas são! — derivadas do *laissez faire, laissez passer* económico, é o urbanismo elevado ao máximo, que bem pôde caracterizar uma época. Paralelamente, ao mesmo tempo que a libertação da terra levava à sua individualização por famílias não criadas nas obrigações tradicionais e morais do passado, ia-se desenvolvendo o absentismo. A terra dos senhores que foi sempre um asilo em que confiadamente esperavam dinastias que à sombra dela, e sem dela nada possuírem, viviam, tornou-se um vulgar meio económico a explorar, obliterando-se a protecção que as populações nelas nascidas aí encontravam — só pelo facto de aí nascer — ao entrar em contacto com a vigencia plena duma lei económica cientificamente falsa e anti-moral: a lei da oferta e da procura. O absentismo além de ser tecnicamente, sob o ponto de vista agrícola, prejudicial, levando a um menor cuidado no aproveitamento da terra — o que por sua vez se vem a reflectir num menor aproveitamento económico e, conseqüentemente, num desperdício de riquezas; numa menor necessidade de braços e fazendo conseqüentemente surgir a fome e o *chômage*, — tem, sob o ponto de vista social, funestas conseqüencias. «Assim é hoje sabido, diz António Sardinha, ⁽²⁾ que a revolta dos camponeses na Vendéia e na Bretanha foi mais pelo amor dos nobres, que residiam nos seus domínios e praticavam para com as populações os seus deveres de autoridades sociais, do que propriamente por uma explosão de lealismo ao Rei distante e desconhecido». A ascen-

⁽¹⁾ Enciclica *Quadragesimo Anno*.

⁽²⁾ Durante a Fogueira.

dencia que o proprietário naturalmente tem sobre quem vive da sua própria economia pôde ser um magnifico elemento de harmonia social quando êle viver em contacto com a população rural, aconselhando-a e protegendo-a.

Se assim é, sob o ponto de vista moral, tambem a actuação social da propriedade pôde ser conseguida pela acção do Estado, um Estado novo, diferente do Estado liberal em que nascemos e conhecemos, Estado que negando e fazendo esquecer o liberalismo que até hoje nos tem atrofiado, legisle num alto sentido social.

Assim deverá o Estado, regulamentando a propriedade, proteger a familia — que na divisão forçada da herança encontra um obstáculo à sua estabilidade e fixidez. «A partilha forçada foi sempre considerada como um meio de oprimir os povos vencidos e de destruir a unidade familiar. O Parlamento inglês, querendo combater a influencia dos católicos na Irlanda, promulgou, em 1703, uma lei que forçava a herança daqueles à partilha, a não ser que o filho mais velho fôsse protestante porque então a propriedade ser-lhe-ia transmitida conforme a lei do Reino Unido» (1). È preciso desenvolver instituições, que no Codigo Civil não tem ambiente, que dêem permanencia a um minimo de garantia económica que mantenha e assegure a sucessão familiar.

A vinculação de terra (2) tem de ser estudada novamente, à luz de principios racionais, alheios aos preconceitos dum liberalismos falido que a condenou na sua lógica aniquiladora. Não sou eu o primeiro que ousou afirmá-lo. Herculano, em 1856, bradava: — «não é combater radicalmente a sua existencia: é combater o que neles (os vinculos) há evidentemente nocivo. Oliveira Martins pugnava também pela individualidade de casais, para obstar à fragmentação progressiva da terra que em certas regiões do Minho levou à chamada pulverização de propriedade» (3).

E pinta o quadro numa região minhota: a miséria a que a impossibilidade de cultivar courelas onde nem se pode usar charrua, de pequenas que são, obrigando o proprietário a emigrar, abandonando a sua terra

(1) Costa Pimpão, in Estudos, Ano V, pág. 129.

(2) Sobre êste problema ter presente o magistral trabalho de Xavier Cordeiro.

Le Play, êsse prestigioso nome da ciência social, atribui uma capital influencia ao modo de transmissão de bens, ora garantindo, pela intangibilidade, a estabilidade familiar, ora conduzindo à desorganização da familia pela partilha igual em cada geração.

(3) A freguezia de Moreira de Rei, no concelho de Fafe, é porventura entre nós o mais grave exemplo do ponto a que pode chegar a divisão de propriedade. Diz Oliveira Martins — Dispersos — pág. 245.

ao capitalista que progressivamente vai concentrando as leiras que «os pequenos expulsos pela força cruel das coisas» lhe tem de abandonar. «A moral dêste caso vinca bem o autor de Portugal Contemporâneo. É que, em tôdas as condições, o ideal duma quimérica liberdade se traduz praticamente na pior das desordens, e que sòmente podem ser livres os povos quando se subordinam a leis e a regras apropriadas para normalizar a sua atividade. Entre essas leis, uma das mais urgentes entre nós é a que põha còbro à pulverização e dispersão dos casais do Minho (1).» No sentido da concentração, Ezequiel de Campos diz-nos que em Fronteira 870 hectares de terra, doutros tantos proprietários, concentraram-se numa dezena de anos em cinco proprietários, apenas, e, em Monforte, os coutos que formaram uma propriedade vasta e rica, divididos por todos os fogos do concelho, concentraram-se, em sete anos, nas mãos de três proprietários.

Temos assim que se o liberalismo na propriedade veiu com a partilha forçada a tirar à família a sua base económica, por outro lado consentiu na nefasta pulverização da terra ou no extremo contrário, na concentração de propriedade em prejuizo dos casais médios. Tanto o latifundio como a propriedade minúscula, extremismos que são, têm inconvenientes profundos na ordem social. Vinquemos, porém, que tanto uma forma de propriedade como outra são estimuladas pelo mesmo mal, o mal do individualismo aplicado na libertação da terra que ou produz a propriedade demasiadamente grande, como a propriedade ridiculamente pequena, predominando uma ou outra conforme razões, principalmente, de ordem etnográfica. Claro que ao Estado não se pode reconhecer o direito de lançar mão do latifundio para, dividindo-o e fazendo-o acessível às classes mais modestas, contrariar o inconveniente social que de facto podem ser, como igualmente não se lhe pode reconhecer o direito de expropriar as courelas demasiadamente pequenas para as juntar a outras e desfazer assim o inconveniente da pulverização. De qualquer das formas seria uma expoliação!

Mas, sem assim proceder, o Estado deve por um sistema de legislação hábil obstar a um e a outro inconveniente: à indivisão da terra abaixo dum mínimo, pensamento este que transparece já no sistema tributário do senhor Doutor Oliveira Salazar, e impedindo a demasiada concentração; parece-me justo que assim como se reconhece a um determinado mínimo de propriedade uma isenção tributária que igualmente se poderia reconhecer na propriedade, acima do normal, um pequeno agravamento de

(1) Dispersos — pág. 248.

imposto que não se confundisse com a socialização da terra por uma atuação fiscal.

Além do problema de vinculação — e nesta altura cabe render homenagem ao decreto lei regulador do casal da família, de Julho de 1930, cuja aplicação creio ser ainda nula, por menos conhecido e pelo ambiente asfíxiamente individualista, ainda existente no próprio Estado e mais legislação — há que lembrar o papel social que a propriedade imperfeita pode exercer. É a propriedade livre de muito mais difícil aquisição do que a propriedade sob regimes onde a atividade do povo é admitida e estimulada com a visão da verdadeira propriedade sobre o solo de cujo domínio útil se aproveita.

Da enfiteuse, dizia Alberto Sampaio (1), foi ela «que transformou em chão produtivo os granitos do Minho, e que lhes permite uma das mais vastas populações da Europa e é ela que há-de ir operar a mesma maravilha nas charnecas e paúis do sul. O fôro, grande moralizador dos campos, lhe chamou Herculano, sem significar uma alienação para quem o institui sobre o que possui, permite aos trabalhadores adquirir terras para cultura, sem capital, facilitando a cultura dos bravios e corrigindo uma possível defeituosa distribuição de terra.

Escusado será lembrar a batalha sem tréguas que a libertação da terra declarou à propriedade imperfeita...

Senhores, vou findar: — E vou findar com o quadro de miséria a que o capitalismo tirânico nos levou em 100 anos de despotismo, assim descrito por Leão XIII: «A violência das revoluções políticas dividiu o corpo social em duas classes, e cavou entre elas um abismo insondável. Dum lado a onnipotência: uma fracção que, senhora absoluta da industria e do comércio, torce o curso das riquezas e faz correr para o seu lado todos os mananciais; fracção que aliás tem na sua mão mais de um motor de administração pública. Do outro a fraqueza na indigência: uma multidão com a alma ulcerada, sempre pronta para a desordem. Ah, continua, estimule-se a industriosa actividade do povo com a perspectiva da sua participação na propriedade do solo, e ver-se-á nivelar, pouco a pouco, o abismo que separa a opulência da miséria, e operar-se a aproximação das duas classes.

É aquilo a que o nosso grande Mestre do Nacionalismo, Doutor Oliveira Salazar, chamou fazer a revolução de cima para baixo para que assim se evite que ela seja feita de baixo para cima.

(1) Oliveira Martins e o Projecto da lei do Fomento rural.



JOB—Mistério em Quatro visões—por *António Corrêa de Oliveira*. Ed. do Autor.—*Barcelos*, 1932.

A crítica a um livro da natureza do *Job*—a última obra prima de Corrêa de Oliveira—não pode ser feita no limitado âmbito desta secção. Requer uma análise cuidadosa e profunda, feita com inteligência e sábia penetração crítica, explicando a obra, fazendo ressaltar os dois aspectos fundamentais e característicos do poema: o nacionalista e o religioso.

Ora esta secção é, por sua indole, limitada, nada mais aspirando a ser do que uma resenha do movimento bibliográfico português e o autor destas linhas não possui, infelizmente, os requisitos necessários para crítico literário. O que se escreve e diz aqui sobre os livros e os autores é apenas o comentário ligeiro do leitor que, ao voltar da última página, dá em resumo as suas impressões sobre a obra que leu. Demais, o estudo crítico, largo e profundo, ao trabalho do grande Poeta de Belinho, já está feito nas páginas desta revista.

Fê-lo com inteligência e proficiência, num dos fascículos passados, a pena de Carlos da Gama, — uma bela revelação (para mim, pelo menos...) de crítico literário.

Por conseguinte, o meu trabalho, hoje, ao falar do *Job*, limitar-se-ha a registar o aparecimento do formoso poema do Autor de tantas obras primas nacionalistas e religiosas da moderna poesia portuguesa.

António Corrêa de Oliveira revela-se, neste livro, em pleno apogeu do seu génio vigoroso e creador. O seu trabalho pôde e deve ser considerado, sem favor, uma autêntica obra prima, pela beleza da forma, pelos seus intuitos, pelo sentido nacionalista

(*) Só darêmos nota bibliográfica dos livros que nos sejam enviados em *duplicado*, a não sêr que se trate de livros de preço elevado ou notáveis pelo seu valor intrínseco.

e cristão da sua essência doutrinária. Livro que, sem nada perder do seu cunho *nacional*, é, ao mesmo tempo, *universal* e eterno. Job, a figura bíblica do poema, é o símbolo perfeito da humanidade de ontem e de hoje, de amanhã, de todos os tempos e lugares! Onde houver homens sempre ha-de haver a Dôr e a Tentação, o Bem e o Mal, mas não ha-de faltar também a Graça e a Misericórdia de Deus, para os que teem Fé e sabem esperar . . .

Imagens belas; símbolos profundos; elevação de ideias; uma frescura de modernismo, daquêlê *modernismo permanente*, que, na definição exacta de João Ameal, é bem «o génio nacional renovando-se . . .» e tudo isto escrito na mais pura e sã linguagem portuguesa, que só um Mestre nos pôde dar.

E daqui, juntando a minha voz apagada à de outros camaradas ilustres, peço também para Corrêa de Oliveira a consagração definitiva que a Nação lhe deve. Que o seu nome glorioso seja indicado, como candidato de Portugal, para o Prémio Nobel e os seus livros, em edição oficial, adotados nos nossos Liceus. Só assim será saldada a dívida de nós todos para com o Poeta máximo da Ressurreição nacional!

PARA ALÉM DO COMUNISMO — por *Rolão Preto*. Edição da Junta Escolar de Coimbra do Integralismo Lusitano — *Coimbra. 1932.*

Numa bela edição da Junta Escolar de Coimbra do Integralismo Lusitano, (n.º 2 da colecção de Estudos Políticos Económicos e Sociais) publicou o ilustre propagandista e doutrinário do Nacional-sindicalismo, snr. Dr. Rolão Preto, o seu último trabalho, que dedica aos *Tenentes*, a essa «mocidade heroica e ardente, que, por cima de todos os egoismos, de todas as fraquezas e de todos os êrros dos *velhos*, soube fazer o milagre do 28 de Maio e mantê-lo pelo calôr da sua esperança e pela firmeza das suas espadas.»

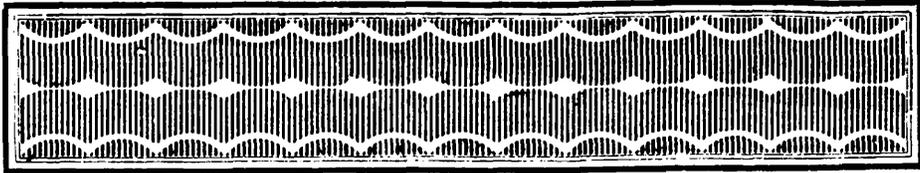
Intitula-se — «Para Além do Comunismo» — e é uma magnífica lição de sociologia moderna. Através das suas cento e tal páginas, o A. analisa, inteligentemente, em três interessantes capítulos: *o Comunismo e os factos, a Doutrina e Para Além do Comunismo*, a vida política, moral e social da Rússia soviética e os êrros de Carlos Marx, para, em face do «desastre do comunismo russo, a derrocado do *trabalhismo* inglês, a decadência da social-democracia alemã, e sobretudo a falência da doutrina de Marx», que «são a condenação e a morte do socialismo como sistema económico-social,» concluir pelo Estado Corporativo, pelo Estado Integral!

E o seu livro fecha por uma formosa e entusiástica alocação — *Em Frente!* —, dirigida às novas gerações e que eu gostosamente desejaria poder transcrever aqui. O último trabalho do Dr. Rolão Preto é um belo e iniludível sintoma de reacção nacionalista. Em Portugal, como «por tôda a velha terra da Europa», já nada pôde deter a *marcha viril e indomável* da Revolução Nacional

Espantam-se os *velhos*, despertam os espíritos *novos!* E como o A. do «Para Além do Comunismo», também nós preguntamos: «Homens modernos, quando fazemos o Estado Moderno?

Homens livres que somos, livres de partidos, de clientelas, de absurdas fórmulas, o que há que possa impedir a nossa *marcha livre* para um destino melhor?»

HORÁCIO DE CASTRO GUIMARÃES.



Indice do VIII Volume

TEXTO:

	Págs.
AGOSTINHO (JOSÉ)	
<i>António Ribeiro, o Chiado</i>	49
<i>Perdão supremo</i>	75
ALVES DE OLIVEIRA (MANUEL)	
<i>«Gil Vicente»</i>	28
<i>Á memória de um vimaranense ilustre</i>	47
<i>Rectificação da História</i>	61
AMEAL (JOÃO)	
<i>Apostilla ao «Panorama do Nacionalismo Português»</i>	182
CAMPOS (FERNANDO)	
<i>João Franco e as novas gerações</i>	53
<i>A expedição «libertadora»</i>	69
<i>A sombra de Herculano</i>	112 e 139
CARLOS DA GAMA	
<i>Um grande livro</i>	103
DÓRIA (ANTÓNIO ALVARO)	
<i>O Génio Dramático de Fernão Lopes</i>	17 e 37
<i>Cartas sem franquia</i>	153
GUIMARÃES (HORÁCIO DE CASTRO)	
<i>João de Deus</i>	81
<i>Á margem do «Panorama do Nacionalismo Português»</i>	144

	Págs.
LOPES DE FARIA (JOÃO)	
<i>Velharias Vimaranenses</i>	25, 56, 93, 126 e 159
MACHADO (ANTÓNIO DE SOUSA)	
<i>Da defeza e conceito de propriedade</i>	121, 135 e 184
MOREIRA DAS NEVES	
<i>Keyserling e Guido Battelli</i>	14
NOGUEIRA (MARIA AUGUSTA)	
<i>Castelos Moiros</i>	46
OLIVEIRA GUIMARÃES (CLAUDIO E ANTÓNIO CORRÊA D')	
<i>Política de Violência</i>	77
<i>Um Rei que ambiciona reinar</i>	165
PIMENTA (ALFREDO)	
<i>Os nossos mortos</i>	11
<i>A Ditadura e os Partidos.</i>	89
RAPOSO (HIPOLITO)	
<i>Reparos à Constituição</i>	116
REDACÇÃO	
<i>D. Manuel II</i>	101
<i>D. Manuel Vieira de Matos</i>	133
RUY DE LORDELO	
<i>O Estado e o Direito Corporativo</i>	5
VAZ PINTO (JOSÉ AUGUSTO)	
<i>A sucessão do Senhor D. Manuel II segundo a Carta Constitucional</i>	149
Pensamentos, Palavras & Obras—<i>Da vida: Dos factos:</i>	
<i>Das letras:</i>	
Alfredo Pimenta (Dr.)	32
"Colecção Veritas"	65

	Págs.
Fernando Campos	64
“Gil Vicente”	28
“Integralismo Lusitano”.	64
Nobre de Melo (Dr.).	63
“Pátria Nova”	65
Prémio Dr. António Sardinha.	63
Professor Guido Battelli	65
Rectificação da História	61
“Revolução”	64
Silva Dias (Dr.).	63

Dos Livros & Dos Autores:

<i>(L') Ame d'un prêtre</i> , por E. Laveille	100
<i>Amôr de Deus e da Pátria</i> , por Francisco Martins da Costa	34
<i>Aspecto sanitário da Emigração no Minho</i> , pelo Dr. José Crespo.	68
<i>(Les) Blés Couchés</i> , por Pierre Elo	36
<i>(Le) Cardinal Mercier</i> , por G. Joannés.	99
<i>Documentos para a história das capitâneas da Madeira</i> , por João Cabral do Nascimento	97
<i>Do sentido da moderna literatura</i> , pelo Conde d'Aurora	67
<i>Elementos para a história de Fam</i> , pelo Padre Jerónimo Gonçalves Chaves	97
<i>(O) Estado e as Missões</i> , pelo Conde d'Aurora.	164
<i>Fagulhas</i> , por Amador Santelmo.	98
<i>Feminismo e Feministas</i> , por Fernando de Castro Pires de Lima	132
<i>Fernão Lopes</i> , por Aubrey F. G. Bell	35
<i>(A) Genealogia do Pensamento Nacionalista</i> , por Fernando Campos	163
<i>J. da Silva Tavares</i> , por Serafim Leite.	164
<i>Job</i> , por António Corrêa de Oliveira	195
<i>(O) Livro das Maravilhas</i> , por Maria Pinto Figueirinhas	100
<i>Mathurin</i> , por Jacques Morian.	36
<i>Medicina Popular Minhota</i> , por Alexandre Lima Carneiro e Fernando de Castro Pires de Lima	132
<i>Moderno dicionário da língua portuguesa</i> , por Francisco Torrinha.	67
<i>(Le) Monsieur en gris . . .</i> , por Pierre l'Ermite	98
<i>(Les) Papes a travers les ages</i> , por E. Lacoste	36
<i>Para Além do Comunismo</i> , por Rolão Preto	196

	Págs.
<i>(Os) Pelourinhos Portugueses</i> , por Luiz Chaves	35
<i>(Les) Pirates</i> , por Alice Meunier	36
<i>(La) Royauté du Christ</i> , por Dom Lucien Chambat	99
<i>Santo António no Teatro Português</i> , por Hipólito Raposo	164
<i>Sol na Altura</i> , por Dias Palmeira	34
<i>Sonho Azul</i> , por Moreira das Neves	131
<i>Sous l'oeil de Minérve</i> , por Marie Barrère.	36
<i>Tous Artistes</i> , por R. et L. Lambry	99
<i>Traje à Vianesa</i> , por Claudio Basto.	100
<i>Tribunal dos pequenos delitos</i> , por Heitor Campos Monteiro	66
<i>Un apotre des marins</i> , por E. Lacoste	99
<i>(L') Unité de l'Eglise du Christ</i> , por R. P. Sidoine Hurtevent	100
<i>(A) Virgem</i> , por Nuno de Montemór	33

Gravuras e ilustrações :

João de Deus — Poeta (Desenho de Joaquim Lopes)	83
João de Deus — Educador (Desenho de Joaquim Lopes)	85
Alexandre Herculano em Val-de-Lobos	141
Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Duarte II com o Sr. D. João de Almeida (Lavradio)	169
Capa da menságem últimamente dirigida por numerosos monárquicos a Sua Magestade El-Rei D. Duarte II.	175

SOCIEDADE
MARTINS SARMENTO

BIBLIOTECA